

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

APARECIDA VAZ DA SILVA BAHLS

**A BUSCA DE VALORES IDENTITÁRIOS: A MEMÓRIA HISTÓRICA
PARANAENSE**

CURITIBA

2007

APARECIDA VAZ DA SILVA BAHLS

**A BUSCA DE VALORES IDENTITÁRIOS: A MEMÓRIA HISTÓRICA
PARANAENSE**

Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Helenice Rodrigues da Silva

CURITIBA

2007

AGRADECIMENTOS

Ao Curso de Pós-Graduação em História da UFPR, que me abriu as portas para um aprendizado aprofundado sobre o intrincado ofício do historiador.

À Fundação Cultural de Curitiba que me concedeu o tempo hábil para finalizar a tese.

À minha orientadora Helenice Rodrigues da Silva, pelas leituras, considerações e sugestões que fez, e pela paciência em ler e corrigir as várias versões apresentadas, no difícil caminho percorrido até a conclusão do trabalho.

Agradeço também aos professores de minha banca de qualificação e de defesa, pelas observações criteriosas que fizeram, colocando-me no caminho certo.

Ao meu marido, pela compreensão e paciência, e pelo auxílio na formatação do trabalho.

Aos meus parentes, e também aos meus amigos e colegas da FCC que me ajudaram direta ou indiretamente na elaboração desta tese, e as demais instituições pesquisadas, pela gentileza e prontidão em atender-me.

A todos, meu muito obrigada!

RESUMO

O objeto deste estudo é refletir sobre a relação estabelecida entre os conceitos de identidade e memória, tendo como enfoque principal as comemorações do Centenário do Paraná, celebradas em Curitiba, em 1953. Entendemos que o poder público se apropriou desse acontecimento para reinvesti-lo de um novo sentido – forjar uma identidade paranaense, baseada em preceitos de modernidade – diferentemente do que fora pensado sobre o Estado pela intelectualidade local. Sendo assim, embora o Centenário do Paraná permaneça como o eixo principal de nosso trabalho, consideramos importante retroceder até 1853, para, a partir daí, selecionar momentos em que tensões identitárias estiveram evidentes na região, e que repercutiram em 1953. Pretendemos estabelecer um comparativo entre tais momentos com o pensamento de Bento Munhoz da Rocha Netto, governador do Estado, na época do Centenário, quando se empenhou em construir marcos que garantissem à posteridade a rememoração desse acontecimento. Inseridos nesse contexto, os monumentos e os símbolos, ao registrarem em suas formas e representações a memória de um grupo, podem apresentar-se como “lugares de memória”, transformando-se em importantes elos entre a memória e a identidade de um povo ou nação. Com isso, a relação entre esses conceitos se torna um valioso instrumento de manipulação dos grupos dominantes, como, por exemplo, pelos intelectuais e pelo Estado, que acabam reinvestindo de um novo sentido os acontecimentos, com o auxílio das comemorações.

Palavras-chave: memória; identidade; comemoração; monumentos

ABSTRACT

The object of this paper is the reflection about the established relationship between the concepts of identity and memory, foccusing the Centenary of Paraná commemorations, celebrated in the city of Curitiba, capital of Paraná state - Brazil, on 1953. We understand that the public power had used this event to clad it in a new sense – to forge an identity of Paraná, based on ideas of mordernity – different from the one that was elaborated by the local intellectuality. Therefore, yet the Centenary of Paraná is the center of our work, we had considered it was important to retrace until 1853, to pick up moments where identity tensions were visible in the region and that had backwashed on 1953. We intend to establish a comparison between these moments and the thought of Bento Munhoz da Rocha Netto, governor of Paraná at the time of the Centenary, when he had struggled to build landmarks with the purpose of reinforce for posterity the remembering of this very event. In this context the monuments and symbols can be presented as “memory places” as far as they have registered on their forms and representations the memory of a group, transforming themselves into important links between the memory and the identity of a nation. Thus, the relation between these concepts become a valuable instrument of manipulation on the hands of the commanding groups, for example the intellectuals and the government who give a new sense to the events through these commemorations.

Keywords: memory, identity, commemoration, monuments

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 01 -	ESTÁTUA DO GENERAL CARNEIRO	55
FIGURA 02 -	POMPAS FÚNEBRES EM HOMENAGEM A JOÃO GUALBERTO GOMES DE SÁ	62
FIGURA 03 -	CAPA DA REVISTA “ILLUSTRAÇÃO PARANAENSE” DE MARÇO DE 1930	73
FIGURA 04 -	MONUMENTO “O SEMEADOR”	75
FIGURA 05 -	PRAÇA PROFESSOR JOÃO CÂNDIDO	76
FIGURA 06 -	BRASÃO DO PARANÁ	81
FIGURA 07 -	PINHEIROS NO INTERIOR DO PARANÁ	109
FIGURA 08 -	SETE QUEDAS	115
FIGURA 09 -	PAISAGEM DE VILA VELHA	116
FIGURA 10 -	FERROVIA CURITIBA-PARANAGUÁ	117
FIGURA 11 -	MEDALHAS ALUSIVAS À EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL DO CAFÉ	177
FIGURA 12 -	MONUMENTO A ZACARIAS DE VASCONCELOS	182
FIGURA 13 -	PAINEL DE ERBO STENZEL E HUMBERTO COZZO	185
FIGURA 14 -	PAINEL DE POTY LAZZAROTTO	186
FIGURA 15 -	ESTÁTUA DO HOMEM NU	187
FIGURA 16 -	ESTÁTUA DA MULHER NUA	189
FIGURA 17 -	DESFILE NA RUA 15 DE NOVEMBRO EM COMEMORAÇÃO AO CENTENÁRIO DO PARANÁ	191
FIGURA 18 -	XÍCARA COMEMORATIVA DO CENTENÁRIO DO PARANÁ	192

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
<i>I TEMPORALIDADES DE UMA HISTÓRIA SIMBÓLICA</i>	20
1 A EMERGÊNCIA DE UMA IDENTIDADE PARANAENSE: A HISTÓRIA DE UMA MEMÓRIA REGIONAL	20
1.1 A HISTÓRIA MEMORIZADA: DE COMARCA PAULISTA À INDEPENDÊNCIA DO TERRITÓRIO	21
1.2 LABORIOSOS E MORIGERADOS: OS IMIGRANTES NO PARANÁ	32
1.2.1 A figura do imigrante na identidade paranaense	43
1.3 A PARTICIPAÇÃO DO PARANÁ NO CENÁRIO POLÍTICO NACIONAL E A DELIMITAÇÃO DE FRONTEIRAS	48
1.4 O MOVIMENTO PARANISTA: A CRISTALIZAÇÃO DE UMA IDÉIA DE “PARANÁ”	67
1.5 SIGNOS IDENTITÁRIOS: BANDEIRA, BRASÃO E HINO	76
2 “O BRASIL MARCOU ENCONTRO NO PARANÁ”: O DISCURSO DA (RE)OCUPAÇÃO DO ESTADO E SUA CONSOLIDAÇÃO TERRITORIAL .	85
2.1 A (RE)OCUPAÇÃO DO NORTE DO PARANÁ: COLONIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	87
2.2 A DISPUTA DE TERRAS NO OESTE E SUDOESTE PARANAENSES	96
2.3 A “MARCHA PARA O OESTE” E A CRIAÇÃO DO TERRITÓRIO FEDERAL DO IGUAÇU	101
2.4 A “CIVILIZAÇÃO DO PINHO”: A TRADIÇÃO AO TEMPO DO CENTENÁRIO DO PARANÁ	108
2.5 A IDENTIDADE ATRAVÉS DA IMAGEM: VISÃO DA GRANDEZA NATURAL	113
<i>II O REFORÇO IDENTITÁRIO: AS COMEMORAÇÕES DO CENTENÁRIO DO PARANÁ</i>	119
3 BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETTO: PROMOTOR DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM PROL DA CONSTRUÇÃO DE UM “NOVO PARANÁ”.....	119
3.1 O PARANÁ RUMO À MODERNIZAÇÃO	120
3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DOS ANOS 1940 E 1950: OS ANTECESSORES DE MUNHOZ DA ROCHA	123
3.3 AS IDÉIAS POLÍTICAS DE BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETTO	131
3.4 A CONQUISTA DO PARANÁ: AÇÕES DO GOVERNO MUNHOZ DA ROCHA	119
3.5 A TENTATIVA DE RECONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE TERRITORIAL E POPULACIONAL NA FORMAÇÃO DE UM “NOVO PARANÁ”	139
4 REMEMORAÇÃO / COMEMORAÇÃO: O UNIVERSO SIMBÓLICO EM TORNO DO CENTENÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO PARANÁ	145
4.1 “ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA”: “PRESENTE DO PASSADO” DO CENTENÁRIO DO PARANÁ	147
4.2 “PARANÁ VIVO” E “UM BRASIL DIFERENTE”: A VISÃO DO PARANÁ SOB A PERSPECTIVA DA INTELLECTUALIDADE	149

4.3 A “ARQUITETURA MONUMENTAL” COMO MARCO SIMBÓLICO DO CENTENÁRIO DO PARANÁ	160
4.4 EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL DO CAFÉ E GRANDE FEIRA DE CURITIBA: UMA APOTEOSE AO CAFÉ!	173
4.5 1953: COMEMORANDO O CENTENÁRIO DO PARANÁ	180
CONSIDERAÇÕES FINAIS	193
FONTES	197
REFERÊNCIAS	200

INTRODUÇÃO

O início de um trabalho acadêmico é um momento desafiador. A partir da seleção do tema, a definição de objetivos, de hipóteses e de questionamentos a serem elucidados se apresenta como elemento essencial para sua elaboração. Em nosso caso, um dos fatores que colaborou para a escolha do objeto de estudo está relacionado às atividades que desempenhamos na Fundação Cultural de Curitiba e a estudos acadêmicos anteriores.

Em 1998, defendemos a dissertação de mestrado, no Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, enfocando praças e parques de Curitiba para destacar a importância desses espaços na urbanização das cidades e na sociabilidade de seus habitantes¹. Nesse mesmo ano, realizamos, na FCC, um inventário de parte dos monumentos localizados nos logradouros públicos da capital.

O cadastramento e a pesquisa histórica sobre eles revelaram-se uma atividade instigante. Conhecer a origem e a representatividade dos diversos bustos, estátuas, placas, painéis que povoam as praças, os bosques, os parques da área urbana atraiu nossa atenção para a transformação de sentidos que os monumentos adquiriram, na sociedade, até chegar a uma completa ausência de significados, nos dias atuais. Embora haja várias formas de serem apreciadas, de acordo com a sensibilidade do observador, tais obras não possuem mais a aura que as envolvia quando foram inauguradas. Transferidas de um local para outro, sujeitas às pichações e atos de vandalismos, elas passam despercebidas pelos pedestres que circulam em seu entorno.

Diante dessas constatações, optamos por investigar o sentido que norteou a execução dos monumentos, tendo como base uma das praças inventariadas. A escolha recaiu sobre a Praça 19 de Dezembro. Assim denominada desde 1879, a praça presta homenagem à emancipação política do Paraná, celebrada em 19 de dezembro de 1853. Esse fato colaborou para que, em 1953, ela fizesse parte das comemorações que assinalaram os cem anos do Estado.

Transformada em “Praça do Centenário”, a Praça 19 de Dezembro foi então projetada para abrigar um conjunto escultórico alusivo ao acontecimento comemorativo: um obelisco, uma estátua de homem despido de vestimentas,

¹ Trata-se da dissertação: “O verde na metrópole: a evolução das praças e jardins em Curitiba/ 1885-1916”

representando o homem paranaense, e dois painéis em forma de biombo, retratando os ciclos econômicos e a criação da Província do Paraná. A monumentalidade das obras, como o obelisco que passou a se sobressair na paisagem urbana com aproximadamente quarenta metros de altura, sugeria a intenção do poder público com sua execução: evidenciar a grandeza do Estado que então respirava ares “progressistas” graças ao acúmulo financeiro proporcionado pela expansão da economia cafeeira em seu território. O obelisco apontando para o alto indicaria o Paraná rumo à prosperidade, na vanguarda dos demais estados brasileiros.

Naquela circunstância, os monumentos representavam peças importantes no processo memorativo, procurando materializar os ideais de avanço e modernidade para a posteridade, propostos pelo poder estadual, e atuar como marcos referenciais identitários para a população. Executados por meio de diversas modalidades, eles serviriam para orientar os paranaenses a criar uma imagem de si mesmos, a ponto de se relacionarem com o que estava sendo retratado nos objetos.

A Praça 19 de Dezembro, no entanto, não foi o único espaço da capital reservado para sediar monumentos que perpetuassem na história regional, o Centenário do Paraná. Imóveis de arquitetura moderna², em voga nas principais capitais brasileiras, começaram a ser erguidos em distintos pontos da cidade. Riqueza e poder estavam implícitos em suas linhas geometrizes. A construção de um Centro Cívico, reunindo em um mesmo local os poderes executivo, legislativo e judiciário estaduais, por exemplo, se propunha a facilitar a administração do território e procurava reforçar Curitiba como seu centro político. Os projetos de uma sede própria para a Biblioteca Pública, possibilitando reunir informações sobre a história do Paraná, e de um teatro oficial do Estado, o Teatro Guaíra, indicavam a preocupação com o aspecto cultural do evento e sugeriam a concentração do saber regional, em Curitiba.

Bento Munhoz da Rocha Netto, então governador do Paraná, teve papel essencial no direcionamento das obras planejadas. Não obstante a pretensão de alçar o Paraná ao nível dos estados brasileiros considerados mais avançados, ele também teve

² Entendida como uma arquitetura de linhas simples e com poucos elementos decorativos, a arquitetura moderna passou a ser discutida na imprensa brasileira em meados da década de 1920. Esse estilo arquitetônico priorizava a racionalidade e novas técnicas construtivas prevalecendo o uso do concreto. Marcelo Saldanha Sutil, em sua tese de Doutorado – Beirais e platibandas: a arquitetura de Curitiba na primeira metade do século 20 – analisa a implantação desse movimento arquitetônico no Brasil e, em especial, em Curitiba.

a preocupação em conciliar suas idéias de modernidade com o raciocínio dos intelectuais conservadores de Curitiba, voltado para a história tradicional do Paraná baseada na preservação de suas raízes.

Discutir a tensão entre manter vivo o passado, por meio de monumentos, símbolos e publicações referentes às origens do Paraná para obter apoio desse grupo letrado, e a tentativa de incentivar o surgimento de um “novo Paraná”, cosmopolita, imigrantista, aberto para o futuro, com a colaboração de escritores que defendiam essas idéias é o que prima este trabalho. Nesse processo de equilíbrio entre as diferentes visões de “Paraná” está a figura de Munhoz da Rocha, que transitava por essas duas esferas de pensamento, embora fosse favorável à segunda, ou seja, a um Paraná moderno, aberto às influências que vinham de fora do Estado e do país.

Percebemos então que, sob o véu das comemorações de 1953 e seus marcos referenciais, o poder público estava investindo na construção de uma identidade paranaense, uma construção identitária que vinha sendo posta em evidência desde a criação da Província. Sendo assim, embora o Centenário do Paraná permaneça como o eixo principal de nosso trabalho, escolhemos retroceder até 1853, para selecionar momentos em que tensões identitárias estiveram prementes, e que acabaram se repercutindo cem anos mais tarde.

Dentre esses acontecimentos, ressaltamos o processo político e econômico que culminou com a fundação da Província; a difícil convivência entre imigrantes e luso-brasileiros; os enfrentamentos armados como a Revolução Federalista e o Contestado; a ocupação do norte paranaense alterando a configuração populacional daquele território, com a chegada de paulistas e mineiros; a participação de artistas e letrados na articulação do movimento paranista; a criação do Território Federal do Iguaçu.

As alterações no direcionamento do trabalho também interferiram na definição de nosso objeto de estudo. Inicialmente ele se propunha a tratar os monumentos como “lugares de memória”. Mas, ao discutirmos sobre qual memória estariam expressando e a representatividade que teriam enquanto “lugares de memória” percebemos que nosso estudo voltar-se-ia para um âmbito mais amplo e recorrente em diversos temas que tratam da história regional – a identidade do Paraná.

Para realizar esse nosso intento, estabelecemos alguns objetivos que nos orientariam no decorrer do trabalho: analisar as comemorações do Centenário do Paraná como o momento em que se procurou construir uma identidade para o Paraná

baseada em preceitos de modernidade, como progresso e desenvolvimento; destacar a interferência dos atores sociais, principalmente, dos imigrantes e dos políticos dentro do processo comemorativo; contextualizar os momentos que antecederam o Centenário do Estado, desde a criação da Província, e que traziam implícitos a intenção de forjar ou de questionar a concepção de “Paraná”; entender os símbolos e os monumentos como expressão dessa busca identitária. Com relação às nossas fontes de investigação, utilizamos a revista “Ilustração Brasileira” que, a nosso ver, representa um dos registros mais completos sobre as comemorações que mobilizaram Curitiba em 1953.³ Impresso no Rio de Janeiro, o periódico de circulação nacional publicou em dezembro daquele ano uma edição especial, exaltando as riquezas naturais e as ações do poder público paranaense para melhor exaltar o acontecimento inaugural, ou seja, a “fundação” do Paraná. Nas páginas da revista está impresso o “tom” atribuído às comemorações, a começar pela capa, na qual aparece estampado o brasão do Paraná. Destacando-se no centro do brasão, está o homem paranaense, imagem do trabalhador agrícola, representado pela figura do ceifador, circundado por ramos de mate e pinho.

Além de jornais e outros periódicos, também estão incluídas fontes oficiais, como as mensagens de Munhoz da Rocha enviadas ao corpo legislativo estadual, e os escritos de autores representativos da historiografia tradicional e contemporânea ao Centenário, como Romário Martins, Brasil Pinheiro Machado, Temístocles Linhares e Wilson Martins. A documentação iconográfica reproduzida dos acervos da Fundação Cultural de Curitiba, do Departamento Estadual de Arquivo Público e do Museu Paranaense complementam as fontes utilizadas.

A bibliografia escolhida indica os principais conceitos a serem discutidos – memória e identidade – e a teoria em que está baseado nosso trabalho. Ao tratarmos da memória, planejamos analisar os monumentos do Centenário do Paraná enquanto “lugares de memória”, conforme conceito elaborado por Pierre Nora. Segundo o historiador, eles demonstram a fragmentação da memória, que hoje precisa se ancorar em “lugares” para ser preservada:

Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a

³ Embora tenhamos privilegiado a revista “Ilustração Brasileira,” existem outras obras que versam sobre o mesmo tema. Dentre elas, citamos o “Álbum do centenário do Paraná”.

chama, porque ela a ignora. É a desritualização de nosso mundo que faz aparecer a noção. O que secreta, veste, estabelece, constrói, decreta, mantém pelo artifício e pela vontade uma coletividade fundamentalmente envolvida em sua transformação e sua renovação. Valorizando por natureza, mais o novo do que o antigo, mais o jovem do que o velho, mais o futuro do que o passado. Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade.⁴

Os restos aos quais se refere Nora representam os vestígios de uma memória esfacelada, uma pista, simultaneamente ideal e material. Nessa perspectiva, o vestígio, um monumento, por exemplo, se apresenta como o elo indizível que possibilita o entrecruzamento entre o passado e o presente. Este se fortalece por meio de seus vestígios memoriais, que podem ser revisitados sob um novo olhar. A tradição histórica, desse modo, se articula e desarticula, envolta em novas formas de interpretação:

não mais os determinantes, mas seus efeitos; não mais as ações memorizadas nem mesmo comemoradas, mas os vestígios dessas ações e o jogo dessas comemorações; não os acontecimentos em si mesmos, mas sua construção no tempo, o desaparecimento e a ressurgência de suas significações; não o passado tal como se passou, mas suas reutilizações permanentes, seus usos e abusos, sua pregnância sobre os presentes sucessivos; não a tradição, mas a maneira como ela se constituiu e transmitiu.⁵

Levando em conta a proposta de investigar a história por meio dos vestígios das comemorações, observamos a importância de se fixar “lugares de memória” na sociedade. Eles servem de apoio à memória, que, hoje, devido à aceleração da história precisa de referências para manter vivas suas lembranças.

Pierre Nora, ao discutir sobre a relação entre a memória e a história, é enfático quando escreve que a memória está próxima da afetividade, é carregada por grupos vivos e, por isso, suscetível a usos e manipulações. A história, contrariamente, representa a reconstrução problematizada e incompleta de algo desaparecido, uma operação intelectual que necessita de análise e crítica. A memória se manifesta por meio de um grupo, que por ela é unido, podendo existir tantas memórias quantos

⁴ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, 1993, n.10, p.12-13.

⁵ _____. **Les lieux de mémoire**. Paris: Gallimard, 1993, v.1, t.III, p.26.

grupos existem, como já destacara o sociólogo Maurice Halbwachs, ao elaborar o conceito de memória coletiva.⁶ Esse conceito está associado à idéia de que a memória é um trabalho de construção social, pelo qual a memória de cada um se estrutura, por meio da família e dos grupos sociais que o indivíduo faz parte. Myrian Sepúlveda dos Santos, ao analisar o estudo de Halbwachs sobre a memória, sintetiza o pensamento do sociólogo:

A afirmação central de Halbwachs sobre a memória é a de que, quaisquer que sejam as lembranças do passado que possamos ter — por mais que pareçam resultado de sentimentos, pensamentos e experiências exclusivamente pessoais —, elas só podem existir a partir dos quadros sociais da memória. (...) Se passarmos a compreender que nossas lembranças relacionam-se a quadros sociais mais amplos, compreendemos também que o passado só aparece a nós a partir de estruturas ou configurações sociais do presente, e que memórias, embora pareçam ser exclusivamente individuais, são peças de um contexto social que não só nos contém como é anterior a nós mesmos.⁷

A memória individual relativa ao que já passou, portanto, estaria vinculada a impressões do presente. Tais recordações acontecem a partir dos quadros sociais aos quais pertencemos, como a família, o trabalho, os amigos.

Novos estudos sobre a memória se disseminaram entre os historiadores contemporâneos, haja vista a proliferação dos relatos de vida que incentivaram a divulgação do método da história oral a partir da década de 1970, na França. François Dosse, historiador natural desse país, por exemplo, autor de trabalhos sobre as diversas formas de abordagens da história, considera que a memória é um importante veículo dos elos sociais, das identidades individuais e coletivas. Esse conceito estaria no âmago de um tema essencial: após ser manipulada por longo tempo, a memória encontra-se aberta para o futuro, podendo ser reapropriada coletivamente e não se apresentando como uma “simples museografia desvinculada do presente”.⁸ A memória, portanto, pode ser reativada continuamente.

⁶ _____. **Entre memória e história...**, op. cit., p.9.

⁷ SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Sobre a autonomia das novas identidades coletivas: alguns problemas teóricos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, out. 1998, v.13, n.38.

⁸ DOSSE, François. **A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido**. São Paulo: Ed. UNESP, 2001, p.36.

Nesse sentido, os pontos de referência, que organizam a nossa memória e a introduzem na memória coletiva do grupo do qual fazemos parte, se transformam em elementos significativos nos estudos sobre memória. Os monumentos, o patrimônio arquitetônico, as paisagens, os acontecimentos e os personagens históricos seriam exemplos desses pontos estruturais. Para o sociólogo Michael Pollak, que desenvolveu estudos associando a memória à preservação da identidade social, eles podem vir a se transformar em indicadores empíricos da memória coletiva de um grupo, na medida em que definem o que é comum e o que o diferencia dos demais grupos.

Ao examinar os estudos atuais sobre a memória, Pollak ressalta as mudanças de perspectiva que o conceito sofreu. Não se trata de estudar “os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade”.⁹ A memória, dessa forma, é essencial para a perpetuação do acontecimento que, segundo o sociólogo, pode ser apreendido de distintas formas. Nesse sentido, teríamos os acontecimentos vividos pessoalmente pelo indivíduo; os acontecimentos vividos indiretamente pelo indivíduo, ou seja, isto é, vividos pelo grupo ao qual o indivíduo pertence, mas dos quais ele nem sempre participou. Em seu imaginário, porém, eles tornaram-se relevantes a tal ponto, que é “quase impossível que ele consiga saber se participou ou não”, de determinado fato.¹⁰ O acontecimento é, então, reavaliado. Novas abordagens e questionamentos levam às novas indagações em torno dos fatos ocorridos. Não exatamente como se desencadearam, mas, como eles são assimilados e nas condições históricas em que são percebidos.¹¹

Assim como o acontecimento, Pollak destaca as pessoas e os lugares como elementos constitutivos da memória. As pessoas ou personagens seguem o mesmo esquema do acontecimento: podemos falar de pessoas que realmente conhecemos; daquelas que conhecemos indiretamente, e as pessoas que não fazem parte do nosso espaço-tempo, mas que se tornaram familiares pelo que apreendemos sobre elas.

⁹ Ibid, p.4.

¹⁰ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v.5, n.10, 1992, p.201.

¹¹ CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe. **Questões para a história do presente**. Bauru, SP: EDUSC, 1999, p.33.

Quanto aos lugares, existiriam os lugares da memória e os lugares relacionados a uma lembrança pessoal.

Ao refletir sobre a memória pública, Pollak ressalva que pode haver lugares de apoio à memória: os lugares de comemoração. Ele exemplifica, citando os monumentos aos mortos, da Segunda Guerra Mundial. Esses marcos históricos podem servir para o indivíduo relembrar-se do acontecimento vivenciado por ele próprio, ou então, vivido por outros, mas dos quais o indivíduo tem conhecimento.¹² Procurando estabelecer uma relação entre o pensamento de Pollak e nosso trabalho, entendemos que, da mesma forma, os monumentos do Centenário podem servir como exemplo de lugares de comemoração da história do Paraná, de acordo com a concepção com que foram concebidos, ou seja, a de perpetuarem este acontecimento.

A história, portanto, com o auxílio da memória, entendida como o “presente do passado”, estaria aberta para ser reescrita, tendo como meta o devir. Daí decorreria a atenção crescente com o patrimônio de cada nação, na atualidade, que busca um sentido para a sua história. A esse respeito consideramos a França, que celebrou pela primeira vez, em 1980, o “ano do patrimônio”, na tentativa de sensibilizar a população para a preservação de seus monumentos históricos. Pierre Nora, sobre essa questão, destaca o novo sentido atribuído ao patrimônio. Para o historiador, ele não representaria mais a frieza dos palácios nacionais, nem a majestade dos castelos ou a solenidade das igrejas. Mas a pequena igreja rural, a língua local ou as canções.¹³

Podemos justificar esse momento memorativo, principalmente, em razão da aceleração da história que altera o equilíbrio entre o presente e o passado, e nos induz à percepção de algo desaparecido.¹⁴ A ameaça da perda dos laços que nos unem à tradição, aos costumes, aos acontecimentos fundadores de nossa história e à nossa identidade, nos amedronta e nos faz voltar a atenção para mecanismos ou objetos que salvaguardem a ligação temporal do presente com o passado.

Sob essa perspectiva, a memória é um poderoso instrumento de manipulação nas mãos dos grupos sociais e, em especial na do Estado, que visa promover a unidade da nação, reforçando os laços identitários. Estudando as diversas formas como a

¹² Ibid, p.202.

¹³ NORA, Pierre. La ruée vers le passé. **Magazine littéraire**. La passion des idées. Paris. 1966–1996, p.68.

¹⁴ NORA, Pierre. **Entre memória e história...**, op. cit., p.7.

identidade e a cultura nacionais foram abordadas, o sociólogo Renato Ortiz considera que toda a identidade é uma construção simbólica. Sendo assim, não existiria uma identidade real, autêntica, mas uma pluralidade de identidades, elaboradas por grupos sociais diversos, em momentos históricos distintos.¹⁵

A tentativa de construção da identidade nacional estaria fundamentada em uma interpretação produzida por agentes históricos pré-estabelecidos que realizam uma “transformação simbólica da realidade, sintetizando-a como única e compreensível”.¹⁶ Caberia aos intelectuais desempenharem essa tarefa de mediadores simbólicos, por meio do estudo da realidade entre o popular e o nacional.

Ao discutir a identidade nacional, Ortiz distingue a memória coletiva da memória nacional. Enquanto a primeira estaria voltada para uma vivência imediata, e se evidencia por meio do rito e do mito, a segunda define-se por uma ação politicamente orientada, por ordem da ideologia. Nesse caso, ocorre uma proposta consciente de implantar um projeto de identidade pelos agentes, como pelo Estado, por exemplo, ao procurar definir uma identidade para a nação, encontrando elementos para desenvolver laços identitários.

Da mesma forma, o inglês Stuart Hall fala da fragmentação das identidades, mas a alude à crise de identidade que atinge as sociedades modernas, abalando os referenciais pessoais e culturais do indivíduo. Para Hall, o conceito é suficientemente complexo nas ciências sociais para que se possa proceder a afirmações conclusivas. No entanto, seu raciocínio é similar ao de Ortiz, ao destacar que a identidade “torna-se uma 'celebração móvel': formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam”.¹⁷ Para o sociólogo, o indivíduo assume identidades diferentes em diferentes momentos. Portanto, uma identidade única, plena seria uma fantasia.

Anne-Marie Thiesse, ao estudar a construção das identidades nacionais das nações européias, destaca a importância da unidade que deve haver entre os membros de um grupo para a elaboração de um sentimento de pertencimento. Segundo ela, o “verdadeiro nascimento de uma nação é o momento em que um punhado de

¹⁵ ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2005, p.8.

¹⁶ Ibid, p.139.

¹⁷ HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p.12-13.

indivíduos declara a sua existência e pretende prová-lo”.¹⁸ Esses esforços coletivos, entretanto, podem acontecer de formas variadas. Thiesse considera que o processo de construção coletiva das identidades nacionais não se realiza por meio de um molde único, mas de acordo com:

uma história que estabelece uma continuidade com os ilustres antepassados, uma série de heróis modelos das virtudes nacionais, uma língua, monumentos culturais, um folclore, locais eleitos e uma paisagem típica, uma determinada mentalidade, representações oficiais – hino e bandeira – e identificações pitorescas – trajes, especialidades culinárias ou um animal emblemático.¹⁹

Diante dessas reflexões acerca da relevância da memória e da identidade na construção do imaginário de um Estado ou nação e da ação do poder público nesse processo de construção, procuraremos trazer essas considerações para o meio regional paranaense, ressaltando a questão identitária e o papel da memória. Sendo assim, nosso trabalho está dividido em dois momentos, que abrange o período de 1853 a 1953.

Em “Temporalidades de uma história simbólica”, privilegiamos momentos de tentativa de construção e de reconstrução identitária do Paraná, desde a criação da Província, até o momento do Centenário, quando aconteceram acirradas disputas de terras entre os caboclos do interior do Estado e as companhias estrangeiras de colonização. Para tanto, delimitamos que:

No primeiro capítulo, refletimos sobre a memória histórica do Paraná, privilegiando momentos de traumas e de conflitos da história regional, nos quais o discurso identitário esteve mais premente, a começar pela fundação da Província, em 1853, estendendo-se até a década de 1920, quando a articulação de um movimento artístico e cultural, o Paranismo, repercutiu, sobretudo, na capital do Estado. Consideramos também as tensões decorrentes do processo de colonização do Paraná por meio da imigração; a defesa e a definição de fronteiras paranaenses, como a Guerra do Contestado; os conflitos armados como a Revolução Federalista que alçou o Paraná em nível nacional.

¹⁸ THIESSE, Anne-Marie. **A criação das identidades nacionais**. 1 ed. Lisboa: Temas e Debates, 2000, p. 15-16.

¹⁹ Ibid, p.18.

Em “O reforço identitário: as comemorações do Centenário do Paraná” trabalhamos com os elementos constitutivos do discurso que procurou forjar uma identidade para o interior do Paraná e tentamos confrontá-lo com o discurso paranista que vimos no capítulo anterior, elaborado pela intelectualidade da capital. As paisagens naturais paranaenses consistiam em um dos principais elementos identitários abordados e, por isso, também as incluímos neste capítulo.

A segunda parte do trabalho procura confrontar a situação tensional com as políticas públicas elaboradas para legitimar essas ações, das quais destacam-se os diversos marcos comemorativos construídos para sacralizar o Centenário do Paraná.

No terceiro capítulo, ao investigarmos as políticas públicas idealizadas para projetar o Paraná nacionalmente, ressaltamos o papel e as propostas do governador do Centenário, Bento Munhoz da Rocha Netto. A atuação de seus antecessores, na direção do Estado, que igualmente se manifestaram a favor da modernização do Paraná, como Manoel Ribas e Moysés Lupion, também integram este capítulo.

No quarto capítulo, com base nas discussões sobre identidade que procuramos estabelecer principalmente na primeira parte deste trabalho, analisamos o “lugar” das comemorações do centenário de emancipação política do Paraná. A partir da investigação de rastros (os símbolos, os monumentos) desse acontecimento, preservados pela história estadual, refletimos sobre o sentido memorativo que adquiriram.

I TEMPORALIDADES DE UMA HISTÓRIA SIMBÓLICA

1 A EMERGÊNCIA DE UMA IDENTIDADE PARANAENSE: A HISTÓRIA DE UMA MEMÓRIA REGIONAL

Os “heróis”, forjados pela história paranaense, são perceptíveis em diferentes espaços e “lugares de memória” do Estado. Deparamos com seus nomes em placas de ruas e praças, em forma de bustos e estátuas espalhados nos logradouros públicos da capital e das cidades do interior. Floriano Bento Viana, Francisco Paula Gomes, Francisco Rocha, Gomes Carneiro, Barão do Serro Azul e João Gualberto são algumas dessas figuras que participaram, direta ou indiretamente, do processo de construção do Estado, iniciado com o movimento separatista que culminou com a autonomia político-administrativa da região.

A Província do Paraná foi criada, em parte, como resposta aos anseios dos habitantes da Quinta Comarca de São Paulo que, desde as primeiras décadas do século XIX, desejavam emancipar-se. Os registros iniciais da tentativa de independência datam de 1811, durante o Brasil Colônia. Até seu desfecho, em 1853, homens letrados e autoridades distintas se mobilizaram em prol da emancipação da Comarca. Obtida a emancipação, a elite cultural do Paraná se dedicou à tarefa de elaborar uma identidade regional, para melhor garantir a unidade social entre os habitantes da nova Província, e distingui-la das demais províncias do país. Para pôr em prática essa proposta, a criação de marcos e símbolos, destacando os valores e as riquezas da terra, constituiu-se em significativo instrumento de fixação dessas idéias na história e na memória da população.

Levando em conta essas considerações, procuraremos refletir, neste capítulo inicial, sobre a memória simbólica da história do Paraná, com base na seleção de determinados momentos significativos em que o discurso identitário esteve mais premente. Com o auxílio de textos escritos por intelectuais e políticos, analisaremos o período que se inicia com a criação da Província e nos estenderemos até episódios de crises e questionamentos que evidenciaram a proposta de construção de uma identidade para o Paraná: o processo de colonização do Estado por meio da imigração; a defesa e a definição de fronteiras paranaenses; os conflitos armados como a Revolução Federalista e a Guerra do Contestado, nas primeiras décadas do século XX.

Nesse mesmo período, se consolidou, na capital paranaense, um movimento de cunho artístico e intelectual – o chamado Paranismo – produzindo e veiculando símbolos representativos do Estado. Reunindo figuras proeminentes da cultura local, o movimento procurou associar elementos regionais da natureza ao Paraná.

Visto que a questão identitária permeia todo o nosso trabalho, é importante destacar, em linhas gerais, que as identidades remetem ao pertencimento e à vinculação cultural e histórica entre os membros de um grupo, vindo a constituir os alicerces de uma nação. Elas se manifestam por meio de uma vontade coletiva, superando interesses particulares e induzindo os indivíduos a aceitarem os direcionamentos impostos por seus representantes.²⁰ Acreditamos que esse conceito, explicitado por Klaus Eder, sobre as identidades coletivas, pode ser transportado e aplicado em nível regional.

Da mesma forma, nos propomos a estudar as tentativas de construção de uma identidade paranaense, partindo do pressuposto defendido pelo crítico cultural Kobena Mercer, segundo o qual, “a identidade somente se torna uma questão, quando algo está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável, é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza”.²¹ Assim, a matriz da história do Paraná, a sua criação política, fornece pistas para investigarmos a razão de uma tal necessidade de buscas identitárias.

1.1 A HISTÓRIA MEMORIZADA: DE COMARCA PAULISTA À INDEPENDÊNCIA DO TERRITÓRIO

Os historiadores paranaenses, em geral, e Etelvina Trindade, em particular, analisam o movimento separatista da Quinta Comarca de São Paulo como sendo o início da tentativa de fundação de uma identidade paranaense. Segundo a historiadora, esse é um dos momentos marcantes da história do Paraná, transparente em um discurso ufanista, que defende a territorialidade e os valores regionais da futura

²⁰ EDER, Klaus. Identidades coletivas e mobilização de identidades. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n.53, p.5, 2003. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n53/18075.pdf. Acesso em 17 jul. 2007.

²¹ MERCER, Kobena. Welcome to the jungle. In: Rutherford, J. (org.). **Identity**. Londres: Lawrence and Wishart, 1990.

Província, discurso que se repetirá em outros episódios da história paranaense, reelaborado e reconstruído.

O interesse pelas reelaborações desse discurso exacerbado, em favor da terra natal, fez com que Etelvina Trindade criasse um neologismo que exprimisse o sentimento de identidade desenvolvido no Estado do Paraná no decorrer de um século. Daí surgiu a idéia de se referir à expressão “paranidade”, cuja abrangência seria mais ampla que a do “paranismo”²², visto, pela autora, como termo específico e relacionado a um período mais limitado e recente da história do Paraná: “E embora as duas palavras se liguem à exaltação dos valores autóctones, paranidade pretende ter uma acepção mais ampla que paranismo e menos datada historicamente”.²³

O persistente esforço pela separação de São Paulo teria criado, no Paraná, condições necessárias para a produção de uma mensagem fundadora da paranidade, que buscava arregimentar aspectos que caracterizassem a região, a fim de incutir na população um sentimento de guarda do território ocupado e de partilha de uma identidade comum.

Um dos fatores inerentes a essa criação identitária teria sido a valorização do tempo posterior à fundação da Província, relegando a um segundo plano a importância do espaço como elemento formador da região. O elemento indígena, nesse contexto, foi ignorado. Ao deixar de lado a história anterior do surgimento da Província, os “construtores” do Paraná procuravam “impor uma nova verdade baseada em fatos e feitos essencialmente ocorridos no território paranaense e por iniciativa de seus habitantes”.²⁴ A idéia de evidenciar somente os acontecimentos ocorridos após a emancipação, seria uma forma, portanto, de legitimar a independência político-administrativa do Paraná, ainda que fosse eliminando todo o seu desenvolvimento anterior a 1853. Essa questão também nos revela a valorização da cultura luso-brasileira encarregada de forjar a história estadual.

Sobre a causa emancipadora, Etelvina Trindade ressalta que a união dos antigos “comarcões” foi essencial para a propagação de um sentimento de “paranidade”. Para que essa união ocorresse, no entanto, certos percalços tiveram que

²² O Paranismo será abordado no decorrer deste capítulo.

²³ TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. Paranidade ou paranismo? A construção de uma identidade regional. **Revista da SBPH**, Curitiba, n.13, p.65, 1997.

²⁴ Ibid, p.66.

ser ultrapassados, dentre eles, a rivalidade entre Curitiba e Paranaguá para sediar a capital da Província.

Desde o começo de 1800, Paranaguá já vinha se movimentando para obter a independência da Comarca, com o intuito de requerer para si o aplicativo de sede do governo da então capitania de São Vicente. O escritor Osvaldo Pilotto explica as inúmeras tentativas separatistas encampadas pelos parnanguaras. Em 1811, por exemplo, a Câmara Municipal daquela cidade havia solicitado ao então príncipe regente D. João a sede da capitania, alegando manter relações comerciais diretas com a Corte, no Rio de Janeiro. Apesar dessa relação comercial, Paranaguá permanecia afastada dos acontecimentos nacionais, devido a grande distância que a separava da capital brasileira.²⁵

A persistência para se obter a emancipação durou décadas, envolvendo membros representativos da sociedade. Durante o juramento das bases da nova Constituição portuguesa, em 1821, Paranaguá novamente foi cenário para uma investida, no episódio conhecido como a “Conjura Separatista”, mas sem sucesso.²⁶ É compreensível que iniciativas como essa, não fossem adiante. O gesto isolado dessa vila, sem o apoio de outras localidades, tendeu ao fracasso.

Esse momento da história brasileira, entretanto, apresentava-se propício a manifestações separatistas, devido às idéias liberais veiculadas, principalmente, em São Paulo e que chegavam até os habitantes de Paranaguá e de Curitiba.²⁷ Com isso, o pensamento da independência do Brasil desenvolveu-se em várias partes do país, ainda que a Comarca de Curitiba, como era chamada a Quinta Comarca de São Paulo, não viesse a ter nenhuma participação de destaque no processo da independência.

A atitude de aparente alienação política por parte da população é justificada por Sérgio Buarque de Holanda. Segundo ele, a Comarca de Curitiba era uma das

²⁵ PILOTTO, Osvaldo. A criação da Província do Paraná. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, v.43, p.15, 1986.

²⁶ Estava programado para 15 de julho de 1821, em Paranaguá, o juramento das bases da nova constituição portuguesa. Idealistas como, Floriano Bento Viana, mentor do movimento, Ignácio Lustoza de Andrada e Francisco Gonçalves Rocha aproveitaram o evento para requerer ao representante do rei, um governo provisório em Paranaguá, separado da Província. Antecipadamente, chegaram a escolher aqueles que ocupariam os cargos a serem criados, desde o presidente da província até deputados, capitães e clérigos como o Padre Antônio Vieira. Novamente a iniciativa não teve êxito.

²⁷ As manifestações de independência ocorridas, em São Paulo, seriam reflexos do movimento liberal que aconteceu na cidade do Porto, em Portugal, em 1820, quando os portugueses criticavam a permanência da Corte no Rio de Janeiro.

regiões de São Paulo mais leais à estrutura econômica e social do antigo regime.²⁸ Além do que, fatos significativos para a Nação mal chegavam ao conhecimento de seus habitantes, que se mantinham isolados. Assim, só se soube, por exemplo, do movimento pela emancipação do Brasil, poucos meses antes de sua concretização.²⁹

A instabilidade da Nação permitiu que manifestações separatistas irrompessem por todo país, evidenciando a luta pelo poder local. No sul, por exemplo, em 1835, iniciou-se a guerra dos Farrapos,³⁰ que se prolongou até a década de 1840, quando também irrompeu um movimento revolucionário em Sorocaba (chefiado pelo ex-presidente de São Paulo, Rafael Tobias). A comarca de Curitiba situava-se em posição estratégica, a meio caminho entre as duas revoltas, e próxima à Argentina e ao Paraguai, de onde poderiam vir reforços destinados aos revolucionários.

Nesse momento, a região atraiu, finalmente, as atenções das autoridades provinciais. O receio de que os habitantes aderissem a esses dois conflitos, avultando-os ainda mais, abriu o debate com os dirigentes de São Paulo, que passaram a aceitar a idéia da separação da Comarca. Para o futuro, pensar-se-ia com mais empenho em sua elevação à categoria de Província.³¹ Até então, a resistência dos políticos paulistas estava relacionada ao retalhamento da própria província e à perda do território, aludindo ao significado de que “terra é poder”.

O economista Divonzir Lopes Beloto destaca como as ligações entre a Comarca e a Província de São Paulo eram delicadas, não somente no aspecto administrativo como no econômico-fiscal, porque o maior prejuízo dizia respeito ao

²⁸ BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967, v.4, p.457.

²⁹ O desejo de inserirem-se nos acontecimentos nacionais, provavelmente, foi o que motivou os paranaenses a exaltarem com tamanho ímpeto a presença do padre curitibano Ildefonso Xavier Correia no teatro de São Paulo, no dia da independência. Ali foi celebrada a cerimônia que oficializou o acontecimento, em 7 de setembro de 1822. Teria sido Ildefonso Correia quem rendeu “vivas” ao monarca, proclamando-o imperador do Brasil. Na figura de Ildefonso Correia estaria personificada a participação de toda a Comarca de Curitiba.

³⁰ A Guerra dos Farrapos ocorreu no Rio Grande do Sul quando o Brasil era governado pelo Regente Feijó (Período Regencial). Esta rebelião, gerada pelo descontentamento político, durou por uma década (de 1835 a 1845). O estopim para a revolta foi as grandes diferenças de ideais entre dois partidos: um que apoiava os republicanos (os Liberais Exaltados) e outro que apoiava os conservadores (os Legalistas). Seu líder foi Bento Gonçalves da Silva.

³¹ Em 1842, o Barão de Monte Alegre, então presidente de São Paulo, escreveu ao ministro do Império, solicitando a divisão das terras. Justificou que havia dificuldade de comunicação das diversas vilas da Comarca com a sede do governo, e de fiscalização desses lugares e de seus habitantes que, na época, somavam quarenta mil. Por último, indicava Curitiba para sediar o governo, por localizar-se na área central da Comarca.

fator administrativo, dificultado pela grande distância entre a Comarca e o governo central. Para o autor, a Revolução Liberal, no Paraná, “tem um significado na administração da estratégia imperial, à medida que os liberais curitibanos deixam de se aliar aos revolucionários e aderem a uma tática de preservação da unidade hegemônica imperial”.³² A partir de trechos extraídos de correspondências entre João da Silva Machado, gaúcho, político, fazendeiro e defensor do poder monárquico, e o presidente de São Paulo, Barão de Monte Alegre, Lopes Beloto reúne indícios sobre as discussões políticas que ocorriam no interior da Comarca, como em Ponta Grossa, Lapa, Castro e Paranaguá, e a preocupação de sua localização, situada “entre dois fogos”.

A mobilização pró-emancipação do território, que caberia ao Paraná, disseminou-se em outras regiões, interessando aos políticos e à imprensa de várias partes do país. A propaganda separatista foi veiculada pelos periódicos de São Paulo e do Rio de Janeiro, graças ao empenho de figuras importantes, como os parnanguaras Manoel Francisco Correia Júnior e Francisco de Paula Silva Gomes.

Em 1853, surgiu um projeto do Senado para a criação da Província do Paraná. Em sua defesa, Antônio Cândido Cruz Machado teve papel preponderante, rebatendo as críticas dos políticos contrários a essa medida. Cruz Machado, então deputado pela Província de Minas Gerais, aludiu às inúmeras tentativas de emancipação da Comarca. Por fim, em 20 de agosto daquele mesmo ano, a proposta foi aprovada. Transformado em lei, o documento definia a denominação oficial de Província do Paraná em relação ao território que antes compreendia a Quinta Comarca; Curitiba transformou-se, automaticamente, em capital da Província. A lei nº 704, sancionada em 29 de agosto de 1853, criando a Província do Paraná, teria inaugurado a história regional, transformando-se em ato fundador. Objeto de culto, a lei passou a ser celebrada, nas comemorações anuais que marcavam o aniversário de criação da Província.

Nos dizeres do escritor Wilson Martins, para o Paraná, que começou a existir a partir da aprovação dessa lei, o ano de 1853, é “uma ruptura, não uma continuidade”. A data seria prospectiva, não retrospectiva, tendo em vista que, até então:

³² BELOTO, Divonzir Lopes. **A criação da Província do Paraná: a emancipação conservadora**. 1990. Dissertação – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1990. p.62

não existia nenhum paranaense antes disso, pelo simples motivo de que a província ainda não havia sido criada. Havia apenas curitibanos, naturais da 5ª comarca, como hoje designamos pelos adjetivos locais os habitantes dos diversos municípios – que não deixam de ser paranaenses, assim como os curitibanos de 1853 não deixavam de ser paulistas.³³

Para Etelvina Trindade, a longa luta pela autonomia político-administrativa teria criado as condições necessárias para a produção de um discurso fundador da paranidade.

Como sabemos, a emancipação política ocorreu em um momento em que o Brasil passava por transformações importantes: a abolição do tráfico negreiro e a edição de Lei de Terras. Simultaneamente, a preocupação regionalista passou a ser uma das questões latentes no meio cultural nacional. Eruditos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro buscavam retratar as realidades específicas do país, através da escrita de histórias regionais. A esse propósito, Anne-Marie Thiesse, que estuda as tradições e as heranças coletivas, na Europa, como instrumentos legitimadores, afirma que a nação surge no momento em que um “punhado de indivíduos declara a sua existência e pretende prová-lo”.³⁴ Os intelectuais brasileiros, naquele momento, portanto, estariam agindo nessa direção.

A pretensão à elaboração de uma identidade, seja ela relativa à nação, ao Estado, à Província, essa busca de valores capazes de unir a sociedade, por meio de um sentimento de pertencimento, encontra-se presente na literatura e na história nacionais da segunda metade do século XIX.³⁵ Aos poucos, a antiga Comarca de São Paulo procurava consolidar-se como unidade autônoma e singular da nação brasileira, almejando atingir um patamar aceitável de desenvolvimento.

Desse modo, a Província do Paraná tentava operar transformações que pudessem elevá-la aos padrões de civilidade, semelhantes aos das principais capitais

³³ MARTINS, Wilson. **A invenção do Paraná**: estudo sobre a presidência Zacarias de Góes e Vasconcellos. Curitiba: Imprensa Oficial, 1999, p.19.

³⁴ THIESSE, Anne-Marie. **A criação das identidades nacionais**. Lisboa: Temas e Debates, 1999, p.15-16.

³⁵ PAZ, Francisco M. **Na poética da História**: a realização da utopia nacional oitocentista. Curitiba: Ed. da UFPR, 1996, p.17.

brasileiras. As observações de Zacarias de Vasconcelos³⁶, acerca das qualidades da região, corroboravam com esse pensamento:

Banhada, de um lado pelo oceano, onde lhe não faltam bons portos, de outro pelo majestoso Paraná, cortada de rios consideráveis, no gozo de um clima reconhecidamente saudável, com terrenos fertilíssimos, que prestam-se aos mais abundantes e variados produtos, tinha a 5ª comarca da província de S. Paulo direito e proporções para haver subido a um elevado grau na escala dos melhoramentos que caracterizam a vida moderna.³⁷

Da alteração dessa precariedade em uma nova dinâmica (a de progresso), se deveriam ser extraídos os elementos legitimadores do Paraná. Isso porque, com a instalação da Província, a consolidação de estruturas estatais tornou-se um imperativo. Ao lado de uma infra-estrutura econômica, fazia-se necessário o investimento do Paraná na política nacional. Aliás, os discursos dos seus políticos insistem na consolidação da unidade da província e do Império.³⁸ Uma das principais preocupações do presidente da nova Província consistia na criação de vias de acesso que permitissem ligar Curitiba ao litoral.

Zacarias de Vasconcelos se apressou em dividir a antiga Comarca de forma a facilitar sua governabilidade. Segundo ele, importantes funções administrativas, como a de juiz de direito, tornavam-se penosas diante das longas distâncias a serem percorridas, ora em direção à marinha, ora em direção dos Campos Gerais. Em virtude disso, criaram-se três comarcas na Província: uma no litoral, com sede em Paranaguá, e duas nos planaltos, com sede em Curitiba e em Castro, respectivamente.

A confirmação de Curitiba como capital obedecia a orientações do governo imperial.³⁹ Além do que, a proximidade de Curitiba das localidades de serra acima

³⁶ O baiano Zacarias de Góes e Vasconcelos (1815-1877) foi nomeado presidente da Província do Paraná em 17 de setembro de 1853 e viria tornar-se, na opinião de alguns historiadores, um dos mais notáveis estadistas do Império. Para Wilson Martins, ele criou a *Província*, não somente no seu significado administrativo puro e simples, mas teria lhe instituído uma “identidade coletiva”. Ao assumir a presidência do Paraná, aos 38 anos, ele já fora deputado provincial pela Bahia, presidente do Piauí e do Sergipe e ministro da Marinha. MARTINS, Wilson, op. cit., p.22-23.

³⁷ PARANÁ. Assembléia Legislativa Provincial. **Relatório do Presidente da Província do Paraná, o conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial, em 15 de Julho de 1854.** Curitiba: Typ. Paranaense, 1854, p.1

³⁸ TRINDADE, op. cit., p.68.

³⁹ O presidente da Província de São Paulo, o Barão de Monte Alegre, quando se dirigiu ao ministro do Império, em 1842, para solicitar a emancipação da Comarca de Curitiba, citou que competiria à

consideradas com menos cultura e adiantamento que as de beira-mar, concorreria para zelar pelo cumprimento das leis. Também devemos atentar para o fato de que a economia de tropas e do mate contribuiu para fortalecer a cidade como núcleo de povoamento da região.

A qualidade dos ares da capital seria referendada no decorrer do tempo pelos visitantes que estiveram na cidade, como, por exemplo, pelo escritor paranaense Nestor Vítor dos Santos que, em 1913, esteve a passeio em Curitiba. Para Vítor, a temperatura européia curitibana diferia do “palustre litoral oceânico” de outras partes do país.⁴⁰

Em que pese ostentar o título de capital da Província, Curitiba, era uma restrita cidade. O viajante Avé-Lallemant que a visitou, em 1858, relatou que não encontrou nada de grandioso em Curitiba, mas destacou algumas melhorias que ocorreram com a chegada do presidente e de seu corpo administrativo. Segundo o naturalista, ela já tinha seu “palácio”. Tratava-se de uma construção baixa e modesta, mas bonita e asseada, que contrastava com o desmazelo das ruas e das praças desordenadas. Importantes edificações surgiam ao redor da Praça da Matriz, hoje Praça Tiradentes, como o quartel e a Casa de Câmara e Cadeia. Na frase de Avé-Lallemant também é perceptível o tom progressista que marcaria o discurso dos paranaenses: “... em resumo, Curitiba, a velha vila enfezada, marcha com energia para um novo desenvolvimento.”⁴¹

Restringia-se somente a algumas centenas de casas, entre moradias e comércio, sendo seu número de habitantes equivalente a somente 5.819.⁴² Romário Martins aponta como a vila era “uma insignificância, que de cidade só tinha o predicamento oficial”.⁴³ Sem iluminação pública, a cidade não possuía mais de dez ruas. As repartições municipais funcionavam em prédios alugados e na paróquia havia

Curitiba sediar o governo. Para o barão, a cidade ficava no centro da Comarca, facilitando a comunicação com as demais localidades. MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995, p.336-337.

⁴⁰ SANTOS, Nestor Vítor dos. **A terra do futuro** (impressões do Paraná). 2ª ed. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba 1996.

⁴¹ AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagem pelo sul do Brasil no ano de 1858**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1953, p.275-276.

⁴² MARTINS, Romário. **História do Paraná**, op. cit., p.410.

⁴³ _____. **Curytiba de outrora e de hoje**. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 1922, p. 167.

quatro igrejas em mau estado, a começar pela matriz localizada na praça central. Essa descrição feita por Rocha Pombo⁴⁴, em sua obra “Paraná no centenário”, nos fornece indícios sobre a escassez de recursos que imperava, na capital paranaense, nos idos de 1853.

Outros escritores também deixaram registros impressos sobre a carência de recursos físicos e humanos de Curitiba. Diante da precariedade em que ela se apresentava, alguns se manifestaram a favor da transferência da capital para Paranaguá, considerada mais adequada para abrigar a administração provincial.

Um dos mais veementes defensores dessa alteração foi o inspetor da alfândega de Paranaguá, Demétrio Acácio Fernandes da Cruz. Em 1863, publicou “Apontamentos históricos, topográficos e descritivos da cidade de Paranaguá”, na qual expõe seus argumentos a favor da substituição dessa cidade para ser a capital. Embora encarregado de analisar o funcionamento do sistema agrícola da cidade, ele nos proporciona uma interessante visão de Paranaguá, descrevendo com detalhes a cidade litorânea, sua geografia, edificações e arruamentos, instituições religiosas, além de episódios da história brasileira dos quais Paranaguá tenha sido palco.

Sobre essa questão, o historiador Carlos Roberto Antunes dos Santos, ao se referir a esse episódio, afirma: “... para o autor [Demétrio Acácio], a cidade que detinha todos os predicados para tornar-se a capital da província era Paranaguá, não se constituindo como tal em virtude de imposições políticas.”⁴⁵

Por sua parte, o relato de Theophilo Ribeiro de Rezende, mencionado por Demétrio Acácio atrai a atenção na medida em que, não obstante ocupar o cargo de vice-presidente do Paraná, em 1855, manifesta-se cético quanto ao presente e ao futuro da capital:

Este lugar efetivamente nada promete, estéril e sem cultura, nem sequer tem comércio, exceto o pequeno mercado, ora feito com os empregados civis e militares. Digo que não há comércio propriamente dito na capital, porque é conhecido que em toda a província só há de erva e pouco de animais: o primeiro dá-se em Morretes e Paranaguá; e para o de animais serve a província apenas

⁴⁴ O jornalista, professor, poeta, historiador e deputado provincial José Francisco da Rocha Pombo nasceu em Morretes, no Paraná, a 4 de dezembro de 1857. Era filho de Manuel Francisco Pombo e de Angélica da Rocha. Em 16 de março de 1933, foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras, mas, bastante adoentado, não chegou a tomar posse da cadeira nº 39. Faleceu no Rio de Janeiro em 26 de julho de 1933.

⁴⁵ FONTES para a história do Paraná: cronistas séculos XIX e XX. Curitiba: SEEC, 1990. p.15.

de intermediária ao Rio Grande e S. Paulo, sendo pontos de trânsito, Guarapuava, Príncipe, Ponta Grossa e Castro, tudo muito distante de Curitiba. Acresce que esta povoação nem ao menos é lugar obrigado de passagem do interior para o litoral e vice-versa, como a capital de S. Paulo, tornando-se por isto isolada e hoje apenas receptáculo dos empregados civis, militares e de um outro especulador.⁴⁶

Embora tenham existido muitas críticas quanto à elevação de Curitiba à condição de capital da Província, é de se ressaltar a posição daqueles que foram favoráveis a essa situação. O naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire, por exemplo, que esteve no Brasil entre 1816 e 1822, exprimiu-se a favor da transferência do ouvidor de Paranaguá para Curitiba, ocorrida naquele período. Segundo o mesmo, seria justa essa mudança, uma vez que a região estava separada desigualmente.

Eu deixaria incompleto o que tinha a dizer a respeito dessa bela comarca se silenciasse sobre um desejo manifestado por seus habitantes desde 1822 e inúmeras vezes exprimido, qual seja o de separá-la da província de São Paulo. Em 1840, essa reivindicação foi feita de uma maneira especial. Ao responder às autoridades locais, o Ministério fez-lhes várias perguntas que demonstravam claramente não ter o governo grande conhecimento dessa parte do Brasil.⁴⁷

Tal privilégio concedido à Curitiba, designada finalmente capital da Província, em 1854, impõe-lhe novas prerrogativas. Com a instalação da sede político-administrativa, a cidade paulatinamente se desenvolveu. Em 1857, por exemplo, o poder público realizou um ordenamento urbano da capital, baseado no levantamento do engenheiro Pierre Taulois, onde foram demarcadas as primeiras ruas da cidade. Previu-se também o alinhamento predial, o caiamento das casas e uma iluminação eficiente.

Ressaltamos no momento que, não se trata, no nosso estudo, de descrever a história do Paraná, de relatar as crônicas de viajantes, mas de apontar alguns episódios e momentos significativos da construção de uma história regional, marcada desde o início pela rivalidade entre cidades, povoações e costumes. Na tentativa de superar as divergências, um discurso oficial se constrói com o objetivo de unir, de consolidar, de fortalecer os laços entre as diferentes regiões; enfim, de criar marcos, símbolos

⁴⁶ CRUZ, Demétrio Acácio Fernandes da. **Apontamentos históricos, topográficos e descritivos da cidade de Paranaguá**. Rio de Janeiro, Tipografia do Diário do Rio de Janeiro, 1863. p.104.

⁴⁷ SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem pela comarca de Curitiba**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1995, p.180.

identitários, ritualizados por meio das comemorações. A valorização do período pós 1853, foi uma decisão para consagrar o Paraná que teria sido forjado pelos portugueses e brasileiros.

Com efeito, a despeito das dificuldades encontradas nos primeiros tempos da Província, a data comemorativa de sua instalação passou a ser, periodicamente, rememorada. Uma pesquisa feita por nós no jornal Dezenove de Dezembro, o primeiro de Curitiba, sobre essas celebrações, nos remete ao dia 23 de dezembro de 1854, portanto, poucos dias após o primeiro aniversário de fundação da Província. A denominação do jornal se constitui em uma forma de sacralizar esse acontecimento.

A partir de então, comícios, discursos, hinos marcariam anualmente a data de 19 de dezembro. Em 1903, quando o Paraná celebrava cinquenta anos de emancipação foi organizada uma das comemorações mais expressivas: a exposição estadual de produtos paranaenses.⁴⁸ A data também serviu para demarcar diversas inaugurações na capital, ao longo do tempo, principalmente aquelas direcionadas para as reformas urbanas. Em 19 de dezembro de 1915, por exemplo, Cândido Ferreira de Abreu, então prefeito de Curitiba, remodelou a Praça Zacarias, no centro da cidade, e entregou oficialmente à população o monumento de Zacarias de Vasconcelos, instalado naquela mesma praça.

Comemorações cívicas nos reportam aos lugares simbólicos. Para o historiador Pierre Nora, esses “lugares de memória” seriam os espaços, os monumentos, os símbolos através dos quais a sociedade exprime suas lembranças. Fazem parte dos lugares imateriais de memória as comemorações de datas oficiais, os signos, os emblemas. Esses diferentes “lugares” (bustos, placas, esculturas, arquitetura, entre outros) atuam como instrumentos de união entre os membros de uma comunidade.

Aplicados à realidade histórica paranaense, os chamados “lugares de memória”, reinvestidos de sentidos ao longo do tempo, foram concebidos e executados nas primeiras décadas, após a sua emancipação, como veremos a seguir. Mas antes de abordar esses ‘lugares’, vestígios do passado, é necessário elucidar os elementos considerados constitutivos da identidade do Paraná; os homens, o território, os símbolos.

⁴⁸ Sobre essa exposição, comentaremos no decorrer deste trabalho.

Dentro dessa perspectiva, mapear momentos de construções e reconstruções identitárias permitem melhor entender a história política estadual, assinalada por uma busca permanente de marcos que a representem. Passada a conquista da emancipação, uma segunda fase regionalista se desenhou, em torno de dois pontos: a população e a definição de fronteiras.

1.2 LABORIOSOS E MORIGERADOS: OS IMIGRANTES NO PARANÁ

Certamente a imigração estrangeira ocupa um lugar importante na escrita da história do Estado. Para a historiadora Altiva Pilatti Balhana, autora de diversos trabalhos sobre imigração européia no Paraná, o termo “imigração”, geralmente esteve associado à importação de trabalhadores assalariados livres para a lavoura. Paralelamente, a palavra “colonização” foi utilizada para distinguir a imigração destinada à formação de núcleos de povoamento e de produção agrícola. Altiva Pilatti ressalta que disso deriva a denominação de colonos, pequenos proprietários, habitantes da região sul do país, e o termo “colônia” equivalente ao agrupamento dessas propriedades.⁴⁹

Discorrendo sobre a entrada de imigrantes, no Brasil e, em especial no Paraná, a historiadora demonstra como esse processo alterou-se de acordo com o contexto histórico. Se no início, era o governo que liberava licenças especiais e limitadas, a preocupação em preencher os grandes vazios demográficos da nação, com o passar do tempo, fez com que o poder público facilitasse e até incentivasse a vinda dos europeus ao país (a partir da segunda metade do Oitocentos).

As autoridades do Paraná compactuavam com esse pensamento. Para Cândido de Abreu, Inspetor Especial de Terras e Colonização, entre 1887 e 1889, era preciso aumentar a população paranaense, para preencher os espaços desabitados do território onde imperavam “animais ferozes [e] que [serviam] de passeio temporário ao erradio selvagem”⁵⁰ A imigração era apontada como o caminho para a renovação dos brasileiros, uma forma de fortalecer a nação corrompida pelos vícios e pelo

⁴⁹ BALHANA, Altiva Pilatti. Política imigratória do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.2, p.65-80, maio/jun. 1969.

⁵⁰ TRINDADE, op. cit., p.51.

contato com a escravidão.⁵¹ Os estrangeiros passaram a serem vistos como os formadores da nova população brasileira.

No caso do Paraná, a primeira iniciativa para fixação de trabalhadores europeus aconteceu em 1829, na época, ainda comarca de São Paulo, às margens do rio Negro, com o estabelecimento de imigrantes alemães. A disposição se insere no amplo programa de colonização promovido pela Corte imperial que, no entanto, sem um controle efetivo, provocou críticas aos gastos públicos dispensados para a formação dos núcleos coloniais. Tanto que, em 1830, uma lei oficializou a proibição desses gastos, retraindo o processo migratório.⁵²

Após quatro anos, começou uma nova fase de estímulo à imigração, quando foi autorizado às províncias mobilizarem-se para impulsionar, juntamente com o governo central, o estabelecimento de colônias.

Mediante uma subvenção fornecida pelo governo central, os colonos deveriam ser encaminhados para os serviços de abertura de estradas da região. Caso fossem direcionados para a agricultura, seriam distribuídos entre os lavradores de café.⁵³ Essas determinações, oficializadas por Zacarias de Vasconcelos, procuravam resolver o problema da baixa densidade demográfica regional, sem preocupar-se com uma distribuição uniforme das povoações pela Província.⁵⁴

Deve-se levar em conta que, contrariamente às demais regiões do Império, onde a imigração destinava-se a suprir a falta de trabalhadores na lavoura para exportação, no sul do Brasil, o incentivo migratório ocorreu para a criação de uma agricultura de subsistência.

Diversas administrações provinciais, a partir da década de 1870, tentaram definir articulações entre a política de colonização e a de emancipação, tendo em vista o fim da sociedade escravocrata, considerada um obstáculo para a implantação de um

⁵¹ TRINDADE, Etelvina Maria de Castro & ANDREAZZA, Maria Luiza. **Cultura e educação no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001. p. 52.

⁵² TRINDADE & ANDREAZZA, **Cultura e educação...**, op. cit., p. 70.

⁵³ PARANÁ. Província. **Lei nº 29, de 21 de março de 1855**. Curitiba, 1855.

⁵⁴ Wilson Martins, em sua obra “A invenção do Paraná”, destaca que, em 1854, havia duas cidades (Curitiba e Paranaguá), sete vilas (Guaratuba, Antonina, Morretes, São José dos Pinhais, Lapa, Castro e Guarapuava), seis freguesias (Campo Largo, Palmeira, Ponta Grossa, Jaguariaíva, Tibagi e Rio Negro) e quatro capelas curadas (Guaraqueçaba, Iguaçu, Votuverava e Palmas). Segundo o autor, nessas localidades, existiam de mil a cinco mil habitantes. No mais, prevaleciam os campos gerais, florestas e a serra do mar.

projeto de modernidade e prosperidade para a Província.⁵⁵ As Câmaras Municipais solicitaram o assentamento de colonos nas terras do rocio para o plantio de gêneros alimentícios e deram início à implantação de medidas de desenvolvimento urbano: abertura de estradas interligando as colônias; execução de obras de infra-estrutura, incluindo hospitais e serviços de iluminação.

Desse modo, em torno de Curitiba, se estabeleceram colônias formadas por distintos grupos de imigrantes: alemães, italianos, poloneses, franceses, ingleses, suíços. O presidente da Província, Adolfo Lamenha Lins traçou como uma das principais metas de governo estabelecer um programa de gerenciamento da colonização. Para o presidente, a agricultura era uma atividade que necessitaria de uma mão-de-obra especializada, que a colonização poderia fornecer, por meio de braços fortes, mecanismos aráveis modernizados; investimento de capitais para o seu desenvolvimento.

Delineava-se para ele, portanto, uma trilogia formada pela colonização, pela indústria e pelo capital, “molas mestras” para a prosperidade do Paraná. Para complementar essa trilogia, a instrução profissional seria a responsável por tornar o camponês mais ativo dentro da economia proposta por ele. Na opinião de Antunes dos Santos:

o Paraná seria o território ideal para a implementação de um novo processo de colonização com base na mão-de-obra imigrante estrangeira, experiência da qual a Província, até certo ponto, já estava se beneficiando através de um fluxo de camponeses alemães, reimigrantes ou descendentes que, provenientes das colônias Dona Francisca e Blumenau, de Santa Catarina, fixaram-se no rocio da Capital.⁵⁶

O sucesso obtido com o programa de colonização, contudo, sofreu sério abalo. Isso porque, em 1876, cerca de vinte mil imigrantes russos-alemães, ao serem conduzidos para cidades do interior, como Lapa, Palmeira e Ponta Grossa, receberam as piores terras para o plantio, ocasionando o fracasso da colonização. Muitos desses imigrantes, famintos e sem moradia, encaminharam-se para Paranaguá para abandonar o país, causando grande repercussão negativa em nível internacional.

⁵⁵ SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. **Vida material/ vida econômica**. Curitiba: SEED, 2001. p. 71.

⁵⁶ Ibid, p.80.

O fato de receberem terras impróprias é um indicativo da receptividade que os imigrantes tiveram e de que não eram bem quistos, pelo menos, por uma parcela da população luso-brasileira.

Apesar disso, aqueles que permaneceram no Paraná, colaboraram para a inovação de formas de trabalho. Eles introduziram o carroção eslavo puxado por três pares de cavalos que auxiliava no transporte da erva-mate do interior até a capital e daí até o litoral para a exportação.⁵⁷ Esse fato vem de encontro à observação de Altiva Pilatti, quanto à expectativa das autoridades provinciais, as quais esperavam que os imigrantes favorecessem o progresso da região dos Campos Gerais, introduzindo técnicas e instrumentos mais avançados no manejo com a terra.⁵⁸ Embora tenham contribuído para a inclusão de novos costumes no cotidiano da população, o que se percebe é que a maioria dos estrangeiros manteve uma economia de subsistência, e não concorreu para a mudança significativa dos hábitos dos paranaenses.

Novamente observamos que a chegada dos estrangeiros, no Paraná, não correspondeu às expectativas dos governantes que previam a influência dos conhecimentos europeus sobre a cultura da região. Nesse sentido, podemos considerar a valorização do que era “de fora” e um conseqüente menosprezo pelo que era próprio da terra. É importante também levar em conta, que o país tentava afirmar-se como nação avançada, com base nas idéias dos países da Europa.

O malogro de grande parte das colônias e a necessidade de liberar os cofres públicos incitaram à extinção do programa de imigração, na década de 1880, resultando na emancipação dos núcleos existentes. O presidente do Paraná, João José Pedrosa, no período, avaliou os resultados obtidos até aquele momento. No relatório de 1881, que apresentou à Assembléia Legislativa, salientou que a colonização prosperou somente nos terrenos próximos à capital. Na região central do Paraná, ela permanecia decadente e, no litoral, dependia dos trabalhos executados pelo governo e de obras de ligação entre a marinha e o planalto. O presidente confiava que os colonos deveriam se estabelecer perto de povoações que lhes oferecessem trabalho na lavoura ou na indústria. O grande contingente de imigrantes, também poderia ser aproveitado

⁵⁷ WACHOWICZ, Ruy. **História do Paraná**. 10 ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002. p. 152.

⁵⁸ BALHANA, op. cit., p.76.

em obras importantes, como a da construção da estrada de ferro Curitiba – Paranaguá.⁵⁹

Percebemos que a ação do poder público, ao promover a constituição de núcleos coloniais nos arredores de Curitiba, fez com que o plano de colonização se limitasse às terras já ocupadas historicamente. Não representou, dessa forma, uma contribuição efetiva para o povoamento do território do Paraná.

Devemos considerar, no entanto, que, nessa região, com a colaboração dos imigrantes, o plantio de produtos agrícolas teve um significativo aumento e diversificação, formando um cinturão verde ao redor da capital. A colonização também teria favorecido a preservação de parte da territorialidade da Província, originando um mercado interno e rotas de abastecimento.

A chegada de imigrantes ao Paraná trouxe renovações nas técnicas agrícolas, possibilitando maior produtividade e consumo, contribuindo para a formação de um sistema de produção agroalimentar na Província.⁶⁰ Desenhava-se com isso um novo Paraná, como coloca Antunes dos Santos, pondo, lentamente, em prática, o projeto de modernidade e de urbanização da região.

Aliás, para a elite paranaense, a preocupação maior era forjar uma imagem de integração total do imigrante, destacando as famílias chefiadas por homens aptos ao trabalho e à reprodução.

Essas transformações, porém, trouxeram consigo conflitos e tensões entre os estrangeiros e os luso-brasileiros aqui já estabelecidos. Afinal, ao pôr em prática o plano de colonização, o governo provincial teria levado em conta a receptividade desse projeto junto à sociedade paranaense? Como a elite ervateira, que então dominava a economia, recebeu os novos trabalhadores? Quais os mecanismos utilizados pela administração pública, para coordenar a nova realidade populacional que então se formava? Quanto à intelectualidade, esta inseriu os imigrantes no discurso identitário que marcou o final do século XIX e início do XX? Eis algumas questões que procuraremos abordar a seguir.

Dentro dessa perspectiva, a vinda dos imigrantes para o Brasil e, em particular, para o Paraná, certamente trouxe consigo contradições. Para os governantes

⁵⁹ PARANÁ. Assembléia Provincial. **Relatório do presidente da Província João José Pedrosa, à Assembléia Provincial**. Curitiba: Tipografia Perseverança, 1881. p.65-66.

⁶⁰ Ibid. p.82.

provinciais, havia a necessidade de dinamizar e diversificar a economia, aproveitando a fertilidade do solo, a força de trabalho e o mercado consumidor em expansão. Nesse sentido, a entrada de trabalhadores europeus era bem vista, não somente pelas autoridades administrativas, mas também pela elite ervateira que dominava o comércio da região, em um momento da história nacional em que a campanha abolicionista se intensificava.

Como ressalta o historiador Magnus Pereira, ao estudar o desempenho da indústria ervateira no Estado, no século XIX, e as relações sociais criadas em torno dessa atividade econômica, a “exploração industrial do mate contribuiu decisivamente para a desagregação do escravismo no Paraná”.⁶¹ Assim como a erva-mate auxiliou na dissolução da economia de subsistência, ela pode ser tida como a responsável pelo término dos laços paternalistas entre os empregados e os grandes fazendeiros. Sem tal vínculo, os ex-protegidos não mais mantiveram vigilância sobre os escravos, vigilância essa fundamental para a sobrevivência da escravidão. Pereira também relaciona a urbanização das cidades como outro elemento facilitador de uma maior liberdade de ação para os cativos, um espaço onde passou a imperar o trabalho livre.

Alterações como essas na mão-de-obra paranaense serviram para reforçar a participação dos colonos como solução para o cultivo dos alimentos em terras da região, desvencilhando o Paraná de preços onerosos dos produtos de importação.⁶² Nesse período, houve a expansão da produção mercantil e o surgimento de novos setores econômicos, interferindo nas relações de trabalho que culminaram com a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, como destaca Eduardo Spiller Pena, ao trabalhar com a escravidão na sociedade paranaense. Para o historiador, houve um reordenamento na aparelhagem produtiva das fábricas de beneficiamento do mate, em Curitiba, favorecendo o trabalho assalariado.⁶³ Para as elites, a entrada dos colonos estrangeiros era então vista como uma possibilidade de progresso.

Inseridos nesse contexto de mudanças, os imigrantes possibilitaram a formação de um novo modelo de população. A imagem do imigrante branco, livre,

⁶¹ PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. **Semeando iras rumo ao progresso:** ordenamento jurídico e econômico da Sociedade Paranaense, 1829-1889. Curitiba: Ed. da UFPR, 1996. p. 12.

⁶² NADALIN, Sérgio Odilon. **Paraná:** Ocupação do território. População e migrações. Curitiba: SEED, 2001. p.69-72.

⁶³ PENA, Eduardo Spiller. **O jogo da face:** a astúcia escrava frente aos senhores e a lei na Curitiba provincial. 1990. Dissertação – Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 1990. p.75-77.

pacífico e laborioso estendia-se em nível nacional, a promover o “branqueamento” dos brasileiros, e o trabalho, até então identificado como tarefa subalterna, relegada aos escravos, também mudou de sentido. Ao referir-se à representatividade do imigrante para a sociedade brasileira, o historiador Sérgio Odilon Nadalin comenta que “o contato com o imigrante europeu deveria servir à eliminação das máculas da sociedade brasileira e levar o elemento nacional a produzir”.⁶⁴

No caso do Paraná, as aspirações com o resultado da política imigratória eram muito boas, ao menos para a capital. Nos terrenos localizados nas proximidades, esperava-se que ela progredisse.

Entretanto, como a maioria das colônias teve que enfrentar problemas de fixação nas terras, em geral improdutivas e de localização fora dos caminhos de ligação com Curitiba e o litoral, muitos núcleos não se desenvolveram. Em vista disso, os imigrantes mais aptos para o trabalho urbano, como era o caso dos alemães, transferiram-se para a capital, onde se destacaram como comerciantes e artesãos, e na participação das obras públicas, para desagrado das elites locais que apoiavam a colonização de imigrantes agricultores. Essa migração dos europeus para Curitiba não estava nos planos dos luso-brasileiros. Com isso, os estrangeiros tornaram-se seus concorrentes.

A transferência dos europeus para o meio urbano passou então a preocupar os governantes. Com efeito, a população de Curitiba, estimada em 12.651 habitantes, em 1872, passou para 24.553 habitantes, em 1890.

A historiadora Denise Eurich Colatusso, ao investigar a atuação dos alemães na sociedade curitibana, na segunda metade do Oitocentos, destaca a participação do grupo no comércio, onde abriram lojas de fazendas e armarinhos, armazéns de secos e molhados, relojoarias, joalherias, açougues e outras atividades.⁶⁵ O desenvolvimento da urbanização de Curitiba é destacado por Colatusso como ambiente propício para a afirmação dos alemães nas cidades. A eles, era atribuída a “laboriosidade”, ou seja, a dedicação ao trabalho.

⁶⁴ NADALIN, op. cit., p.74.

⁶⁵ Segundo o levantamento de Colatusso, entre 1869 e 1889, dos 293 estabelecimentos comerciais, 65,6% pertenciam a luso-brasileiros, e 22,2% aos alemães. Às outras etnias, como italianos, franceses e ingleses, cabiam os 12,2% restantes. COLATUSSO, Denise Eurich. **Imigrantes alemães na hierarquia de status da sociedade luso-brasileira**. Curitiba, 1869 a 1889. 2004. Dissertação – Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2004.

Essa aptidão dos alemães para o trabalho foi destacada por Bigg-Wither, quando esteve de passagem por Curitiba, em 1872. Segundo o engenheiro inglês, o grupo germânico era proprietário dos dois únicos hotéis então existentes na cidade e de algumas lojas. Eles também eram os responsáveis pelos serviços de transporte em carroças de mercadorias até o litoral. Bigg-Wither também comenta sobre o trabalho braçal que os alemães efetuavam, utilizando pás e picaretas, e o desprezo dos brasileiros para com esse tipo de atividade. Para o viajante, os nacionais deveriam “abandonar essa espécie de orgulho”, para não virem a ser expulsos do campo pelos desprezados trabalhadores.⁶⁶

A preponderância dos alemães para as atividades urbanas e a ascensão social que tiveram, teriam despertado animosidades com os luso-brasileiros. Implícita ao elogio aos alemães feito por Bigg-Wither, estava a preferência do viajante pelos estrangeiros, em detrimento da população local. Sobre essa questão, também não podemos desconsiderar que se tratava igualmente de um estrangeiro que via os luso-brasileiros como menos avançados que os habitantes do continente europeu.

Outra questão que teria causado tensões entre imigrantes e nacionais, e assim interferido nas trocas culturais entre esses povos, foi a disseminação de epidemias pela região. O “flagelo da peste”, como era chamado a coqueluche, a disenteria, a pneumonia, a varíola, a difteria, sintetizam alguns dos males que grassaram pelo Paraná, nos idos de 1880 e 1890. Em decorrência da propagação desses males, cidades como a capital, passaram a ter, perambulando por suas ruas, imigrantes esfomeados e mal cheirosos.

A historiadora Maria Ignês Mancini de Boni, ao tratar das formas de disciplinarização ocorridas em Curitiba, no final do século XIX e início do XX, comenta que essa situação colaborou para a “formação de velados preconceitos contra o imigrante “menos saudável” e “menos higiênico” que o nacional”.⁶⁷ Nesse ponto, é interessante observar como o discurso sobre os imigrantes sofreu alterações.

Essa oposição à figura do trabalhador europeu, paulatinamente, inseriu-se no discurso da intelectualidade, que atuava em distintas áreas do meio urbano. Higienistas que intervieram na questão sanitária, como o médico Jaime Reis,

⁶⁶ BIGG-WITHER, op. cit., p.83.

⁶⁷ BONI, Maria Ignês Mancini de. **O espetáculo visto do alto: vigilância e punição em Curitiba, 1890-1920**. 1985. Tese – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985. p.33.

manifestaram seu desagrado em relação ao número de doenças que tal contingente populacional trouxe consigo e disseminou em várias partes do Paraná, especialmente na capital e região, onde a maioria instalou-se. Na opinião do médico, eles eram portadores de variados micróbios que surgiram em Curitiba, e alertava que não havia cuidados adequados para com os recém-chegados que deveriam ser isolados temporariamente.⁶⁸

Em resposta, os colonos queixavam-se das más condições das hospedarias, onde eram alojados, e das péssimas habitações coletivas, de menor preço, em que viviam muitos empregados do comércio em situação promíscua, consideradas focos de infecção.⁶⁹

Esse quadro insalubre não condizia com o projeto progressista que os governantes pretendiam implantar no território paranaense. Para Vicente Machado, presidente do Estado, em 1905, o Paraná, considerado um “centro procurado por imigrantes de nações européias”, precisava ter não somente a capital, mas suas principais cidades reconhecidas pela sua salubridade e gozar das “comodidades e do conforto dos grandes centros civilizatórios”.⁷⁰

A tentativa de sanar esses problemas pôs em evidência o desejo de atingir o modelo de “cidade ideal”, almejado pelas autoridades, sobre as quais se elaborou um discurso paradoxal. Se sob um olhar, uma história oficial procurava idealizar Curitiba como uma cidade moderna e bela, que se desenvolvia e na qual inexistiam divisões e diferenças, uma atenção mais apurada nas mensagens dos higienistas denunciava uma forma de segmentação da sociedade, e dos dirigentes do Estado, que classificavam certas condutas como desviantes.⁷¹

Incluída nessa situação contraditória, estaria a figura do imigrante. Primeiramente exaltado como “símbolo do trabalho liberado”, ao trazer consigo valores e comportamentos que lhes eram inerentes, frustraram as expectativas criadas em torno deles:

⁶⁸ REIS, Jaime D. dos. **Das principais endemias e epidemias de Curitiba**. Rio de Janeiro: Tip. Ribeiro, Macedo e Cia. 1894.

⁶⁹ BONI, op. cit., p.39.

⁷⁰ Ibid, p.40.

⁷¹ Ibid, p.53.

De “morigerados” e “laboriosos”, passam a ser representados no imaginário burguês como preguiçosos, anti-higiênicos, doentes, boêmios, desordeiros. Num segundo momento, quando já inseridos no mercado de trabalho, são representados como grevistas ou anarquistas, lançando suas idéias subversivas.⁷²

O aumento de casos relativos à perturbação e à desordem, por exemplo, era atribuído entre outras justificativas, ao grande número de estrangeiros na cidade. Com efeito, situações de tensão teriam favorecido o confronto entre nacionais e europeus, o que denota a fragilidade das relações. O desenrolar da Primeira Guerra Mundial, entre 1914 e 1918, novamente levantaria questões quanto à posição do imigrante e seus descendentes na sociedade paranaense. Atos de vandalismo contra os alemães se repetiriam enquanto durava o conflito.

Esse tipo de violência contra representantes de nacionalidades envolvidas em grandes combates novamente se repetiria durante a Segunda Guerra Mundial. O torpedeamento de navios brasileiros por alemães levou a população a desencadear uma onda de violência aos descendentes dos países do Eixo. Os clubes pertencentes a esses grupos foram alvos de protestos. Inseridos na campanha de nacionalização imposta pelo Estado Novo, eles tiveram seus nomes originais substituídos por nomes brasileiros.⁷³

Assim como aconteceu com os alemães, outros grupos de imigrantes também sofreram momentos de tensão ao se estabelecerem no Paraná, ainda que em menor grau. A associação dos poloneses ao trabalho braçal era uma forma de menosprezá-los: a identificação do polonês com o meio rural e uma certa aversão pelo quadro urbano, associadas ao baixo índice de instrução, estimulam os preconceitos de que são vítimas”.⁷⁴ A observação feita pela historiadora Neda Doustdar, que realizou estudo sobre a imigração polonesa, no Paraná, se relaciona às imagens negativas atribuídas aos poloneses pelos luso-brasileiros, muitas das quais perduram até nossos dias. Tradicionalmente trabalhadores rurais, quando tentavam integrar-se à vida urbana, encontravam dificuldades.

⁷² Id.

⁷³ Referimo-nos aos clubes da capital, como o clube Concórdia, cujo nome anterior era *Verein Deutscher Sängerbund*, e a Sociedade Beneficente Rio Branco, anteriormente denominada *Handwerker Unterstuetzungs Verein*.

⁷⁴ DOUSTDAR, Neda Mohtadi. **Imigração polonesa: raízes históricas de um preconceito**. 1990. 157p. Dissertação – Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 1990. p. 44.

Da mesma forma, Wilma de Lara Bueno, ao investigar o comportamento das mulheres polonesas em Curitiba, a partir da constatação da existência do arquétipo “a polaca”, como estereótipo da mulher de má conduta, desqualificada, menciona que as “polaquinhos” ao exercerem a função de criadas, nos lares curitibanos, passaram a povoar “o universo dos males que rondavam os casamentos burgueses”.⁷⁵ Assédios, acusações de roubos e agressões faziam parte dos constrangimentos a que elas estavam submetidas. O não-domínio do idioma constituía-se em mais um fator de desentendimentos com os nacionais.

Bueno relata que na pesquisa que realizou, observou o protótipo da mulher polonesa, produzido pelos periódicos:

Grande parte dos jornais e revistas da época exploraram a imagem da mulher imigrante polonesa como sendo pobre, infeliz, criada doméstica, atrapalhada, arruaceira e outros atributos. Somou-se a essas idéias um sentimento jocoso, sugerindo possibilidades alternativas, principalmente ao homem casado infiel, desejoso de novas aventuras.⁷⁶

Assim como as mulheres, os homens poloneses tiveram problemas de adaptação. Mariano Hessel relata, desgostoso, o tratamento e os apelidos desqualificados aplicados a eles: “Era sobremaneira doloroso o tratamento dispensado aos nossos colonos. Chamavam-nos de “polaco burro”.⁷⁷ As razões para esse trato pejorativo, segundo Hessel, residiriam na condição paupérrima dos imigrantes poloneses que aportavam no Brasil e pela exploração a que ficavam sujeitos. Somam-se a isso, a preferência pelo campo ao invés da cidade, como já foi aqui mencionado, associado ao baixo índice de instrução.

Não podemos nos esquecer, contudo, de alguns hábitos e práticas introduzidos pelos imigrantes poloneses na sociedade. Dentre eles, destacamos o uso da carroça como meio de transporte. Esse fato é importante, enquanto difusor de uma

⁷⁵ BUENO, Wilma de Lara. **Curitiba, uma cidade bem-amanhecida**: vivência e trabalho das mulheres polonesas no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. 1996. Dissertação – Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 1996. p.70.

⁷⁶ Ibid, p.99.

⁷⁷ HESSEL, Mariano. Na senda dos pioneiros. **Anais da comunidade brasileiro-polonesa**. Curitiba, v.1, p. 95, 1970.

atividade comercial, ao mesmo tempo em que inseria o imigrante no sistema econômico agroexportador por meio de uma necessidade básica, a do transporte.⁷⁸

Outros imigrantes, entretanto, foram bem aceitos. É o caso dos franceses que, aparentemente, não tiveram dificuldades para integrar-se ao meio paranaense, especialmente na capital. Desse modo, os franceses encontraram facilidades em se estabelecer, atuando como professores de línguas, de música e de pintura. A implantação do modelo francês de urbanização também atrairia os primeiros engenheiros e arquitetos dessa nacionalidade para intervirem na paisagem urbana de Curitiba.⁷⁹

Em que pesem as divergências entre nacionais e imigrantes e seus descendentes, notamos que, na década de 1930, elas tinham arrefecido. Por meio da ascensão econômica e do matrimônio, esses últimos ingressaram na sociedade paranaense. A partir desse período, indivíduos de sobrenomes estrangeiros também se apresentavam com mais frequência na política estadual.

Na década de 1950, a grande festividade dos cem anos do Paraná somente ressaltaria a participação dos imigrantes no progresso do Estado, ignorando os penosos momentos pelos quais eles tinham atravessado. Poloneses e alemães servem de exemplo para mostrar como a chegada e a adaptação dos estrangeiros ao “novo mundo” não se deu de forma pacífica. A grande reviravolta, alçando os imigrantes ao lugar de honra na história do Paraná, aconteceria no governo Munhoz da Rocha. Nas comemorações de 1953, eles foram referendados como os colonizadores do estado. É bom lembrar, no entanto, que suas influências restringiram-se, sobretudo, à capital e seu entorno.

1.2.1 A figura do imigrante na identidade paranaense

Como vimos, a ascensão social dos imigrantes e de seus descendentes concorreu para agravar os temores da “intellegentia” luso-brasileira, especificamente

⁷⁸ DOUSTDAR, op. cit., p.112.

⁷⁹ BEGA, Maria Tarcisa Silva. **Sonho e invenção do Paraná**: geração simbolista e a construção de identidade regional. 2001. Tese - Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2001.p.111-114.

nos estados do sul.⁸⁰ Seguindo o raciocínio de Ruy Wachowicz, essa mudança surpreendeu as elites locais habituadas a deterem o monopólio político e econômico, desde os tempos coloniais. Acrescente-se a isso, a posição desse grupo que se considerava guardião da cultura nacional.

No caso particular do Paraná, um dos primeiros a se organizarem em torno da defesa dos valores regionais foram os integrantes do Movimento Simbolista,⁸¹ liderados por Dario Vellozo⁸², em fins do século XIX e início do XX. Utilizando-se da revista “O Cenáculo”, os simbolistas discutiam os valores da terra e questionavam as possíveis ameaças à cultura regional, influenciados pelas discussões identitárias realizadas em âmbito nacional.

Convém lembrarmos de que, nesse período, a abordagem do meio e da raça era adotada como princípio para definir a identidade do país, considerada como elemento constituinte da nova nação. Essa temática da construção da identidade nacional, associada à reinterpretação dos grupos sociais e do Estado brasileiro, é objeto de estudo do sociólogo Renato Ortiz. Em sua opinião, a raça e o meio fundamentaram a base epistemológica dos intelectuais nacionais, naquela ocasião. A explicação da história brasileira produzida no período adquire sentido se relacionada a esses dois conceitos-chaves, segundo Ortiz.⁸³ O clima e a raça serviriam para justificar a natureza indiferente do brasileiro, a insegurança da intelectualidade, “o lirismo quente dos poetas da terra, o nervosismo e a sexualidade desenfreada do mulato”.⁸⁴

⁸⁰ WACHOWICZ, Ruy. Os ádvenas e os paranistas na obra de Romário Martins. Anais do colóquio de estudos regionais, comemorativo do I Centenário de Romário Martins. **Boletim do Departamento de História**. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, p.119, 1974.

⁸¹ O Simbolismo teve seu apogeu, no Paraná, entre 1893 e 1895. Até então, manifestações de literatos eram isoladas e escassas. Enquanto na virada do século XIX, o Simbolismo entra em decadência, em nível nacional, no plano regional, perdurou até os anos 1920. Dario Vellozo, João Itiberê da Cunha, Silveira Netto foram os principais expoentes do movimento, seguidos por Júlio Pernetta, Nestor de Castro, Leite Júnior e outros intelectuais.

⁸² Dario Vellozo nasceu no Rio de Janeiro, em 1869. Em 1885, mudou-se para Curitiba com o pai. Estudou no Ginásio Paranaense, onde conheceu Silveira Neto, Júlio Pernetta, Nestor Victor, Emílio de Menezes. Juntamente com esse grupo, foi o fundador da revista “O Cenáculo”, em 1895, periódico que divulgava as idéias do Movimento Simbolista.

⁸³ ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p.16.

⁸⁴ Id.

Interpretações da identidade nacional, como essa, refletiriam os problemas sociais da época, como a abolição da escravidão, a colonização estrangeira e a afirmação da República. Desse modo, a linguagem da raça foi uma das formas de se tentar compreender a realidade social. Ortiz ressalta que a política imigratória, além do significado econômico, possui uma dimensão ideológica, que é a do branqueamento das raças, seja num futuro próximo ou remoto.⁸⁵

O tema da mestiçagem como formadora da população brasileira também serviu de instrumento para os simbolistas paranaenses tentarem forjar uma identidade própria ao Estado. Contudo, regionalizando o discurso, ao invés do mulato, a figura valorizada foi a do caboclo, mistura do português com o índio, como a raça representativa da região paranaense, rejeitando os imigrantes que, paulatinamente, infiltravam-se na economia e na política do Estado.⁸⁶ A idéia, portanto, era valorizar os primeiros povoadores da terra.

Dessa forma, a primeira geração de simbolistas traçou o que considerava como identidade regional, características físicas, sociais e culturais do Paraná, distintas de outras partes do Brasil, onde predominava o mulato, o clima tropical e o fazendeiro do café. Exemplificando, aludimos ao comentário do simbolista Júlio Pernetta, que estende sua crítica à “infiltração estrangeira” no meio cultural, em nível nacional. Ele não se posiciona contra o imigrante europeu que trabalha na agricultura, na indústria e no comércio, e sim, contra sua interferência nos negócios públicos do país.⁸⁷ Para Pernetta, somente da integração da cultura indígena à branca, nasceria, por excelência, a cultura nacional.

Em seu pensamento, deveria se promover um retorno às tradições paranaenses, ao folclore, às riquezas naturais da flora e da fauna, à pureza do sertanejo, livre das influências da vida cosmopolita. O poeta censurava a assimilação de certos costumes germânicos pela sociedade brasileira, citando, como exemplo, a substituição do presépio pelo pinheirinho nas festas natalinas.

⁸⁵ A partir da Segunda Guerra Mundial, os esforços para a construção de uma consciência nacional se multiplicaram. Conforme Ortiz, a sociedade poderia incluir em seu programa o princípio da igualdade das raças. Na virada do século XX, o momento era de indecisão e os intelectuais reproduziam um discurso histórico ideológico.

⁸⁶ BEGA, op. cit., p.82.

⁸⁷ PERNETTA, Júlio. **Pelas tradições**. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1900, apud: BEGA, p. 119.

Para preservar a história e os costumes regionais, os nacionais organizaram-se em torno de entidades eminentemente luso-brasileiras. De fato, vemos surgir, na segunda metade dos Oitocentos, distintas instituições com essa finalidade: em 1855, o Arquivo Público do Paraná, inicialmente associado à Secretaria de Governo da Província;⁸⁸ dois anos mais tarde, a Biblioteca Pública do Paraná, anexa ao Liceu de Curitiba, escola de renome da capital⁸⁹ e em 1876, o Museu Paranaense.⁹⁰ A década de 1870 também foi profícua na criação de clubes e sociedades literárias paranaenses disseminadas por toda a Província, à semelhança do que faziam os europeus.⁹¹

O Clube Curitibano, fundado em 1880, na capital, representou uma das instituições mais significativas na defesa da cultura regional. Ao aceitar somente sócios naturais do Paraná, a entidade foi responsável pela divulgação das idéias simbolistas e dos assuntos econômicos e sociais paranaenses. O clube também foi o centro de uma campanha antigermânica, que iniciou receosa no começo dos anos 1890, mas que depois “adquire contornos precisos em 1900, em meio às discussões anticlericais, de defesa do índio brasileiro, de condenação à ação catequizadora dos jesuítas, até atingir a ação das novas ordens religiosas”.⁹²

A socióloga Maria Tarcisa Bega, ao estudar o movimento simbolista e sua construção da identidade regional, salienta que na obra de Júlio Pernetta é possível identificar o antigermanismo, muito evidente, e que o mesmo apresenta-se em um

⁸⁸ O Arquivo Público foi fundado, em 1855, pelo presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos, com o objetivo de recolher as memórias impressas ou manuscritas sobre a história e a geografia da Província.

⁸⁹ Diferentemente do arquivo, que surgiu como iniciativa do governo provincial, a criação de uma biblioteca pública, em 1857, partiu dos professores do Liceu Curitibano. A criação da biblioteca pública, embora tenha recebido apoio do governo, deveu-se exclusivamente à determinação dos letrados da época. Para a formação do acervo da Biblioteca Pública foi necessária uma campanha popular que angariasse donativos para a aquisição de livros.

⁹⁰ Inaugurado em setembro de 1876, o então denominado “Museu de Curitiba” teve um caráter de instituição particular. Mais tarde, passou aos cuidados do poder público, com o nome de “Museu Paranaense”. Incumbido de reunir, conservar e classificar os produtos naturais e industriais importantes para o estudo da história natural, o museu colaborou para projetar as riquezas da Província.

⁹¹ Bega relaciona o levantamento realizado pelo Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná, em 1980, sobre essas entidades. Nele, estão incluídos clubes ou sociedades literárias e teatrais criadas em Curitiba, Paranaguá, Lapa, Antonina, dentre outras cidades paranaenses.

⁹² BEGA, op. cit., p.119.

conflito oculto, expresso em notícias preconceituosas, na elaboração de imagens negativas dos alemães ou ações que interferiam no seu trabalho.⁹³

O historiador Romário Martins, em seu livro “Paraná Antigo e Moderno”, também questiona quais os benefícios e prejuízos trazidos pela imigração. Ele é certeiro nas críticas aos alemães, censurando suas formas de preservarem intactos seus costumes, hábitos e desejos.⁹⁴ Classificado como um povo ingrato e monopolizador, por absorver boa parte do trabalho urbano, o alemão era considerado uma ameaça aos nacionais.

Sobre essa questão, o historiador Décio Roberto Szvarça, que estudou o pensamento romariano e sua construção simbólica em torno de uma identidade para o Paraná, ressalta que Romário atribuía aos políticos do Império o fato da não dispersão dos imigrantes por todo o território brasileiro. Esta concentração, no caso do Paraná, implicaria em sua desnacionalização e no empobrecimento das características próprias ao povo paranaense, com a introdução dos costumes dos estrangeiros.⁹⁵

Na verdade, a imigração estrangeira era uma questão nacional, por meio da qual procurava-se solucionar a formação de uma economia capitalista.⁹⁶ O tema da raça refletiria o impasse da construção de uma nação que ainda não se consolidara.

Tendo em vista o receio da intelectualidade local, diante da “ameaça” européia, o ano de 1900 foi marcado pela fundação do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense. Reunidas a 24 de fevereiro daquele ano, no Clube Curitibano, importantes figuras letradas e política local, como Dario Vellozo, Emiliano Pernetta, Júlio Pernetta e Romário Martins, registraram em ata o propósito do instituto: exaltar os valores do Estado, estudar seus limites geográficos, uma questão importante diante da disputa de terras entre Paraná e Santa Catarina, que então se iniciava, no contexto territorial. Nesse sentido, podemos considerar que o processo de construção da identidade nacional estaria sempre baseado em uma interpretação. Acreditamos que o mesmo se aplica à identidade regional.

⁹³ Ibid, p. 120.

⁹⁴ MARTINS, Romário. **Paraná antigo e moderno**. Curitiba: Livraria Econômica, 1900, p.63.

⁹⁵ SZVARÇA, Décio Roberto. **O Forjador; Ruínas de um mito** – Romário Martins, 1893-1944. 2. ed. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2004. p.58.

⁹⁶ ORTIZ.op. cit., p.30.

A identidade nacional e, em particular, a identidade regional, alterou-se com o advento da República e favoreceu a construção de uma nova idéia de nação. Com a pressão descentralizadora dos republicanos paulistas, que constituíam a nova elite dirigente do país, os regionalismos ganharam força. A questão do meio e da raça havia sido substituída pela idéia da ciência e da técnica, da modernidade e da indústria.⁹⁷ São desse período, as construções de identidades regionais do Rio Grande do Sul, o gauchismo; de Minas Gerais, a mineiridade; de São Paulo, o bandeirantismo. O Paraná, por sua vez, permanecia na busca identitária para o Estado, discussão que mostrou-se efervescente perante os intensos conflitos de que ele foi palco, seja pelo enfrentamento de uma revolução, seja pela defesa de sua territorialidade.

1.3 A PARTICIPAÇÃO DO PARANÁ NO CENÁRIO POLÍTICO NACIONAL E A DELIMITAÇÃO DE FRONTEIRAS

A imagem de Antonio Gomes Carneiro no leito de morte, amparado por seus soldados, encontra-se reproduzida em diversas pinturas e publicações que versam sobre um dos episódios mais sangrentos da História do Brasil – a Revolução Federalista.⁹⁸ Travada entre legalistas ou pica-paus⁹⁹, defensores da manutenção de Floriano Peixoto na presidência do Brasil, e federalistas ou maragatos¹⁰⁰, seus opositores, a luta iniciada no Rio Grande do Sul, em 1893, estendeu-se ao Paraná. Cidades como Paranaguá, Tijucas e Curitiba foram invadidas pelos federalistas. A

⁹⁷ PEREIRA, Luís Fernando. **Paranismo**: o Paraná inventado; cultura e imaginário no Paraná da I República. 2. ed. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998. p.52-53.

⁹⁸ Proclamada a República, surgiram pelo Brasil conflitos entre liberais e conservadores, principalmente no Rio Grande do Sul, onde irrompeu a Revolução de 1893. A historiadora Cecília Westphalen comenta o extremado centralismo do gaúcho Júlio de Castilhos a favor do sistema parlamentarista republicano de governo como um dos motivos para irromper a Revolução Federalista, naquele Estado. A isso, some-se o grupo de antagonistas ao castilhismo, formado por militantes que se uniram sob a bandeira do Partido Nacional Federalista, e o apoio de Floriano a Júlio de Castilhos para a presidência do Rio Grande do Sul, resultando em uma onda de perseguições políticas.

⁹⁹ A origem do termo pica-pau se aplicaria aos governistas ou legalistas que tinham como parte de seu uniforme um boné com adereço vermelho acima da aba preta. Daí decorreria a associação com o pássaro.

¹⁰⁰ Há quem considere que “maragato” quer dizer “pessoa desqualificada”. Para outros, no entanto, maragato, no Uruguai, era o descendente de imigrantes espanhóis, oriundos da “Maragateria”, território localizado na Província de Leon, Espanha.

Lapa, no entanto, resistiu por vinte e seis dias, capitulando somente após a morte do Coronel Gomes Carneiro.

Assim como Carneiro, outro ícone surgiu naquele momento: Ildefonso Pereira Correia, o Barão do Serro Azul.¹⁰¹ Figura controversa, ora apontada a favor da causa legalista, ora da de seus opositores, Ildefonso Correia alcançou a condição de mártir, ao ser fuzilado pelos governistas, no Km 65 da Serra do Mar, logo após o término da Revolução, em maio de 1894.

Considerada símbolo da luta pela consolidação da República por meio da construção de heróis, a Revolução Federalista destaca-se na história estadual como o episódio que alçou o Paraná em nível nacional. Ainda que dividindo posições, entre maragatos e pica-paus, a Lapa destacou-se no término do conflito. A idéia de que os paranaenses seriam herdeiros dos heróis da Lapa ou da “justa” execução do barão, segundo o historiador Rafael Sêga, é um pensamento utilizado para universalizar os grupos dominantes.

No estudo elaborado por Sêga, sobre a Revolução Federalista no Paraná e a rearticulação político-administrativa do Estado, ocorrida no período, parte-se da hipótese de que o movimento constituiu-se em solo paranaense, em uma fase decisiva de separações internas dos grupos políticos que dominavam a região. Essa cisão, como o autor a qualifica, rompeu com a ordem política vigente, remanescente do Império, ocasionando uma reorganização partidária estadual.¹⁰²

A respeito desse reordenamento na política, depois de um agitado período de governos provisórios, os liberais, representados por Generoso Marques dos Santos¹⁰³, venceram a primeira eleição indireta para o cargo de presidente do Paraná, realizada

¹⁰¹ Ildefonso Pereira Correia nasceu em Paranaguá, em 6 de agosto de 1845. Filho do comendador Manoel Francisco Correia Júnior, um dos líderes da autonomia político-administrativa do Paraná, e de Francisca Pereira Correia, Ildefonso Correia fez seus estudos em São Paulo e Rio de Janeiro, adquirindo conhecimento industrial e comercial no Uruguai e na Argentina. Em virtude de seus investimentos, ele colaborou decisivamente para a dinamização do processo de produção e para o desenvolvimento econômico regional. Agraciado com a Comenda da Rosa e com o baronato, Ildefonso Correia era membro do Partido Conservador, líder político, deputado provincial e 2º vice-presidente da Província do Paraná.

¹⁰² SÊGA, Rafael Augustus. **Tempos Belicosos: a Revolução Federalista no Paraná e a rearticulação da vida político-administrativa do Estado, 1889-1907**. Curitiba: Aos Quatro Ventos/CEFET-PR, 2005. p.15.

¹⁰³ O curitibano Generoso Marques dos Santos formou-se advogado em São Paulo e exerceu diversos cargos no Paraná: foi inspetor da instrução pública, professor no Instituto Paranaense e deputado provincial pelo Partido Liberal.

em 1891. Generoso Marques, contudo, governaria por sete meses, quando foi deposto e substituído por políticos associados a Vicente Machado, do Partido Conservador. Na opinião de Sêga, a saída de Generoso Marques representou o início do “ostracismo político dos antigos membros do Partido Liberal, cujas conseqüências serão sentidas durante a Revolução Federalista”.¹⁰⁴

As eleições do ano seguinte, dessa forma, referendaram o poder do Estado aos conservadores, elegendo Xavier da Silva e seu vice, Vicente Machado. Além do que, puseram em destaque o predomínio político dos membros da burguesia ervateira sobre a aristocracia campeira, na administração estadual. Essa alteração partidária teve seus reflexos na posição de alguns políticos que, desgostosos com a perda de poder com o novo regime, aderiram ao conflito armado:

Suas causas estão vinculadas à implantação do sistema político-partidário republicano no sul do Brasil. A sobrevivência reativa dos quadros do antigo Partido Liberal nos Estados sulinos provocou um choque com o regime uni-partidário da República. O confronto deveu-se às dificuldades dos antigos liberais em se integrarem no novo sistema político republicano. Em termos gerais, os liberais que se tornaram a força política mais importante e hegemônica no sul com o desmantelamento do antigo Partido Conservador, passam com a República a nova denominação de federalistas.¹⁰⁵

Essa posição dos liberais, receosos com o novo regime, é explicitada por Sêga, quando ele comenta que grande parte dos revoltosos paranaenses era formada por setores engajados no modelo econômico-político-social do Paraná Tradicional. Esses grupos caracterizavam-se pela ausência nos debates entre a monarquia e a República. Mais ligados à atividade econômica, os federalistas do Estado estavam preocupados em colocar em risco seu modo de vida e “por isso queriam retornar a um status quo ante”,¹⁰⁶ ou seja, manter o mesmo poder político e econômico que tinham no período monárquico.

O historiador também ressalta que o contato cultural entre os paranaenses dos Campos Gerais e os gaúchos, proporcionado pelo tropeirismo, colaborou para que parte dos habitantes do Paraná aderisse à causa revolucionária. Em vista disso,

¹⁰⁴ SÊGA, op. cit., p. 165.

¹⁰⁵ OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O silêncio dos vencedores**: genealogia, classe dominante e estado no Paraná. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001, p.171-172.

¹⁰⁶ SÊGA, op. cit. p.16.

enquanto cidades paranaenses como Tijucas e Lapa lutavam contra os maragatos, outras localidades do interior manifestavam apoio aos revoltosos. Em Palmas, por exemplo, os fazendeiros eram partidários dos maragatos, e os agregados chegaram a unir-se ao grupo. Da mesma maneira, os habitantes de Ponta Grossa e de outras localidades dos arredores, se regozijavam pela entrada dos federalistas, no Paraná.¹⁰⁷ Percebemos, que o movimento, longe de causar uma coesão social, separou os paranaenses em dois grupos divergentes (pica-paus e maragatos), tal o impacto que teve na sociedade.

Devemos considerar, ainda, a posição dos imigrantes que se mostraram simpatizantes à causa revolucionária, como, por exemplo, os poloneses. Fala-se dos “polacos” do município de Palmeira, que se armaram na luta contra os pica-paus, provavelmente incentivados pelas condições de precariedade em que viviam. Em São Mateus do Sul, eles chegaram a organizar batalhões patrióticos federalistas com membros poloneses.

Em que pesem as atitudes favoráveis de luso-brasileiros e imigrantes frente ao conflito, os dirigentes do Estado mantiveram-se solidários ao governo de Floriano Peixoto, porém, procuraram eximir-se de possíveis confrontos. Tanto que, ante a eminência da invasão de Curitiba, Vicente Machado, então presidente interino do Paraná, abandonou a cidade, deixando a população à mercê dos revoltosos.

Essa saída abrupta do governador, que seguiu para Castro onde instalou a sede provisória do Paraná, viria a ser criticada. O escritor e jornalista José Francisco da Rocha Pombo, que observou in loco esses acontecimentos, registrou em suas memórias: “ao pôr-do-sol, o vice-governador, a cavalo, de bombachas e seguido de ordenanças, atravessava garboso, as ruas da cidade. A população acreditava que a batalha iria travar-se fora da cidade”. A publicação “Para a história: notas sobre a invasão federalista no Estado do Paraná” foi editada pela Fundação Cultural de Curitiba, em 1980, e reúne informações contidas em uma das cópias datilografadas então existentes em Curitiba, ainda que incompletas. O texto de abertura faz menção aos esforços infrutíferos para obter-se o restante do material produzido por Rocha Pombo, os quais provavelmente feririam suscetibilidades, e estariam “escondidos como um tesouro”. Em março de 1977, em artigo publicado na revista “Panorama”,

¹⁰⁷ NASCIMENTO, Noel. **A revolução brasileira e lutas sociais no Paraná**. Curitiba: Beija-Flor, 1983. p.35-36.

Valêncio Xavier já havia destacado a importância da obra de Rocha Pombo e sua incompreensão da dificuldade em editá-la. Nesse número 244 da revista, Xavier transcreveu um trecho das anotações do jornalista. Polêmicas a parte, interessa-nos, neste momento, que as observações registradas por Rocha Pombo, nos auxiliam a compreender o acontecimento e seu desdobramento, em terras paranaenses.¹⁰⁸

A chegada das forças federalistas de Gumercindo Saraiva, em Curitiba, em 20 de janeiro de 1894, trouxe “dias de terror” aos moradores, segundo Rocha Pombo, em “Para a história”, que descreve os revolucionários que adentraram na cidade, naquele dia: estavam famintos e quase nus, simulando legiões de bárbaros caindo sobre a terra indefesa.¹⁰⁹ Embora a descrição do jornalista deprecie parte do contingente maragato, que ali se encontrava, não se pode ignorar a festiva recepção organizada pelos simpatizantes do movimento, na estação ferroviária de Curitiba, para receber os líderes da revolta.

Classificado como um “relato apaixonado”, produzido no calor dos acontecimentos, os escritos deixados por Rocha Pombo constituem um valioso depoimento para a história estadual, como indica o título da obra “Para a história”, a qual reúne parte das anotações do escritor sobre o episódio. Na concepção de Antunes dos Santos, ela é um verdadeiro testemunho de quem presenciou um dos momentos mais controversos da história do Brasil. Momento esse, em que o Paraná se sobrepujou.

Na narrativa que elaborou, Rocha Pombo mostrou-se um historiador indignado perante as atitudes decorrentes da Revolução, consideradas por ele atrocidades cometidas à liberdade humana, desrespeitando valores éticos e morais entre as vítimas e seus algozes.¹¹⁰ Certamente uma das figuras injustiçadas, a que se refere o escritor, teria sido Ildefonso Pereira Correia, o Barão do Serro Azul.

¹⁰⁸ ROCHA POMBO, José Francisco da. **Para a história**: notas sobre a invasão federalista no Estado do Paraná. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1980. p.38.

¹⁰⁹ Em que pese a observação depreciativa de Rocha Pombo, alguns autores relatam a recepção festiva com que os curitibanos receberam os revolucionários que chegaram à cidade pela via férrea, vindos do litoral. Uma missa solene foi mandada celebrar a pedido de altos membros da sociedade paranaense, pedindo proteção aos invasores. Na posse do governador federalista do Paraná, Menezes Dória, teria tido mais público que na recepção de regresso ao governador Vicente Machado, após a retirada dos revoltosos. SENA, Davis Ribeiro de. 1894: Paraná em chamas. **Boletim do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná**. Curitiba, 1999, v.50, n.1999, p.61.

¹¹⁰ Ibid, p.11.

Empresário promissor, o nome de Ildefonso Pereira Correia esteve à frente de comissões encarregadas em representar o Paraná, fosse ligado à instrução pública, aos clubes, às associações literárias, à imprensa.¹¹¹ Comerciante de erva-mate, presidente e um dos fundadores da Associação Comercial do Estado, ele era considerado um visionário pelos industriais da época, tendo incrementado a economia paranaense, como por exemplo, ao introduzir maquinário moderno para a exploração da erva-mate e da madeira.¹¹²

O assassinato do Barão, com outros cinco companheiros, em 20 de maio de 1894, representou um dos episódios mais controvertidos da Revolução Federalista no Paraná. Isso porque, com a retomada do governo legalista, Ildefonso Correia foi considerado monarquista, acusado de colaboracionista com os maragatos, e condenado à morte, apesar de seus esforços em justificar suas atitudes durante a tomada de Curitiba, como forma de preservar a segurança da cidade sitiada.

A condição ambígua do barão facilitou a manipulação da memória em torno da sua figura. Sujeita a flutuações, ao afeto, ela propiciou que diferentes imagens fossem construídas sobre Ildefonso Correia. Se a oficialidade da época julgou as ações do barão durante a ocupação de Curitiba, como subversivas, a memória que hoje se preserva em torno dele tende ao domínio da subjetividade, conferindo-lhe o direito de tornar-se um herói.

A execução do barão contém um peso simbólico muito forte, como coloca Sêga, “como se a República tivesse vindo para se impor até mesmo sobre antigos poderosos do Império”.¹¹³ Ao lado da morte de Gomes Carneiro, notabilizado no cerco da Lapa, constitui-se na figura mais emblemática desse acontecimento. Alçados à alcunha de heróis, ambos representam rastros da Revolução, e merecem destaque nas publicações que enfocam o tema.

Dessa forma, a narrativa em torno da Revolução volta-se para a violência cotidiana e os estratagemas bélicos, “acabando por criar um imaginário explicado por

¹¹¹ Dentre as comissões que Ildefonso Correia participou, citamos a comissão das obras da atual Catedral Basílica de Curitiba.

¹¹² Com relação à erva-mate, o barão inseriu novos métodos no processo de produção, melhorou o acondicionamento do produto. O ervateiro também investiu em outras frentes de trabalho: impulsionou serrarias a vapor de São José dos Pinhais; fundou o Banco Industrial e Construtor do Paraná, primeiro estabelecimento de crédito em Curitiba; fundou escolas e a litografia que se transformaria na Imprensa Paranaense. ROCHA POMBO, op. cit., p.19-31.

¹¹³ SÊGA, op. cit., p.18.

resistências, fidelidades, traições, estupros, resgates, decapitações, fuzilamentos, enfim, um imaginário de violência e sangue”.¹¹⁴ Nesse sentido, a história versada como heroísmo e como tragédia criaria as “cores” da historiografia tradicional que versa sobre a Revolução Federalista .

A abordagem da Revolução Federalista destacando seus heróis foi apreendida pela literatura, em nível nacional, o que denota, mais uma vez, a repercussão desse acontecimento. O escritor Euclides da Cunha, por exemplo, em sua obra “Os Sertões”, destaca o arrojo do caudilho Gumerindo Saraiva, o sacrifício do Coronel Carneiro e a opinião nacional que pendia tanto para vitoriosos, como para vencidos. O que estava em pauta era a caricatura do heroísmo, tal a instabilidade, o embaralhamento de emoções e sentimentos que o conflito despertou. Os heróis consagrados e imortalizados estavam destinados às placas colocadas nas esquinas das ruas e entravam surpreendidos para a história, sem que se pudesse saber exatamente se eram bandidos ou santos.¹¹⁵

Para reforçar a memória coletiva acerca do acontecimento, em 9 de fevereiro de 1928, o governo do Paraná inaugurou, na Lapa, uma estátua em homenagem ao General Carneiro. O monumento executado pelo artista João Turin, completava-se com um painel esculpido em seu pedestal, onde estão reproduzidas as fisionomias das vítimas da Lapa. Ao rememorar a resistência, ressaltando a bravura dos soldados, o médico Dr. João Cândido, que atendeu Carneiro em seus derradeiros momentos, sugeriu que os brasileiros se inspirassem na figura do coronel, para servir com desinteresse às necessidades da pátria.¹¹⁶

FIGURA 1 - ESTÁTUA DO GENERAL CARNEIRO

¹¹⁴ SANTOS, C. R. A. dos. Por uma nova leitura da revolução: pensar a revolução fora da revolução. In: WESTPHALEN, Cecília M. (org.) **Revolução Federalista**. Curitiba: Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, 1997, p.79-80.

¹¹⁵ CUNHA, Euclides da. **Os sertões**: a campanha de Canudos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1984, p.203.

¹¹⁶ CÂNDIDO, João. **Gomes Carneiro e o Cerco da Lapa**. Curitiba: [s.n.], 1928, p.20.



A estátua, inaugurada na cidade da Lapa, em 1928, é de autoria de João Turin. FONTE: Acervo da Casa da Memória/ DPC/ FCC

Esse fato nos induz a pensar como as festas e os rituais que reverenciam acontecimentos marcantes da história são importantes para mantê-los na memória da coletividade. Nesse raciocínio de preservação da memória coletiva, podemos inserir a construção do “Panteão dos heróis”, vestígio da Revolução, criado para as comemorações do cinquentenário do cerco da Lapa, em 1944. Na ocasião, a Prefeitura abriu concurso para selecionar o projeto da edificação, para onde seriam transladados os restos mortais dos combatentes então sepultados no cemitério daquela cidade.¹¹⁷

Medalhas e selos foram idealizados para perpetuar o acontecimento.¹¹⁸ A revista *Ilustração Brasileira*, comemorativa do Cinquentenário do Cerco da Lapa, também registrou as festividades realizadas na capital paranaense. Em maio de 1944,

¹¹⁷ O projeto de estilo modernista, embora tenha sofrido alterações, foi inspirado no Panteon de Roma e é de autoria dos arquitetos Romeu Paulo da Costa e Rubens Meister. SUTIL, Marcelo & GNOATO, Salvador. **Rubens Meister**: vida e arquitetura. Curitiba: Factum/ Travessa dos Editores, 2005, p.18.

¹¹⁸ Na medalha, Orlando Maia retratou o General Carneiro e, em seu verso, uma faixa horizontal com o grupo principal dos sitiados de Laguna, foi desenhada por Benedito Ribeiro. Completam o símbolo, os dizeres relacionados à data: *1894 – 17 jan a 11 fev/ cincoentenário do Cerco da Lapa – 1894-1944*. O selo consiste no retrato de Gomes Carneiro, no lado esquerdo, inscrito em uma elipse. Abaixo do retrato, registraram-se os nomes dos coronéis Dulcídio Pereira e Correia de Lacerda e do Dr. Amyntas de Barros. Na direita, aparece o grupo principal de sitiados, encimado pela inscrição alusiva ao cinquentenário. *ILUSTRAÇÃO Brasileira*, op. cit., p.63.

por exemplo, entidades culturais reuniram-se para rememorar o cinquentenário de falecimento de Ildefonso Correia. Um programa de comemorações foi organizado. Pelas ondas da Rádio PRB-2, Heitor Stockler leu uma homenagem ao inditoso barão, escrita por Romário Martins, representando o Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. Uma missa celebrada na Catedral, seguida da inauguração de uma placa da rua que leva o seu nome também fizeram parte dos festejos. O encerramento das homenagens aconteceu no dia 20 daquele mesmo mês, data comemorativa de seu passamento, quando se inaugurou um monumento em sua homenagem, executado por João Turin, na Praça Miguel Couto, no bairro Batel. As honrarias a que o barão foi submetido, simbolizariam a redenção da figura injustiçada do barão.

Levando em consideração o que foi exposto, observamos os “lugares de memória” que nos remetem à Revolução Federalista. Trata-se de símbolos, edificações, estátuas, bustos. Antes de tudo, são restos e como escreve Nora, eles são “a forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela ignora”.¹¹⁹

Associada à memória, a Revolução desencadeou traumas e tensões entre os paranaenses, pôs em evidência animosidades, dividindo opiniões. Para Sêga, na historiografia oficial existe uma tendência em privilegiar uma homogeneização no imaginário paranaense, como se todos fossem herdeiros dos heróis forjados naquele momento.

Após o fim do conflito, o grupo de revolucionários se dissolveu. Os mais abastados exilaram-se no exterior. A grande maioria, porém, retornou para o Rio Grande do Sul ou refugiou-se no sertão paranaense. Ali, mais tarde, eles ingressariam em novo conflito, envolvendo paranaenses e catarinenses na “Guerra do Contestado”.

Essa disputa pode ser sintetizada como um violento conflito econômico e social, acrescido pela insatisfação dos caboclos e posseiros que habitavam as terras contestadas e tiveram que cedê-las para as companhias estrangeiras. Some-se a isso, o oportunismo de um certo Miguel Lucena, soldado desertor e fugitivo do interior do Estado, que se intitulou como monge José Maria e atraiu essa população de miseráveis, fazendo-os seus seguidores.

O acordo da região contestada foi selado, em 1916, com a intervenção do governo federal, e o relatório final da comissão de limites Paraná-Santa Catarina,

¹¹⁹ NORA, Pierre. **Entre memória e história...**, op. cit., p.12.

apresentado em 1923. A reação paranaense conseguiu recuperar o sudoeste do Estado, porém teve que ceder 28 mil quilômetros de suas terras aos catarinenses. Na opinião do historiador Alexandro Neundorf, interessado em trabalhar com a questão de limites entre os dois Estados, por meio da análise de narrativas publicadas pelos intelectuais e políticos, esse acordo marcava o “ponto de fixação definitiva do território que constituiria o espaço de desenvolvimento de uma cultura paranaense”.¹²⁰ Liz Andréa Dalfré aprofunda o estudo de Neundorf ao refletir sobre as representações elaboradas, na década de 1910, sobre o movimento Contestado. A historiadora alerta sobre a construção dos distintos discursos em torno desse acontecimento, por diferentes grupos da sociedade paranaense: para religiosos, ocorreu uma guerra de fanáticos; para sociólogos, movimento messiânico; para políticos, uma questão de limites; para militares, tratou-se de uma campanha militar; para outros ainda, houve uma insurreição cabocla contra a ordem vigente.¹²¹

Dalfré também ressalta a mudança de sentido que elementos desse discurso tiveram com o decorrer do tempo, como por exemplo, os sertanejos que, inicialmente, foram apontados pelos escritores do jornal *Diário da Tarde*, como assassinos violentos, e, mais tarde, como vítimas do governo federal e catarinense, procurando eximir-se de qualquer culpa. Da mesma maneira, ao referir-se aos agentes formadores de opinião, ela destaca a participação da imprensa, nesse processo, comentando seu posicionamento tendencioso, com relatos apaixonados e sensacionalistas.¹²²

Em que pesem tais representações do Contestado, a definição do espaço em questão, no Paraná, remonta ao período imperial, por meio do projeto de identidade nacional, planejado pelo Instituto Histórico Brasileiro e pela ação dos viajantes naturalistas que realizaram um estudo das regiões do país. A federalização favoreceu tais discursos. No caso particular paranaense, as narrativas giravam em torno da dimensão histórica e geográfica sobre os limites estaduais.¹²³ Tanto que, a “herança” paulista legada ao Paraná, um dos argumentos para a defesa regional, baseava-se

¹²⁰ NEUNDORF, Alexandro. **A questão de limites e a construção identitária paranaense.** (Monografia). Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2006. p.12

¹²¹ DALFRÉ, Liz Andréa. **Outras narrativas da nacionalidade:** o movimento do Contestado. 2004. Curitiba: Universidade Federal do Paraná. 2004. p.23. <http://www.poshistoria.ufpr.br/bancoteses.htm>. Acesso: 5 abr. 2008.

¹²² Ibid, p. 47-52.

¹²³ Id..

principalmente nos limites meridionais da Província de São Paulo. Desse modo, com a emancipação e a formação da Província, o Paraná herdou a questão fronteira com os catarinenses.

Neundorf ressalta que essa busca de interesses desequilibra as relações sociais, daí a necessidade de instituições fortes que garantam a coesão social. Nesse sentido, as organizações políticas exerceriam essa função.¹²⁴ No caso do Contestado, a fixação das fronteiras seria primordial para o fortalecimento político do Paraná.

Com efeito, estudiosos do tema consideram a delimitação de fronteiras essencial para a questão identitária. Etelvina Trindade, por exemplo, ressalta o momento da intensificação dos debates sobre o estabelecimento das fronteiras regionais:

A hora crucial da consolidação dessa questão no Paraná situou-se em pleno regime republicano, quando acontecia a agudização do nacionalismo em todo o país. O agora Estado do Paraná, acalmada sua disputa ao norte com São Paulo e com a Corte pela emancipação, retomava, ao sul, uma antiga questão de limites que já se colocava desde 1840 entre São Paulo e Santa Catarina, e anteriormente, entre São Paulo e Rio Grande do Sul.¹²⁵

De fato, desde a primeira metade do século XIX, Brasil e Argentina toleravam a indeterminação de seus limites.¹²⁶ Em 1857, com as primeiras negociações entre os dois países, teve início a “Questão de Palmas”. Por mais de trinta anos, prolongar-se-ia essa disputa. No ano de 1895, a área contestada foi entregue ao Brasil. Até o desenlace favorável, porém, o governo brasileiro procurou prevenir-se, instalando colônias agromilitares na região, como a de Chapecó e a de Chopim.¹²⁷

Nesse ínterim, argentinos invadiam o território em litígio para extrair a erva-mate. Wachowicz relata como esse fato alterou a composição da população do sudoeste do Paraná. Além dos caboclos brasileiros, dos índios, e do exército que

¹²⁴ Ibid, p.58-59

¹²⁵ TRINDADE. **Paranismo...**, op. cit., p.69.

¹²⁶ O Tratado de Santo Ildefonso (1777) definiu as fronteiras, no sul do Brasil, entre portugueses e espanhóis. Segundo ele, os rios Uruguai (antigo Goyo-Em), Paraná e um trecho do Iguaçu seriam os pontos fixos. Entre os rios Iguaçu e Uruguai, foi estabelecido que a fronteira passaria pelos rios Peperi-Guaçu e pelo rio Santo Antonio, seus afluentes. No entanto, nunca foi instalado nenhum tipo de marco no território.

¹²⁷ WACHOWICZ, op. cit., p.187.

estabeleceu colônias militares, criminosos argentinos e brasileiros, e escravos fugidos passaram a transitar por aquelas paragens. Embora no começo do século XX, a região ainda fosse classificada como coberta de florestas inóspitas, onde viviam feras e bandidos, estrangeiros e nacionais ali se estabeleciam para tomar posse das terras e explorar a erva-mate e a madeira.

Mal fora deliberada a “Questão de Palmas” com a Argentina, os campos de Palmas tornaram-se objeto de interesse de Santa Catarina. Nesse episódio, o discurso geográfico elaborado por políticos e intelectuais, como afirma a historiadora Christiane Szesz ao trabalhar com as construções narrativas e discursivas que buscavam enfocar a identidade regional, no período constituiu-se em:

uma das mais importantes fontes para o esquadramento regional do Paraná. Os argumentos da geografia, apoiados por representações histórico-cartográficas, assaram a ser considerados, por aqueles que o produziam, uma delimitação fiel e inquestionável do espaço do Paraná.¹²⁸

É inserida nesse contexto, que a problemática da definição de fronteiras entraria em evidência no Estado. Os políticos envolvidos com as questões da terra sentiam-se receosos com a sua indefinição territorial. Como a Constituição republicana possibilitava aos Estados a resolução de seus limites, trataram eles de empenhar-se nesse assunto. Mais que fixar fronteiras, estava em jogo a definição de territórios de poder: “falava-se de estabelecer domínio sobre um território, sobre coisas, homens, terras, impostos”.¹²⁹

Uma das iniciativas foi fomentar a soberania do Paraná, por meio da delimitação explícita de seus limites territoriais. Desse modo, a atualização do mapa estadual incentivada, naquele momento, tinha esse direcionamento. Em 1876, teria sido organizado o primeiro mapa do Paraná, demarcando as suas fronteiras. Vinte anos mais tarde, o engenheiro Cândido de Abreu elaborou novo mapa, a pedido de Xavier da Silva, então presidente do Estado. O desenho definitivo seria feito em 1920, após o término do Contestado. Nos relatórios oficiais, havia a sugestão de promover explorações do território para informar-se a respeito da navegabilidade dos rios, da

¹²⁸ SZESZ, Christiane Marques. **A invenção do Paraná: o discurso regional e a definição das fronteiras cartográficas - 1889-1920**. 1997. Dissertação - Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 1997. p.6.

¹²⁹ Ibid, p. 67.

natureza das terras exploradas e a possibilidade de abertura de estradas e de instalação de indústrias no sertão do Paraná.

As terras em que proliferava a erva-mate, por ser então o principal produto de exportação da economia paranaense, eram as mais ambicionadas pelos invasores, bem como pelos governantes da região que, por isso, defendiam a posse das áreas territoriais disputadas com Santa Catarina. Embora em menor grau, nos idos de 1890, a madeira também se apresentava como um investimento promissor. O pinho teria favorecido a implantação de indústrias de beneficiamento do produto no Estado, chegando a atrair o interesse de grupos estrangeiros.¹³⁰

O território em litígio, na parte do sudoeste e oeste do Paraná, tinha como uma das principais localidades em disputa, a cidade de União da Vitória ou Porto União. Situada serra acima, ela era reivindicada pelos catarinenses. Quanto aos Campos de Palmas, desejados inicialmente pelos argentinos, e face à indefinição de fronteiras entre o Brasil e aquele país, eles já eram objeto de alerta aos políticos paranaenses, desde o período provincial. Manoel Marcondes de Sá, em ofício ao presidente da Província, em 1864, André de Pádua Fleury, mostrava-se preocupado com o avanço dos argentinos na região, considerando que eles teriam fixado equipamentos para a fabricação de erva-mate e madeira no local.

Szesz relata, em seu estudo, as inúmeras iniciativas promovidas pelos habitantes do país vizinho em garantir a exploração da erva-mate e da madeira de terras paranaenses. Procurando coibir tais abusos, em 1903, representantes do Brasil e da Argentina uniram-se para demarcar as fronteiras entre ambos, e implantar uma comissão de impostos de exportação a fim de evitar o contrabando dos produtos paranaenses.¹³¹

A ocupação do sudoeste e oeste do Paraná, entretanto, também estava sendo feita por nacionais de outras regiões vizinhas. Wachowicz, ao comentar sobre essa área, retrata o seu abandono, em princípios do século XX, e a população, que ali começou a se fixar, sendo muitos eram egressos da Revolução Federalista:

¹³⁰ No final da década de 1910, o setor madeireiro possuía aproximadamente cem estabelecimentos. MAGALHÃES FILHO, Francisco. Evolução histórica da economia paranaense. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, v.28, p.42-43, jan./fev. 1972.

¹³¹ Mesmo em regiões que não estavam sendo disputadas, como Foz do Iguaçu, argentinos e paraguaios transitavam pelo rio Paraná, transportando erva-mate e madeira.

Às dezenas, os ex-integrantes das tropas de Gumerindo Saraiva fixaram-se no Contestado. Eram gaúchos e paranaenses que ali iriam ampliar os quadros populacionais da já tradicional população do Contestado. Este território era então uma espécie de terra de ninguém, disputado pela Argentina e Brasil e por Santa Catarina e Paraná. A decisão do presidente dos Estados Unidos a favor do Brasil só viria pouco mais tarde, isto é, em fevereiro de 1895. A população da região aumentava, sem que se aquilatassem as implicações.¹³²

Com efeito, os derrotados da Revolução de 1894, desertores das polícias estaduais, foragidos e refugiados, passaram a povoar a região, originários de Lages, Palmas, Chapecó e outras localidades das imediações. Os rebeldes também se estabeleceram em áreas hoje pertencentes a Santa Catarina, como Vila Nova do Timbó.

Paralelamente à decisão jurídica travada no Supremo Tribunal Federal, travava-se uma guerra entre os habitantes da região, agravada com a concessão de terras feita pelo governo, em 1908, à empresa norte-americana “Brazil Railway Company”. Com esse acordo, a companhia recebeu trinta quilômetros de largura de terras para a construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande do Sul. O território passou então a ser explorado. Os caboclos que moravam nessas áreas foram violentamente expulsos e agruparam-se em torno da figura do monge José Maria, dando início a um movimento messiânico.

Quando as notícias ganharam destaque na imprensa paranaense, principalmente após a morte do Coronel João Gualberto, a população viu-se envolvida pelo clima de disputa que se acirrava cada vez mais. Na capital, realizavam-se meetings, nas praças da cidade, contra a invasão do Estado e o envio de tropas federais para a região do conflito.

Nesse processo, o coronel João Gualberto Gomes de Sá, morto em combate, em 1912, nos campos do Irani, foi elevado à condição de herói, colaborando para unir a população em torno da causa territorial. Para o historiador Luís Fernando Lopes Pereira, o coronel é o primeiro grande herói paranaense, cujo funeral se caracterizou por ser a maior festa cívica regional até então realizada: “teve todas as honras possíveis e imagináveis que contaram até mesmo com carruagens ornadas a Luís XV.

¹³² WACHOWICZ, op. cit., p.122.

Este herói deveria ser reverenciado pela população pelo exemplo que deu, não de vida, mas de morte: afinal o herói ensina como morrer...”¹³³

Analisando a documentação da época, ele conclui que assim como recaiu sobre Tiradentes a figura de herói da República, João Gualberto teria sido o paranaense exemplar. Somente após sua morte, os jornais da capital dedicaram-se a noticiar com maior ênfase o conflito do Contestado. O cortejo trazendo supostamente o corpo do coronel, que percorreu o caminho desde a antiga estação ferroviária até o cemitério municipal retrata bem o clima de comoção que tomou conta dos curitibanos.

FIGURA 2 - POMPAS FÚNEBRES EM HOMENAGEM A JOÃO GUALBERTO GOMES DE SÁ



O féretro, passando ao lado da Praça Tiradentes, em outubro de 1912, em Curitiba. O grande público que compareceu para despedir-se do militar denota a heroicização de sua figura. FONTE: Acervo da Casa da Memória/ DPC/FCC

Impresso no bronze do monumento, a imagem de João Gualberto foi forjada como símbolo da luta pelo Paraná. Ele é um vestígio do Contestado, que conseguiu arregimentar os paranaenses em torno de uma identidade comum: a defesa do território paranaense, na qual estavam implícitas questões políticas e de poder.

É importante destacar, nesse momento, o sentido atribuído à configuração física do Paraná como região: “Nem a cultura, nem qualquer outro tipo de determinante social identifiante, eram, naquele momento, tão imprescindíveis para que os governantes pudessem construir a região. O discurso regional passava, então, a

¹³³ PEREIRA, Luís Fernando Lopes, op. cit, p.93.

ser naturalizado na descrição dos limites físicos do Paraná”.¹³⁴ A garantia do direito de posse da terra, contribuiria, portanto, para a afirmação do Paraná como unidade administrativa do país.

Desse modo, a colaboração da intelectualidade no processo de construção de um Paraná seria imprescindível para forjar uma identidade ao Estado. Os letrados, por sua vez, identificavam-se com determinada representação do Paraná, influenciados pelas relações de compadrio que tinham com membros de famílias abastadas e tradicionais da sociedade, muitos das quais, eles próprios faziam parte.

Sendo assim, eles valeram-se da imprensa para estabelecer uma ligação entre seu pensamento e a sociedade. A visão negativa dos sertanejos, considerados “invasores,” foi o que prevaleceu. Porém, como alerta Neundorf, não representava o sertanejo tal como ele era, mas a construção do mesmo, elaborada por esse grupo.¹³⁵

Adjetivos pejorativos como fanáticos, bandoleiros, rebeldes, passaram a ser veiculados nos jornais da capital. Da mesma forma, o monge José Maria era retratado depreciativamente tanto em relação ao seu físico, quanto em relação ao seu caráter. A essa imagem negativa do caboclo, contrapunha-se a imagem do outro, ou da alteridade, como coloca Neundorf; a do criminoso, o heróico; a da fera, o civilizado cidadão; a do fanático, o científico, e assim por diante.¹³⁶

Dessa forma, percebemos como um tema essencial para a compreensão da construção de um projeto identitário perpassa pela questão do outro. É preciso, pois, estabelecer diferenças, para que haja identidade. Em outras palavras, é necessária a presença do outro, para que um grupo tome consciência do que há em comum entre seus membros.

A alteridade que envolve as construções identitárias é analisada por Stuart Hall, ao trabalhar com a desestabilização que as identidades estão sofrendo no mundo moderno. Citando o pensamento de David Harvey, Hall destaca que as sociedades da modernidade são caracterizadas pela diferença: “elas são atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes “posições de sujeito” – isto é, identidades – para os indivíduos”.¹³⁷

¹³⁴ SZESZ, op. cit., p.120.

¹³⁵ NEUNDORF, op. cit., p.51-52.

¹³⁶ Ibid, p55.

Outro importante elemento identitário inserido no contexto do Contestado foi a cartografia. Sobre isso, Szesz se detém em analisar o desempenho de Romário Martins e de Ermelino de Leão na tentativa de criar uma identidade para o Estado. Ambos se dedicaram a elaborar uma cartografia do Paraná e a formar uma memória do processo de ocupação do oeste e sudoeste do território. Segundo ela, Ermelino teria freqüentado diversos arquivos, atendendo a uma solicitação do presidente do Estado, Santos Andrade, para localizar documentos que comprovassem o direito do Paraná no território do vale do Iguaçu.¹³⁸ Já Romário Martins havia sido contratado por Vicente Machado para pesquisar essa questão nos arquivos de São Paulo.

Nesse sentido, novamente se faz evidente a atuação do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, instituição da qual ambos faziam parte, que teria participação decisiva na busca identitária ambicionada pelo Estado, em um momento de crise, quando a sua integridade territorial estava ameaçada. A historiadora Cecília Maria Westphalen, ao traçar a trajetória da associação, refere-se às razões expostas por Romário Martins, para a sua fundação: “Havia no Paraná grandes problemas a resolver sobre a sua História e a sua Geografia. Problemas que, com a criação do Instituto, sem dúvida, viriam à discussão e ao exame, advindo à luz que ainda careciam”.¹³⁹ Para Westphalen, Romário aludia às questões limítrofes em que o Paraná se viu envolvido, desde meados do século XIX, como a de Palmas, de Santa Catarina e de São Paulo.

Observamos, dessa forma, que a idéia da geografia como elemento representativo da identidade assumiu importância em nível nacional, no alvorecer da República. O novo sistema de governo pôs em destaque a unidade nacional e os regionalismos. O espaço territorial tornou-se alvo de debates e estudos. Especialistas no assunto empenhavam-se, como os engenheiros cartógrafos que pretendiam inserir as fronteiras das regiões nas construções simbólicas do espaço. Dessa maneira, esse momento de tentativa na construção de um discurso que legitimasse as fronteiras

¹³⁷ HALL, op. cit, p.17.

¹³⁸ Em 1896, José Pereira dos Santos Andrade, então presidente do Paraná, nomeou um grupo de intelectuais encarregados de reunir documentos interessantes para a resolução da questão de limites. Eram seus membros: Agostinho Ermelino de Leão (presidente), Manoel Alencar Guimarães, Generoso Marques dos Santos e Romário Martins. Os engenheiros Cândido de Abreu e Manoel Correia foram convocados para endossar as divisões territoriais do Paraná. SZESZ, op. cit., p.124.

¹³⁹ DICIONÁRIO Histórico-Biográfico do Estado do Paraná. Curitiba: Banco do Estado do Paraná/Chain, 1991. p. 215.

implicaria em fortalecer as definições geográficas, como era o caso dos ensaios que se realizavam acerca da conformação espacial do Paraná.

É inserida nesse contexto que Romário Martins escreveu a obra “Questão de limites: entre a Província do Paraná e Santa Catarina”, em 1900. Sobre essa obra, Szesz destaca a interpretação dos limites paranaenses, feita pelo autor, segundo a qual a divisa do Estado com Santa Catarina não se definia pelos rios Iguaçu e Negro, mas sim com o Rio Grande do Sul. Reunindo uma série de documentos, como os discursos de políticos, elaborados na época do Império, em que essa divisão era mencionada, o historiador procurou demonstrar como a fronteira do Paraná fora modificada com as invasões.¹⁴⁰

Para tanto, os escritos sobre o delineamento territorial do Estado eram produzidos com o objetivo de desenvolver laços de solidariedade e de uma identidade comum na população.

As formas para promover tal coesão manifestaram-se de diferentes maneiras. Escolas, eventos sociais e culturais constituíram-se em espaços para enaltecer o Paraná. A geografia repassada aos alunos deveria, portanto, recuperar e destacar a territorialidade regional, mas associada às questões políticas que permitiram sua origem. A apresentação de peças teatrais, inseridas nesse contexto, também significavam momentos propícios para a divulgação de idéias patrióticas.¹⁴¹

Dentre as manifestações regionais que aconteceram durante o conflito, destacamos o banquete realizado no Cassino Curitibano, oferecido ao representante do Centro Paranaense com sede no Rio de Janeiro, Raul Darcanchy. O cardápio sugestivo, em pleno desenrolar do Contestado, denuncia a tônica do evento: “um pot-pourri de produtos locais: sopa à brasileira; camarões à Antonina; peixe à Paranaguá; surpresa ao Cento Paranaense; churrasco a Campos Gerais; aspargos dos arredores de Curitiba; peru de Tamandaré; presunto do Barigüi;... sobremesa: frutas e doces do Paraná”.¹⁴²

¹⁴⁰ Na descrição de Romário, no século XVIII, a fronteira entre Paraná e Santa Catarina era feita pelo rio Preto, afluente do rio Negro. Em 1865, ela estendeu-se para o rio Marombas e, quatorze anos depois, alterou-se para o rio do Peixe.

¹⁴¹ Francisco de Assis Andrade escreveu peças sobre a questão de limites: “Catarina em questão, Paraná e Santa Catarina, Um baile de máscaras no Timbó e o Timbó”. Quando os momentos da disputa se acirravam, tais peças eram encenadas, atraindo grande público.

¹⁴² DIÁRIO DA TARDE. Curitiba, 28 jun. 1912.

A derrota do Paraná, cedendo parte de seu território a Santa Catarina fez ressoar discursos inflamados na esfera política, como o do deputado Cleto da Silva, na Assembléia Legislativa, em 1916. Não obstante o fracasso da campanha, o conflito serviu para despertar o sentimento cívico em defesa da terra: “Essa rica extensão territorial, legado precioso dos nossos antepassados... depois de vermos, nós paranaenses, sacrificados o direito que temos sobre este território querido, berço de nossos filhos, onde nascemos nós e onde repousam as cinzas de nossos antepassados”.¹⁴³

Analisando as diversas tentativas de construção identitária aqui mencionadas, podemos concordar com o pensamento do sociólogo Stuart Hall, para quem a identidade torna-se uma “celebração móvel”, pois ela é formada e transformada continuamente em relação à forma como somos representados ou interpelados, nos sistemas culturais que nos cercam.¹⁴⁴ Inseridos nessa proposta, consideramos que o Contestado se apresenta por excelência como um dos principais momentos da história estadual em que essa crise se evidenciou.

A dificuldade em definir os limites meridionais do território teria prejudicado a estruturação identitária naquela ocasião. Contudo, para alguns estudiosos, essa discussão serviu para fomentar manifestações culturais mais concretas, como, por exemplo, a criação de uma universidade para o Paraná. No dizer de Wachowicz, apesar da perda territorial, o Paraná colheu um outro inédito dividendo: “Pela primeira vez em sua história, os paranaenses uniram-se para conseguir ao menos uma meia vitória. Em 1916, nascia verdadeiramente a identidade histórica paranaense. Se em 1853 ele passava a existir de fato e de direito, agora ele adquiria uma identidade histórica, ao menos temporariamente”.¹⁴⁵

Dessa maneira, percebemos que um dos objetivos da universidade seria o de produzir sentimentos históricos regionalistas de afirmação do Paraná como unidade federativa do Brasil. Na verdade, a proposta visionária de fundação da instituição

¹⁴³ SILVA, C. Accordo Paraná-Santa Catarina, o Contestado diante das carabinas. Curitiba: Globo, 1920.

¹⁴⁴ HALL, op. cit., p. 13.

¹⁴⁵ Para Wachowicz, a perda de parte do território paranaense para Santa Catarina, na Campanha do Contestado, teria motivado a elite ervateira paranaense a fundar a Universidade do Paraná, isso porque, certas lideranças acreditavam que a carência de uma intelectualidade organizada impediria a sociedade paranaense de se desenvolver. WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Universidade do mate:** história da UFPR. Curitiba: APUFPR, 1983. p.25.

vinha desde 1891, lançada por Rocha Pombo. O escritor já então considerava que a Universidade do Paraná tornar-se-ia “o centro de toda a atividade vital do Paraná”,¹⁴⁶ e facilitaria a formação de uma “massa crítica” essencial na defesa e na construção do Paraná.¹⁴⁷ Podemos perceber nessa constatação de Rocha Pombo, uma certa cobrança de uma participação efetiva dos intelectuais da época, rechaçando a decisão final do governo autorizando a perda territorial paranaense.

1.4 O movimento paranista: a cristalização de uma idéia de “Paraná”

A busca identitária, marcada por tensões e conflitos, que assinalaram os diversos episódios da história paranaense, que vimos até então, encontrou o seu apogeu nos anos de 1920, quando foi articulado um movimento artístico e cultural capaz de materializar-se no espaço urbano. Esse movimento que se desenvolveu, principalmente, em Curitiba, está registrado nas páginas de revistas em fotografias e desenhos.

Caracterizado pela eleição de símbolos considerados representativos do Estado, o Movimento Paranista surgiu em um momento propício para as manifestações regionais, com o advento da República, e congregou artistas, escritores e outros eruditos em torno da construção de uma identidade própria ao Paraná, divulgando sua história e suas tradições:

o paranismo iria incentivar a disseminação de uma idéia de identidade regional, impregnada pela crença no progresso e no desenvolvimento social, que foram característicos da primeira República. Essa esperança de modernização no país seria transferida para Curitiba e, conseqüentemente, para o Paraná (...).¹⁴⁸

Luís Fernando Lopes Pereira, que discute a identidade paranaense sob o prisma do movimento paranista, ressalta, em seu trabalho, a inquietação cultural

¹⁴⁶ PILOTO, Valfrido. **Universidade Federal do Paraná: primórdios, modernização, vitórias.** Curitiba: s.n.d. p.15.

¹⁴⁷ A proposta visionária de Rocha Pombo, em fundar uma Universidade no estado mereceria um destaque especial, se levarmos em conta que o Paraná foi a última província a ser criada e, portanto, seria a menos desenvolvida. No entanto, foi o primeiro Estado a fomentar a criação de uma instituição educacional dessa envergadura, na década de 1890, por meio do letrado Rocha Pombo. Neste trabalho optamos em fazermos apenas uma menção sobre o assunto, por entendermos não ser este o foco principal de nossa análise.

¹⁴⁸ TRINDADE. **Paranidade...**, op. cit., p.70.

vivenciada, em Curitiba, na década de 1920, e bem destacada pela revista “Ilustração Paranaense”, principal veículo de divulgação das idéias paranistas.¹⁴⁹

A urbanização da capital era retratada pelas suas belas avenidas e praças, suas construções, como a Universidade do Paraná, suas imponentes residências de estilo eclético, que dividiam espaço com os lugares freqüentados pela alta sociedade, seus clubes e seus cinemas. Na área artística, exposições variadas e concertos executados por músicos, locais ou de passagem pela cidade, eram registrados nos jornais.

Toda essa transformação visual de comportamento e de costumes contribuiu para que a identidade que estava se querendo forjar naquela ocasião se apresentasse fortemente impregnada dos ideais de modernidade e de desenvolvimento social, que marcaram os anos da I República. Lopes Pereira, ao referir-se aos propugnadores da nova imagem do Paraná que se pensava em projetar ao restante do Brasil, comenta: “...acreditavam que o país estaria se modernizando e com ele Curitiba e o Paraná”.¹⁵⁰ É, portanto, integrado a esse conjunto de acontecimentos que o Movimento Paranaense se desenvolveu e, teve tal amplitude, que obteve a adesão de intelectuais, artistas e políticos.

Dada a fragilidade do Estado, em sua conformação espacial e política, os paranistas deveriam reunir elementos que estabelecessem uma ligação com suas origens e sua configuração territorial. Tais indefinições contribuíram para a dificuldade de elaboração de uma identidade para o Paraná, e de como fazê-la ser incorporada pelos paranaenses.

Na verdade, o que se viu foi a transposição de um projeto identitário, que seria mais local para o nível do total, ou seja: a identidade pretendida para o Estado do Paraná adequava-se a sua capital, mas não necessariamente ao restante do território. A “divisão” populacional que se formava, sobressaindo de um lado os imigrantes europeus, próximos à região de Curitiba e, de outro, as centenas de paulistas, gaúchos e mineiros que migravam para o Paraná, provavelmente justificaria a complexidade

¹⁴⁹ A revista “Ilustração Paranaense” circulou entre 1927 e 1930, procurando destacar o progresso de Curitiba e os símbolos do Paraná eleitos pelos paranistas. Dessa maneira, é possível encontrar nas páginas da revista, personalidades locais homenageando o pinheiro, a árvore do Paraná; artigos referentes às lendas indígenas publicados na forma de pinhão, entre outros assuntos.

¹⁵⁰ PEREIRA, Luís Fernando Lopes, op. cit., p.66.

em se estabelecer um sentimento de pertencimento à terra paranaense, sentimento esse essencial para a vigência de uma identidade coletiva.

Para Etelvina Trindade, esse momento em que se sobressai o paranismo representou a cristalização de um discurso que vinha sendo (re)construído desde a emancipação: “clima, terra e homem. Esses elementos seriam finalmente expressos e consolidados na cristalização desse discurso, o chamado “movimento paranista”, de grande importância na década de 20 e 30, conduzido por um grupo de intelectuais que cultuavam e divulgavam a história e as tradições da terra”.¹⁵¹

Romário Martins, o grande estruturador do Paranismo, escreveu diversos artigos enaltecendo o Paraná, sua origem e elementos característicos, publicados na “Ilustração Paranaense”, como a menção às inúmeras lendas indígenas que povoam o interior do periódico. Fundador do Centro Paranista, em 1927, coube a ele definir o significado de ser “paranista”. Procurando tirar proveito da diversificação populacional, o historiador construiu uma poética definição do que viria a ser “paranista”:

Paranista é todo aquele que tem pelo Paraná uma afeição sincera, e que notavelmente a demonstra em qualquer manifestação de atividade digna, útil à coletividade paranaense. Esta é a acepção em que o neologismo, se é que é neologismo, é tido esse nobre movimento de idéias e iniciativas contidas no Programa Geral do Centro Paranista. ... Paranista é todo aquele que em terras do Paraná lavrou um campo, cedeu uma floresta, lançou uma ponte, construiu uma máquina, dirigiu uma fábrica, compôs uma estrofe, pintou um quadro, esculpiu uma estátua, redigiu uma lei liberal, praticou a bondade, luminou um cérebro, evitou uma injustiça, educou um sentimento, reformou um perverso, escreveu um livro, plantou uma árvore.¹⁵²

Na percepção romariana, portanto, o homem paranaense deveria ter um sentimento de afeto pelo Estado, a ponto de se preocupar com a coletividade. Nos demais textos que produziu, o historiador procurava reforçar tais características, geralmente salientando a força implementada ao Estado pelos europeus e a harmonia entre os povos que o formaram:

¹⁵¹ TRINDADE. **Paranidade...**, op. cit., p.70.

¹⁵² MARTINS, Romário. **Paranística. A Divulgação**. Curitiba, p.91, fev./mar. 1946.

pretendemos que o paranismo seja a fé constante nas nossas realizações, a confiança no nosso futuro, a ufania do nosso passado, o dinamismo da nossa vitalidade, o heroísmo pacífico do nosso trabalho, a confraternização dos nossos elementos sociais de todas as origens, para a formação desse espírito de brasilidade que nos há de salvar de nós mesmos.¹⁵³

O texto acima demonstra como Romário não pretendia que houvesse uma aculturação dos europeus residentes no Paraná, mas a preservação dessa heterogeneidade para construir uma sociedade singular, com particularidades e especificidades próprias, diferentemente das demais áreas do país. Expressões como ordem e progresso, trabalho e justiça eram constantemente associadas à construção de um futuro do Paraná e da Nação. A história que o intelectual retratava, no entanto, tinha suas raízes fincadas no passado, e estava voltada para elementos da terra. A busca e a sacralização de símbolos que fossem próprios do Estado é um exemplo disso.

Nesse sentido, uma das formas encontradas pelo Movimento para construir a identidade paranaense seria destacando os recursos naturais do território e associando-o à idéia de que estaria se vivendo em um “paraíso terrestre”, conforme já afirmara, um século antes, o botânico francês Saint-Hilaire, a respeito da então Comarca de Curitiba.

Para Décio Szvarça, que estuda a construção de símbolos que identificam o Paraná na obra romariana, a idéia de paraíso terrestre foi reproduzida e ampliada não somente por Romário, mas por toda a intelectualidade da época. Szvarça cita, como exemplo, a obra “Sugestão ao Paraná”, de 1919, na qual o engenheiro Joaquim Branco solicitava a concessão de uma estrada de ferro de Paranaguá a Guaíra, desejando, com isso, beneficiar a região, e torná-la um novo “El-Dorado”, colocando o Paraná na vanguarda dos demais estados. O engenheiro também acrescentava que as condições naturais do Paraná significavam um paraíso para o imigrante, “um édem para a colonização”.¹⁵⁴

O clima também era outro elemento que garantiria a situação privilegiada do Estado. O ar puro, restaurador e fortificante era tratado com motivo de orgulho, não

¹⁵³ Ibid, p.81.

¹⁵⁴ BRANCO, Joaquim. **Sugestão ao Paraná**. São Paulo: Diário Oficial, 1919.

obstante se tenha ignorado, nesse caso, as diversas moléstias contraídas pelos estrangeiros, quando se fixaram nos arredores de Curitiba.

Romário Martins ainda integraria à idéia de valorização das riquezas naturais, como peculiaridades próprias ao Paraná, os rios e o reino animal, criando uma imagem do Estado como se fosse “uma ilha que se diferencia do continente Brasil, as suas riquezas vegetais naturais – o mate e o pinheiro são elementos essenciais na relação do homem com a terra, não só por sua função econômica, mas também pelas características civilizadoras que emprestam a esta relação”.¹⁵⁵

O passado forjado e a força do homem paranaense, manifestada por meio de seus “heróis”, serviriam para fortalecer um presente que procurava subterfúgios para se instituir. A figura de João Gualberto, na opinião de Pereira, se inseria plenamente nos ideais paranistas, por se referir à Guerra do Contestado que, “significou a luta dos sertanejos abandonados por uma República liberal, contra seu esquecimento e contra a perda das poucas garantias que tinham em um Estado protecionista, nos moldes de Canudos”.¹⁵⁶

Ante a debilidade da herança histórica, os paranistas ainda buscaram outros instrumentos que colaborassem para a construção da identidade regional, e encontraram na produção artística uma grande aliada. Sem dúvida, a colaboração de pintores e escultores, contribuiu para materializar o Paranismo no espaço urbano. Ela também consistiu em uma maneira encontrada para aproximar o movimento da população.

A proposta estética idealizada por artistas paranaenses, integrantes do Movimento Paranista, como Lange de Morretes, João Ghelfi, João Turin e Zaco Paraná, tinha como premissa estar condizente com o imaginário da época. O projeto era usar a arte como instrumento para fixar uma relação entre os símbolos paranistas fabricados pela elite cultural curitibana e a população.

Segundo Pereira, o papel da arte na construção de um imaginário e, inclusive, de uma tradição comum ao Paraná, ficaria evidente no uso do pinheiro, “símbolo máximo dos ideais paranistas e o alvo preferido dos artistas da época”.¹⁵⁷ O historiador chama a atenção ao fato do símbolo relacionar-se com o nome Curitiba,

¹⁵⁵ Ibid, p.21.

¹⁵⁶ PEREIRA, L. F. L., op. cit., p.94.

¹⁵⁷ Ibid, p.141.

que significa pinheiro, pinha, pinhão, associada ao sufixo tibia, que quer dizer abundância. Em outras palavras, Curitiba quer dizer pinheirais.

Dessa maneira, na “Ilustração Paranaense” são constantes as exaltações à Curitiba, ligadas ao pinheiro. “Curitiba! Rainha da montanha, com uma guarda nobre e fidelíssima: o pinheiro! (...) Curitiba: que Deus te conserve sempre assim: Ingênua e boa, como uma noiva, toucada de flores, cercada de pinheiros”.¹⁵⁸

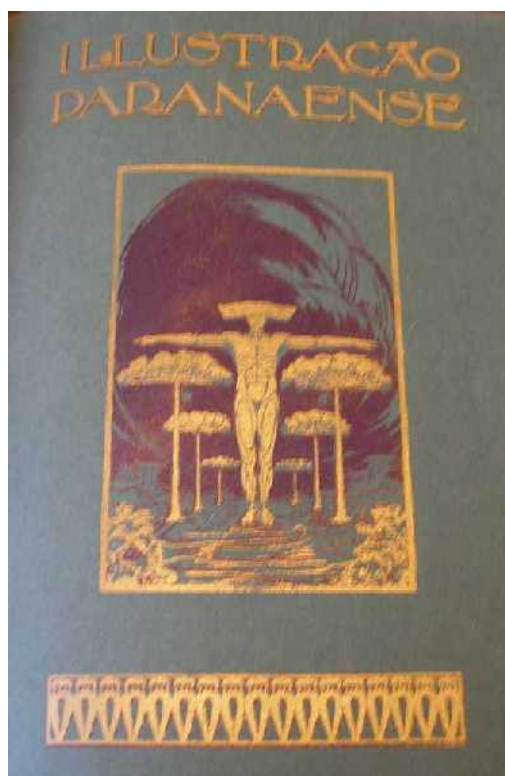
O sentido do pinheiro para o Paraná foi descrito pelo artista Lange de Morretes, nos anos 1920. Para ele, o porte gigantesco o diferenciava das demais árvores, sendo chamado pelos artistas de “rei da floresta”. Embora a descrição do artista morretense esteja imbuída de sentimentos de apego e consideração ao Estado, por meio dela é possível analisar o ideal paranista expresso pelo pinheiro: o homem paranaense do futuro seria vigoroso, de porte gigantesco; teria uma identidade cultural própria, distinta dos demais estados brasileiros.

O grande difusor do Paranismo, nas artes, entretanto, viria a ser João Turin. Para os estudiosos do tema, o escultor, nascido no interior do Paraná, criaria uma arte paranaense muito associada ao estilo *art déco*, que serviria não somente para decorar, mas também para divulgar os ideais paranistas. Um dos temas preferidos pelo artista era a idealização de imagens indígenas que realizou para ilustrar as lendas propagadas por Romário Martins, na “Ilustração Paranaense”. Apresentadas como bravos guerreiros, essas imagens destacam-se pelas qualidades físicas dos índios, portadores de um certo ar renascentista, com a “musculatura bem definida e os padrões seguem as normas de equilíbrio e harmonia, tão caras ao renascimento italiano...”.¹⁵⁹ A capa da “Ilustração Paranaense” também seria uma evidência do trabalho do artista com os princípios clássicos e renascentistas, na medida que o desenho nos remete aos estudos anatômicos produzidos por Leonardo da Vinci.

FIGURA 3 - CAPA DA REVISTA “ILLUSTRAÇÃO PARANAENSE” DE MARÇO DE 1930

¹⁵⁸ ILLUSTRACÃO PARANAENSE. Curitiba, J. B. Groff, mar. 1930.

¹⁵⁹ PEREIRA, Luís Fernando Lopes, op. cit., p.147.



A capa da revista nos revela a influência dos estudos renascentistas na estilização do pinheiro, assemelhando-se à figura humana. FONTE: Acervo da Casa da Memória/ DPC/FCC

Colunas e capitéis, paredes, mobiliários receberam ornamentos de pinhas e de pinhões pelas mãos de Turin, e foram transpostos das páginas da “Ilustração Paranaense” para associações elitizadas da capital, como o Clube Curitibano. Em janeiro de 1930, um artigo do escritor Leôncio Correia comentava a influência paranista nos móveis que decoravam o ambiente do clube:

Por toda a parte, em decorações, em quadros, a alma do Paraná palpita. Onde, porém, mais o Paraná canta e sorri, é nas lindas e artísticas estantes de sua biblioteca, estantes que desandam sobre pinhas e nas quais artisticamente lavrados e embutidos, o pinheiro, o mate, o café resplandecem. Em altos relevos de uma delicadeza soberba, esses três símbolos da nossa riqueza que são a expressão e o resumo da nossa própria vida regional, captam e solicitam a atenção e reclamam a admiração dos que, com enlevo, pousam seus olhares nesses primores de arte (...) ¹⁶⁰

Ao pretender a popularização do movimento, Turin propôs uma “moda paranista” da qual faziam parte objetos do uso cotidiano dos mais variados: guarda-

¹⁶⁰ ILLUSTRAÇÃO PARANAENSE. Curitiba, J. B. Groff, jan. 1930.

chuva em forma de pinheiro, bolsas com pinhas e pinhões estilizados. Foi, porém, na arquitetura e na confecção de monumentos que seu trabalho teve maior visibilidade. A casa-ateliê, em que vivia, então localizada na Rua Sete de Setembro, esquina com a Rua Coronel Dulcídio, servia como modelo. No portão de acesso à casa, havia dois pinhões estilizados e, ao lado da porta de entrada, viam-se dois relevos com motivos indígenas.

Pintores renomados como Ghelfi, Traple, De Bona, Freyesleben, deixaram registradas em suas obras suas percepções sobre a árvore-símbolo, das quais resultaram intervenções paranistas em diversas áreas do espaço urbano da capital, algumas conservadas até hoje, nas calçadas e nos monumentos das praças.

Os paranistas também se propunham a divulgar seus valores para o restante do país e o exterior, colaborando para que o Paraná participasse de inúmeras exposições, nacionais e internacionais. Destacamos aqui a exposição do centenário da independência do Brasil, como parte das comemorações que assinalaram a data de 7 de setembro de 1922.

Para a exposição nacional, Romário Martins foi encarregado de selecionar os produtos que seriam enviados para o Rio de Janeiro. Desse material, se sobressaem os quadros de Freysleben, retratando os “pinheiros do Paraná”.

Paralelamente à exposição, as capitais do país se organizaram para festejar a data centenária. No caso do Paraná, várias praças e ruas de Curitiba foram reformadas e pavimentadas, como as praças Eufrásio Correia e Santos Andrade. Essa última teve seu traçado remodelado e constituiu-se em um dos principais cenários para a celebração de 1922. Curitiba então se enfeitou para homenagear a nação brasileira.

A figura do imigrante, louvada pelos paranistas no desenvolvimento do Estado, não poderia ficar ausente naquele momento. Sobre esse propósito, Lopes Pereira relata a ação dos italianos, sírios, poloneses e alemães para colaborar com a grandiosidade que se pretendia atribuir ao acontecimento. Desse grupo, destacamos a homenagem ao Paraná, feita pelos alemães, que doaram a significativa quantia de 25:000\$000 à Universidade do Paraná, como contribuição para a construção das novas alas do prédio. O lançamento da pedra fundamental dessa obra foi inserido no programa de festividades do centenário da independência, e realizado na tarde do dia 7 de setembro.

Um monumento simbolizando o trabalho agrícola, que dignifica o homem paranaense, representou a forma encontrada pelos poloneses para honrar o Estado que

os acolheu. A estátua de “O Semeador”, executada pelo artista polonês, radicado no Brasil, João Zaco Paraná, embora dedicada à nação brasileira, transformou-se em um dos grandes símbolos paranistas.¹⁶¹

FIGURA 4 – MONUMENTO: “O SEMEADOR”



“O Semeador”, executado por Zaco Paraná, a pedido da colônia polonesa, para as comemorações do centenário de Independência do Brasil. Fotografia do final da década de 1920. FONTE: Acervo da Casa da Memória/ DPC/FCC

O pinheiro foi escolhido como a “árvore da independência”. Uma determinação do governo estadual ordenava que no dia 7 de setembro um pinheiro fosse plantado em cada escola ou grupo escolar. O presidente do Paraná, Caetano Munhoz da Rocha, plantou a “árvore da independência” na Praça Santos Andrade, enquanto que, simultaneamente, plantaram-se nas escolas a árvore-símbolo.

A influência paranista, no espaço urbano, também pode ser medida pela “estatuomania” que tomou conta das praças da capital nesse período. Nas décadas de 1910 e de 1920, foram colocados a maior parte dos monumentos que povoam os

¹⁶¹ Atrasos na execução da obra fizeram com que ela fosse inaugurada na praça, somente em 1925.

logradouros centrais de Curitiba. Em 12 de outubro de 1922, por exemplo, na Praça General Osório foram inaugurados três monumentos de autoria de Zaco Paraná e João Turin, em homenagem aos poetas simbolistas Emiliano Pernetta, Domingos Nascimento e Emílio de Menezes.

As manifestações paranistas desceram dos pedestais e atingiram a via pública. A arquiteta Lúcia Torres de Moraes Vasconcelos, preocupada em localizar estilos e materiais utilizados nas calçadas de Curitiba, delimitou alguns desses espaços em que se sobressai a influência paranista.¹⁶² De nossa parte, elencamos a Praça João Cândido como a mais representativa da capital, por conservar até os dias atuais, o traçado nitidamente paranista, com pinheiros, rosáceas de pinhões e motivos indígenas.

Por fim, também podemos considerar a oficialização dos elementos paranistas, na medida em que eles foram introduzidos nos símbolos oficiais estaduais.

FIGURA 5 - PRAÇA PROFESSOR JOÃO CÂNDIDO



A fotografia de agosto de 1950 permite a observação de detalhes paranistas com pinheiros e rosáceas de pinhões revestindo o calçamento da praça. AUTOR: Arthur Wischral. FONTE: Acervo da Casa da Memória/ DPC/FCC

1.5 Signos identitários: bandeira, brasão e hino

¹⁶² VASCONCELOS, Lúcia Torres de Moraes. **Calçadas de Curitiba**: preservar é preciso. Curitiba: Ed. do autor, 2006. p.29-38.

A bandeira e o hino são selecionados tradicionalmente como os símbolos mais evidentes de uma nação. A eles, podemos acrescentar o brasão de armas que, sem a mesma repercussão popular dos demais, também faz parte dos símbolos oficiais. Essa observação foi feita pelo historiador José Murilo de Carvalho, ao discutir o conteúdo de alguns símbolos utilizados pelos republicanos, logo após a proclamação do novo regime. Murilo de Carvalho ressalta o poder da “emblematização” que visa atingir os sentimentos dos brasileiros, o qual se constituiria em uma das principais funções atribuídas aos símbolos nacionais.¹⁶³

Eric Hobsbawm, em seu trabalho sobre a invenção das tradições, também alude à importância desses sinais, os quais seriam proclamadores da identidade e da soberania de um país e, por causa disso, fariam jus a um respeito e a uma lealdade. Por si só, revelariam o passado, o pensamento e a cultura de uma nação.¹⁶⁴

Ao trazer essas idéias para o âmbito regional, e procurando inseri-las nas propostas paranistas que desejavam estabelecer um vínculo com as tradições paranaenses, passamos a examinar o papel dos símbolos oficiais estaduais e seus elementos no trabalho de divulgação do Movimento Paranista. Para Lopes Pereira, não seria coincidência a participação de Romário Martins na elaboração da maior parte deles:

Romário Martins destacará, ainda, a necessidade de uma identificação dos símbolos criados com o passado histórico da população, o que neste caso significa uma necessidade de ligação com o passado construído pelos próprios paranistas. Se não existisse tal identificação regional, (...) os símbolos cairiam no vazio, senão no ridículo.¹⁶⁵

A afirmação do historiador vem ao encontro ao que mencionamos anteriormente sobre a preocupação dos paranistas com a preservação das origens da história do Paraná. Desse modo, a bandeira estadual pode ser considerada o primeiro símbolo efetivamente paranaense. Seu desenho é o de um escudo do Paraná,

¹⁶³ CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas:** o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p.114.

¹⁶⁴ HOBBSAWM, Eric & RANGER, Terence (Org.). **A invenção das tradições.** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p.19.

¹⁶⁵ PEREIRA, Luís Fernando Lopes, op. cit., p.117.

idealizados pelo artista Paulo Assunção foram encaminhados ao Congresso Legislativo, pelo deputado Manoel Correia de Freitas, em 1891.

Contendo elementos similares ao da bandeira nacional, de influência positivista, a bandeira do Paraná consistia em um paralelogramo verde, cortado por uma banda branca, oblíqua, tendo no centro uma esfera azul. Na esfera, havia a divisa “Ordem e Progresso”, indicações da localização do Paraná pela linha zodiacal e a constelação do Cruzeiro do Sul. Completando o círculo, havia um barrete frígio vermelho, uma menção aos ideais republicanos. Contornando a bandeira, um ramo de araucária e um de erva-mate demarcavam as riquezas da economia agrícola do Estado.¹⁶⁶ Percebemos, neste caso, a associação entre influências do regime republicano (barrete frígio, por exemplo), com os interesses regionais estabelecidos pelos paranistas (araucária e mate).

Ao contrário da bandeira, o escudo proposto por Paulo Assunção não foi aprovado. Na opinião de Ernani Costa Straube, especialista em heráldica, o governo não quis adotá-lo pela sua complexidade e significado discutível. Contudo, esse símbolo nos interessa pela variedade de elementos paranistas que conseguiu agregar. Ele abrangia elementos da flora e da fauna da região, como os saltos do Iguaçu e as Cataratas de Sete Quedas, as matas de pinheirais e ervais, pássaros e animais, como o boi, o carneiro e o cavalo. O Cruzeiro do Sul e o barrete frígio também estavam presentes, destacando a posição geográfica do Estado no país e o sistema republicano vigente.

A criação dos primeiros símbolos oficiais paranaenses demonstra a preocupação dos governantes em definir o Estado como importante unidade federativa do Brasil. O apoio de artistas e intelectuais foi decisivo, nesse contexto.

Com o passar do tempo, percebemos a influência de Romário Martins nas modificações dos símbolos. Em 16 de março de 1905, por exemplo, ele propôs ao Congresso Legislativo alterações da bandeira e do brasão de armas do Estado. Justificava, em relação à bandeira que, por sua semelhança com a bandeira nacional,

¹⁶⁶ Uma vez definida e aceita, a bandeira é apresentada por Manoel de Freitas aos paranaenses, em uma festa realizada, em janeiro de 1892, nas alamedas do Passeio Público, um dos principais locais de entretenimento da capital. Esse “acontecimento” teria atraído inclusive a população de outras cidades paranaenses, como Ponta Grossa e Paranaguá. Sebastião Paraná relata que em Curitiba, o sortimento de fitas alusivas às cores da bandeira chegou a esgotar-se, tal a colossal multidão que compareceu à solenidade, ostentando o laçarote tricolor.

“jamais logrou o símbolo da autonomia paranaense ver-se embalado aos ventos da nossa terra”.¹⁶⁷

Como argumento, o historiador relembrou as comemorações do cinquentenário do Paraná, ocorridas dois anos antes, quando nas ruas, nas repartições públicas, nas fachadas de agremiações tremulava uma bandeira que, segundo ele, teria nascido de uma alegria sincera do povo paranaense, representando a sua terra. Na exposição de 1903, essa bandeira teria materializado a sagração do Paraná, como uma das unidades federativas do país. E, um ano depois, na questão do Contestado, ela serviu para arregimentar a população em torno da causa cívica, na defesa de seus direitos.¹⁶⁸ Questionava então o porquê dessa bandeira não se constituir símbolo do Estado. Afinal, a população a escolhera como repositório de suas conquistas e angústias. Para ele, a não ser pelas cores, que eram as mesmas, em coisa alguma ela se parecia com a de 1892, uma criação oficial.

Este episódio nos chama a atenção porque seria uma das poucas vezes em que teria havido a referência da participação popular na escolha de um símbolo do Estado. A atitude do historiador estaria imbuída dos sentimentos de defesa do território paranaense, à época, em litígio com Santa Catarina, como comentamos quando falamos sobre o papel da cartografia na disputa de terras no Contestado.

As razões apresentadas por Romário Martins provavelmente surtiram efeito, porque novas alterações foram inseridas na bandeira. Foram retiradas a linha zodiacal e o barrete frígio, e a divisa “Ordem e Progresso” foi substituída pela inscrição “Paraná”. Manteve-se o paralelogramo verde e branco e a esfera azul, com a localização da constelação do Cruzeiro do Sul e os ramos de pinho e de mate.¹⁶⁹

Também ocorreram mudanças no brasão de armas, adotado em 1902.¹⁷⁰ Romário Martins chegou a idealizar um novo modelo, em 1903, dentro dos padrões da

¹⁶⁷ STRAUBE, Ernani Costa. **Símbolos – Brasil, Paraná e Curitiba**: histórico e legislação. Curitiba, 2002. p.21 (Estante Paranista).

¹⁶⁸ Como forma de incutir o espírito cívico nos paranaenses, desde a tenra idade, Carlos Cavalcanti, então presidente do Paraná, assinou um decreto, em 1915, considerando que o culto à bandeira deveria ser estimulado nas escolas e nas classes armadas. A “Oração à bandeira”, do poeta Olavo Bilac, seria obrigatória nessas ocasiões, que se realizavam em 19 de novembro de cada ano.

¹⁶⁹ Aceitando as considerações do colega político, os membros do Congresso formalizaram o uso da nova bandeira do Paraná pela lei nº 592, de 24 de março de 1905, lei que também aprovou alterações no brasão de armas estadual.

heráldica, empregando seus ideais paranistas, como a sugestão para a colocação do pinheiro do Paraná, no alto da insígnia, e um ramo de café ao lado do de erva-mate, representando a “nossa mais promissora indústria agrícola, em correspondência com o mate, nossa principal indústria atual”.¹⁷¹

Essa proposta sofreu alterações em 1910 quando Romário apresentou aos deputados estaduais, novo projeto do brasão, com um novo formato, próprio aos interesses do Paraná. A autoria do desenho ficou a cargo do artista norueguês, radicado em Curitiba, Alfredo Andersen e, apesar de mostrar-se mais artístico do que heráldico, delineou a estrutura dos brasões que se seguiram.¹⁷²

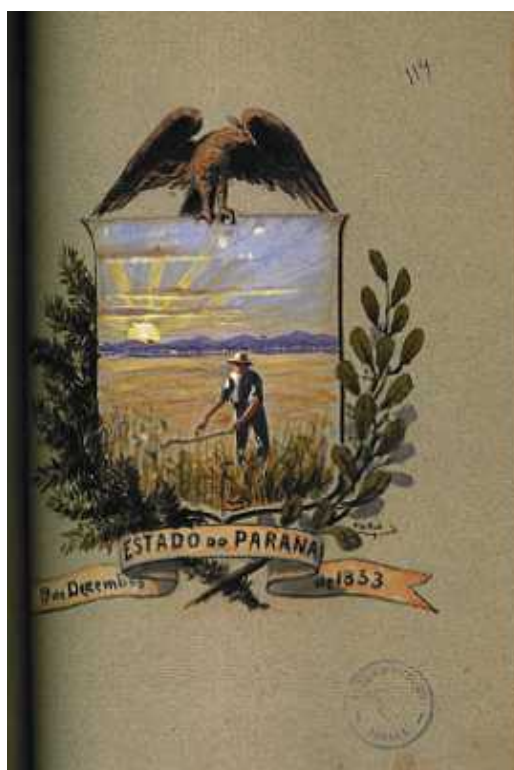
O desenho de Andersen foi aceito e incluía, pela primeira vez, no símbolo paranaense, elementos humanos e da fauna da região. Apresentava o lavrador ceifando a terra, uma referência ao trabalhador agrícola, que impulsionava o desenvolvimento do Paraná, a orla de pinheiros, a cordilheira marítima, o sol nascente, o falcão paranaense pousado sobre o brasão, de asas abertas, indicando proteção e liberdade; as grinaldas de mate e de pinho, se comparadas com os ramos da bandeira estadual, sacralizavam as riquezas da indústria paranaense. Nesse caso, a confecção dos símbolos estaduais estava relegada a artistas estrangeiros.

¹⁷⁰ O brasão havia sido indicado, originalmente, pelo deputado Cândido de Abreu, na sessão de 8 de março de 1902, e seu desenho muito se assemelhava ao brasão nacional, salvo em alguns detalhes. Ele consistia em uma estrela de cinco pontas, verde e amarela, tendo ao centro uma circunferência azul, rodeada por dezenove estrelas. Na circunferência, havia o mapa do Paraná, incluindo a região do Contestado. Abaixo do emblema, apareciam fitas com o nome do Estado e a data da emancipação da província, e os ramos de *café* e de erva-mate.

¹⁷¹ MARTINS, Romário. **O brasão de armas do Paraná e os seus símbolos**. Curitiba, Arquivo Público do Paraná, 1910, cx.10. Datilografado.

¹⁷² O novo brasão de armas estadual foi aprovado pela lei nº 904 de 21 de março de 1910. Mesclando o simbolismo com as peças do brasão, o projeto não definia as cores, a posição e as formas desses objetos, embora se encontre exemplar colorido.

FIGURA 6 - BRASÃO DO PARANÁ



Embora não siga os princípios da heráldica, o símbolo serviu de referência para os desenhos posteriores. Nele, destacam-se os elementos da flora e da fauna paranaenses. AUTOR: Alfredo Andersen. FONTE: Acervo do Departamento Estadual de Arquivo Público.

O hino do Paraná foi aceito mais facilmente pela intelectualidade. Ele também contou com o respaldo da população. No dia 19 de dezembro de 1853, quando Zacarias de Góes e Vasconcelos instalou a Província do Paraná, houve a execução do “Hino da Província do Paraná”. A iniciativa da composição do hino partiu do professor João Batista Brandão de Proença e foi entoado por uma das moças da sociedade, acompanhada por um coral.¹⁷³

O sentido impresso à composição traduz o clima de esperança e de harmonia que se quis incutir nos paranaenses: sentimentos de cordialidade e de união entre o

¹⁷³ O hino foi entoado pela moça Maria da Glória de Sá Sotto. ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA..., op. cit, p.47.

povo; lealdade ao presidente que acabara de assumir seu cargo e a D. Pedro II, também estavam registrados: “Povo leal curitibano/ .../ festejando ao Presidente; Ao monarca brasileiro/ .../ concordes agradeçamos/ Nossa emancipação”.¹⁷⁴ A exuberância da flora da região e a espera de um porvir promissor para o Paraná eram apresentadas como valores da terra emancipada. A expectativa quanto a um futuro promissor tornar-se-ia uma constante nas menções feitas ao Paraná, como se estivesse, permanentemente, em busca de seu desenvolvimento e do reconhecimento nacional.

Em 1893, sob o regime republicano, os paranaenses Ermelino de Leão, Afonso Camargo, Eurides Cunha e Francisco de Azevedo Macedo, então alunos da Faculdade de Direito, tiveram a idéia de elaborarem um novo hino. O compositor paranaense Eugênio Nogueira propôs fazer a música e Azevedo Macedo foi encarregado de redigir a letra. A tônica atribuída ao hino regeria as suas composições posteriores: homenagem às belezas naturais, à terra fértil, e ao clima bom do Paraná. Também aí encontramos uma das primeiras referências ao mate e ao pinho.¹⁷⁵ “Eis o mate modesto nas selvas/ E, orgulhoso, além, os pinhais...”.¹⁷⁶

É importante lembrarmos que, nesse período, a posição do imigrante na sociedade paranaense estava em discussão. Seu papel de destaque é referendado no hino estadual. Ele passou a ser visto como o elemento necessário para incrementar o desenvolvimento da região, como trabalhador e portador de tradições e culturas de povos mais adiantados e civilizados.

Para as comemorações do cinquentenário da emancipação do Paraná, celebradas em 19 de dezembro de 1903, foi executado o hino de Bento Mossurunga (música) e do poeta simbolista Domingos Nascimento (letra). A canção, precedida pelo Hino do Cinquentenário, de Augusto Stresser, abriu a exposição da Praça Eufrásio Correia. A aceitação do hino pelos paranaenses parece confirmar-se na medida em que sua execução foi acompanhada por alunos do Conservatório de Belas Artes, moças da colônia alemã e outros membros da comunidade, e apreciada pela multidão que compareceu à abertura da exposição. Desde então, esse é o hino que rege as cerimônias cívicas do Estado.

¹⁷⁴ STRAUBE, op. cit., p.81-82.

¹⁷⁵ Dez anos mais tarde, Azevedo Macedo foi encarregado de criar uma música para o hino. Entretanto, motivos escusos, impediram-no de realizar seu intento, restando apenas o hino escrito.

¹⁷⁶ STRAUBE, op. cit., p.83.

José Murilo de Carvalho, ao estudar os símbolos da República, sintetizou o significado do hino nacional. Diz ele:

Em momentos de oposição aos governos militares, o hino serviu muitas vezes de canal para extravasar a emoção cívica de multidões na praça pública. Não é outra coisa que se pede de um símbolo nacional: a capacidade de traduzir o sentimento coletivo de expressar a emoção cívica dos membros de uma comunidade nacional.¹⁷⁷

Podemos estender e complementar a idéia do historiador, aos símbolos regionais, destacando que não somente em momentos de crise, mas também de euforia, como acontece com as comemorações das datas cívicas, o peso da tradição se manifesta. Os símbolos, então, se apresentam como importantes instrumentos de fixação da memória coletiva.

Não obstante a relevância desses signos para a identidade de um grupo, Estado ou nação, um fato inusitado marcou as festividades centenárias de 1922, envolvendo esses elementos. Ao exaltar a nação brasileira, o presidente do Paraná, Caetano Munhoz da Rocha, conclamou a todos os brasileiros a manifestarem seu espírito cívico, suprimindo os símbolos estaduais:

No dia que o Povo Brasileiro comemora o primeiro Centenário da independência Política da Pátria, dirijo-me a essa ilustre Corporação para sugerir a idéia de serem revogadas as disposições de lei pelas quais foram adotados o hino e a bandeira do Estado. O Paraná que já tem edificado as demais unidades da Federação com belo exemplo de civismo, fazendo desaparecer as divergências de limites com os Estados vizinhos, que tome agora a iniciativa de um gesto tão patriótico que virá estreitar ainda mais os laços da Federação.¹⁷⁸

O presidente procurou justificar seu pedido, destacando a grandeza da Pátria, suas riquezas, sua história e os sentimentos dos brasileiros pelo país. Acreditava que, somente com a união do povo, o país cumpriria seu destino. A extinção dos símbolos, das tradições e das leis regionais, facilitaria o elo com a federação e abrandaria o apego da população com as questões regionais.

¹⁷⁷ CARVALHO, op. cit., p.127.

¹⁷⁸ STRAUBE, Ernani Costa. **Símbolos do Paraná**, evolução histórica – 1853 a 1984. Curitiba: Imprensa Oficial, 1987. p.31.

Relegando as considerações defendidas pelos idealizadores dos símbolos paranaenses, em períodos anteriores, questionou: “para que bandeiras de Estados, que não representam mais que pedaços, verdadeiros retalhos do pavilhão sagrado da Pátria, pedaços e retalhos sem cor e sem expressão? Para que hinos de Estados que são apenas acordes dispersos desse hino magnífico?”.¹⁷⁹ Caetano Munhoz da Rocha sugeria que assim como o Paraná, os demais Estados eliminassem seus símbolos, estabelecendo uma só nação. No caso do Paraná, a pendência prosseguiu até março do ano seguinte, quando foi assinada a lei que autorizava abolir a bandeira do Estado.¹⁸⁰ No documento não havia referência ao brasão e nem ao hino do Paraná que, até então, eram apenas de tradição popular.

Essa “onda” nacionalista perdurou por quase duas décadas, incentivada por Getúlio Vargas, a partir dos anos 1930, com a implantação do Estado Novo. Nesse período, o brasão estadual também foi abolido. Para fortalecer o “amor à pátria”, em 1936, Vargas assinou um decreto que tornava obrigatório o canto do Hino Nacional nas escolas e associações educativas do país e suprimiu os símbolos de todos os estados brasileiros. Desta feita, no Paraná, ocorreram manifestações extremas em obediência ao presidente. O Estado, que já abolira sua bandeira fazia uma década, resolveu queimá-la em praça pública, para demonstrar sua adesão ao presidente.

A extinção dos símbolos estaduais persistiu por mais dez anos. O restabelecimento da bandeira e do brasão estaduais foi autorizado somente em 1946, pela Constituição Federal de 18 de setembro. No Paraná, no ano seguinte, o governador Moyses Lupion restaurou a bandeira e o brasão e o hino do Paraná foi finalmente oficializado.¹⁸¹

A função pedagógica dos símbolos, importante para reforçar a memória coletiva, é destacada por Lopes Pereira, no processo de construção da história regional. Segundo ele, tais signos contribuem para criar uma tradição paranaense, fazendo com que a população se identifique em tais construções, procurando forjar um passado à comunidade paranaense. A idéia era produzir um passado comum ao

¹⁷⁹ Ibid, p.32.

¹⁸⁰ PARANÁ. Governo do Estado. **Lei estadual nº 2.182 de 15 de março de 1923**. Curitiba, 1923.

¹⁸¹ O brasão recebeu modificações: a presença do falcão Nhapecani, maior águia das Américas e considerado o totem dos índios guaranis; as três montanhas que representavam os planaltos paranaenses (Curitiba, Campos Gerais e Guarapuava) e, ao mesmo tempo, a composição étnica paranaense; o sol ao fundo simbolizando a vida, a grandeza e as conquistas.

“xadrez étnico” existente no Paraná, pelos heróis, pela história ou pelos símbolos, na intenção de inventar as tradições.¹⁸²

Como vimos até aqui os “contadores” da história regional estavam voltados para eleger símbolos característicos do Paraná que o diferenciassse dos demais estados brasileiros. Essa preocupação, contudo, tinha como base as idéias e visões da intelectualidade da capital. O grupo, por sua vez, privilegiava a história de Curitiba e seu entorno, ignorando os acontecimentos que se desenrolavam no restante do território e a população que habitava essas áreas. Era como se a história de Curitiba fosse representativa de todo o Paraná.

Discutiremos a seguir, o povoamento do interior paranaense e a tentativa de formação de um discurso identitário para essa região.

2 “O BRASIL MARCOU ENCONTRO NO PARANÁ”: O DISCURSO DA (RE)OCUPAÇÃO DO ESTADO E SUA CONSOLIDAÇÃO TERRITORIAL

O Paraná é um Estado da federação brasileira que teve recentemente concluída a obra de ocupação e colonização de seu território. Em consequência, surgiram em seu espaço geográfico várias áreas culturais, de características e comportamentos diferenciados. Os elementos que entraram na formação de sua população compreendem desde o luso-brasileiro ao negro, do índio ao mestiço, do imigrante europeu ao asiático, do elemento mineiro ao paulista, do nordestino ao sulista. Em cada região do Estado, ocorre o predomínio de alguns desses elementos.¹⁸³

O enunciado acima apresenta a obra de Ruy Wachowicz, um dos trabalhos acadêmicos mais importantes para se compreender o povoamento da região norte do Estado, na concepção do sociólogo Nelson Dacio Tomazi. Ao abordar a origem diversa da população que paulatinamente se fixou no Paraná, desde o período anterior à criação da Província, o historiador considera os vários elementos humanos que ocuparam o território paranaense, a partir dos indígenas, os negros, os imigrantes e migrantes, relegados ao esquecimento pelos historiadores de outras épocas. Tomazi,

¹⁸² PEREIRA, Luís Fernando Lopes, op. cit., p.122.

¹⁸³ WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Norte velho, Norte pioneiro**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1987. p.3.

por sua vez, realiza um trabalho de desconstrução e reconstrução da mitologia “Norte do Paraná”, realizado em sua tese de doutoramento, no final dos anos 1990.

Apoiados principalmente na visão desses dois autores, pretendemos traçar, em linhas gerais, a memória da ocupação ou, como distingue Tomazi, da (re)ocupação do norte do Paraná, e estendê-la ao oeste e ao sudoeste paranaenses, tendo em vista que a forma de povoamento foi semelhante.¹⁸⁴ Interessa-nos, neste capítulo, abordar os elementos que forjaram o discurso identitário dessa parte do Paraná e confrontá-los com o discurso paranista que vimos no capítulo anterior, elaborado pela intelectualidade da capital. Dentro dessa leitura, optamos por destacar certas paisagens naturais do Estado, considerando-as como um dos principais elementos constitutivos dos discursos identitários aqui analisados.

Levamos em conta a análise de Tomazi sobre a identidade “Norte do Paraná”, um trabalho de reavaliação de diversas narrativas e abordagens, elaboradas em torno dessa idéia. Dedicando especial atenção ao que denomina de “silêncios” pouco ou não trabalhados, tanto em matérias corriqueiras estampadas em jornais e revistas, como em estudos acadêmicos, o sociólogo mostra-se inquieto diante da historiografia tradicional que versa sobre a região norte. Em sua visão tal historiografia:

tem por finalidade escamotear uma realidade que foi e é contraditória e conflituosa, pois está estruturada num sistema de classes. Entretanto, é necessário aos olhos de quem domina, que esta realidade pareça una, sem conflitos, procurando assim silenciar outros discursos que demonstram e falam sobre as contradições e os conflitos entre os diversos grupos, frações de classe e classes que viveram e vivem na região situada ao norte do estado do Paraná.¹⁸⁵

Para o sociólogo, o que poderia identificar o “Norte do Paraná” seria seu discurso fundador, entendido como o conjunto de idéias e imagens formadoras de um país ou região, e que, no caso, da região paranaense, em questão, pode ser encontrado em enunciados como: “novo El Dorado”, “Terra da promessa” e “Nova Canaã”. Tomazi destaca a criação das tradições que adviriam desses discursos. Dessa maneira,

¹⁸⁴ Enquanto o processo de ocupação refere-se, segundo o sociólogo, ao caminho percorrido por povos para ocuparem o território, hoje localizado ao norte do Paraná, desde há milhares de anos, a (re)ocupação teria se manifestado a partir de meados do século XIX, por meio de uma construção ideológica vinculada às camadas dominantes.

¹⁸⁵ TOMAZI, Nelson Dacio. **“Norte do Paraná”**: histórias e fantasmagorias. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000. p.9.

os enunciados poderiam se projetar tanto para o passado como para o devir, e tornar-se-iam familiares, a ponto de as pessoas considerarem que foi daquele modo que as coisas aconteceram. Esse discurso, o qual procura produzir o apagamento de certos fatos que poderiam comprometê-lo, estaria em evidência nos “lugares” em que a memória conseguiu enraizar-se.

A professora Eni Puccineli Orlandi, autora de estudos sobre a formação do país e a construção da identidade nacional, comenta sobre a importância que os enunciados adquirem ao se tratar de discursos fundadores. Segundo Orlandi, os enunciados “ecoam e reverberam efeitos de nossa história em nosso dia-a-dia, em nossa reconstrução cotidiana de nossos laços sociais, em nossa identidade histórica”.¹⁸⁶

2.1 A (re)ocupação do norte do Paraná: colonização e desenvolvimento

O imaginário hoje difundido sobre a região norte do Paraná, segundo Tomazi, foi produzido entre as décadas de 1930 e 1950, e traz implícito um conjunto de idéias republicanas do início do século XX. Em ambos os períodos, teria havido um interesse da intelectualidade em promover uma modernidade para o Brasil, baseada nos preceitos de ordem, progresso, civilização e racionalidade.

Para Murilo de Carvalho, a construção de um imaginário nacional representou a maneira mais eficaz de legitimar a República. Como elementos desse projeto, além das ideologias e utopias, estariam os símbolos, as alegorias, os rituais e os mitos.¹⁸⁷ Conforme Tomazi, esse pensamento que prevalecia no meio político e intelectual no começo do Novecentos não se manteve estagnado, mas ganhou força nos anos de 1930, durante o Estado Novo, em particular.

O governo, na época, procurou implantar um projeto de colonização intitulado “Marcha para o Oeste”, inserido em um ideal de progresso e de modernização do país.¹⁸⁸ O historiador Alcir Lenharo, que se dedicou a estudar esse

¹⁸⁶ Id.

¹⁸⁷ CARVALHO. op. cit., p.10.

período da história do Brasil e as relações estabelecidas entre as políticas públicas de colonização e de trabalho, comenta sobre o imaginário mítico criado em torno da propaganda desenvolvimentista posta em prática:

O movimento é de conquista, de expansão; visa estimular a sensação de participação de todos na política, na qual, por sinal, os canais institucionais de participação coletiva se encontravam vedados. O alargamento do território nacional, obra dos trabalhadores, operava com a idéia de conquista do espaço físico, de modo a que todos, simbolicamente, se sentissem co-proprietários do território nacional”.¹⁸⁹

Complementando esse raciocínio, podemos considerar a observação de Klaus Eder, que diz que a proposta do Estado Nacional está em produzir mecanismos de “domesticação” dos sentimentos coletivos com o objetivo de unir o povo em torno de uma nação.¹⁹⁰

Nesse sentido, é que podemos perceber a ação do poder público, durante o Estado Novo, em conter conflitos sociais por meio do direcionamento de fluxos migratórios para novas áreas do país, e as estratégias de poder e de disciplinarização sobre o trabalhador rural. O projeto colonizador previa manter o homem preso a terra, ou então transferi-lo para outras áreas para impedir tensões sociais. Tais atitudes tinham como objetivo primordial a criação de um “novo” trabalhador rural brasileiro, “ordeiro, produtivo, voltado para o lucro, distante do seu meio natural, da sua tradição e do seu passado”.¹⁹¹

Tentativas de promover o desenraizamento dos valores tradicionais de uma sociedade refletem o sentido de modernidade que se quis imprimir a ela, voltado para o capital. As sociedades modernas, por definição, seriam sociedades de mudança constante, ao contrário das sociedades tradicionais, baseadas na veneração do passado e na valorização dos símbolos.¹⁹²

¹⁸⁸ Sabemos que há uma vasta bibliografia sobre o assunto. Contudo, mencionamos apenas alguns autores, pois não é nossa intenção nos determos em temas já bem explorados, mas sim investigarmos a formação do discurso fundador que gerou o mito “Norte do Paraná”.

¹⁸⁹ LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. Campinas: Papirus, 1986, p.15.

¹⁹⁰ EDER, Klaus. Identidades coletivas..., op. cit., p.5.

¹⁹¹ Ibid, p.14.

¹⁹² HALL, op. cit., p.14.

Havia, portanto, a proposta do Estado Novo em modernizar a sociedade brasileira. Pensando nisso, Tomazi comenta que existiria uma estreita ligação entre a formação do discurso estabelecido pelo Estado Novo e o processo de (re)ocupação do território localizado ao norte do Paraná. Segundo ele, esse imaginário foi sendo forjado enquanto a região era submetida à ação do capital, vinculada às pressões das classes abastadas que paulatinamente povoavam o território. Ações como essas teriam repercussão na elaboração de um discurso que expressasse a identidade da região.

Esse raciocínio nos induz a percebermos como a (re)ocupação do norte do Paraná esteve associada aos acontecimentos que se desenrolavam no país: “A São Paulo, através do fluxo de pessoas e mercadorias. A Curitiba, pelo fato da ligação político-administrativa, bem como pelas principais ações políticas no sentido de se implementar a (re)ocupação”.¹⁹³

As expectativas de prosperidade despertadas pelo desenvolvimento da região norte do Estado, e sua efervescência populacional, marcaram as décadas de 1930 a 1950. Com efeito, com o território tornando-se um grande pólo de atração de migrantes dos estados vizinhos, a história do Paraná voltou-se para o seu interior. Se antes, os letrados se concentravam em destacar a história de Curitiba e seu entorno, nesse momento, eram as regiões limítrofes com São Paulo e Santa Catarina que estavam em evidência. Embora o “boom” populacional dessas áreas ocorresse, nesse período, já desde os primeiros anos da República a exploração do interior do Paraná representava uma constatação. O oeste paranaense era dominado pela extração da erva-mate e da madeira. As lavouras de café se expandiam no norte Velho. Nacionais e estrangeiros se dedicavam a essas atividades.¹⁹⁴ Nesse momento, os paulistas se destacavam em número e nos negócios da região nortista. O adensamento de migrantes era acompanhado com atenção pelo governo do Paraná. Em 1915, por exemplo, o presidente do Paraná, Carlos Cavalcanti, comunicou à Assembléia Legislativa, o avanço do cultivo do café no noroeste do Estado. Para facilitar a exportação do produto, era preciso a adequação de uma estrutura viária condizente com a expansão dos negócios na região.

¹⁹³ TOMAZI, op. cit., p.16.

¹⁹⁴ LOPES, Ana Yara D. Paulino. **Pioneiros do capital:** a colonização do norte do Paraná. 1982. Dissertação – Departamento de Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982. p.22.

Dessa forma, acordos estabelecidos entre o poder público e as companhias privadas de colonização e seus capitais pretendiam solucionar a questão. Estava assim formada uma condição favorável para a implantação das empresas estrangeiras no norte paranaense e a tentativa de afirmação de um discurso fundador.

Esse discurso diz respeito à idéia de que as companhias do exterior foram responsáveis pela colonização do interior do Paraná. Em que pese a importância das empresas, nesse processo, o governo estadual também procurou implantar projetos com esse mesmo fim. Contudo, a associação do desenvolvimento do Paraná às empresas se consolidou, a ponto de ser incluída como elemento significativo de uma identidade para a região do norte paranaense.

Desse modo, a partir dos anos de 1920, as glebas de terras constituíam-se em mercadoria incentivadas pelo desenvolvimento do café, que, nessa época, ainda era uma cultura incipiente. Em 1925, surgiu a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) dirigida por brasileiros, mas controlada pela Paraná Plantations, de Londres, e encarregada de fornecer o dinheiro necessário para os investimentos da empresa na região nos quais incluíam-se a compra de terras, a construção de estradas e de ferrovias.

O relacionamento dos empresários estrangeiros com o governo estadual, ao que parece, estendia-se além do acordado. Em maio de 1926, por exemplo, os bancos ingleses emprestaram uma quantia considerável ao Paraná, e adquiriram 2 (duas) mil apólices do porto de Paranaguá. O Paraná abria então novamente suas portas para os incentivos estrangeiros. Se no século XIX, os europeus vieram em grupos para o Paraná, agora eram as grandes companhias colonizadoras européias e americanas que voltavam seus interesses para o sul do Brasil.

A década de 1930, entretanto, trouxe modificações na questão de terras, especialmente, após a implantação do Estado Novo. Tão logo assumiu o poder, Getúlio Vargas nomeou interventores nos estados. No caso do Paraná, o interventor Mário Tourinho anulou a concessão feita com a companhia norte-americana “Brazil Railway Company” e sua subsidiária “BRAVIACO” – Companhia Brasileira de Viação e Comércio que possuíam grande parte das terras da região norte. As áreas pertencentes a grileiros também foram motivo de intervenção do governo:

Alguns grilos desapropriados tinham mais de 200 mil hectares e se constituíam, ao mesmo tempo, em grandes latifúndios e em espaços de violência no campo, tanto que, em sua maioria, existiam

posseiros e indígenas que estavam pouco a pouco sendo massacrados pelos jagunços a mando dos grileiros”.¹⁹⁵

Ignorando as situações conflituosas que aconteciam, a Companhia de Terras Norte do Paraná promoveu uma intensa propaganda da região, no Brasil e no exterior, contribuindo para fortalecer o discurso que se veiculava sobre o clima de prosperidade que envolvia o lugar. O objetivo de atrair novos compradores verificou-se eficaz, tanto para o povoamento do território quanto para concretizar a idéia de discurso fundador da região, como demonstra Antonio Paulo Benatti:

(...) as companhias de terras se apropriaram de representações existentes, redimensionalizando e instrumentalizando imagens que já circulavam, de forma ainda difusa e restrita, sobre aquelas portentosas terras sertanejas. Elas não apenas se apoderaram daquelas imagens correntes, utilizando-as em proveito do grande projeto, como potencializaram o conteúdo delas, ao mesmo tempo que inseriram significados novos, decorrentes do novo contexto conjuntural em que se deu a efetuação desses empreendimentos.¹⁹⁶

Com a atuação da CTNP, ao mesmo tempo em que núcleos urbanos eram fundados, outras terras mais afastadas iam sendo vendidas e ocupadas.¹⁹⁷ Contrapondo-se ao discurso “Norte do Paraná” de que a (re)ocupação da região teria sido feita sem a presença do poder público, Tomazi menciona a atuação do governo estadual na criação de colônias. Pretendia-se assim minimizar os problemas das transações ilegais que envolviam aquelas terras.¹⁹⁸

Aos pequenos proprietários cabia trabalhar para a Companhia ou para fazendeiros e empreiteiros, além de cultivar seu próprio lote. Essas mesmas

¹⁹⁵ SERRA, Elpídio. **Processos de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná**. 1991. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas da UNESP, Rio Claro, 1991. p.74-75.

¹⁹⁶ BENATTI, Antonio Paulo. **O centro e as margens: boemia e prostituição na “capital mundial do café” Londrina: 1930-1970**. 1996. Dissertação – Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 1996. p.52.

¹⁹⁷ A CTNP, que mais tarde, transformou-se na Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, fundou, nos anos 1930, seis núcleos urbanos: Londrina e as atuais Cambé, Rolândia, Arapongas, Mandaguari e Apucarana. A noroeste do Estado, de certa forma, seguindo o traçado da ferrovia, surgiram, no mesmo período: Santa Mariana e Santa Amélia, e a oeste do rio Tibagi, Porecatu, Iporã, Bela Vista do Paraíso, Sertaneja e Florestópolis. Outras companhias colonizadoras (Brazil Tokushoku Kaisha e Nambei Tochikubushiri), de capital japonês, também instalavam seus núcleos, mais a leste: Assaí e Uraí.

¹⁹⁸ As mais expressivas colônias foram as de Içara, Jaguapitã, Centenário, Paranavaí.

dificuldades estendiam-se aos imigrantes e seus descendentes que chegavam como, por exemplo, os alemães que se fixaram na atual cidade de Rolândia. Como não tinham capital para a própria subsistência, eles tiveram que ceder parte de suas glebas para os caboclos trabalharem.

Com efeito, a questão agrária no Paraná é marcada por problemas relativos à posse e à propriedade efetiva de terras: “Neste período, existiam muitos posseiros com suas roças e ranchos que lutavam pelo domínio pleno da terra que ocupavam, desde há anos, contra terceiros, geralmente pessoas e famílias ricas que viviam nas cidades”.¹⁹⁹ De todas as preocupações, a grilagem era a principal. A historiadora Cecília Westphalen destaca esse aspecto, ao falar sobre a prática da organização da grilagem no Paraná moderno baseada na falsificação de documentos e na apropriação indébita de grandes áreas.²⁰⁰

A expulsão e a violência para com os sertanejos manifestavam-se de diversas formas: índios e posseiros eram obrigados a abandonarem suas terras e refugiarem-se cada vez mais próximos da fronteira do Paraná; os colonos e os trabalhadores rurais que possuíam pequenas propriedades sobreviviam em condições precárias. Sendo assim, uma situação contraditória se instalava entre os grandes proprietários e a massa de trabalhadores. Como forma de combater a violência e a perda da posse das terras que ocupavam, os posseiros acabaram por se organizar em movimentos sociais. A historiadora Ana Yara Lopes, ao estudar esses conflitos, destaca o contexto em que eles se desenvolveram. Para ela, com a redemocratização do país e o fim da Segunda Guerra Mundial, uma nova situação favorecia o progresso do norte do Paraná: aumento do preço do café, integração territorial a esse mercado que se expandia, retalhamento das terras com vários donos, legítimos e ilegítimos. É importante levarmos em conta que, fora a guerra do Contestado, somente na década de 1950 é que viriam surgir novos conflitos organizados de resistência dos expropriados.

Ações indiscriminadas em relação à comercialização da terra, que já vinham acontecendo há tempos, proliferaram-se nas décadas de 1940 e 1950. Nos primeiros anos do governo de Moysés Lupion, entre 1947 e 1951, extensas glebas retornaram ao domínio de particulares, para depois serem revendidas: “A cobiça dos grupos que

¹⁹⁹ TOMAZI, op. cit., p. 213.

²⁰⁰ WESTPHALEN, Cecília M. et al. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. **Boletim da Universidade Federal do Paraná**, Curitiba, n.7, p.1-52, 1968.

viviam à sombra do governo levou-os a vender não apenas uma vez, mas quando possível duas outras. Para isso, subverteram todos os princípios, modificaram as leis, os mapas e os documentos”.²⁰¹

Atos ilícitos como os acima mencionados ocorriam facilmente, uma vez que, na maioria dos casos, os sertanejos tomavam posse de propriedades do governo ou abandonadas, e ali construíam suas casas e faziam suas roças. Quando o poder público pretendia utilizar essas áreas para algum fim (colonizar, vender ou dar concessão), elas encontravam-se ocupadas pelos posseiros, gerando conflitos.²⁰² Verificamos, com isso, que as revoltas dessa fase estavam associadas aos antigos “grilos” e às concessões de terras efetuadas desde os anos de 1930, com a retomada do projeto de colonização estadual, especialmente nas gestões de Manoel Ribas e Moisés Lupion.

Paralelamente, desenvolvia-se outra disputa de terras, produzida pelos grandes fazendeiros que incentivavam a invasão de suas propriedades pelos posseiros. Esses derrubavam a floresta e cultivavam o café. Com a lavoura constituída e as áreas abertas, elas eram tidas como áreas de invasão.

As situações traumáticas aqui sintetizadas servem para desmistificar o discurso “Norte do Paraná” de que a região foi (re)ocupada pacífica e ordenadamente, como bem esclarece Tomazi:

A exclusão caminhou junto com a violência, sua companheira inseparável. Como já vimos anteriormente, os posseiros, os caboclos, os trabalhadores não proprietários e mesmo os pequenos proprietários foram, pouco a pouco, sendo “empurrados” para a fronteira das terras novas. Enquanto havia mata à frente, eles se instalavam aqui e ali, onde havia algum tipo de trabalho. Entretanto, a “fronteira” paranaense esgotara-se no fim dos anos sessenta. Muitos deles foram para as cidades e outros tantos foram procurar “novas terras”.²⁰³

Os “silêncios” produzidos em torno dos maus tratos com as populações pobres são evidentes se observarmos os enunciados criados em torno do norte do

²⁰¹ FERREIRA, Vicente. Posseiros, grileiros e jagunços: personagens da década de 50. **Panorama**. Curitiba, v.26, n.240, p.21, set. 1976.

²⁰² Dos conflitos, os mais conhecidos são de Jaguapitã (1946-47) e o de Porecatu (1947-51), localidades onde viviam milhares de famílias, em terras devolutas, esperançosas com as promessas de colonização do governo. Este mesmo governo, no entanto, é que as teria expulsado para doar as terras a grandes proprietários que mantinham ligações políticas com o Estado. TOMAZI, op. cit., p.280.

²⁰³ Ibid, p.287.

Paraná. “Novo Eldorado” representava um dos elementos desse discurso, e já podia ser encontrado em relatos do início do século XX, sobre a região então conhecida como “sertão do Tibagi”. Alcebíades Plaisant, por exemplo, informa, em 1908, sobre as primeiras expedições que exploraram o lugar. Ao falar da expedição de Afonso Botelho de Sampaio e Souza, comenta que tinha a missão de descobrir a serra do Apucarana, “que a lenda transformara em novo Eldorado”.²⁰⁴ Outras referências podem ser encontradas em documentos de divulgação das riquezas paranaenses. Eliminar as diferenças, provocar sentimentos de coesão era, portanto, propostas das mensagens fundadoras. Tomazi apresenta um panfleto produzido para atrair imigrantes, escrito em francês, que qualificava o Paraná, como a “Nova Canaã”: “Discursos únicos para realidades diversas, que procuram dar a idéia de uma unidade e de uma uniformidade de situações”.²⁰⁵ O escritor paranaense Nestor Vítor dos Santos, em 1913, em visita ao então “sertão do Tibagi”, o qualificava como o “Eldorado” do Paraná, pela presença de ouro e diamantes e pela fertilidade do solo.²⁰⁶

Os relatos dos quais podemos extrair elementos de construção identitária do norte do Paraná prosseguem ao longo do tempo. Tomazi nos fala de um certo Affonso G. Correia que, em 1928, publicou no jornal Gazeta do Povo, de Curitiba, suas considerações sobre as cidades que conheceu:

Aos municípios do Norte do Paraná levei as saudações dos municípios do Sul de nossa Terra. Eram os saúdes do pinheiro heráldico, da coluna de ouro no Paraná, das imbuías milenares, das nossas adiantadas e possantes indústrias levadas aos habitantes das zonas onde o ouro branco perturba a visão do viajante, onde ouro vermelho extasia ao viandante que pára seu auto de momento a momento para melhor refletir sobre a fertilidade daquelas terras, sobre o valor dos seus exploradores, (...) E, fiz da minha viagem um apostolado, - falando a paulistas, falando a mineiros, poucos os paranaenses, - aproximando Norte e Sul que tudo é Paraná, pregando o abraço de irmão para irmão entre filhos de um ou de outro Estado, que tudo é a Brasileira Terra.²⁰⁷

²⁰⁴ PLAISANT, Alcebíades Cezar. **Scenário paranaense**: descrição geográfica, política e histórica do Estado do Paraná. Curitiba: Typ. d' A Republica, 1908.

²⁰⁵ TOMAZI, op.,cit., p.146.

²⁰⁶ SANTOS, Nestor Vítor dos. **A terra do futuro**: impressões do Paraná. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1913.

²⁰⁷ GAZETA DO POVO. Curitiba, out. 1928.

Essa nota nos chama a atenção na medida em que ela foi produzida no momento em que o Movimento Paranista se expandia na capital. Louvando as riquezas e a população que se instalava no norte, Correia conclamava a todos a unirem-se em um único Paraná, embora ele próprio estabeleça diferenças quando cita os recursos naturais da zona norte e os da zona sul do Estado.

Descrições como essas, refletem o grau de opulência que se procurava distinguir a região. A ação dos grandes fazendeiros, responsáveis em desbravar a selva para encontrar o “Eldorado maravilhoso e ignoto”, também era louvada. Nessa fala sobre o “Norte do Paraná”, destacam-se os elementos da terra virgem, inóspita, habitada por indígenas. Dele, depreende-se a idéia de uma terra pioneira.²⁰⁸

Em que pese o discurso que estava sendo forjado sobre a região norte, ressaltamos o desconhecimento do sul do Paraná para o que estava acontecendo no norte do Estado. Sobre essa questão, ao redigir em 1973, as lembranças da terra que percorreu, havia cinco décadas, Américo Machado Luz comenta:

Nem o governo, nem as populações do sul e do centro do Estado, se apercebiam dos passos de gigante que dava aquela Região. Ignorava-se, completamente, no resto do Paraná, a luta titânica de desbravamento que se vinha travando naquela parte do Estado, comparável ao “farwest” americano, tida como zona só cheia de aventureiros inescrupulosos e inamoldáveis aos foros da civilização e cultura que já vinham alcançando os principais centros do Estado.²⁰⁹

A declaração do viajante destaca a ignorância dos demais paranaenses, sobre as dificuldades para explorar o norte do Paraná, e as condições em que vivia a população, à mercê de aventureiros. Apesar da discrepância entre o Paraná do norte e o Paraná do sul, havia a preocupação da intelectualidade em firmar a unidade do Estado.

Sobre essa questão, Tomazi elabora um comparativo entre as idéias “Paranismo” e “Norte do Paraná”, dois discursos que tinham por objetivo forjar uma identidade para o Estado, e cujas “matrizes teóricas são muito parecidas”. Dessa forma, baseando-se em considerações realizadas por estudiosos do Paranismo, o sociólogo ressalta a proposta de Romário Martins frente ao seu desejo de forjar uma

²⁰⁸ TOMAZI, op. cit., p.189.

²⁰⁹ LUZ, Américo Machado. O Norte Pioneiro: um pouco de sua história. **Boletim do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Paraná**, v.17, p.98-111, 1973.

identidade para o Paraná e seus habitantes. A respeito da construção simbólica elaborada pelo historiador, Tomazi referencia as imagens já mencionadas neste trabalho, das quais se sobressai o pinheiro, e que representariam o imaginário de uma civilização redentora. Em sua opinião, as tentativas de construções identitárias do Paranismo e do norte do Paraná aconteceram concomitantemente, e estariam vinculadas a tentar definir uma cultura e uma civilização paranaenses.²¹⁰ Além do que, ambos estariam firmados nos mesmos ideais, pois foram feitos por representantes das classes conservadoras de Curitiba que, construíram as primeiras versões do discurso do norte paranaense.

Consideramos que podemos estender esses ideais de progresso, modernização e terras promissoras, base dos projetos identitários que vimos até aqui, a outras regiões do Estado. No caso do oeste e do sudoeste do Paraná, entretanto, as disputas de terras com outros países e estados representavam uma nova situação, se comparada com as pequenas propriedades pleiteadas pelos caboclos e posseiros e fazendeiros paulistas, pelas companhias colonizadoras estabelecidos na região norte do Paraná.

A discussão sobre os elementos forjadores de uma identidade para o Paraná, que vimos até então, confirma a idéia de projetar o Estado para o devir ainda com profundo apego às suas raízes, geralmente relacionadas com a riqueza da terra e o labor do homem paranaense, nesse momento, um misto de luso-brasileiros com europeus.

2.2 A disputa de terras no oeste e sudoeste paranaenses

Disputa de terras, violência e exclusão de posseiros, migrações internas, exploração de terras pelas companhias estrangeiras – à semelhança do que ocorreu durante a (re)ocupação da região norte do Estado, os habitantes do oeste e do sudoeste paranaenses atravessaram momentos de tensões e conflitos, que marcaram a história regional.

Passado o Contestado e a conseqüente perda territorial do Paraná para Santa Catarina, havia muitos paranaenses descontentes. Em que pesem os esforços da

²¹⁰ TOMAZI, op. cit., p.193.

intelectualidade da capital, em promover ações, visando estabelecer laços identitários entre a população e definir um único “Paraná”, as áreas interioranas constituíam-se em sertões desconhecidos e, na maior parte, desabitados.

Afora os caboclos e os fazendeiros, migrações de centenas de gaúchos alteraram o cenário do sudoeste, com o desenrolar da Revolução Federalista, em fins do século XIX. Perseguições transformaram o Paraná em lugar de refúgio. Mesmo após o término da revolta, assuntos políticos regionais fizeram com que o Estado continuasse a receber grupos oriundos do Rio Grande do Sul, contribuindo para um lento e progressivo aumento populacional.

Ruy Wachowicz, ao tratar da população dos Campos de Palmas, nas primeiras décadas do século XX, destaca que ela passou de três mil para seis mil habitantes.²¹¹ Peões, agregados, agricultores, foragidos da justiça, posseiros da área do Contestado, argentinos e paraguaios em busca de erva-mate, além dos gaúchos, evidenciavam a origem diversificada dos habitantes que se fixaram na região.

Dispersos, eles instalavam-se em pequenos núcleos que começavam a se desenvolver. Entretanto, certos reveses viriam desarticular esse processo. Um dos principais, foi a concessão de extensas áreas devolutas feita pelo governo estadual à empresa “Brazil Railway Co.” em pagamento pela construção da ferrovia São Paulo – Rio Grande, no trecho União da Vitória a Marcelino Ramos.

Assim como acontecia no norte do Estado, a simples posse foi a maneira encontrada pelas camadas mais pobres para obterem a terra para sua subsistência. Situação extremamente frágil diante das negociações firmadas entre grandes proprietários, empresários e o poder público. Nos anos de 1930 e 1940, contudo, as posses que formavam os terrenos em torno de Pato Branco passaram a ser vendidas para colonos vindos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.²¹² Paulatinamente, rareavam os terrenos desocupados.

A vinda dos neoparanaenses transformou o cenário do oeste e do sudoeste do Estado e acarretou mudanças de comportamento. O caboclo, de vida simples e humilde, não via com bons olhos a chegada dos migrantes, como os gaúchos, descendentes de europeus. A expressão “gringos” é um indicativo de como eles eram

²¹¹ WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Paraná, Sudoeste:** ocupação e colonização. Curitiba: Lítero-Técnica, 1985, p.68.

²¹² Ibid, p.85.

percebidos pelos caboclos, como alguém de fora, que não fazia parte daquela comunidade.

Assim como o norte, o oeste e o sudoeste do Paraná eram considerados territórios de natureza riquíssima, louvada pelos viajantes que os visitavam. Nestor Victor, que esteve de passagem pelo interior do Estado, em 1913, por exemplo, quando indagado sobre o sertão do oeste, dedicou-se a traçar um panorama sobre a região que encontrara, seu desenvolvimento e produção:

Só o município de Guarapuava tem uma área que se calcula em 60.000 quilômetros quadrados, ou a quarta parte do Estado. É bem maior que a área do Estado do Rio. Bastaria aquele município para formar uma belíssima província, dotada das mais variadas produções. Os que têm alguma notícia dessa parte do Paraná, ainda hoje remota, acreditam geralmente que Guarapuava e Palmas estão inteiramente na zona fria da nossa terra, e que por conseguinte só produzem o que é próprio de tal clima. (...) Diz o Major Domingos do Nascimento que as altitudes do planalto dos campos de Guarapuava e Palmas medeiam entre 1.300 e 199 metros. Por essa diferença de 1.000 metros, é fácil imaginar o extraordinário fenômeno das correntes d'água precipitando-se em largo curso e em direção vertiginosa de Oeste a buscar o rio Paraná, como se fossem ramificações de artérias tributárias de uma aorta gigantesca, conforme a comparação daquele nosso valioso patricio.²¹³

A descrição de Vítor prossegue, enumerando os grandes rios que fazem parte da região, dos quais se destacam o Paraná e o Iguaçu. É importante lembrar que a navegabilidade desses rios prestou grande auxílio na colonização do território e em seu progresso. As extensas áreas verdes, cobertas por perobas, imbuías, ipês, guajuviras, alecrins, figueiras, e uma infinidade de outras espécies são destacadas pelo escritor pela sua comercialização; a fartura da região transparece na abundância de peixes; o clima com temperaturas extremadas no inverno e no verão faria do Alto Paraná um excelente sanatório se o impaludismo não reinasse.

Fazemos nesse momento uma ressalva para chamar a atenção do leitor de que a obra “Terra do futuro” de Vítor foi produzida no calor dos acontecimentos que assinalaram o conflito do Contestado, a pedido do Presidente do Paraná, Afonso Camargo. Embora, esse fato indique uma escrita tendenciosa, preocupada em valorizar e fortalecer a área territorial do Paraná, há quem defenda que a publicação, em 1913, não tem o caráter de “obra de encomenda”, pois o autor procurou

²¹³ SANTOS, Nestor Vítor dos. op. cit., p.50-51.

estabelecer um contraponto entre suas visões ufanistas e a de outros interlocutores mencionados no livro.²¹⁴

Contudo, dos comentários deixados por Vítor, evidenciamos aquele que se refere às primeiras descrições das Cataratas do Guaíra ou Sete Quedas, feitas pelo capitão Nestor Borges, que a visitou em 1876, admirado pelo espetáculo do ímpeto e do volume das águas. Apreciar as cataratas custou-lhe uma viagem de mais de quarenta dias. Evitando atravessar o território inçado de índios e do terreno acidentado, ele partiu de Curitiba, navegando por rio, dia 4 de dezembro de 1875, para avistar as cataratas em 16 de janeiro do ano seguinte.

Outro relato da penosa aventura que consistia em viajar pela região foi deixado pelo Major José Muricy. Ao sair de Guarapuava rumo à então Colônia Militar de Foz do Iguaçu, Muricy ressalta a travessia e os muitos percalços enfrentados: o solo muito acidentado, a mata fechada, que formava um túnel, sem que pudesse ver a luz do sol.²¹⁵

Nos escritos aqui apresentados, e especialmente o de Nestor Vítor, fica perceptível a opção do autor, em celebrar um discurso ufanista, sobrepujando as tensões e conflitos existentes nessa área tão bela e próspera, como ele próprio afirma. Podemos considerar, nesse sentido, que se tratam dos “silêncios” a que se refere Tomazi, quando analisa o discurso produzido para a região norte. Havia o interesse, principalmente, do Estado, em produzir uma literatura que fomentasse o apagamento de uma memória negativa sobre a história do Paraná. Não obstante esse fato, analisando o trabalho dos historiadores a respeito do processo de ocupação e de colonização do oeste e sudoeste paranaense, é possível reconhecer esses momentos traumáticos que em muito se assemelham à ocupação das demais áreas da região.

Wachowicz, por exemplo, alude às tensões estabelecidas no sudoeste durante a sua (re)ocupação. Sobre essa questão, também existem diversos registros de colonos que comentam a dificuldade em se fazer contato com os caboclos: “Em Mariópolis, por ocasião da colonização da Fazenda São Francisco de Sales, foi constatada uma população de aproximadamente 40 famílias de caboclos. Os colonizadores encontravam sinais de sua presença pelo mato, mas os caboclos fugiam sempre que os

²¹⁴ Ibid, p.15.

²¹⁵ ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA..., op. cit, p.131-137.

mesmos se aproximavam”.²¹⁶ As relações tornavam-se amistosas somente após as primeiras negociações de terras, quando os sertanejos adquiriam suas propriedades.

Apesar das demonstrações de cordialidade, há registros da violência que paralelamente acontecia no sudoeste, entre esses dois grupos. Tanto que muitos gaúchos que tentaram se estabelecer no local, nos anos de 1930, voltaram para suas cidades de origem, após tomarem consciência do banditismo que ali imperava. De fato, andar armado era comum. Discussões, assassinatos em bailes e em outros locais servem para exemplificar o estado de violência que se instaurou na região. Situações como essas fizeram com que se firmasse um acordo tácito entre a população que passou a tolerar certos crimes, desde que as famílias fossem respeitadas.²¹⁷

Esse acordo teria sido transgredido pelas companhias particulares, como a “Brazil Railway Co.,” que atuou na região do Contestado e, com isso, colaborou para a insatisfação dos moradores da região, extravasada no conflito que assinalou a perda territorial paranaense. No sudoeste, jagunços das companhias colonizadoras tiveram o mesmo procedimento. Na opinião de Wachowicz, o levante dos posseiros e a conseqüente expulsão das imobiliárias, em 1957, cometeram as mesmas faltas.²¹⁸

No oeste do Estado, a (re)ocupação esteve a cargo da Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S. A. – MARIPÁ. A companhia gaúcha adquirira, em 1946, as terras da empresa anglo-argentina “Maderas del Alto Paraná”, sediada em Buenos Aires. A extensão da área compreendia a Fazenda Britânia, um amplo território que media trinta e seis quilômetros de norte a sul, e setenta e dois quilômetros de oeste a leste, do Estado, e localizava-se no vale do rio Paraná.²¹⁹

A colonização via MARIPÁ foi realizada por meio da pequena propriedade e da policultura, favorecendo o surgimento de cidades, como Toledo, sede da empresa, e Marechal Cândido Rondon. Posteriormente, Cascavel viria a ser o centro e principal núcleo urbano da região.

²¹⁶ WACHOWICZ. **Paraná, sudoeste...**, op. cit., p.107.

²¹⁷ Nas frentes pioneiras paranaenses e na região do Contestado, desenvolveu-se entre os caboclos uma ideologia de tolerância para certos crimes como aqueles ocorridos nos bailes e nas rixas. WACHOWICZ. **Paraná, sudoeste...**, op. cit., p.110.

²¹⁸ Ibid, p.111.

²¹⁹ DICIONÁRIO histórico-biográfico do Paraná. Op. cit, p. 210.

Com a instalação de escritórios e de uma serraria próximos ao arroio Toledo, foram demarcados os lotes, e começaram a ser abertas as picadas e as estradas. A ausência de recursos impediu, inicialmente, que se formassem grandes propriedades.

Em 1951, foi intensa a procura de terras por colonos gaúchos e catarinenses. Nesse ano, todos os lotes demarcados estavam vendidos ou em processo de venda. O receio de atrair aventureiros fez com que a companhia não efetuasse grande divulgação em torno do empreendimento. Ao invés disso, optou por empregar sitiantes e comerciantes que se encontravam em Toledo para que recrutassem novos colonos. Sete anos mais tarde, a empresa colonizadora havia comercializado mais da metade das terras e adquirido outras porções.

Uma outra condição inusitada novamente poria em questão os limites estaduais, nessa parte do Paraná. Desta feita, o governo federal, durante as décadas de 1930 e 1940, passou a requerer uma área das cobiçadas terras localizadas na região oeste, com o fim de criar o “Território Federal do Iguaçu”.

2.3 A “Marcha para o Oeste” e a criação do Território Federal do Iguaçu

Indefinições e perdas territoriais, como já vimos, foram temas recorrentes na história regional do Paraná. Ainda durante a polêmica do Contestado, ante a ameaça da perda da região para Santa Catarina, lideranças paranaenses reuniram-se para discutir a formação de um estado federado independente na área em litígio: o Estado das Missões.

Estabelecendo União da Vitória como capital do Estado das Missões, foi instaurada uma Junta Governativa Provisória, na região. Uma notificação telegráfica comunicava ao governo federal e aos demais estados, a decisão tomada pelos rebelados. Todavia, um acordo firmado com autoridades do Paraná resolveria a questão.

Interessa-nos, nesse momento, reportando-nos à discussão identitária regional que move este trabalho, apresentar a declaração do Coronel Amazonas Marcondes, de União da Vitória. Em inquérito instaurado pelo governo do Paraná, após a tentativa malograda de fundação do novo Estado, ele afirmou:

(...) na qualidade de paranaense e, sobretudo, filho de Palmas não podia deixar de oferecer o seu contingente de patriota para defesa ativa dos direitos dos habitantes d'esta zona contestada por Sta. Catarina. (...) não se recorda qual foi o propugnante dessa idéia, mas que pode assegurar que o povo abraçou-a delirantemente visando só e só evitar a jurisdição de Santa Catarina e nunca fazer mal ao seu amado Paraná, (...).²²⁰

Embora a iniciativa não tenha ido adiante, ela foi precursora da idéia de criação de um outro estado federado, alguns anos mais tarde, mesmo que os motivos fossem distintos. No dia 13 de setembro de 1943, o presidente Getúlio Vargas criou o Território Federal do Iguaçu, contendo 51.452 quilômetros, abrangendo o oeste e o sudoeste paranaenses e o oeste catarinense.²²¹

A discussão já fora aventada nas décadas anteriores, porém surpreendeu os paranaenses, naquele momento. Mas, para Manoel Ribas, então interventor do Paraná, nomeado por Vargas, a organização do Território do Iguaçu contribuiria para fortalecer os vínculos da unidade nacional, e incrementaria o desenvolvimento social e econômico do oeste do Estado.²²²

Ribas fora recém nomeado para o cargo, até então ocupado por Mário Tourinho. Após a Revolução de 1930,²²³ Tourinho assumiu a interventoria do Estado e tomou algumas medidas para restaurar a confiança no oeste e no sudoeste paranaenses. Inseridas nesse contexto, é que podemos considerar certas ações, como a estadualização das extensas glebas de terras que pertenciam à Companhia Brasileira de Viação e Comércio (BRAVIACO). Concomitantemente a esses acontecimentos, a intelectualidade brasileira discutia a questão da redivisão administrativa do país. O assunto repercutiu intensamente após as comemorações do centenário da independência. Analisando a constituição da área federativa do Iguaçu, percebemos que o problema da governabilidade da vasta extensão territorial do Brasil combinado com a baixa densidade demográfica e a divisão disforme dos estados, colaborou para

²²⁰ CLETO, Josephat Porto Lona. O Estado das Missões e sua efêmera existência. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, v.30, p.67, 1978.

²²¹ Santa Catarina perdeu 14.402 quilômetros, correspondendo a 15,16% de seu território. O Paraná perdeu 25,75%.

²²² GAZETA DO POVO. Curitiba, 15 set. 1943.

²²³ Na opinião de Wachowicz, o movimento de 1930 teria sido um marco para a região. Dela, participaram muitos revolucionários de 1924. As tropas paranaenses se fizeram presentes, aderindo ao conflito desde o princípio, e prestando grande apoio a Getúlio Vargas.

colocar o assunto em pauta. Dentro dessa perspectiva, “a redivisão administrativa do país passou a ser discutida e analisada”.²²⁴

Dessas conjecturas, teria se originado a idéia da formação de territórios federais, nas regiões fronteiriças do país, para acelerar o seu povoamento. A sugestão partiu da Comissão da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro que, em 1933, propôs a criação de dez territórios federais entre eles o do Iguaçu.

No caso do Paraná, o desmembramento de parte da região e sua federalização encontraram simpatizantes, isso porque era grande o receio de uma dominação territorial argentina, como já estava ocorrendo pelos rios Iguaçu, Paraná e Uruguai. Além disso, existiam reclamações da população da região, que se sentia abandonada pelo governo estadual. Em vista disso: “A década de 20, para os que almejavam a separação, foi, portanto um período histórico que transformou a esperança das Missões, em um provável território federal do Iguaçu. Mudara o nome, mas o objetivo permanecia o mesmo: emancipação política”.²²⁵

A esse respeito, podemos considerar que a revolução de 1924, quando militares revolucionários refugiaram-se em Foz do Iguaçu, expôs ao país os problemas da região: descaso das autoridades paranaenses, exploração econômica argentina e más condições de trabalho nos latifúndios. Impressionou aos revoltosos, o avanço dos estrangeiros, naquelas terras, interferindo no cotidiano da população:

a língua corrente era o guarani e o espanhol, o dinheiro era o peso argentino, a navegação do rio Paraná era controlada pela Argentina (não havia um só vapor brasileiro), a madeira e o mate eram predados pelos capitalistas argentinos. O Estado do Paraná fazia-se presente de duas formas consideradas negativas: o fisco e a polícia. As poucas autoridades eram ainda freqüentemente denunciadas como coniventes com os latifundiários argentinos.²²⁶

Levando em conta essas considerações, é compreensível a preocupação de Vargas, ao assumir o governo, com a tentativa de pôr em prática o projeto “Marcha para o Oeste”. Era prerrogativa do poder público, nesse momento, nacionalizar e ocupar as fronteiras. Outra questão incluída nesse projeto eram os assuntos econômicos que estavam em evidência. Havia o interesse dos capitalistas gaúchos, por

²²⁴ WACHOWICZ. Paraná, sudoeste..., op. cit., p.139.

²²⁵ Ibid, p.140.

²²⁶ Id.

meio das companhias imobiliárias, de adquirirem terras na região oeste e sudoeste do Paraná. Dessa forma, o gaúcho Vargas, conhecido pelos empresários, mostrou-se favorável a esse grupo, que acabaria por incentivar a colonização do território.

Uma das primeiras decisões do governo federal, nesse sentido, foi enviar um representante do governo, para a região, para observar in loco os acontecimentos. Coube ao funcionário Zeno Silva realizar essa tarefa e elaborar um relatório, no qual destacava a necessidade de nacionalizar a área, em razão dos problemas do governo paranaense.²²⁷ Temas como as grandes áreas a serem colonizadas entre Guarapuava e Foz do Iguaçu, por exemplo, foram ignorados. Segundo o emissário, o que estava ali em evidência não era apenas um interesse localizado, regional, mas a unidade e a segurança do território brasileiro.

As argumentações de Zeno Silva foram reforçadas pelo escritor Ciro Silva, que criticou tenazmente a falta de atitude do Paraná, no jornal *Gazeta do Povo*, afirmando que a região estaria aguardando que despertasse o civismo paranaense, o qual dormia “um sono letárgico de mais de meio século”.²²⁸ Chama a atenção, nessa reportagem, o fato de Ciro Silva ser paranaense e compactuar com a idéia da separação do território. A atitude do jornalista, no entanto, não era isolada. O descaso do poder público estadual, como vimos, impedia alguns grupos de se identificarem com a administração da capital.

A elaboração do relatório feita por Zeno Silva, e as críticas dele decorrentes, provocaram reações na sociedade paranaense, e em particular, em Curitiba. Grande parte dos jornalistas curitibanos imediatamente se posicionara contrária à criação do território do Iguaçu. Ciro Silva, novamente interviria, desta feita, censurando a intelectualidade local:

Só agora é que o zelo cívico dos jornalistas vem dizer que o povo paranaense não aceita a retaliação do seu território. Mas, não se trata, absolutamente, disso, mas sim de colocar uma faixa da terra limítrofe com a Argentina sob o cuidado do governo da República, que para ali mandará forças do exército, construirá estradas para enfim pôr o Alto Paraná em contacto com o resto do país. Naturalmente como se trata de um serviço de interesse nacional em que se despendirão grandes somas, cabe ao governo federal fiscalizá-las e ter sob sua direção. De resto, quem mais lucrará com

²²⁷ HISTÓRIA do Paraná. Formação territorial. O Paraná mutilado. Os três anos do Território Federal do Iguaçu. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 24 nov. 2003, p.3. Suplemento.

²²⁸ SILVA, Ciro. A nacionalização do Alto Paraná e o relatório da Comissão Federal. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 23 jul. 1931.

esse serviço é o Paraná (...) Ninguém é mais paranaense do que nós (...). Civismo paranaense (...) Onde está esse civismo? O que foi feito dele em 1916, quando Afonso Camargo vendeu para Sta. Catarina o Contestado, com 20 mil quilômetros de terras, abrigando 80 mil paranaenses? A! Não se evoque esse passado triste e vergonhoso! O povo que sofreu, sem reagir, aquele mutilamento, não terá mais ânimo para fazer ameaças de reação física. Em todo o caso, o relatório do emissário Dr. Zeno Silva já está produzindo magníficos resultados, sendo de esperar que a ilustre comissão nomeada para estudar o mesmo apresente luminosas idéias para a nacionalização do Alto Paraná e que essas idéias sejam imediatamente postas em prática em bem do Brasil e felicidade do nosso Estado.²²⁹

Wachowicz classifica esse artigo como oficioso e com uma inusitada agressividade ao Paraná. Como resposta a esses questionamentos, o então interventor do Estado, Mário Tourinho, comunicou que não aceitaria o desmembramento do território e, por causa disso, foi deposto. Em seu lugar assumiu o ponta-grossense radicado no Rio Grande do Sul, Manoel Ribas. A fundação do Território Federal do Iguaçu, nesse momento, ficou postergada.

O assunto foi retomado, em 1937, com a instauração do Estado Novo. A nova constituição estabelecia que uma faixa de cento e cinquenta quilômetros da fronteira brasileira não poderia ser colonizada, nem sofrer intervenções sem a autorização do Conselho de Segurança Nacional. O Paraná, que já havia cedido 28 mil quilômetros de sua área, no conflito do Contestado, cederia, desta feita, 47 mil e 154 quilômetros para o novo território a ser criado. Integrada a essa proposta, foi criada a Colônia Agrícola Nacional General Osório – CANGO, em 12 de maio de 1943. A área da CANGO correspondia a 60 quilômetros da fronteira nos municípios do oeste, Barracão – Santo Antônio.²³⁰

Em setembro de 1943, foi criado o Território Federal do Iguaçu, com apoio irrestrito de Manoel Ribas, o que chegou a surpreender o presidente Getúlio Vargas, que ressaltou sua admiração pelo interventor, diante de sua “capacidade de compreensão e do realismo do interventor Manoel Ribas e elogiando sua coragem de se manifestar daquela forma”.²³¹ Pinheiro Machado, então Procurador Geral do

²²⁹ Id.

²³⁰ HISTÓRIA do Paraná. Formação territorial. O Paraná mutilado. Os três anos do Território Federal do Iguaçu. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 24 nov. 2003, p.3. Suplemento.

²³¹ MACHADO, Brasil Pinheiro. **Brasil Pinheiro Machado**: depoimento [out. 1979]. [S.l.], 1979.

Estado, declarou desconhecer qualquer discussão anterior sobre o desmembramento do território paranaense. Em vista disso, o decreto de criação do Iguaçu teve forte impacto no meio intelectual, que se estendeu ao poder público. Assim como aconteceu com o conflito do Contestado, quando os letrados da época se omitiram com a perda territorial do Paraná para Santa Catarina, o mesmo fizeram eles diante desta tentativa de retaliação das terras paranaenses.

De fato, após a constituição de 1937, o plano de colonização desenvolvido pelo governo paranaense apresentou-se comedido, não obstante já existirem, no sudoeste, dois núcleos demarcados (Pato Branco e Mangueirinha), e outros em projeto. Essa situação deveria se modificar com a efetivação do Território do Iguaçu.

Todavia, o que se percebe é que certas questões permaneciam indefinidas. Embora os limites territoriais estivessem estabelecidos, a capital foi escolhida pouco depois: Foz do Iguaçu. Sobre a escolha da sede do território federal, é interessante comentarmos a receptividade dos habitantes de Foz do Iguaçu com a instalação da capital do Iguaçu, em sua cidade. Segundo alguns depoimentos, acreditava-se que daí adviria o progresso para o lugar onde moravam. Meses depois, entretanto, a capital foi transferida para a atual cidade Laranjeiras do Sul, que, na época, teve seu nome alterado para Iguaçu.²³²

À intelectualidade da capital paranaense que, como vimos, não participou da fundação do território, coube o papel de analisar os acontecimentos que ali se desenrolavam. O historiador Davi Carneiro, por exemplo, teceu severas críticas a sua administração, destacando a corrupção que grassaria por aquelas paragens.

Da mesma maneira, Bento Munhoz da Rocha Netto, ao participar de uma sessão da Congregação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná, em 20 de outubro de 1943, criticou a criação do território: “A Alma do Paraná está sangrando”, dizia ele. Referindo-se à falta de explicações sobre os motivos que levaram à criação do Iguaçu, ele conclamou a todos a reagirem ao conformismo que começava a se infiltrar no meio paranaense: “Pretender como se pretende, numa traição inominável à realidade, que o povo do Paraná tenha recebido com aplausos o ato de desmembramento da Quarta parte de seu território, é afirmar

²³² Note-se que Laranjeiras do Sul não estava incluída na área do novo território. Para tanto, no decreto n. 6.550, que definia a nova capital, o governo federal achou por bem modificar os limites do Iguaçu, inserindo Laranjeiras do Sul, que passou a ser denominada Iguaçu.

que o paranaense fracassou na sua missão histórica”, aludindo à integração das correntes imigratórias à nação brasileira.²³³

Com o fim do Estado Novo, em 1945, tiveram início os debates para a extinção do Território do Iguaçu. Brasil Pinheiro Machado, então interventor do Paraná, nesse período, considerou que uma mobilização popular a favor dessa idéia contribuiria para assegurar o sucesso da empreitada. Para realizar a tarefa, foi nomeada uma comissão formada pelo professor José Loureiro Fernandes e pelo engenheiro Antônio Batista Ribas, encarregada de gerir adesões à causa, no território do Iguaçu. Das opiniões que levantaram, chamou-lhes a atenção a posição de algumas pessoas com quem conversaram que resistiam à idéia de extinguir o território:

É interessante notar que estas populações do oeste do Paraná tinham dúvidas sobre a conveniência da volta do território ao governo paranaense. Alegavam que o governo do Paraná foi sempre omissivo quanto ao oeste, que toda a administração, toda a política se desenvolvia nos arredores de Curitiba, que nós chamamos de Paraná Velho e que sempre o oeste do Paraná foi desprezado e abandonado pelos governos. O território do Iguaçu teria muito mais condições de atender às necessidades e ao desenvolvimento dessas populações nessas terras do que o governo do Estado, sediado em Curitiba, com seu costume de destinar toda a administração para o ponto central (...).²³⁴

A declaração acima é reveladora, na medida em que, evidencia dois Paranás distintos: o da capital e o do interior. Diante dessa posição, Pinheiro Machado autorizou a comissão enviada para entrarem em contato com as lideranças locais, comprometendo-se a criar um departamento autônomo financeiramente, o que acabou ocorrendo no governo seguinte, de Moysés Lupion. Com esses acordos, os habitantes da região passaram a participar da luta para a reintegração do território ao Estado do Paraná.

Munhoz da Rocha teve participação de destaque nos debates sobre a reintegração de posse. Em sua opinião, os motivos que levaram ao surgimento do Território Federal do Iguaçu eram regionais, e não nacionais. Por isso, ele deveria voltar aos domínios do Paraná. Wachowicz concorda com o pensamento do

²³³ KUNHAVALIK, José Pedro. Bento Munhoz da Rocha Neto: trajetória política e gestão no governo do Paraná. In: **A construção do Paraná moderno: políticos e política no Governo do Paraná de 1930 a 1980**. Curitiba: SETI, 2004. p.139-140.

²³⁴ KRÜGER, Nivaldo. **Sudoeste do Paraná: história de bravura, trabalho e fé**. Curitiba: Posigraf, 2004, p.177.

político. Para o historiador, o Iguaçu foi criado para ser colonizado preferencialmente pelos gaúchos. O território tornou-se espaço de rivalidade entre eles e a população local. Os paranaenses, embora fossem maioria, reclamavam que toda a administração do território estaria direcionada para as empresas colonizadoras ou para os políticos do Rio Grande do Sul.

Tensões, retaliações, divergência de interesses, enfim, os motivos foram muitos para que aflorassem sentimentos coletivos comuns na população que povoou o interior do Paraná. Dessa forma, com a (re)ocupação do Estado concluída, nos anos 1950, o poder público novamente viu-se na contingência de implantar instrumentos que atingissem o ambicionado objetivo de construir um novo Paraná. Um dos recursos utilizados seria promover a excelência de seu território, incluindo em seu discurso a valorização das paisagens, elemento sempre presente nas buscas de construções e de reconstruções identitárias para o Paraná. Nesse momento, porém, revalidamos algumas das principais paisagens destacadas, ao tempo do centenário de emancipação do Estado.

2.4 A “civilização do pinho”: a tradição ao tempo do centenário do Paraná

Se o cultivo da erva-mate consistiu na base da economia paranaense do século XIX, e foi de suma importância para a introdução das relações capitalistas de produção, no Paraná, a partir da década de 1930, a indústria do produto foi sendo substituída pela madeira e o café. A exuberância das florestas e a variedade de madeiras, como as espécies que compõem a Mata Atlântica ou a Mata de Araucárias atraíram exploradores de várias frentes e lugares. A construção da estrada da Graciosa e da ferrovia Curitiba–Paranaguá incentivaram a extração da madeira. O historiador Dennison de Oliveira, ao tratar da urbanização e industrialização do Paraná, comenta sobre a integração das serrarias à paisagem do Estado:

A serraria tornou-se um estabelecimento comum à paisagem paranaense, resultado tanto do desenvolvimento da malha de transportes, quanto da demanda interna por madeira das cidades paranaenses em franco processo de crescimento. Finalmente, a madeira acabou por se converter em um dos

nossos principais produtos de exportação e nosso maior ramo industrial.²³⁵

FIGURA 7- PINHEIROS NO INTERIOR DO PARANÁ



Paisagem destacando o rio Iguaçu. Divisa entre Porto União e União da Vitória. Na década de 1950, o desmatamento indiscriminado já era destaque na imprensa da época. AUTOR: Arthur Wischral. FONTE: Acervo da Casa da Memória/DPC/FCC

Com efeito, a indústria madeireira expandiu-se pelos municípios paranaenses, empregando trabalhadores da região. À medida que o norte e o sudoeste do Paraná iam sendo colonizados, a malha viária e a ferroviária eram ampliadas. Com o acesso facilitado, no entanto, a mata começou a ser devastada. Em 1955, a revista *Panorama* publicou artigo de um certo H.P. Zimmermann, em que o articulista exalta a grandiosidade das florestas paranaenses, mas também critica o desmatamento indiscriminado e os problemas dele resultante:

O homem na sua ânsia de progresso abusou de sua força destruidora. Na prática das derrubadas desenfreadas da mata virgem não respeitou nenhum imperativo da razão e da própria natureza. Devastando a mata até as cabeceiras nascentes e ao longo dos cursos d'água, produziu com esta sua ação destruidora uma alteração nas próprias condições climáticas da região. Expôs a terra à ação causticante e inexorável do sol ardente que suga a seiva vital da terra e favorece a erosão nas épocas de chuvas. Ninguém de boa fé poderá negar a existência destes fatos, tais como estiagens prolongadas, (...) e diminuição do volume dos maiores cursos

²³⁵ OLIVEIRA, op. cit., p.30.

d'água, alterações bruscas na temperatura e a ocorrência de geadas mais fortes numa zona onde elas quase não se faziam sentir.²³⁶

Temos aí uma nova vertente de investigação da história regional: assim como o povoamento do Estado estaria trazendo o progresso para si, trouxe igualmente prejuízos, assim como o seu desenvolvimento afetou o processo de construção identitária da própria região. As pinhas e os pinheiros davam indícios de desaparecimento, interferindo na paisagem que tanto inspirou os paranistas de outrora.

Zimmermann prosseguiu seu artigo conclamando aos leitores para que se preocupassem com as gerações futuras e a possibilidade de não poderem usufruir dessas riquezas naturais do Paraná.

A preocupação com a redução das árvores também havia sido levantada pelo escritor Temístocles Linhares na obra “Paraná vivo”, em 1953, ano em que o Paraná celebrou cem anos. Destacando a evolução do Estado e as melhorias que ocorreram em seu período de existência, Linhares ressalta igualmente o “drama” que atingia a destruição das matas no mundo moderno e, em particular, no Paraná:

A ação do homem se dirige no sentido de restringir o domínio da floresta. Não precisamos sair do Paraná para verificar até onde conduz a necessidade de espaço. Na zona cafeeira, essa necessidade assume proporções trágicas com a derrubada de árvores. Gigantescas árvores, muitas delas centenárias, que nem sequer chegam a ser aproveitadas, com as dificuldades de transporte, mas que, arrancadas de suas raízes, deitadas no terreno, parecem a destroços de imensos mastros ali recolhidos, depois de renhida batalha.²³⁷

Comparando as áreas devastadas a de um cemitério de troncos, Linhares mostra-se receoso com as extensões cobertas de matas que diminuía dia-a-dia. Em que pese a abundância das áreas verdes, no Paraná, àquela época, o seu destino era o mesmo que afligia o mundo: “O problema assumiu tal gravidade que passou ao âmbito internacional, ultrapassando os limites do Estado, para ser objeto de cogitação em organismos como a Unesco e a Fao”.²³⁸ A redução das derrubadas e o

²³⁶ ZIMMERMANN, H.P. Entusiasmo e realidade II. **Panorama**. v.5, n.37, p.17, mar.1955.

²³⁷ LINHARES, Temístocles. **Paraná vivo**: um retrato sem retoques. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002. p.89.

²³⁸ Ibid, p.90.

reflorestamento eram medidas apresentadas para minimizar os problemas que surgiam em decorrência do desmatamento.

O texto de Linhares torna-se interessante, na medida em que ele refere-se ao escrito visionário de Euclides da Cunha, produzido no início do século XX, a respeito da destruição das florestas, no Brasil. Críticas às queimadas e às derrubadas indiscriminadas da vegetação e suas conseqüências são relacionadas por Euclides, das quais se destacam a elevação da temperatura e o decréscimo da umidade relativa do ar, tornando difícil a precipitação das chuvas.²³⁹

Utilizando como exemplo o Paraná, para destacar os prejuízos da natureza, Linhares cita o rio Iguaçu, importante para a navegação fluvial do Estado. Segundo ele, o rio estaria se tornando inavegável com as devastações de pinheiros feitas não muito longe de suas margens. Não obstante suas críticas, ele tece elogios às certas fábricas que se beneficiam da madeira e o progresso que trouxeram para o Paraná, como, por exemplo, a fábrica de papel de Monte Alegre. A ela, o autor dedica alguns parágrafos de seu texto, salientando o “espetáculo soberbo” do reflorestamento implantado pela indústria, visível a quilômetros do local. De proporções homéricas, em sua opinião, a ação do homem estaria produzindo uma nova civilização: a “civilização do pinheiro”.

Em um plano mais alto, ao terreno reservado para o reflorestamento, quarenta milhões de pés de pinheiro, cobriam vales e colinas. Destacavam-se, nesse cenário, centenas de pinheiros, quase grudados uns nos outros, à espera do encerramento de seu ciclo.²⁴⁰ Apesar do destino dessa floresta ser o corte para a comercialização da madeira, o pinheiro do Paraná se consolidava como uma das principais riquezas do Estado.

Censurando a representação puramente poética do pinheiro, feita pelos paranistas de outrora, Linhares percebe um novo sentido para a árvore considerada símbolo do Paraná e da identidade de seu povo:

deixando para trás o tempo em que o pinheiro não passava de simples motivo de inspiração de poetas idílicos que procuravam se ajustar à natureza circundante, para ver nele ora “uma taça erguida para a luz”, ora um vulto senhorial a quedar-se firme e ereto diante do tufão e do raio, quando era posta em jogo a sua qualidade de

²³⁹ Id.

²⁴⁰ Ibid, p.93.

presidente do Supremo Tribunal Vegetal, título que lhe conferiu o poeta Raul Bopp, se não nos falha a memória. O pinheiro limitado às puras cogitações poéticas, assim, se reduz hoje a tema puramente mitológico, a inocente divertimento com que povoavam a imaginação dos nossos coevos, mergulhados no contemplativismo mais infenso a qualquer espécie de concepção utilitária de conforto e bem-estar, se bem que inconscientemente estivessem eles propagando a preservação de nossas florestas.²⁴¹

Nesse comentário acerca da função do pinheiro para a sociedade paranaense, Linhares deixa transparecer sua contrariedade para com os paranistas que, na década de 1920, elegeram a árvore como símbolo do homem do Paraná. Assim como outros importantes escritores da época, como Wilson Martins e Dalton Trevisan, Linhares criticava a visão idílica que os paranistas faziam do Estado, preferindo considerar a força do Paraná por seu poder político e econômico. O pinheiro, nesse caso, deixa de ser somente um aspecto figurativo, imagético, e passa a se constituir em um elemento importante da economia regional.

Dessa forma, as constantes reiteraões de apreço pela atuação da Cia. Monte Alegre sobressaem no texto de Linhares. Apesar disso, o escritor não é de todo negligente quanto à difícil situação do trabalhador do campo. Sobre as condições em que vivia essa população, comenta que, afora um nível razoável de vida, as terras eram todas da companhia. “Tudo pertence à Cia.”, dizia ele. “O homem humilde é nestas bandas como um desterrado, possuído da falsa imagem de filho de uma pátria que não o protege”, embora se apresse em registrar que a referida empresa estaria buscando soluções para instalar seus empregados em uma cidade planejada, onde cada cidadão teria sua propriedade e garantidos seus direitos civis.

Ações ordenadas, como a de Monte Alegre, incrementariam a economia do Estado, promovendo a industrialização. Combinada com o homem paranaense, ela constituiria a “civilização do pinheiro”. Entretanto, essa civilização não se estenderia à todas as áreas dominadas pela valiosa árvore. Regiões de difícil acesso, afastadas de estradas de rodagem e de estações ferroviárias, bem como o não reflorestamento, impediriam tal civilização de formar-se. Ao destacar a atuação do Instituto Nacional do Pinho, ele pede o apoio das empresas para acompanhar o ritmo acelerado do abate dos pinheiros. Curitiba e litoral, já não possuiriam mais reservas de pinheiros. Estes recuavam cada vez mais, em direção ao oeste.

²⁴¹ Ibid, p.92.

Por fim, após várias considerações sobre o solo paranaense e a importância do pinheiro no progresso do Paraná, o autor faz algumas ressalvas quanto à participação dos imigrantes na questão da devastação das florestas. Em sua opinião, os imigrantes seriam os maiores devastadores que em nada teriam contribuído para que aumentasse a fertilidade das respectivas terras, empobrecendo o solo.

Os imigrantes encontraram no Paraná vastas extensões de terras virgens dominadas pelo pinheiro e as estragaram. Não procuraram recuperá-las,...). O que fizeram foi estabelecer um padrão de vida diferente do de nosso caboclo, muito mais atrasado na avaliação das próprias necessidades. Por esse prisma, a indústria florestal da região sulina do Estado, não há [como] negar, se beneficiou de alguns acréscimos trazidos à cultura tradicional, à chamada cultura luso-brasileira (...).²⁴²

A crítica de Linhares aos europeus, em relação ao mau uso do solo assume uma importância singular se considerarmos que ele foi um grande defensor dos imigrantes. Tanto é que, como veremos no último capítulo deste trabalho elaborou a obra “Paraná vivo”, indicando que foram eles, com sua cultura, influência e assimilação de nossos costumes que mantiveram o Estado em evolução.

Nesse sentido, o comentário de Linhares sobre os imigrantes surpreende e se apresenta contraditório em relação às suas referências ao progresso que eles teriam implementado no Estado, dando-lhe vida. Caso fôssemos analisar o aspecto simbólico, a ação dos imigrantes sobre o pinheiro significaria sobrepujar o principal elemento paranista, à ação do homem, não o luso-brasileiro, mas aquele que veio de fora, o neoparanaense.

A força do pinheiro, dessa forma, se consolidou até hoje no Paraná, como parte do imaginário constituído pelos intelectuais em consonância com o Estado. Aliado ao mate, ele se encontra impresso nos emblemas, nas publicações e canções oficiais, e é assumido pelos meios de comunicação e por grande parte da população, principalmente a da capital, como elemento significativo não somente da história, como da memória regional.

2.5 A identidade através da imagem: visão da grandeza natural

²⁴² LINHARES, op. cit., p.102.

Para Renato Ortiz, toda identidade é uma construção simbólica, ou seja, não existe uma identidade autêntica, mas uma pluralidade de identidades, construídas por diferentes grupos sociais, em diferentes momentos históricos.²⁴³ Relacionando essa afirmação com a questão paranaense, observamos como a paisagem teve papel de destaque na tentativa de definir um discurso identitário. Com o auxílio da memória, ela pode se transformar em um referencial para a reconstituição da história de um lugar.

O enraizamento da memória, por sua vez, é beneficiado pela noção do patrimônio cultural, por meio da representação simbólica, da preservação e da conservação dos bens culturais. O arquiteto Carlos Lemos, especialista na preservação do patrimônio cultural, salienta que a função da paisagem, “orienta e está plena de símbolos, de marcos, de pontos de referência, de encruzilhadas, que dirigem o viajante que passeia pela natureza, estando sempre em casa”.²⁴⁴

Procurando aproximar as idéias de Lemos ao do patrimônio paisagístico paranaense e associá-las à problemática dos “lugares de memória”, tentaremos trabalhar com alguns espaços naturais do Paraná, priorizando aqueles que foram amplamente exaltadas pela revista “Ilustração Brasileira”, a qual, como já vimos, procurou sacralizar, na época do centenário do Paraná, diversos “lugares” que hoje constituem vestígios da memória estadual.

Dessa maneira, toda a pujança conferida à natureza do Estado pode ser retratada pela força motriz gerada pelas águas de Sete Quedas, no rio Paraná, local onde hoje se encontra o lago de Itaipu. Sete Quedas, ao tempo do centenário, representavam o vigor e o ímpeto do discurso ufanista de que vimos falando até o momento.²⁴⁵

²⁴³ ORTIZ, op. cit., p. 8.

²⁴⁴ LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 2000, p.9 (Primeiros Passos)

²⁴⁵ A potência das Sete Quedas atraiu investidores dos governos brasileiro e paraguaio que, desde os anos 1960, discutiram a implantação de uma usina hidrelétrica, aproveitando as águas da região que seria inundada. Em 22 de junho de 1966, os ministros das Relações Exteriores do Brasil, Juracy Magalhães, e do Paraguai, Sapena Pastor, assinaram a "Ata de Iguaçu", declaração que manifestava a disposição para estudar o aproveitamento dos recursos hidráulicos pertencentes aos dois países, no trecho do Rio Paraná desde o Salto de Sete Quedas até a foz do Rio Iguaçu. Em 26 de abril de 1973, o Brasil e o Paraguai assinaram o Tratado de Itaipu, para o aproveitamento hidrelétrico do rio Paraná pelos dois países. Em maio do ano seguinte, foi criada a entidade binacional Itaipu, para gerenciar a construção da usina. O início efetivo das obras ocorreu em janeiro de 1975. Em outubro, daquele

FIGURA 8 - SETE QUEDAS



Fotografia da década de 1940, aproximadamente. AUTOR: Arthur Wischral. FONTE: Acervo da Casa da Memória/ DPC/FCC.

Outro lugar “monumental” do Paraná, rememorado na “Ilustração Brasileira” é Vila Velha, um conjunto de formações rochosas esculpidas pela ação do tempo, localizado na região dos Campos Gerais. A regularidade da disposição das pedras, recortadas em blocos pela erosão, teria justificado sua denominação. A erosão arquitetou becos, caminhos e largos, aparentando singulares monumentos que

mesmo ano, foi aberto o canal de desvio do Rio Paraná, permitindo secar um trecho do leito original do rio para a construção da barragem principal. Em outubro de 1979, um acordo Tripartite entre Brasil, Paraguai e Argentina foi assinado. Em 1984, entrou em operação a primeira unidade geradora de Itaipu. Com 19 unidades geradoras em operação, a capacidade de Itaipu de produzir energia foi aumentada com a entrada em operação da última unidade geradora, no começo de 2007, completando o projeto original de 20 máquinas. Apesar da grandiosa obra que, nos anos 1990, deu o título à Itaipu de “uma das sete maravilhas da modernidade”, a inundação de Sete Quedas, gerou polêmicas, inclusive de intelectuais de outros estados. O poeta Carlos Drummond de Andrade, em 1982, às vésperas de seus oitenta anos, expressou sua inconformidade com a destruição do Salto de Sete Quedas, segundo o mesmo, um “patrimônio natural do Brasil e da humanidade”. Quando afinal se anunciava o fechamento das comportas para a criação do lago da hidrelétrica de Itaipu, Drummond de Andrade publicou o poema “Adeus a Sete Quedas”, no Jornal do Brasil. O sentimento ecológico do poeta reverberou em todo o país. Um mês depois, ele voltaria a falar no assunto, com a crônica “Sete Quedas poderia ser salva” (JB, 07/10/1982). Nesse texto, Drummond transcreve uma carta do engenheiro Octavio Marcondes Ferraz – o projetista da hidrelétrica de Paulo Afonso. A carta fora enviada ao poeta exatamente a propósito do poema “Adeus a Sete Quedas”, apresentando uma proposta alternativa para a construção da hidrelétrica.

lembram uma cidade em ruínas. Daí, o nome de “Vila Velha” para esse conjunto de rochas.

Imagens de Vila Velha ladeando o texto do geólogo Reinhard Maack ganharam destaque nas páginas da revista, em 1953. Maack classifica-a como um “singular monumento natural, documento de um grandioso acontecimento”.²⁴⁶ Mesmo discorrendo tecnicamente sobre os efeitos causados nas rochas, pelo tempo, ele adota um ar poético ao ressaltar o poder da natureza expresso nos “documentos pétreos”.²⁴⁷

FIGURA 9 - PAISAGEM DE VILA VELHA



Década de 1940, aproximadamente. AUTOR: Arthur Wischral. FONTE: Acervo da Casa da Memória/DPC/FCC

Assim como o Salto de Sete Quedas e Vila Velha, a Serra do Mar, cortada pela ferrovia Curitiba – Paranaguá pode ser considerada um dos espaços representativos do Paraná. Chamada de “cordilheira da marinha” pelos antigos

²⁴⁶ MAACK, Reinhard. Vila Velha, uma história dramática do livro da natureza. **Ilustração Brasileira**. Edição comemorativa do centenário do Paraná. Rio de Janeiro, v. 44, n. 224, p.115, 1953.

²⁴⁷ O lugar já era conhecido desde o século XVI, conforme registros deixados pelos viajantes que estiveram na região atual do Paraná. D. Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, governador-geral do Paraguai, percorreu os Campos Gerais, em 1541, e teria atravessado as terras onde hoje se situam Lapa e Ponta Grossa. Denominada Itacueretaba pelos índios, que significa, a aldeia que virou pedra, Vila Velha deu origem a várias lendas. Próximo a ela, localizam-se as Furnas, conhecidas como “Caldeirões do inferno”. Circulares e de aproximadamente 100m de profundidade, elas surgiram pelo desabamento do arenito. Ao lado, encontra-se a Lagoa Dourada, atrativa por suas águas cristalinas, com aproximadamente 300m de diâmetro, que se alimenta das águas das Furnas, por meio de canais subterrâneos. O tombamento da região, pelo governo estadual, em 1966, e a criação do Parque Estadual de Vila Velha demonstram o interesse do poder público em preservá-la.

cronistas, ela representava o grande obstáculo a ser superado entre o litoral e os planaltos. A estrada da Graciosa, carroçável em 1873, constituiu-se na única via de ligação entre esses dois pontos, até 1967, quando foi inaugurada uma rodovia.

A construção da ferrovia, iniciada em 1880, além de oferecer agilidade e conforto aos passageiros, e segurança de transporte para os produtos a serem exportados, representou uma conquista da natureza pelo homem. Enfrentar todos os percalços, em uma época carente de recursos e em uma área de difícil acesso, sem dúvida foi uma aventura. Em 2 de fevereiro de 1885, partia de Paranaguá com destino à Curitiba, o primeiro trem da ferrovia.²⁴⁸

FIGURA 10 - FERROVIA CURITIBA-PARANAGUÁ



Transporte de carga na década de 1940. AUTOR: Arthur Wischral. FONTE: Acervo da Casa da Memória/DPC/FCC

²⁴⁸ WERNER, Waldemar. Estrada de Ferro Paranaguá-Curitiba – 100 anos – Ferrovia e ferroviários – Memórias. In: **Uma viagem de 100 anos: 1885–1985 - Ferrovia Paranaguá – Curitiba**. Curitiba, 1985, p. 51.

Um novo cenário lentamente se delineava naquela parte do território paranaense. A ferrovia, ao facilitar o acesso ao litoral, promoveu o desenvolvimento das cidades litorâneas, como Antonina, Paranaguá e Morretes.²⁴⁹

Louvados e rememorados através de lendas, hoje propagados pelos meios de comunicação, esses lugares são testemunhos de uma outra era. Neles, a memória se enraíza e, em um permanente ritual, procura sobreviver em meio à aceleração da história do mundo em que vivemos.

²⁴⁹ Quanto a Serra do Mar, desde 1986, sua área é tombada pelo Conselho Estadual de Patrimônio.

II O REFORÇO IDENTITÁRIO: AS COMEMORAÇÕES DO CENTENÁRIO DO PARANÁ

3 BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETTO: PROMOTOR DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM PROL DA CONSTRUÇÃO DE UM “NOVO PARANÁ”

A década de 1950 iniciou-se com o retorno de Getúlio Vargas ao poder. Seu retrato voltou a ocupar as paredes das repartições públicas em todo o país, trazendo novo ânimo e esperanças a grande parte dos brasileiros. As finanças achavam-se fortalecidas, devido ao acúmulo de divisas ocorrido durante a Segunda Guerra Mundial, favorecendo a balança comercial, satisfazendo, portanto, a população das grandes cidades, em especial a de classe média, que levava para suas casas uma infinidade de produtos nacionais e importados. Eletrodomésticos, produtos de higiene e alimentícios, até então restritos a um público mais seletivo, disseminaram-se pelas cidades, colaborando para que a economia também se fortalecesse, trazendo inovações no setor e novos padrões de consumo.¹

Nesse período, Curitiba ansiava por modernizar-se incentivada pelo aumento de verba nos cofres públicos, graças à expansão da cultura do café no Estado. Entretanto, se do ponto de vista estético, a arquitetura de estilo moderno que estava sendo implantada em sua área urbana indicava o seu desenvolvimento, uma outra realidade se desenhava nas cidades interioranas. Especialmente no norte, oeste e sudoeste, para onde afluíam os neoparanaenses, uma terra de *farwest* se apresentava, tal era o cenário rústico daquelas regiões.

Organizar e implantar políticas públicas eficientes que fornecessem a infra-estrutura básica para a sobrevivência dos habitantes dos municípios que “brotavam” da terra vermelha, e discipliná-los, representou um dos grandes desafios para os seus governantes. A capital, com seus “arranha-céus”, suas praças arborizadas e ruas pavimentadas, naquele momento, parecia estar cada vez mais distante dessas cidades do interior, separadas geograficamente por centenas de quilômetros. Como administrar essa região da qual provinha a maior parte dos lucros que geriam os cofres públicos? É interessante lembrar que, esse recurso vindo de fora da capital, era essencial para promover as grandes comemorações programadas para acontecerem em Curitiba, no ano de seu centenário.

¹ MELLO, João Manuel Cardoso de & NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v.4, p.559-658.

Examinar essas políticas públicas voltadas para o ideal de projetar o Paraná no âmbito nacional é a proposta deste capítulo, que destaca a figura de Bento Munhoz da Rocha Netto, governador do Estado, suas metas e projetos, com vistas a demarcar uma identidade paranaense. A política de seus antecessores, que também se propuseram a modernizar o Paraná, também será chamada à discussão a fim de estabelecer um contraponto entre eles e Munhoz da Rocha.

3.1 O Paraná rumo à modernização

A década de 1950, no Brasil, foi marcada pela entrada de uma variedade de produtos do exterior. Eletrodomésticos, cosméticos, gêneros alimentícios, até então vistos em filmes estrangeiros, passaram a ocupar as prateleiras de lojas e supermercados das grandes capitais. O uso do ferro elétrico em lugar do antigo ferro a carvão; do fogão a gás de botijão substituindo o tradicional fogão à lenha; das panelas de alumínio ao invés das de barro e de ferro eram indícios materiais do sentimento de “modernidade” que tomou conta dos brasileiros, nas moradias mais abastadas, em meados do século XX. Liquidificadores, enceradeiras, geladeiras, alimentos industrializados e enlatados, refrigerantes como Coca-Cola e Guaraná tiveram um considerável aumento de consumo, assim como os doces e os chocolates. A comercialização dos produtos alimentícios diversificou-se, modificando os hábitos de segmentos da sociedade: o armazém e a venda passaram a conviver com os supermercados, as pessoas adotavam o hábito de “comer fora”.²

Produtos de limpeza e de higiene também se alteraram, com a introdução do detergente, do sabão em pó, do surgimento da esponja de lã de aço da marca “Bombril”, do uso da escova e da pasta de dente junto às camadas populares, do uso do xampu, do condicionador de cabelos e do desodorante. Cuidados com a beleza feminina se disseminaram com a chegada dos cosméticos de marcas renomadas como Max Factor, Avon e Helena Rubinstein divulgadas na revista “O Cruzeiro”, cuja leitura, por muito tempo, fez parte do cotidiano da população.

² Ibid, p.563-567. Ressaltamos que os hábitos aqui apontados se referem sobretudo a uma pequena parcela da população que habitava as capitais do país, tomando como base o Rio de Janeiro, então capital federal.

Roupas de tecido sintético passaram a compor o vestuário, e o uso do terno e da gravata ficaram mais restritos. Para a mulher, o maiô de “duas peças” e depois o biquíni constituíram-se as grandes inovações.

Enfim, assistia-se a um avanço modernizador, no país, a ponto de os habitantes urbanos, se sentirem a um passo de se tornarem uma nação moderna, como colocam João Manuel de Mello e Fernando Novais ao tratarem desse período da história brasileira.³

O otimismo se deveu em grande parte ao desenvolvimento industrial. Produzia-se desde aço, petróleo, óleo diesel, asfalto, gasolina, com a construção de companhias especializadas na área, como a Companhia Siderúrgica Nacional, criada em janeiro de 1941, e a Petrobrás, fundada em outubro de 1953. A construção civil erguia arranha-céus nas capitais, ao mesmo tempo que atraía trabalhadores para as grandes cidades. A área urbana tornou-se espaço de gente moderna, “superior”, com melhores condições de vida que a gente “atrasada” do campo. Milhares de migrantes saíam de suas terras em busca de uma vida melhor. De ônibus, de trens, e até de paus-de-arara, rumavam para as regiões urbanizadas do país.

As áreas da educação e da saúde desenvolveram-se com o aumento do número de alunos matriculados nos antigos cursos primário e ginásial, hoje já denominado ensino fundamental, bem como no ensino superior. Devido ao alto índice de mortalidade infantil, foram instituídos postos de puericultura, principalmente nas áreas que estavam se formando, que deveriam fazer a prevenção e a profilaxia do estado de saúde das mães e das gestantes.

O investimento na medicina preventiva, com a ação de institutos assistenciais para aposentados e pensionistas que atendiam trabalhadores de diversos ramos da economia, também facilitou a ampliação do auxílio médico-hospitalar.⁴

Os valores de desenvolvimento que pairavam na sociedade brasileira, com base nos países avançados condicionados ao progresso, e a uma sociedade consumista, no entanto, mascaravam uma sociedade atrasada. A vida familiar, até então dominada pelo passado e pela tradição, passou a preocupar-se com o futuro, com a ascensão individual por meio do trabalho. O ideal comum a toda população consagrava-se pela premissa da construção da nação e da civilização brasileira.

Embora a industrialização avançasse no Brasil, em 1950, entretanto, o país permanecia predominantemente agrícola. O surto do café atingiu seu auge, nesse período, representando 63% do valor das exportações. A concorrência internacional e a queda de

³ Ibid, p. 568-571.

⁴ Na década de 1960, chegou a representar 60% da aplicação dos recursos do governo federal. Ibid, p. 594.

preços, no final dessa década, arrefeceram os investimentos na economia cafeeira. Em seu lugar, surgiram outras culturas como a da laranja, no Paraná, e a cana-de-açúcar que se expandiu no Nordeste.⁵

Entretanto, até seu declínio, o plantio do café provocou grandes alterações em algumas regiões do Brasil. No caso do Paraná, nem mesmo as dificuldades do pós-guerra foram capazes de afetar o seu desenvolvimentismo agrícola. O povoamento do norte, do oeste e do sudoeste do Estado gerava riquezas, forçando a administração pública a dotar as regiões da infra-estrutura necessária. Entre 1950 e 1960, 900 mil pessoas se dirigiram ao Paraná. Em uma de suas mensagens à Assembleia Legislativa, o governador Munhoz da Rocha manifestou entusiasmo em relação à vinda de migrantes para a região, aludindo aos brasileiros que para cá convergiam aos borbotões. Administrar esse contingente populacional que se instalava no interior do Estado representou um dos grandes desafios para o poder público estadual do período.

Para o escoamento do café e das demais culturas, o governo paranaense teve que investir na construção de estradas que facilitassem o transporte da produção agrícola. Uma eficiente comunicação entre os municípios do Estado também iria beneficiar a educação e a saúde.

Esse boom econômico coincidiu com um dos momentos “magnos” da história regional paranaense – a celebração de seus cem anos – envolto em clima de euforia e de prosperidade, vindo de encontro às aspirações de Munhoz da Rocha, que pretendia destacar o Paraná, como importante unidade federativa e consolidar Curitiba como sua capital. Mesmo ambicionando se modernizar nos moldes dos principais centros urbanos do país, a cidade permanecia com aspecto provinciano, observado não somente nas construções neocoloniais, mas também nos hábitos dos curitibanos, que demonstravam que a modernidade demoraria por chegar.

O discurso desenvolvimentista, implementado pelo governador, entretanto, já havia sido utilizado nas administrações estaduais anteriores, como na do interventor Manoel Ribas, que governou o Paraná de 1932 a 1945, e de seu herdeiro na política, Moysés Lupion, que o sucedeu no cargo. A despeito dos graves problemas agrários que se desenrolaram no interior do Estado, Manoel Ribas preocupou-se em elaborar uma política econômica e social, baseada

⁵ FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 10. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

na modernização do Estado,⁶ idéias semelhantes às do “governador do centenário”, que iniciou seu mandato com o objetivo de (re)construir um novo Paraná.

3.2 Políticas públicas dos anos 1940 e 1950: os antecessores de Munhoz da Rocha

Manoel Ribas⁷ assumiu o cargo de interventor do Paraná durante o governo de Getúlio Vargas, entre 1932 e 1934. Nos três anos seguintes, foi nomeado governador pela Assembléia Legislativa. Com o golpe de Estado de 1937 e a instalação do Estado Novo, Ribas voltou a ocupar a interventoria, permanecendo até a queda do regime, em 1945. Um dos fatores que teriam contribuído para o longo tempo em que o político ponta-grossense ficou no cargo, seria a confiança que recebera de Vargas e o apoio de destacados representantes das classes abastadas dos Campos Gerais e das classes trabalhadoras.

Seguindo as orientações prescritas pelo Estado Novo, as primeiras determinações referentes às políticas públicas que Manoel Ribas procurou implantar, no Paraná, diziam respeito a uma racionalização e modernização burocrática, destacando-se a austeridade orçamentária. Em sua gestão, foram criados órgãos e instituições importantes para a modernização estadual, como a Secretaria de Agricultura, o Instituto de Identificação da Polícia Civil, o Departamento Estadual de Estatística e o Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, considerado a “primeira instituição moderna de apoio tecnológico do Paraná”.⁸

À criação de órgãos públicos representativos da economia do país se inseria a idéia de uma “nova democracia” defendida pelo Estado Novo, por meio da qual deveria existir uma identificação entre Estado e Nação. As propostas da “nova democracia,” explicitadas pela historiadora Angela de Castro Gomes, ao trabalhar com a política brasileira, no Brasil republicano, giravam em torno de “funções de especialização técnica, donde a importância da

⁶ INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – Fundação Édison Vieira. **O Paraná reinventado: política e governo**. Curitiba, 1989. p.25-26.

⁷ Manoel Ferreira Ribas nasceu em Ponta Grossa, em 1873. Com 24 anos se transferiu para o Rio Grande do Sul. Durante seu governo, no Paraná, recebeu o apelido de “Maneco Facão” pelo grande número de funcionários públicos que demitiu. Estimulou vocações artísticas, como a do então garoto Poty Lazzarotto, que recebeu bolsa de estudos para estudar no Rio de Janeiro. Faleceu em Curitiba, em 1946.

⁸ OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Notas sobre a política paranaense no período de 1930 a 1945. In: _____. (Org.). **A construção do Paraná moderno: políticos e política no Governo do Paraná de 1930 a 1980**. Curitiba: SETI, 2004. p.26.

criação de órgãos representativos da vida econômica do país, que podiam, como interlocutores válidos, exprimir a vontade geral popular”.⁹

A infra-estrutura era outra prerrogativa do plano de políticas públicas previsto. Das melhorias executadas no sistema de comunicação e estrutura viária estavam as rodovias e as estradas estaduais. A mais importante obra, nesse sentido, foi a construção da Estrada do Cerne, ligando Curitiba até Jacarezinho e daí até Londrina. As dificuldades para a execução da obra foram muitas, a começar pelos equipamentos necessários à abertura da estrada:

Convém lembrar que, à época, não se dispunha do maquinário rodoviário de hoje, com tratores, “scrappers”, escavadeiras, etc. etc., facilitador das obras. Pás e picaretas seguiam o machado na faina de abrir picadas por dentro do mato. “Gaiótas” (carrinhos), puxadas por um burro, transportavam terra para entulhar banhados, ou para nivelar depressões. Os animais de tal modo se acostumavam com o serviço que, mal enchida a “gaióta”, dispensavam condutor que os levasse ao local do despejo.¹⁰

Provavelmente assim denominada por ser a linha-tronco entre o norte do Paraná e o Porto de Paranaguá, a Estrada do Cerne foi inaugurada em 26 de setembro de 1940, tendo demorado seis anos para ser concluída. A caravana de automóveis que se formou naquele dia, transportando autoridades e jornalistas, e tendo à frente a figura de Manoel Ribas, denota a relevância dada ao acontecimento.

O jornalista J. Mathias Júnior, um dos membros da comitiva, relatou na revista *Panorama*, décadas mais tarde, suas impressões sobre esse passeio inaugural. Delas, extraímos a descrição que fez sobre Londrina, ainda em seus primeiros anos de vida, e um dos lugares por onde a caravana passou: “Ruas cheias de barrancos, sem calçamento e casas de madeira sem pintura, muitas construídas de costaneiras, Londrina, de luzes fracas, se assemelhava a uma cidadezinha do “farwest” norte-americano, em meio da chuva e do pegajoso barro vermelho”.¹¹ O cenário desolador de Londrina, uma das principais cidades da região norte, estendia-se a muitas outras cidadezinhas que pipocavam pelo Paraná, na década de 1940.

A partir da Estrada do Cerne, pode ser feito o escoamento da produção agrícola via Porto de Paranaguá, local onde Manoel Ribas e seus assessores puderam acompanhar o

⁹ GOMES, Angela de Castro. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v.4, p.517.

¹⁰ PANORAMA. Curitiba, v.32, n.322, p.50, nov. 1982.

¹¹ Ibid, p.51.

embarque da milionésima saca de café, produzida no Estado. As exportações foram incrementadas e renderam bons investimentos. Para a capital, a execução da estrada impulsionou a construção civil e a vinda da população rural que se transferia do campo para a cidade.

O interventor também incentivou o desenvolvimento da ciência e da tecnologia com a criação, em 1942, do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas¹², conforme já mencionamos, e a expansão industrial por meio da instalação de indústrias como a Indústria Klabin do Paraná de Celulose S/A.¹³ Para incrementar a colonização da região, baseou-se na implantação e revisão da política agrária, fundamentadas nas concessões de terras feitas às Companhias estrangeiras, como a Companhia de Terras Norte do Paraná.¹⁴

Em que pese assuntos polêmicos ocorridos em seu governo, como o surgimento do Território Federal do Iguaçu, gerando muitas críticas e colocando em tensão a identidade e a política paranaenses, além dos conflitos de ocupação de terras¹⁵, Manoel Ribas dedicou especial atenção ao homem trabalhador, como estabeleciam as orientações ideológicas do Estado Novo implantado por Getúlio Vargas.

Como instrumento representativo dos trabalhadores, os sindicatos de empregados e empregadores, conselhos técnicos e de autarquias, expressavam as vivências de “vários grupos econômico-sociais, articulando-os e consultando-os com base em sua experiência direta no mundo do trabalho, isto é, em seus interesses profissionais”.¹⁶ A atenção direcionada aos trabalhadores, nos mostra que o povo era o alicerce do modelo de Estado corporativista que se pretendia implantar no Brasil, e que a longa duração do Estado Novo teve, como uma de suas justificativas, o impulso das políticas públicas, sobretudo, sociais, postas em prática.

A respeito da questão trabalhista inserida na elaboração de políticas públicas, a historiadora Angela Castro Gomes ressalta que, a partir da década de 1930, ocorreu um

¹² O Instituto de Biologia era responsável pelo desenvolvimento laboratorial e a formação de uma vanguarda científica no Paraná nas áreas de química, geologia, petrografia, agronomia, veterinária e bioquímica. Teria representado o início das políticas públicas em ciência e tecnologia.

¹³ A instalação da Indústria Klabin em Monte Alegre, na região dos Campos Gerais, representou o começo da implantação de indústrias de grande porte no Paraná. As associações entre Vargas, Ribas e a família Klabin facilitaram o incremento nessa área. Usinas de energia e cidades com a infra-estrutura necessária compunham o complexo industrial que ali se construiu.

¹⁴ OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **Notas...**, op. cit, p.26-27.

¹⁵ Conforme abordamos no capítulo II deste trabalho.

¹⁶ GOMES, op. cit., p.517.

planejamento do mercado de trabalho expresso nas legislações trabalhista, previdenciária e sindical. Um dispositivo político-ideológico de combate à pobreza foi posto em prática, por meio da valorização do trabalho.¹⁷

Construções de grandes e equipados hospitais, escolas secundárias e técnicas, pensões e aposentadorias, carteira de trabalho, estabilidade no emprego, foram mecanismos que colaboraram para aproximar Vargas da população brasileira e representaram uma das estratégias de promoção do presidente e de uma representação simbólica. Tanto que, uma das imagens mais utilizadas e referendadas nos discursos era a da associação da nação a de uma grande família.¹⁸

Essa preocupação com a saúde e a educação do trabalhador, no entanto, evidenciava que o ideal trabalhista também previa o ordenamento social, por meio do controle de grupos considerados desajustados. Os imigrantes foram alvos dessa vigilância, principalmente aqueles que eram considerados adeptos de ideologias esquerdistas.

Outro eixo de investimentos de Ribas seria a educação, por meio da construção de escolas. Nessa área, sobressaíram obras como a do Colégio Estadual do Paraná (concluído em 1952) e a Escola Agrônômica. O plano das escolas profissionalizantes também recebeu grandes incentivos, dentro do modelo que vinha sendo instituído no país. Aliado à urbanização do Estado, este ensino representou uma das metas do governo Ribas, que pretendia disciplinar a população considerada de conduta desviante, formada por “vadios, mendigos e delinquentes,” que paulatinamente crescia, seguindo os preceitos das políticas educacionais implantadas por Vargas. Na administração de Manoel Ribas, no Estado do Paraná, foram implementadas dez Escolas de Trabalhadores Rurais e duas Escolas de Pescadores.¹⁹ Os menores infratores, internos das Escolas de Trabalhadores Rurais da capital e interior, recebiam instrução primária, associada à agricultura e à pecuária. Os grupos escolares construídos durante esse período tiveram, portanto, como diretriz, a disciplinarização das mentes ociosas: menores abandonados, delinquentes órfãos. A busca pela expansão agrícola fez com que Manoel Ribas criasse as Escolas Rurais e de Pescadores

¹⁷ Ibid, p.211-226

¹⁸ Ibid, p.527.

¹⁹ PRÉCOMA, Larissa. **As políticas públicas para a educação no Paraná, no governo de Manoel Ribas 1932-1945**. Disponível em: www.utp.br/.../AS%20POL%CDTICAS%20P%DABLICAS%20PARA%20A%20EDUCA%C7%C3O%20NO%20PARAN%C1....doc > Acesso: 17 jul. 2007.

no Paraná. Não eram apenas duas escolas, mas um grupo delas, todas com o intuito de ensinar o ofício agrícola ou pesqueiro aos seus alunos, porém, o que as diferenciava eram seus objetivos: as Colônias Correccionais e as Escolas de Trabalhadores Rurais.

Considerado herdeiro de Manoel Ribas, na política, Moysés Lupion²⁰ procurou dar seqüência à modernização do Paraná, quando foi governador por dois mandatos. O objetivo seria destacar o surto de progresso do Estado ocorrido no período, atraindo a atenção para o papel de vanguarda do Paraná, na economia nacional. Não obstante as dificuldades do pós-guerra e das crises da peste suína e da broca do café, aliadas às complicações com o comércio internacional da erva-mate, perdurava nos produtores agrícolas e pecuaristas paranaenses, o sentimento de vitória e de superação das adversidades.²¹ Para Lupion, essa superação estaria calcada em uma realidade provada e indiscutivelmente abalizada por fatos e números.

Membros do mesmo partido, o PSD, Manoel Ribas [fundador do partido em nível regional, em 1933] e Moysés Lupion mantinham relações comerciais antes mesmo deste assumir o governo do Paraná, em 1947. Considerado um grande proprietário de indústrias ligadas à extração da madeira, o Grupo Lupion²², do qual Moysés Lupion fazia parte, possuía serrarias, inclusive, em terras do interventor Manoel Ribas.

Não obstante o governador Lupion considerar o Paraná a “terra das oportunidades”, concomitantemente ao desenvolvimento da região, os problemas sociais revelavam o seguinte paradoxo: desenvolvimento e prosperidade, por um lado, desafios e dificuldades (advindos com essa nova população que se formava), por outro lado. A atitude certa para sanar possíveis complicações, segundo ele, deveria ser a vigilância:

Cada oportunidade ameaça, a cada momento, perder-se, se não estivermos atentos, se não nos mostramos prontos e certos na ação... cada oportunidade contém, paradoxalmente, perigos e ameaças, arrastando-nos num sentido

²⁰ Moysés Lupion nasceu em Jaguariaíva, interior do Paraná, em 25 de março de 1908. De família humilde, fez curso ginasial em Curitiba e depois se transferiu para São Paulo, onde trabalhou em serrarias e empresas de exportação de madeira. Tornou-se um dos homens mais ricos do Paraná.

²¹ INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, op. cit., p.26.

²² O professor de História Jefferson de Oliveira Salles, ao traçar a relação do poder do Estado e a formação do grupo empresarial Lupion, nos anos 1940 e 1950, delineia o contexto em que ocorreram as concessões e apropriações indevidas de terras, no interior do Paraná, bem como as ligações entre o Estado e as companhias de colonização estrangeiras. Considerando uma disputa entre “aves de rapina”, Salles destaca a exploração desenfreada do território do Oeste e do Sudoeste paranaense. SALLES, Jefferson de Oliveira. Relação entre o poder estatal e as estratégias de formação de um grupo empresarial paranaense nas décadas de 1940-1950: o caso do grupo Lupion. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de. A construção do Paraná moderno: políticos e política no Governo do Paraná de 1930 a 1980. Curitiba: SETI, 2004.

negativo, e exige-nos, de modo infalível, previdência e plano de longo alcance, contra o estreito imediatismo.²³

Perigos e ameaças seriam apenas desafios a serem sobrepujados. O objetivo era planejar para evitar que algo interferisse no clima de tranquilidade social que os políticos se esforçavam em creditar como uma das características da população que estava constituindo o novo Paraná. Ignorava-se, portanto, os graves conflitos de terras que ocorriam em seu interior.

Em vista disso, embora Lupion desejasse transmitir uma sensação de controle da sociedade, no final da década de 1940, sua política procurava enfatizar a reorganização e o reaparelhamento das forças policiais, das quais resultaria o ordenamento combinado com a índole do povo. Em sua segunda gestão pública, de 1956 a 1960, ele reafirmaria essa idéia nos pronunciamentos e nas mensagens oficiais.

Percebemos com esses comentários como os atritos e as tensões eram constantes em meio aos caboclos e migrantes. Ao Estado caberia, porém, a tarefa de garantir o progresso material e moral da região: “É nessa perspectiva que se formula um discurso e se efetiva uma prática de apoio e/ou estímulo ao migrante: mais do que um fim econômico em si, os novos trabalhadores representam a continuidade do padrão de vida moral”.²⁴

Associada ao perigo de insurreição das massas no interior paranaense estaria a ideologia subversiva, nociva à sociedade. No governo da comemoração do centenário, as relações do grupo comunista local eram atribuídas aos conflitos de terras no norte do Estado. O migrante, com isso, passou a ser alvo de um duplo discurso: em que pese a sua presença importante para a formação de núcleos de ocupação, dele decorriam problemas sociais. A rápida expansão econômica colaborou para a formação de uma população de desajustados. Munhoz da Rocha, quando assumiu o governo, em 1951, afirmava ter tomado consciência do novo panorama social que se desenhava nessas áreas, dizendo ser testemunha do desnível econômico, segundo ele, inédito no Paraná, resultado da avalanche da onda cafeeira que trouxera consigo multidões de doentes e marginalizados.²⁵

²³ PARANÁ. Governo do Estado. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da Sessão Legislativa Ordinária de 1956 pelo senhor Moysés Lupion, governador do Paraná.** Curitiba, 1956, p.6.

²⁴ BURMESTER, Ana Maria; PAZ, Francisco Moraes; MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. O Paranismo em questão: o pensamento de Wilson Martins e Temístocles Linhares na década de 50. In: REPÚBLICA em migalhas: história regional e local. São Paulo : Marco Zero, 1990. p.146.

²⁵ PARANÁ. Governo do Estado. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 3ª Sessão Ordinária de 2ª Legislatura pelo Senhor Munhoz da Rocha Netto, Governador do Paraná.** Curitiba, 1953, p.7.

Nas áreas de intervenção do governo estadual, a educação do homem do campo era considerada um problema essencial. Lupion, em 1949, manifestava sua preocupação com o descaso das famílias em relação à instrução dos filhos, que abandonavam a escola para auxiliar o trabalho dos pais. Desse modo, Lupion investiu na capacitação dos professores de cada região, criando instituições que contribuíssem para o bom andamento dos serviços educacionais. Foram fundadas Associações de Amigos das Escolas, convênios foram assinados com prefeituras do interior para a construção de aproximadamente quinhentas escolas.

Abrimos aqui um parêntese para lembrarmos que o discurso político (por exemplo, o dos gestores públicos) tem por intenção a legitimação das ações de seus atores. Sobre essa questão, técnicos do IPARDES, ao realizarem um estudo sobre as práticas de governo do Paraná e as possíveis interferências dos partidos políticos nessas práticas, destacaram o sentido implícito a esses pronunciamentos. Assim, as Mensagens de Lupion se dirigiam à população, visando a assegurar a prosperidade moral, cultural e política. Nesse sentido, produção e população apareciam como variáveis interligadas. Ampliar a produção significava, portanto, ampliar a população.²⁶

Com base nesse princípio, os discursos do poder público incentivaram intensamente as migrações. Na prática, essas últimas resultaram na criação ou reformulação de instituições interessadas em divulgar as vantagens econômicas regionais e dar assistência aos “novos paranaenses”. Caberia ao governo planejar os serviços públicos para conter a mão-de-obra que se expandia, por meio de investimentos na infra-estrutura viária, auxiliando a produção de sementes, máquinas e os demais recursos favoráveis ao desenvolvimento da agricultura.

Uma das principais metas da administração Lupion foi a criação de unidades de saúde em cada município. Os planos previam construções modernas e bem equipadas, levando em conta as especificidades regionais, como a população, a economia e as questões sociais. A Secretaria de Saúde Pública desenvolvia atividades preventivas, com campanhas de combate a doenças como a malária, a lepra e a tuberculose.

As freqüentes referências à saúde pública tendiam a denunciar o aumento da ação do governo nessa área. Analistas do IPARDES relacionam as melhorias implantadas no setor como a ampliação da rede hospitalar, do serviço de água e esgoto, a capacitação dos profissionais da área, e outras investidas. Para os técnicos, a saúde pública deveria refletir o “cuidado com o corpo (privado) sendo alvo efetivo do Estado de governo (público), a partir

²⁶ Ibid, p.29.

da constatação da queda dos padrões médico-sanitários face à chegada do “outro”, do migrante”.²⁷

Implícita na política de controle dos migrantes, em particular para aqueles que adensavam o norte do Paraná, a administração (desse enorme contingente populacional) visava a concretizar o projeto de desenvolvimento. O progresso, rumo à nova era paranaense, seria um meio de atrair para si mais capitais e mão-de-obra:

o desenvolvimento econômico, a rápida urbanização e a ocupação de novas áreas são evidências apontadas pelo discurso dos governantes como provas incontestáveis de uma “nova era”, que se faz acompanhar de uma política de integração territorial, voltando-o ao centro administrativo.²⁸

Dentro dessa perspectiva, aliada ao controle médico-sanitário sobre a população em geral, a vigilância sobre a população migrante, em particular, se fazia por meio da segurança pública. A Polícia Civil e a Polícia Militar instalaram-se em todo o território paranaense. Com a formação de novas cidades, as forças públicas tinham por missão assegurar a ordem e a tranquilidade aos moradores dessas regiões. A ausência de pessoal necessário, porém, fez com que fossem criadas Companhias de Polícia, estrategicamente instaladas e devidamente equipadas para atender possíveis problemas de ordem pública.

O crescente investimento em aparelhos de segurança, como um detector de mentiras, mencionado por Lupion, como único no país e “valioso auxílio na descoberta de fatos misteriosos,” demonstrava a sofisticação dos materiais empregados para se manter a ordem.²⁹ Associadas à segurança, ou melhor, à contenção da violência, é possível perceber as intenções do governo de justificar o empenho por dispositivos para vigiar e isolar parte da população, inclusive do próprio corpo policial.

O aparente progresso econômico acompanhava-se da questão social, exposta à miséria. Desse modo, sob o pretexto de se construir uma outra sociedade, mais moderna, visava-se administrar, conter, gerenciar a população.

As metas de Munhoz da Rocha orientaram tais políticas públicas. Entretanto, diferentemente de seus antecessores, que mantiveram a idéia do Paraná voltado para suas

²⁷ Ibid, p.39.

²⁸ BURMESTER, op. cit., p.149.

²⁹ PARANÁ. Governo do Estado. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da Sessão Legislativa Ordinária de 1958 pelo senhor Moysés Lupion governador do Paraná.** Curitiba, 1958, p. 199.

origens e raízes, as estratégias que ele procurou implantar no Estado tinham por objetivo destacar uma pretensa “modernidade” vivenciada pelo Paraná.

3.3 As idéias políticas de Bento Munhoz da Rocha Netto

Defender e enaltecer o Paraná eram prerrogativas de Bento Munhoz da Rocha Netto, seja como professor no curso de engenharia da Universidade do Paraná, seja como político atuante na Câmara Federal, e, principalmente, como governador do Estado, cargo que exerceu de 1951 a 1955, em um dos momentos mais marcantes da história do Paraná: as comemorações do centenário de sua emancipação política.

Parnanguara de origem, filho e genro de ex-presidentes do Estado,³⁰ Munhoz da Rocha é autor de diversos escritos paranistas, nos quais transparecem seu apego ao torrão natal. O artigo “A significação do Paraná” é resultado de um desses embates que costumava travar com os críticos de sua terra. Elaborado na década de 1930, o texto serviu para rebater a opinião de Brasil Pinheiro Machado³¹ acerca da falta de expressividade do Paraná no cenário nacional:

O Paraná é um Estado típico desses que não tem um traço que faça dele alguma coisa notável, nem geograficamente como a Amazônia, nem pitorescamente como a Bahia ou o Rio Grande do Sul. Sem uma linha vigorosa de história como São Paulo, Minas e Pernambuco, sem uma natureza característica como o Nordeste, sem lendas de primitivismo como Mato Grosso e Goiás. Dentro do Brasil já principiado, o Paraná é um esboço a se iniciar. Falta-lhe o lastro dos séculos. Apesar de ser o Estado do futuro mais próximo, forma nessa retaguarda característica de incaracterísticos. (...) eu poderia afirmar sem errar por muito que o paranaense não existe. O paranaense não existe, dentro do complexo brasileiro (...) O Paraná é um Estado sem relevo humano. Em toda a história do Paraná nada houve que realmente impressionasse a nacionalidade. Nenhum movimento com sentido consciente mais ou menos profundo. Nenhum homem de Estado. Nenhum sertanista. Nenhum intelectual. Nem ao menos um homem de letras, que

³⁰ Bento Munhoz da Rocha Netto nasceu em 17 de dezembro de 1905. Diplomou-se engenheiro pela Universidade do Paraná, sendo professor de História da América e de Engenharia, dentre outras atividades do Magistério. Foi engenheiro chefe da Caixa Econômica Federal do Paraná, deputado em 1946 e 1959, Ministro da Agricultura, em 1955. Filho de Caetano Munhoz da Rocha, presidente do Paraná na década de 1920, casou-se com Flora Camargo, filha do também ex-presidente do Estado, Afonso Camargo. Faleceu em Curitiba, a 12 de novembro de 1973.

³¹ Nascido em 1907, o advogado ponta-grossense Brasil Pinheiro Machado exerceu diversas funções na política. Foi prefeito de Ponta Grossa, deputado estadual e interventor do Estado, nos anos 1940. Também desempenhou atividades no magistério, foi vice-reitor da Universidade Federal do Paraná e professor de História do Brasil, nessa universidade. Faleceu em 1997.

saindo dele, representasse o Brasil, como o Maranhão teve Gonçalves Dias, a Bahia, Castro Alves, o Ceará, José de Alencar e Minas Gerais, Afonso Arinos, etc. A história e a geografia não tiveram forças bastantes para afirmarem o Estado do Paraná. Ela se resumiu na conquista anônima da terra e na colonização (iniciativa de fora) sobre a selvageria, a semi-civilização ou o deserto. E depois da época dos bandeirantes, ela dormiu até a imigração estrangeira. O aspecto geográfico, de pleno acordo com a história, é formado de trechos de toda a configuração do Sul do Brasil.³²

Para Munhoz da Rocha era incompreensível a opinião de um intelectual paranaense de prestígio, como Pinheiro Machado, diante de outras, manifestadas por visitantes, que enalteciam a particularidade do solo e da gente do Paraná: “Não posso atinar com o motivo que o leva a assim discordar de quantas celebrações nacionais nos tenham visitado, unânimes todas em enaltecer a significação distinta de nossa terra e de nossa gente”.³³ Munhoz da Rocha foi buscar na idéia da mistura das raças, no significado da terra e do homem paranaense, argumentos que rejeitassem as afirmações de Pinheiro Machado.

Dessa forma, se na história da região, não havia um tipo etnicamente paranaense, em contrapartida, existia uma fusão de várias raças européias, graças ao poder das mesmas de adaptação. A existência de um homem-padrão, homogêneo no Brasil, só seria possível, em um futuro remoto. Ele acrescenta, dizendo que um tipo único, eminentemente brasileiro, dificilmente poderia existir. Sendo assim, Munhoz da Rocha optou por privilegiar a ação dos estrangeiros, em detrimento da ausência de personagens ilustres ou grandes acontecimentos na história estadual, que justificassem uma identidade própria do Paraná.

Essa mesma idéia de ausência de características específicas que pudessem identificar o brasileiro havia sido trabalhada pelo escritor Octavio de Faria³⁴, nos anos 1940. Em seu artigo “Paraná, imagem do Brasil”, publicado na revista Joaquim³⁵, Faria não somente compactua com Pinheiro Machado a respeito da falta de elementos que pudessem caracterizar uma identidade para o Paraná, como também faz referência ao Brasil: “Tudo aquilo que ele

³² MACHADO, Brasil Pinheiro. Instantâneos paranaenses. In: **A Ordem**. Rio de Janeiro, 1930, p.9.

³³ ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. A significação do Paraná. In: **O Paraná, Ensaios**. Curitiba: 1995, p.39

³⁴ Octavio de Faria, crítico, romancista, ensaísta e tradutor, nasceu no Rio de Janeiro, em 1908, e faleceu nessa mesma cidade, em 1980. Bacharel em Direito, colaborou com diversas revistas e jornais da época: A Ordem, Pelo Brasil, Joaquim, Correio da Manhã, Jornal do Commercio, dentre outros. Ocupou a cadeira nº 27 da Academia Brasileira de Letras.

³⁵ A revista Joaquim, que circulou em Curitiba entre 1946 e 1948, e foi dirigida pelo escritor Dalton Trevisan, tinha como proposta provocar uma renovação do meio literato paranaense, rompendo com a mitificação de poetas simbolistas, como Emiliano Pernetta. Essa mudança também ocorreu no campo das artes visuais, destacando Poty Lazzarotto como ilustrador da revista. “Joaquim”. A repercussão da revista permitiu que seus colaboradores ganhassem notoriedade nacional, como Temístocles Linhares, Wilson Martins e Guido Viaro.

[Pinheiro Machado] pensa do Paraná em relação aos outros estados do Brasil, eu sempre pensei do Brasil em relação às outras nações do mundo”.³⁶ Se ao Paraná, o “Estado do futuro”, lhe faltavam o lastro dos séculos e costumes que identificassem o paranaense, a mesma ausência de características não poderia ser aplicada à falta de definição do que viria a ser o brasileiro?

Ao procurar estabelecer um comparativo entre o povoamento do Paraná e do Brasil, a história do Paraná resumir-se-ia na marcha da colonização (a iniciativa exógena) sobre a selvageria, a semi-civilização, enquanto que o desenvolvimento do Brasil também estaria pautado na ação dos europeus que colonizaram e promoveram a modernização do país. Para concluir, Faria dizia-se aliviado por Pinheiro Machado não ter ido adiante e admitir que o Paraná seria a exata imagem do Brasil, idéia perfeitamente plausível, diante das comparações apresentadas.

Frente às críticas à falta de identidade nacional, Munhoz da Rocha apontava para a diversidade de culturas, marcando-a como diferencial do Brasil em relação a outros países: o nordestino castigado pelo sol inclemente constituiria uma raça diferente da do sulista, que sofria as geadas no inverno. Segundo ele, apesar de a raça brasileira não existir, o povo brasileiro existia e seria definido pela analogia de caracteres sociológicos para formar, o que denominou, o Brasil-Nação.³⁷

Por outro lado, ao procurar defender uma identidade ao Paraná, Munhoz da Rocha evoca o “caldeamento das raças” e o poder da natureza da região na constituição de sua identidade, destacando o pinheiro. Ignorando que a árvore não era exclusividade do Paraná, mas também fazia parte das florestas de outros estados vizinhos do sul, aludia a sua presença ativa e nobre na região. A araucária personificaria o homem paranaense, dando boas-vindas aos forasteiros. Juntamente com os ervaais, dispostos nos planaltos, ela apreciaria a labuta do homem da terra. A Serra do Mar, conquistada pelos caminhos de ferro, auxiliava a economia, facilitando o acesso ao interior do Estado e colaborando com o fornecimento de energia elétrica, com suas quedas d’água.

O pinheiro, o erval, a Serra do Mar seriam suficientes, em sua opinião, para garantir o espaço físico característico do Estado: “temos assim uma significação geográfica incontestável, como incontestável é a nossa dignificação humana daí conseqüente”.³⁸ Ao

³⁶ FARIA, Octavio de. Paraná, imagem do Brasil. **Revista Joaquim**. Curitiba, v.1, n.7, p. 17, dez.1946.

³⁷ ROCHA NETTO, op. cit., p.42.

valorizar a natureza e o homem paranaense, o governador ressaltava a fibra daqueles que agiram em defesa da nação, “no alvorecer da República”, referindo-se ao episódio da Revolução Federalista. A resistência dos legalistas paranaenses, é rememorada por Munhoz, como um marco na história brasileira. A Lapa, naquele momento, resumiu o Paraná, ou seja, soube ser nobre e grande.

As particularidades culturais do paranaense, em relação à população dos estados vizinhos, também são relatadas por Munhoz da Rocha. Assim como os paulistas, teríamos, segundo esse autor, a compulsão de progredir, de construir, de dominar e de ousar. A exemplo de São Paulo, o trabalho e o esforço seriam nossa força motriz. Se os gaúchos enfrentaram as adversidades “de peito aberto”, os paranaenses se destacariam pelo ineditismo da geografia da região e por representarem o povo identificado com o meio. Assim, o paranaense poderia dar sentido ao Paraná.

Dessa forma, entendemos que, enfocando a participação da cidade da Lapa na Revolução Federalista de 1894, e realçando as riquezas naturais do Estado, Munhoz da Rocha procurou se opor às afirmações de Brasil Pinheiro Machado quanto à insignificância da história e da geografia regionais. Embora direcionasse o Paraná ao futuro, o governador manifestava apego às tradições.

Munhoz da Rocha também escreveu sobre a democracia, a formação social e cultural brasileira e paranaense, em particular. Participando de diversas instituições culturais, como as reuniões do Círculo de Estudos Bandeirantes,³⁹ da qual foi um dos sócio-fundadores, ele teve ocasião de melhor expor suas idéias.

Em uma de suas comunicações no Círculo de Estudos Bandeirantes, o político reiterou a proposta regionalista da entidade: “uma das maiores atividades do Círculo se desenvolveu no sentido não apenas de cultuar os nossos grandes nomes e de valorizar nossa gente, mas sobretudo no de defender as características e as definições do cenário paranaense”.⁴⁰ Nota-se, portanto, sua constante preocupação com uma formação identitária para o Paraná.

Esse “paranismo”, fundado na concepção de grandeza do Paraná, encontrou, eco junto às elites, no início dos anos 1950. Diferentemente do movimento da década de 1920,

³⁸ Ibid, p.44.

³⁹ Idealizado pelo padre Luiz Gonzaga Miéle, em 1929, os intelectuais afiliados ao Círculo tinham a prerrogativa de serem da religião católica.

⁴⁰ ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **Discurso pronunciado pelo transcurso do jubileu de prata do Círculo de Estudos Bandeirantes**. Curitiba, 1954, Edição especial comemorativa do 25º aniversário de fundação do Círculo de Estudos Bandeirantes.

que se ancorava em símbolos, tais como: o pinheiro e o pinhão, considerados típicos da região, Munhoz preferiu investir em ícones que representavam o progresso, como a arquitetura. Essa escolha justificaria seu plano de impulsão cultural. A questão da identidade paranaense, passava pela integração política, com vista nas ocupações do interior do Estado.⁴¹

3.4 A conquista do Paraná: ações do governo Munhoz da Rocha

O Paraná não é apenas um desdobramento político de São Paulo, por ter sido a sua quinta comarca. É um desdobramento sociológico, econômico e psicológico da civilização paulista. E honra a sua origem pela afirmação atual da sua pujança. Às vésperas do centenário da Província, estamos assumindo a liderança do café, o grande general da política, o que equivale à nossa colocação na vanguarda da vida econômica brasileira. Mas estamos, também, realizando uma nova fase da civilização nacional, com um caráter nitidamente paranaense, pelo aproveitamento intensivo da energia de brasileiros de todos os recantos da Pátria e de estrangeiros de quase todos os países do mundo, que nos vêm procurar como a um paraíso de repouso e segurança, no angustiado e agitado mundo contemporâneo.⁴²

Em 1951, ao assumir o governo do Paraná, Munhoz da Rocha dizia estar vivenciando um “espetáculo de prosperidade”. Ele soube valer-se do contexto das comemorações de emancipação do estado para realizar obras monumentais, elegendo-as como marcos memorativos, para a posteridade. Podemos considerar então um momento de transição da história regional paranaense.

A propósito dessa questão da temporalidade histórica, ou seja, da articulação do passado, presente e futuro, destacamos o objeto das comemorações nacionais, que pode ser apreendido como o passado da história e o presente da memória. Sobre o sentido que as comemorações podem adquirir, a historiadora Helenice Rodrigues afirma: “...a comemoração tem por objetivo demonstrar... que o acontecimento “rememorado”, por seu valor simbólico pode se reportar ao devir”.⁴³ A memória, dessa forma, seria um instrumento para se entender a passagem do tempo. No caso das comemorações dos cem anos do Paraná, o passado a ser

⁴¹ KUNHAVALIK, José Pedro. Bento Munhoz da Rocha Neto: trajetória política e gestão no governo do Paraná. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **A construção do Paraná moderno: políticos e política no Governo do Paraná de 1930 a 1980**. Curitiba: SETI, 2004., p. 217.

⁴² A DIVULGAÇÃO. set./out. 1952, p.19.

⁴³ SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração”/ comemoração: as utilizações sociais da memória. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 44, p.436, 2002.

rememorado projetava-se no presente histórico, visando a um futuro: os marcos simbólicos edificadas para uma prosperidade.

Para que isso acontecesse, entretanto, era preciso tornar Curitiba memorável aos olhares dos visitantes e da população local. A proposta ambiciosa denotava o empreendedorismo do governador que, enquanto representante do poder constituído, empenhava-se em atribuir uma imagem de civilidade à capital paranaense. Nesse sentido, o pensamento de Munhoz da Rocha se coaduna com o da arquiteta Lucrécia Ferrara. Essa última, ao analisar a imagem da cidade como elemento fundamental na produção das identidades e dos significados urbanos, mostra que nesse processo de construção e de transformação urbana, a memória e a sua preservação tornam-se fundamentais.⁴⁴

Se nas décadas anteriores, Munhoz da Rocha se preocupava em definir características específicas do Paraná, agora como governador, ele pretendia colocar o Estado na vanguarda dos demais estados do país. Nesse momento, a população adquiria contornos importantes: luso-brasileiros se uniriam aos imigrantes para o engrandecimento do Paraná.

No caso do audacioso ímpeto do governador, o surto cafeeiro foi essencial para a construção de marcos memorativos.⁴⁵ Brasileiros de distintas partes da Pátria chegavam ao norte do Paraná movidos pela ambição de enriquecer através do café. Era como se “houvessem marcado encontro aqui”, dizia Munhoz da Rocha que estimava incentivar o aumento populacional e assim incrementar a produção cafeeira:

Ouçõ os passos dos brasileiros que convergem para o Paraná, através de todos os caminhos da Pátria grande. Vêm de Minas e de São Paulo, empurrados pela onda verde dos cafeeiros, que desceram para o Sul, vivendo seu ciclo e revolucionando a tradicional economia paranaense. Vêm do Nordeste, ressequido e superpovoado, com a intrepidez e a coragem dos que lutam sempre e se habituaram a lutar sem esmorecer, para abrir sertão e fazer o cafezal avançar. Vêm do Sul, trasbordando do minifúndio colonial e fazendo sobreviver, aqui, os traços humanos que nos são característicos, depois de mais de um século de imigração. Vêm de todas as angústias, de todos os desencantos, de todas as esperanças e de todas as coragens nacionais. ... O Brasil marcou encontro no Paraná, quando festejamos o centenário da Província.⁴⁶

⁴⁴ FERRARA, Lucrécia D'Alessio. **Os significados urbanos**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo/Fapesp, 2000, p.145.

⁴⁵ O plantio do café teve início por volta de 1860, no Paraná, período em que fazendeiros paulistas e mineiros passaram a ocupar o nordeste do Estado, conhecido como Norte Pioneiro. Esse território tinha, portanto, pouco contato com o restante das terras paranaenses. Somente na década de 1920, a região estaria mais vinculada ao Paraná, com a produção de trinta mil sacas de café na região norte, comercializadas via porto de Paranaguá.

Sobre esse período da história paranaense, o historiador e arquiteto Irã Dudge comenta a ampla divulgação feita pelo governo do Paraná, na revista O Cruzeiro, a respeito das conquistas do Estado nos setores econômico e de colonização. Com manchetes e textos exacerbados, os redatores da revista evidenciavam o caráter marcadamente entusiasta das reportagens, dentre elas, A epopéia do *farwest* paranaense, publicada em 1952, mostrava o espanto do escritor diante do número elevado de homens e mulheres, de nacionalidades e crenças diferentes, que se misturavam na região, desbravando a mata virgem.⁴⁷

A fundação de cidades como Londrina, noticiada como a capital de um mundo novo, ainda desordenado e confuso, de Maringá, de Peabiru e de Paranavaí, podiam traduzir o avanço do povoamento em direção das terras do café. Isso implicava na necessidade de ordenamento. Em 1953, a mesma revista referia-se à colonização do norte do Paraná, como sendo a mais rápida do mundo.⁴⁸

Percebemos que quando Munhoz da Rocha iniciou seu governo, em 1951, o Paraná passava por uma intensa fase de ocupação, como já demonstramos no capítulo anterior. O processo de ocupação também vinha legitimar uma questão territorial que perpassou a história do Paraná desde a sua emancipação, referente à delimitação de suas fronteiras.

Essa necessidade de conquista da terra como forma de consolidar a posse da região, colocada em prática pelo governo Munhoz da Rocha, tinha por intenção uma tentativa de definição da identidade paranaense. Inserida nesse contexto, estava a necessidade de uma integração política do Paraná. Esse tema teve grande repercussão em outros momentos da história regional, principalmente na Guerra do Contestado, quando fixar fronteiras, significava também delimitar poderes econômicos e políticos e garantir a integridade do território paranaense.

A ameaça da “desparanização” da região, como vimos na questão de terras do interior do Estado, invadido desmesuradamente por habitantes de outros estados e dos países vizinhos, nesse momento de celebração do centenário, era motivo de questionamentos. O norte do Paraná, colonizado por paulistas e mineiros e mais próximo de São Paulo possuía mais afinidades econômicas e mesmo identitárias com aquele Estado. Os paranaenses do oeste

⁴⁶ PARANÁ, Governo do Estado. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 4ª Sessão Ordinária da 2ª Legislatura pelo Senhor Bento Munhoz da Rocha Netto governador do Paraná.** Curitiba, 1954, p.11.

⁴⁷ DUDEQUE, Irã Taborda. **Espiraís de madeira:** uma história da arquitetura de Curitiba. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 2001. p.156.

⁴⁸ Ibid, p.156.

e sudoeste, por sua vez, sentiam-se renegados pelos governantes do Paraná. Nesse sentido, um plano de ordenamento territorial e populacional tornava-se imperativo aos olhos de Munhoz da Rocha. Essa política, certamente explica-se pela expansão cafeeira no interior do Paraná.

Como forma de contemporizar a grave situação agrária que se desenrolava no interior, o governador reiterava constantemente os méritos do povo paranaense. Ações como essa representavam estratégias políticas: Bento Munhoz se servia desse contexto de desenvolvimento nacional para exaltar a imagem de um Paraná progressista. Na revista “A Divulgação”, de 1952, em uma longa mensagem, o governador expressava novamente sua afeição ao Paraná, aproveitando-se do momento de euforia que o Estado atravessava. Dizia ele:

Eu tenho consciência da grandeza do momento que o Paraná está vivendo. Sinto a trepidação do seu desenvolvimento, e sinto melhor do que ninguém as suas deficiências. Sinto o nosso gigantismo, o nosso crescimento rápido demais para que a administração pública possa acompanhar a expansão social e econômica.... Sinto a deficiência das nossas condições de ordem econômica, da produção de energia, dos transportes. ... Sinto o crescimento da nossa matrícula escolar e as suas falhas, como as da nossa organização hospitalar.⁴⁹

O lado ufanista se justapõe a um certo realismo, principalmente, quando se refere às más condições de vida da população interiorana. Expressões tais como: “O Brasil está espiando o Paraná”, ou ainda, “O Paraná entrou no mapa” pontuam o discurso, que conclama os “neoparanaenses”, a fazerem parte desse “novo Paraná”:

Nós paranaenses, e quando falo em paranaenses não me refiro apenas aos brasileiros que nasceram no Paraná. Paranaenses são todos os que aqui vivem e que amam o rincão paranaense. Paranaenses são aqueles brasileiros que vieram de outros Estados como também estrangeiros que amam o nosso rincão e mais do que isso sofrem com o nosso rincão.⁵⁰

Comparando este discurso, ao discurso dos paranistas dos anos 1920, notamos certas semelhanças. Assim como Romário Martins afirmara que para ser paranista bastaria viver e amar o Paraná, referindo-se aos imigrantes, Munhoz da Rocha, trinta anos depois, incluiu nessa definição, os brasileiros que vinham de fora, e que estavam promovendo a colonização do seu interior.

⁴⁹ A DIVULGAÇÃO. Curitiba, set./out. 1952, p.25-26.

⁵⁰ Ibid, p.25-26.

Suas políticas públicas tinham por objetivo melhor ordenar as lavas de forasteiros que adensavam, sobretudo, o interior do Estado. Assim, uma política territorial era parte constitutiva de sua concepção de consolidação econômica do Estado.

3.5 A tentativa de reconstrução de uma identidade territorial e populacional na formação de um “novo Paraná”

Após as considerações que fizemos sobre as políticas públicas (de 1940 e 1950) elaboradas no Estado, sobretudo, às relativas à população rural, interessa-nos, nesse momento, questionar como tais políticas tentaram reforçar os laços identitários comuns à população que se adensava no Paraná. Na opinião de alguns estudiosos, buscava-se, nesse período, reconstruir uma identidade territorial e populacional.⁵¹

A questão territorial remetia igualmente aos municípios que estavam surgindo.⁵² A reestruturação territorial se deveu não somente em virtude do crescimento demográfico, ela também pretendia reforçar o poder do Estado por meio do fortalecimento político-administrativo de sua capital.

Nessa perspectiva, as obras de infra-estrutura viária se impunham. A iniciativa de implantação de um sistema de transportes eficiente que interligasse as regiões do Estado, convergindo para um centro administrativo (em construção, na capital), possibilitaria uma maior integração territorial. Acreditava-se com isso que indivíduos oriundos de lugares diferentes teriam um referencial administrativo comum. Disso resultaram as políticas públicas, que vimos anteriormente, em relação à vigilância e a um ordenamento social, por exemplo.

O setor de viação e transporte estaria integrado a esse projeto. O empenho em promover a colonização e o povoamento do interior do Paraná levou Lupion a, no final dos anos 1940, organizar e ampliar os sistemas de transportes. Tal política contribuiria para revigorar cidades que tivessem potencial para desenvolver-se economicamente.⁵³

⁵¹ Ibid, p. 43.

⁵² Entre 1951 e 1955, foram criados sessenta e oito municípios, no Paraná .

⁵³ A Secretaria de Obras Públicas, no primeiro governo de Lupion (1947-1951) previa a ampliação do Porto de Paranaguá, construção de auto-estradas (Curitiba–Paranaguá; Curitiba–Ponta Grossa) e a construção da estrada de ferro Central do Paraná que ligaria Ponta Grossa a Apucarana de onde fluiriam rodovias para todo o Norte,

A partir, portanto, da nova rede viária, todas as estradas do Estado passaram a convergir à capital. Enquanto isso, o escoamento do café era feito via Santos e São Paulo, prejudicando a arrecadação fiscal transferida para fora do Paraná e pondo em risco sua unidade política. Como observa a historiadora Marion Brepohl de Magalhães, o norte estava mais dependente da administração paulista do que da administração paranaense, repassando a São Paulo suas demandas e expectativas.⁵⁴ Diante disso, a Secretaria de Viação e Obras Públicas recebeu consideráveis aumentos de verbas, durante os anos 1950, para execução de melhorias na área.

Na gestão de Munhoz da Rocha, essa incumbência coube ao então diretor do Departamento de Estradas de Rodagem – DER, General Luiz Carlos Pereira Tourinho, engenheiro que já atuara na construção de estradas, e elaborara o “plano rodoviário do Paraná”.⁵⁵ Iniciado em 1951, esse plano ambicionava ligar o norte do Paraná à região portuária de Paranaguá e Antonina. Como já afirmamos, anteriormente, esse projeto de melhoria da malha viária buscava não só promover uma maior integração social e política do estado, mas também facilitar o acesso entre o Paraná e São Paulo, grande consumidor da produção agrícola (cereais, madeiras e papel). Nesse sentido, uma das mais significativas obras foi a construção da via interligando Apucarana à Curitiba e ao Porto de Paranaguá – a denominada Rodovia do Café.

Curitiba então se firmou como centro de decisões do gerenciamento do Paraná, porém sem possuir a infra-estrutura adequada para sediar esses novos serviços. O projeto de construção do Centro Cívico teve um importante significado para a consolidação da cidade como centro administrativo do Estado: “A construção dessa obra se coloca como um marco das potencialidades locais, da ação modernizadora do governo, que investe sobre a construção de um “lugar do poder”.⁵⁶

Nesse sentido, era como se o governo ignorasse as cidades criadas havia pouco tempo. Pequenos municípios também se criaram na região, como suporte das atividades relacionadas à cafeicultura, como a comercialização. Alguns deles, de grande extensão foram desmembrados, como aconteceu com Clevelândia e Mangueirinha, no sudoeste do estado, e

Mato Grosso e interior paulista. A obra dessa ferrovia causaria muita polêmica. Iniciada em 1949 foi concluída somente em 1976, em meio a paralisações e crises políticas.

⁵⁴ MAGALHÃES, Marion Brepohl de. **Paraná: política e governo**. Curitiba: SEED, 2001, p.63. (História do Paraná; textos introdutórios).

⁵⁵ A DIVULGAÇÃO. Curitiba, jun. 1954, p.14.

⁵⁶ INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, op. cit., p. 47.

de Paranavaí, no norte. Segundo o sociólogo José Pedro Kunhavalik, essa fragmentação territorial assumia um sentido político: impedir a formação de fortes poderes locais e o aparecimento de políticas emancipatórias.⁵⁷

Dennison de Oliveira, historiador que também se dedica à análise das políticas públicas, destaca o crescimento urbano ocorrido nos anos 1950, ressaltando que 65% dos municípios do Paraná existentes até o começo de 1990, foram criados entre 1950 e 1960.⁵⁸ Afora os interesses políticos e econômicos intrínsecos ao processo, como a grilagem de terras, ocupação desordenada e inescrupulosa, é notável o crescimento urbano na região.⁵⁹ Se, no sudoeste, esse desenvolvimento se deveu ao comércio da madeira e da pecuária, na região norte esteve relacionado ao café, que contribuiu para a implantação de indústrias, dedicadas à torrefação e à moagem da planta.

Na década de 1960, no entanto, já eram percebidos os primeiros sinais de esgotamento da cultura cafeeira que havia se espalhado pelo Brasil e em países concorrentes, gerando um excedente da planta no mercado. A diminuição do lucro dos produtores com o confisco cambial imposto pelo então presidente Juscelino Kubistchek (1955-1961), aliada a um período de intensas geadas, encerrou a fase áurea do ouro verde.

Não obstante o impulso ao desenvolvimento do Estado, fazendo com que adquirisse prestígio nacional, o café foi fundamental para despertar e incentivar o sentimento ufanista que permeou as comemorações do centenário do Paraná. Tendo à frente Munhoz da Rocha, elas marcaram época e deixaram impressos, em diversos pontos da capital, marcos simbólicos que hoje tendem a se tornar patrimônio do Paraná.

Neste capítulo, procuramos mostrar as realizações da administração de Munhoz da Rocha, examinando suas mensagens e ações.

O programa de seu governo direcionou-se, igualmente, para a educação, priorizando o ensino voltado para as necessidades da região. Desse modo, o Departamento de Ensino Superior, Técnico e Profissional também oferecia cursos de ensino agrícola complementar e primário e de tratorista. Pretendia-se desenvolver vários níveis de ensino que pudessem sanar as dúvidas dos trabalhadores e assim fornecer as condições mínimas de emprego para os

⁵⁷ KUNHAVALIK, op. cit., p.193.

⁵⁸ OLIVEIRA, op. cit., p.35.

⁵⁹ No sudoeste do Estado, em 1940, havia apenas as cidades de Guarapuava, Foz do Iguaçu e Clevelândia e, no Norte Novo, Londrina e Sertãoópolis. O crescimento dessas cidades, na década seguinte, deu origem a cidades menores, como Guarapuava, que originou Laranjeiras do Sul, Pitanga e Pinhão, e Londrina, Rolândia, Apucarana e Cambé.

recém-chegados ao Paraná. Criou-se a “Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural,” que tinha como objetivo fornecer melhores condições de vida aos moradores da zona rural.

Na capital, sobressaíram algumas benesses oferecidas à Universidade do Paraná. No ano do centenário, a instituição recebeu cinco milhões de cruzeiros para a aquisição de um terreno para a construção dos edifícios das Faculdades de Filosofia e de Ciências Econômicas. O governo estadual também doou terras para a Faculdade de Medicina. Ainda em 1953, entregou mais cinco milhões de cruzeiros para a Universidade, para a conclusão do Hospital de Clínicas.

A União Paranaense dos Estudantes – UPE – teve ajuda material e financeira. Era interesse do poder público incentivar a vinda de estudantes para Curitiba, para cursar o ensino superior. Na opinião de Kunhavalik, o governo “ao procurar estabelecer Curitiba como centro universitário, apoiando inclusive a formação de outras Faculdades, ..., visa... reforçar a integração social do estado, assim como reforçar Curitiba como capital”.⁶⁰ A liberação de verbas para o ensino superior estendeu-se a outras instituições, como a Faculdade de Direito de Curitiba e a Universidade Católica do Paraná.⁶¹ A implantação de instituições de ensino superior atingiu outras localidades do Estado: em Ponta Grossa, por exemplo, foram fundadas as Faculdades de Farmácia e Odontologia, de Direito e de Veterinária e Agronomia.

As fundações de espaços culturais, abrigando museus históricos, tais como a Casa Rocha Pombo, em Morretes; a Casa João Turin, em Curitiba; sítios geográficos, como o Parque Estadual de Vila Velha, integram a lista de realizações dessa administração.

A preocupação com a preservação de uma identidade cultural implicava a participação de intelectuais, renomados, na direção de instituições, conforme já demonstramos no decorrer deste trabalho. Assim sendo, em abril de 1951, David Carneiro foi nomeado Diretor da Escola de Música de Belas Artes do Paraná e o filósofo Fausto Castilho, para a Biblioteca Pública do Paraná, naquele momento, apenas um projeto de construção. No ano seguinte, uma comissão honorária, da qual faziam parte Wilson Martins, Temístocles Linhares e Dalton Trevisan, seria encarregada de selecionar, para publicação, obras de valor científico ou literário.

⁶⁰ KUNHAVALIK, op. cit., p.212.

⁶¹ A Faculdade de Direito de Curitiba recebeu um milhão e quinhentos mil cruzeiros e, a partir da assinatura da Lei n.193 de 27/10/1952 receberia uma subvenção anual de igual quantia. Para auxiliar na criação da Universidade Católica, foi aprovado um subsídio de cinco milhões de cruzeiros à Sociedade Paranaense de Cultura, associação mantenedora da Universidade Católica, para contribuir com a manutenção das Faculdades que formariam a referida universidade.

A Companhia de Eletricidade do Paraná, COPEL, criada em 1954, integrou um intelectual na sua administração, o escritor, professor e crítico literário Temístocles Linhares, convidado a assumir o cargo de diretor.⁶²

Em suma, a gestão do governador Munhoz da Rocha, enfocada nesse capítulo, procurou favorecer uma maior integração (sócio-econômica) entre as regiões. Ao beneficiar o desenvolvimento de setores agrícolas (o café, por exemplo), ela se voltou, particularmente, para as esferas sociais e culturais.

A política da imigração constituiu também uma das prioridades. Destacamos a criação de três principais colônias estabelecidas no interior do Estado, ainda no primeiro ano de seu governo. Aproximadamente quinhentas famílias alemãs foram instaladas na Colônia Entre Rios, região de Guarapuava. Uma parceria entre o Estado do Paraná, a Organização Suíça de Ajuda à Europa e o Departamento Nacional de Imigração é que tornou possível essa empreitada.

Os imigrantes estabeleceram uma cooperativa, na colônia, dividiram entre si a área de dez mil alqueires, recebidas do governo e passaram a cultivar cereais, como o milho, o trigo e o arroz. Financiamentos obtidos com bancos do governo e o fornecimento de equipamentos agrícolas adequados para o plantio dos alimentos foram encaminhados aos europeus pela organização suíça e pela Secretaria de Agricultura.

No município da Palmeira, foi criada a Colônia Witmarsum, que iniciou com cinquenta e quatro famílias de origem alemã, oriundas de Santa Catarina, dedicando-se preferencialmente à agropecuária. Castrolanda é outra importante colônia fundada na gestão de Munhoz da Rocha, no município de Castro. Para a sua instalação, foi necessária a parceria entre os governos estadual e federal e a instituição *Christian Emigration Center*. Vindos do norte da Holanda, as sessenta e quatro famílias trouxeram consigo mais de mil cabeças de gado e equipamentos para a agricultura.

A Fundação Paranaense de Colonização e Imigração e a Fundação de Assistência ao Trabalho Rural pretendiam inserir o imigrante rural na comunidade, a fim de que ele se sentisse propenso a trabalhar e a progredir, trazendo seus equipamentos, animais, sementes e capital, bem como avaliar e manter o governo informado sobre as condições desses trabalhadores.⁶³

⁶² Temístocles Linhares era amigo de Munhoz da Rocha e havia produzido o livro “Paraná vivo”, especialmente para o centenário do Paraná.

A preocupação em administrar esse número elevado de habitantes que adensava o território paranaense fez com que o governo desenvolvesse instrumentos de fiscalização e de apoio da situação. Com a tarefa de vigiar e isolar, a presença das polícias civil e militar, distribuídas, estrategicamente, nas regiões do Estado, era um sinal da preocupação dos gestores públicos em zelar pelo bom andamento do processo de colonização, tendo como pressuposto manter os “novos paranaenses” sob controle, sem interferirem no ambiente social e político do Paraná. Eram ordenados de acordo com o tipo de infração ou desajuste, como a mendicância, a jogatina, a criminalidade. Os órgãos de segurança foram reestruturados e cidadãos leigos nomeados “inspetores de quarteirão”. Com isso, se agia sobre a moral da população.⁶⁴

Uma revisão da situação dos profissionais dessa área não satisfez Munhoz da Rocha, que atribuía como qualidades necessárias ao policial: ser vigilante, patrulheiro, guarda de presídio, fiscal. Em vista disso, devia-se proceder a uma seleção rigorosa de pessoal. Ao referir-se aos conflitos de terras em Porecatu, Paranavaí e Campo Mourão, enquanto a capital preparava-se para celebrar o centenário do Paraná, em 1953, o governador destacou que a eficácia do corpo policial deveria ser resultado do enquadramento pela instrução, a disciplina e a assistência social.

O déficit populacional e a queda do padrão de vida, ocorridos no período, acabaram por gerar uma situação ambígua: a necessidade de separar os possíveis “desajustados” existentes nas levas de migrantes que adentravam ao Paraná. Por causa disso, Munhoz da Rocha lamentava a impossibilidade de se fazer uma triagem constantemente nas novas áreas do Paraná e, dessa forma, fazer com que o Estado se tornasse “herdeiro responsável por graves problemas do País”.⁶⁵

Foram colocados em prática programas higienistas com o objetivo de elevar os índices sanitários da população, como o “Momento da Saúde” que, transmitido pelas ondas do rádio, de trinta e três emissoras, fornecia conselhos e informações sanitárias, e as “Visitadoras Sanitárias” que mantinham contato com os postos de higiene e as famílias.

A fundação de “Conselhos de Saúde” implantada por Munhoz da Rocha tinha como base esse princípio. Formados por representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e da Igreja, dos órgãos assistenciais e instituições filantrópicas, do comércio e da

⁶³ Na década de 1930, companhias de colonização particulares tinham o controle de colonização na região, sendo responsabilizadas por excessos cometidos aos colonos.

⁶⁴ BURMESTER, op. cit., p. 148.

⁶⁵ PARANÁ. Governo do Estado. **Mensagem apresentada à Assembléia...**, op. cit., p. 224.

indústria, cabia a eles, em conjunto com as iniciativas privadas, promover o “ideal sanitário” das populações.⁶⁶ Campanhas de vacinação, erradicação de doenças, serviços de água e esgoto, enfim, uma série de medidas profiláticas pretendiam substituir a medicina popular pela medicina científica com um saber especializado e oficializado pelo Estado.

O gerenciamento da população, que se adensava em áreas despovoadas, se fazia necessário para garantir a territorialidade do Paraná, suas divisas e fronteiras. Sendo assim, terra e população conjugavam-se como elementos essenciais na composição de uma identidade regional paranaense. Identidade essa reivindicada desde a emancipação do Paraná e que se tornou uma obsessão, em distintos momentos da história regional. Em nosso entender, a celebração maior do Paraná, aconteceu em dezembro de 1953, quando a antiga Província completou cem anos.

4 REMEMORAÇÃO/COMEMORAÇÃO: O UNIVERSO SIMBÓLICO EM TORNO DO CENTENÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO PARANÁ

O sentimento de perda de valores e de referências, que hoje nos atinge, leva-nos a refletir sobre as conseqüências que a “aceleração da história” no mundo moderno produzem em nossa vida. Na opinião de Pierre Nora, ela causa uma ruptura de equilíbrio percebida pela “oscilação cada vez mais rápida de um passado definitivamente morto e a percepção global de qualquer coisa como desaparecida”.⁶⁷ Para Nora, fala-se tanto de memória, porque ela não existe mais.

⁶⁶ INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, op. cit., p.37.

Nesse sentido, a atenção para os lugares onde a memória se cristaliza e se enraíza está inserida no momento singular em que vivemos. Um momento em que a consciência da ruptura com o passado se confunde com a percepção do esfacelamento da memória, mas ainda capaz de produzir discussões em torno desse problema.⁶⁸ Dessa forma, podemos compreender as ações do poder público, ao voltar-se para as lembranças de grandes datas nacionais, com o objetivo de legitimar um passado histórico e reforçar a memória da coletividade.

Entendemos que a tendência da “patrimonialização” das cidades faz parte desse processo memorativo. Todavia, mais do que emitirmos aprovações a esse fato, precisamos considerar as questões implícitas à efervescência cultural que se manifesta nos tempos atuais. A esse respeito, a historiadora Françoise Choay elabora algumas apreciações: “O culto que se rende hoje ao patrimônio histórico deve merecer de nós mais do que simples aprovação. Ele requer um questionamento, porque se constitui num elemento revelador, negligenciado, mas brilhante, de uma condição da sociedade e das questões que ela encerra.”⁶⁹

Para Paul Ricoeur, as intervenções ideológicas no passado podem representar um perigo para a sociedade. De acordo com o pensamento do filósofo, “a ambição de fidelidade ao passado encontra-se ameaçada quando as ideologias se intercalam entre a reivindicação de identidade e as expressões públicas da memória coletiva”.⁷⁰ Nesse caso, a história oficial transforma-se em uma memória coletiva oficializada, ou seja, uma memória ideologizada, que se fortalece nas celebrações de grandes datas cívicas.

Ao trazer essas considerações no caso particular do Paraná, pretendemos nos utilizar das comemorações do centenário de emancipação política estadual, para tratar, neste capítulo, da ordem simbólica que envolve o objeto das comemorações. Interessa-nos investigar a atuação do governo por meio dos rastros (os símbolos, os monumentos) deixados por esse acontecimento, impressos na história do Estado, e refletir sobre o significado memorativo que adquiriram.

Sendo assim, usaremos como uma das principais fontes, a revista “Ilustração Brasileira” que, a nosso ver, representa um dos registros mais completos sobre as comemorações que mobilizaram Curitiba em 1953.⁷¹ Impresso no Rio de Janeiro, o periódico

⁶⁷ NORA, Pierre. **Entre memória e história...**, op. cit., p.7.

⁶⁸ Id.

⁶⁹ CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade : Editora UNESP, 2001. p.12.

⁷⁰ SILVA. “Rememoração”/ Comemoração..., op. cit., p.43.

de circulação nacional publicou em dezembro daquele ano uma edição, ressaltando as riquezas naturais e as ações do poder público regional para melhor exaltar o acontecimento inaugural, ou seja, a criação da Província do Paraná. A “Ilustração Brasileira” é uma dentre as inúmeras publicações organizadas para celebrar o centenário do Paraná. Encomendada pelo governo estadual, que atuara na seleção do material a ser impresso, ela constitui-se em um importante referencial em nosso trabalho, uma vez que tentaremos examinar a produção de uma memória oficial, visando a reforçar uma identidade regional paranaense.

4.1 “Ilustração Brasileira”: “presente do passado” do centenário do Paraná

Uma das primeiras observações reproduzidas na revista “Ilustração Brasileira”, sobre o então momento de euforia que se difundia no meio político e intelectual paranaense, no início dos anos 1950, sobretudo, em Curitiba, é a da escritora Rachel de Queiroz. Utilizando metáforas que tinham como objetivo destacar o progresso da cidade, ela comenta: “Curitiba dá a impressão de uma menina que cresceu demais e já não cabe na roupa. A cidade estoura por todos os lados, excede a pavimentação, a rede elétrica, a rede de água. Só se houve falar em milhões, em arranha-céus: ...”.⁷² Queiroz prossegue assinalando o boom habitacional para atender a invasão de forasteiros que vinham à capital e chama a atenção para a transformação do espaço urbano, percebida pelos antigos moradores, que diziam se sentir em uma cidade estrangeira, onde já não se conheciam mais as pessoas.

Esse período da história de Curitiba e as impressões de seus moradores sobre a cidade, que se transformava espacial, populacional e culturalmente, são temas de interesse de diversos intelectuais que buscam apreender o sentido e a interpretação elaborada pela população urbana que acompanhou essa mudança. O trabalho do historiador Antonio Cesar de Almeida Santos, voltado para a reconstrução da evolução urbana da capital, vem ao encontro a essa questão.

Tendo como suporte a memória coletiva e individual, ao basear-se nas histórias de vida das pessoas que entrevistou, Almeida Santos constatou que a percepção que as pessoas fazem dos lugares relaciona-se à sua vivência e que tais sentimentos se orientam a partir de

⁷¹ Embora tenhamos privilegiado a revista “Ilustração Brasileira,” existem outras obras, nos moldes da referida revista, e que versam sobre o assunto. Dentre elas, citamos o “Álbum do centenário do Paraná”.

⁷² ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA: edição comemorativa do centenário do Paraná. Rio de Janeiro: dez. 1953, v. 44, n.224, p.2.

um comparativo entre os dias de hoje e o passado rememorado.⁷³ A noção atual do sentimento de que, naquela época, se conhecia muita gente, e a de que hoje se caminha pelas ruas sem praticamente conhecer ninguém, parece ser a mesma sensação experimentada pelos habitantes da Curitiba dos anos 1950, como sugere o relato de Rachel de Queiroz.

Assim como a escritora, governadores de outros estados e o então presidente da República, Getúlio Vargas, homenageavam o Paraná. O governador Bento Munhoz da Rocha Netto, grande mentor das comemorações, fez questão de reiterar sua posição a favor do que considerava as marcas identitárias do Estado. Para aqueles que viam o Paraná como um território sem importância, Munhoz da Rocha retrucava, ressaltando as suas particularidades:

A vós todos um recado do Paraná para o Brasil: isto aqui tem características regionais nossas, específicas. Temos manchas louras; gente loura de olhos azuis, mas que é tão brasileira quanto aquela que mais o seja. Temos aqui brasileiros de sobrenomes muito complicados, mas que se honram deste nosso Brasil, como nós outros que possuímos sobrenomes portugueses”.⁷⁴

Este discurso do governador exemplifica bem sua visão do novo estado que, estava sendo criado. Ao tentar valorizar a população paranaense, ele deixa clara sua percepção em relação à participação dos imigrantes, nesse processo. Contudo, ele procurava destacar este novo contingente populacional, cosmopolita, aos luso-brasileiros reverenciados pelos paranistas.

Em seu pronunciamento na revista, o governador deixou transparecer a idéia de unidade que procurou atribuir aos festejos, na qual, salvo peculiaridades regionais, imigrantes e descendentes conviviam harmonicamente com os luso-brasileiros para formar uma só nação.

Podemos considerar essa a impressão atribuída aos eventos que marcaram 1953, enfatizando a participação dos europeus na evolução econômica do Estado e na sua composição populacional. É importante ressaltar que, ao destacar os imigrantes do restante da população paranaense, Munhoz da Rocha acabou por deixar, em segundo plano, a participação de milhares de migrantes, sobretudo, paulistas e gaúchos, que se fixaram no interior do Estado, promovendo uma efetiva ocupação territorial, como vimos no decorrer deste trabalho.

⁷³ SANTOS, Antonio César de Almeida. **Memórias e cidade**; depoimentos e transformação urbana de Curitiba (1930-1990). 2ª ed. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999, p.48-49.

⁷⁴ ILUSTRAÇÃO Brasileira... op. cit, p. 19.

Analizando mais adiante o conteúdo da “Ilustração Brasileira,” percebemos a relevância que se quis imprimir às comemorações de emancipação do Paraná. Sínteses sobre distintos momentos da história regional, elaboradas por historiadores e escritores nativos, foram inseridas na revista, em artigos assinados por Ermelino de Leão, Rodrigo Júnior e Romário Martins. Imagens do pinheiro do Paraná se repetem ora em fotografias, ora em desenhos estilizados, mesclando-se às rosáceas de pinhões e motivos indígenas, símbolos representativos do movimento paranista. A exuberância de Sete Quedas, das Cataratas do Iguaçu e a singularidade do conjunto rochoso de Vila Velha eram apresentadas como cartões postais do Paraná, uma referência aos valores do interior do Estado. Mais uma vez os elementos paranistas eram referenciados juntamente com as propostas de construção de um “novo Paraná”.

Diante dessas reflexões, procuramos perceber como o poder público construiu instrumentos para celebrar o centenário, com vistas ao devir. Não discutiremos aqui a sua eficácia, mas, sua diversidade em propagar a capacidade realizadora do Paraná. Essa capacidade simbolizava um sonho a ser alcançado, uma utopia a ser respaldada, pela população em geral e também pela intelectualidade contemporânea, que pensou, discutiu e registrou suas percepções acerca do Paraná daquele período.

A seguir, selecionamos duas obras produzidas por dois renomados escritores, no período em que o Estado festejava seu centenário: “Paraná Vivo” de Temístocles Linhares, e “Um Brasil Diferente” de Wilson Martins.

4.2 “Paraná Vivo” e “Um Brasil Diferente”: a visão do Paraná sob a perspectiva da intelectualidade

O literato Temístocles Linhares é considerado o autor de um estudo sociológico sobre o Paraná da década de 1950: “Paraná vivo – um retrato sem retoques”. Escrita em 1953, quando o Estado celebrava cem anos de fundação, a obra é comentada por jornalistas e intelectuais.

Para o crítico Macedo Dantas, Linhares produziu, naquele período, uma visão lúcida do Estado. Abordando assuntos relacionados à economia paranaense, como a indústria pastoril, o tropeirismo, a indústria do mate, o café e o norte do Paraná, a capital e a aculturação dos imigrantes no Estado, Dantas tece elogios à obra. O capítulo denominado “No

tempo das vacas magras”, segundo o jornalista, é um dos melhores capítulos da publicação. Nele, o autor relata o povoamento dos Campos de Curitiba e dos Campos Gerais, destacando o caminho que ia de Sorocaba, em São Paulo, até Viamão, no Rio Grande do Sul. O ir e vir dos tropeiros, conduzindo os animais, colaborou para dar origem às diversas povoações ao longo do trajeto no Paraná.⁷⁵

Em que pese a opinião do jornalista, o estudo de Linhares, que se destaca com as ilustrações feitas por Poty Lazzarotto, tem como premissa destacar a independência econômica do Estado, após cem anos de emancipação política.⁷⁶ No início de seu livro, Linhares afirma: “Vem realizando o Paraná nestes últimos anos uma vasta experiência social e econômica sem similitude com a de outro qualquer estado brasileiro”.⁷⁷ Indagando como compreender essa experiência e que futuro reservaria aos paranaenses, o autor alerta para as influências capazes de interferir na cultura luso-brasileira, que se pretendia defender a todo transe, provavelmente uma crítica àqueles que viam nos portugueses a origem do desenvolvimento do Paraná. Havia quem acreditasse que o café garantiria a preservação da chamada cultura luso-brasileira, então ameaçada pelo crescimento das áreas ocupadas por núcleos de imigrantes estrangeiros.

Sobre essa questão, Linhares se posiciona nitidamente a favor dos europeus. Ele critica os intelectuais que se apegavam à idéia de que era aos portugueses e luso-brasileiros que o Paraná devia seu crescimento. Para o autor isto seria um contra-senso. Naquele momento, os estrangeiros representariam o Paraná moderno, capazes de orientar o caminho a ser percorrido para o desenvolvimento do Estado. Ao invés da preservação das raízes e da tradição, buscava-se então inaugurar uma nova história para o Paraná baseada na ação dos neoparanaenses.

Para o autor, a contribuição dos imigrantes fora decisiva para o progresso da região, e é a eles que dedica o título de sua obra: “Há um “Paraná Vivo” à procura de sentido. E este só quem pode dá-lo são os homens paranaenses com a continuação da obra que já iniciaram e que outra coisa não revela senão um heroísmo telúrico.”⁷⁸ Já a contribuição dos portugueses

⁷⁵ DANTAS, Macedo. Um “scholar” de Curitiba. **Estado de São Paulo**. São Paulo, 22 jul. 1979.

⁷⁶ Poty Lazzarotto, ou simplesmente Poty, nasceu em Curitiba, em 1924 e faleceu em 1998, nessa mesma cidade. Obteve diversos prêmios no Brasil e no exterior, notabilizando-se nas artes gráficas, como gravurista e muralista. O mural que executou para a Praça 19 de Dezembro, em 1953, foi o primeiro de muitos outros que marcariam sua carreira. Espalhados por Curitiba e cidades do interior do Paraná, seus murais retratam aspectos históricos de nosso Estado.

⁷⁷ LINHARES, Temístocles. **Paraná Vivo**: um retrato sem retoques. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000, p.9.

era vista como superada, sendo que um de seus legados, a mestiçagem, “felizmente não grassava entre os novos habitantes”, dizia Linhares.

A região transformou-se em palco de teatro, onde se registrava um embate cultural não só entre aqueles que se consideravam brasileiros e alemães, mas também italianos, poloneses, ucranianos, japoneses e descendentes de imigrantes vindos de terras gaúchas e catarinenses. A transferência desses colonizadores para o oeste do Paraná eliminaria resquícios de cultura deixados pelos jesuítas e bandeirantes, no início do povoamento do território.⁷⁹ O autor preocupa-se em disseminar a cultura estrangeira, superando a cultura tradicional por todas as regiões paranaenses.

A história como forjadora do progresso é outro ponto essencial na obra de Linhares. Novamente os imigrantes são citados como assimiladores e enriquecedores da cultura local, especialmente os alemães, que “ora se vestem como nós, ora como eles”, uma alusão do autor ao processo de acomodação da população européia no Paraná. Uma nova cultura com “caráter mais utilitário e técnico” estaria se formando, sem, contudo, prejuízo à identidade paranaense. Os imigrantes estariam dispostos a aceitar que tudo começasse novamente e a terra de origem transformar-se-ia em lenda de infância, algo que já passou e não convém resgatar. A pátria verdadeira faria parte do passado.⁸⁰ Nessa capacidade de adaptação é que residiria a originalidade no caso do Paraná. Além do que, a geografia e o clima eram favoráveis à saúde e à disposição para o trabalho.

De fato, é o labor que conferia ao imigrante sua função de forjador do progresso. Ao Estado restava organizar e concluir o povoamento do interior paranaense, então sob a responsabilidade de companhias privadas: “Percebe-se aí, uma forma de organizar o mundo a partir das referências do imaginário burguês, onde não importa apenas a mera ocupação, mas, sim a constituição de uma comunidade de trabalhadores.”⁸¹ Transformado em pólo de atração de capitais, o Estado se enriqueceu e não foi mais ignorado, nem pelos brasileiros e estrangeiros, nem pelos próprios paranaenses, na opinião de Linhares. A convivência com os imigrantes teria despertado um sentimento novo na população, que percebeu sua terra natal engrandecida.

⁷⁸ Ibid, p.24-25.

⁷⁹ Ibid, p.10.

⁸⁰ Ibid, p.20.

⁸¹ Ibid, p.155.

Após tratar da colonização do Paraná, Linhares dedica-se a exaltar sua economia. Discorrendo sobre a erva-mate, a pecuária, a madeira, o café, ele chega até as indústrias, ressaltando a importância da mecanização da agricultura. São fornecidos detalhes da produção e da comercialização de cada um destes produtos da economia regional. Afora o mate, em decadência, os demais itens tinham se desenvolvido na época do centenário.

Para salvaguardar o que restava da economia do mate, em 1938, fora criado o Instituto Nacional do Mate. Encarregado de amparar e defender sua produção, o instituto regulava sua exportação e auxiliava os produtores. Desacordos entre as cooperativas impediram que a meta fosse alcançada, deixando os agricultores inseguros nos anos 1950. O autor questiona o porquê do mate ser uma bebida desconhecida, pois antes o produto já tivera sua fase de glória na economia paranaense. Ele mesmo responde, ao criticar a preocupação que havia em se produzir para exportar, sem levar em conta o mercado interno.

Contudo, devemos levar em conta os benefícios introduzidos pelo mate, na sociedade, os quais se estenderam além da economia. Um “estilo” de socialização criou-se em torno do mate. O hábito do consumo do chimarrão, isto é, o “mate amargo e quente” fez desenvolver relações de cordialidade entre os paranaenses.⁸² Também teria sido a cultura do mate que inaugurou o transporte em carroções de toldo de lona, puxados por seis a oito mulas ou cavalos, e introduzidos pelos imigrantes vindos da Ucrânia. O mate marcou o fim de uma época e o começo de outra nova, afirma Linhares. Para ele, a fase áurea do produto pertencia mais “ao passado do que ao presente do Paraná, a uma sociedade mais cristalizada do que a que está sendo formada, em estado de efervescência, de luta e de criação”.⁸³ Entrávamos, portanto, no ciclo do café que, ao contrário da cordialidade, traria um período de conflitos internos para o Paraná.

A associação do mate ao fim de uma fase da história do Paraná, feita por Linhares, é deveras sugestiva. De fato, a presença do mate na economia paranaense, desde o século XIX até meados dos anos 1930, foi tão forte, a ponto de este ser incluído como elemento dos símbolos oficiais. A influência do mate na região, porém, é sobrepujada pelo café que, a partir da década de 1950, passou a comandar a economia do estado. Podemos entender o comentário de Linhares, segundo o qual, o mate estaria relacionado ao passado, e o café, ao futuro. É bom lembrar ainda que a cultura do mate era gerenciada pelos luso-brasileiros, enquanto o café atraía uma população diversa, de outros estados e países.

⁸² Ibid, p.79.

⁸³ Ibid, p.84.

Ao tratar do meio rural, Linhares destaca a mecanização da lavoura, uma forma de suprimir a miséria e a pobreza, denunciando que, no Paraná centenário, os problemas com o desnível social já eram evidentes. Não obstante as dificuldades, ele faz questão de citar a Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural, responsável por organizar cooperativas em todo o Estado, e os grupos de profissionais empenhados em atender ao homem do campo, como médicos, assistentes sociais, dentistas, agrônomos e educadores.

Ainda que Linhares dedique boa parte de “Paraná vivo” às atividades agrícolas, à população rural e às melhorias implantadas pelo governo, é ao abordar o desenvolvimento urbano que deixa claro a função do imigrante na construção de um novo Paraná. Também se posiciona a favor do imigrante alemão, colocando-o em posição de destaque.⁸⁴

Atuando em Curitiba, como artesãos, carpinteiros, ferreiros, sapateiros, padeiros, relojoeiros, açougueiros, e também na arquitetura da cidade, a ponto de darem outra fisionomia à paisagem, os alemães haviam se sobressaído no cenário urbano. Com seu estilo de vida, modificaram os hábitos dos curitibanos, ao introduzir os costumes da decoração no interior das casas, com arranjos dos móveis, cortinas nas janelas, tapetes, bibelôs, jarros de flores. As alterações nos lares paranaenses teriam sido tão significativas, atingindo até a camada mais pobre da população, a ponto de Linhares sugerir ser pertinente um estudo etnográfico-sociológico a esse respeito.⁸⁵ A inclusão na alimentação dos curitibanos de outros gêneros alimentícios, como o pão preto, o mel, as salsichas e as compotas, espelham a amplidão da influência alemã, especialmente na capital.

A vinda dos imigrantes, não só a dos alemães, mas a dos representantes das demais nacionalidades, também estimulou as disputas políticas, então restritas às famílias tradicionais luso-brasileiras, como os “pica-paus” e os “maragatos”, resquícios da Revolução Federalista. Durante muito tempo, após a implantação do regime republicano, a administração paranaense esteve entregue a estes políticos de carreira, sucessores de seus antepassados da época do Império. Depois de 1930, o quadro regional alterou-se com a participação política dos imigrantes e seus descendentes, que ingressaram nesse enredo para alcançar seus planos de riqueza pessoal. Enquanto o polonês votava apenas em candidatos da mesma origem, o alemão, após a perda das duas guerras mundiais, procurava eleger representantes de outras nacionalidades. Linhares cita o movimento integralista,⁸⁶ que teria seduzido os alemães pela

⁸⁴ BURMESTER, op. cit., p.156.

⁸⁵ LINHARES, op cit. p.218.

proximidade com as idéias nazistas, como motivo de atração para as coisas nacionais. Questiona o autor: “Quem nega as afinidades entre integralismo e nazismo? Mas o que importa, no caso, é o resultado colhido hoje. Através do movimento integralista, os representantes em nosso meio da cultura teuta passaram a se interessar pelas nossas coisas, isto é, pela nossa vida política”.⁸⁷

A conclusão de Temístocles Linhares, em “Paraná vivo,” é a de que o homem paranaense, sem deixar de ser brasileiro, desmistifica o fato de que só o descendente de português pode atribuir identidade à nossa cultura. Segundo o autor, os imigrantes vieram para o Paraná com o intuito de criar uma nova pátria e com seu trabalho povoar a região. Entretanto, numa forma de conciliação entre as raças é que se pode entender o espírito da terra que envolvia todo o Estado. Tanto o sul quanto o norte encarnariam o mesmo espírito: a “gente do Paraná”. Nesse começo dos anos 1950, os paranistas preocupavam-se em reaver e manter as marcas das singularidades locais, em um período em que elas davam mostras de desaparecimento.⁸⁸ Novamente a alusão à superação da influência luso-brasileira na identidade paranaense está presente. Para Linhares, uma união entre lusos e europeus justificaria o “Paraná moderno”.

Dessa forma, percebemos como a produção cultural também estava integrada ao aparato memorativo organizado pelo Estado, para comemorar o seu centenário e para legitimar suas ações. Dentre elas, fortalecer o poder do imigrantismo na formação do Paraná. Helenice Rodrigues considera que:

A criação de uma dinâmica cultural é indispensável ao bom funcionamento de toda máquina celebrativa (as programações oficiais, os colóquios intelectuais), acompanhado do mercado editorial (a produção intelectual, em grande parte, é determinada em função das comemorações) que se mobiliza, periodicamente, durante os grandes aniversários históricos.⁸⁹

⁸⁶ Os anos de 1930 da política brasileira foram marcados pelo Movimento da Ação Integralista Brasileira. Liderado por Plínio Salgado, o integralismo defendia o Estado forte, e tinha no anticomunismo uma de suas premissas. O homem tinha seu valor pelo trabalho em defesa da família, da pátria e da sociedade. Seus membros usavam uniformes verdes e braçadeiras, e tinham como símbolo a letra grega Sigma, ao estilo dos fascistas italianos. Saudavam-se com o braço erguido e gritando “Anauê”, palavra tupi que quer dizer “Você é meu irmão”.

⁸⁷ LINHARES, op. cit., p.287.

⁸⁸ BURMESTER, op. cit., p.159.

⁸⁹ SILVA, Helenice Rodrigues da. **O fenômeno ...**, p.20.

Dentro dessa perspectiva celebrativa do mercado editorial, destacamos que “Paraná vivo” foi publicado pela editora paulista José Olímpio, a qual teria recebido certa subvenção do Estado do Paraná para realizar a edição.

Outro livro de destaque para o Paraná da época, também editado em São Paulo, pela editora T. A. Queiroz, foi a obra do crítico literário Wilson Martins, intitulada “Um Brasil Diferente”. Assim como no livro de Linhares, o discurso imigrantista, gerando o desenvolvimento no Paraná centenário, representa a idéia central. Desta feita, a obra foi elaborada por um escritor que não era natural do Paraná.

Em “Um Brasil Diferente (Ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná),” publicado em 1955, ainda sob os efeitos do ato comemorativo dos cem anos do Paraná, o autor ressalta que o governador aliou seus interesses políticos aos interesses intelectuais que o distinguiam na vida brasileira, promovendo a primeira edição do citado livro. Afinal, paralelamente aos cargos que Munhoz da Rocha exerceu na política, destacou-se no cenário nacional ao produzir inúmeras obras, defendendo o que considerava como valores do Estado. A proposta era fixar a configuração sociológica do Paraná sob a influência dos elementos culturais estrangeiros.

Wilson Martins comenta acerca da origem de seu livro. Em uma palestra proferida, em 1979, na Casa Romário Martins, na Fundação Cultural de Curitiba, ele observou que ao ler “Casa Grande & Senzala”, teve a idéia de escrever um livro, enfocando um estudo sociológico sobre as origens do Paraná, uma vez que a sua formação social, em particular, não responderia àquele quadro histórico e étnico, de costumes, de contribuição das diversas etnias que ocorreram na formação brasileira. Disse ele:

Nada disso correspondia ao que se passou aqui no Sul do Brasil e, em particular, ao que se passou no Paraná, porque o Paraná é diferente não apenas com relação ao Brasil do Nordeste (...) mas, também, diferente no contexto dos quatro Estados sulinos. E a diferença mais importante, parece-me, é que aqui houve uma contribuição muito mais variada (...) das mais diversas etnias, ao contrário dos outros Estados, em que houve uma maioria preponderante de uma corrente imigratória particular. É o caso dos italianos em São Paulo, dos alemães em Santa Catarina, ou ainda, de alemães e italianos no Rio Grande do Sul. Mas o Paraná recebeu, realmente, a contribuição de correntes imigratórias múltiplas, que aqui chegaram sucessivamente, mas em breve período de tempo. E construíram, então, um mundo social que é, realmente, característico, que é “sui generis” e que merecia um determinado estudo.⁹⁰

⁹⁰ MARTINS, Wilson. Um Brasil diferente: palestra proferida por Wilson Martins sobre problemas de acumulação no Paraná, na Casa Romário Martins. **Fundação**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, abr. 1980. p.66.

Para Wilson Martins, quando escreveu “Um Brasil diferente”, ainda não se dera conta de que estava escrevendo sobre um Paraná em vias de desaparecer. Era o Paraná histórico, tradicional, o Paraná do primeiro segmento da formação social e histórica que estava desaparecendo, percepção que ele teve muitos anos depois. De fato, em 1950, eram as migrações internas que se destacavam no desenvolvimento do Estado. O Paraná luso-brasileiro paulatinamente cedia espaço para o Paraná cosmopolita, cujo território era ocupado, pelo sul e pelo norte, pela gente dos estados vizinhos.

As migrações internas ocorridas no período, a expansão econômica e industrial e a diversidade cultural, temas que direcionaram as idéias de Temístocles Linhares em “Paraná vivo”, podem ser encontradas também em “Um Brasil diferente”. Wilson Martins, no entanto, privilegia em seu estudo o meio físico e cultural.⁹¹

Aliás, a saga do processo de colonização é descrita desde a lei n.29, de 21 de março de 1855, em que Zacarias de Góes e Vasconcelos, então primeiro presidente da Província do Paraná, aprovou a política à imigração, classificada pelo autor como “a lei que marcou o Paraná e imprimiu-lhe o rumo que jamais abandonaria”.⁹² Detendo-se em estatísticas sobre a entrada de imigrantes na então Província, enfatizando as dificuldades de fixação do colono à terra e às vezes em terrenos impróprios para o plantio, pela falta de vias de comunicação, o texto vai traçando a trajetória dos neoparanaenses.

Durante e após o período da Primeira Guerra Mundial, entretanto, as autoridades abandonaram a política imigratória para enfatizarem idéias nacionalistas. Wilson Martins destaca a opinião do presidente do Paraná, Caetano Munhoz da Rocha que, em 1922, declarou-se contrário à imigração sustentada pelos cofres públicos, considerando que achava mais justo investir em melhorias de infra-estrutura, como estradas e educação nas áreas ocupadas por brasileiros. Para Martins, essas reivindicações seriam resquícios dos ânimos nacionalistas exacerbados pela guerra.⁹³ Anteriormente, nos anos 1930, o interventor Manoel Ribas também defendera a política nacionalista. Seu objetivo, porém, era fixar o trabalhador rural a terra. Companhias de Terras, nessa época, parcelavam o pagamento de milhares de alqueires a colonos de diversas procedências.

⁹¹ Ibid, p.150.

⁹² MARTINS, Wilson. **Um Brasil diferente**: ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná. 2 ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989. Estudos Brasileiros, v.16, p.64. (Coroa Vermelha)

⁹³ Ibid, p.91.

Com a retomada da política de imigração, na década de 1950, o governo do Estado, tendo em mente a população como geradora de riquezas, procurava salientar fatores regionais atrativos aos imigrantes. Um desses fatores seria o clima do Paraná. Similar ao europeu, o clima saudável da região teria influenciado a vinda de alemães, poloneses e representantes de outras etnias que auxiliaram no seu povoamento. Estaria aí uma das diferenças entre o homem paranaense e os de outras regiões do Brasil: “é suficiente conviver com um paranaense típico para verificar que se trata do contrário de homem expansivo, amante de gestos escandalosos ou das atitudes coloridas, das expansões comunicativas ou dos entusiasmos fáceis”.⁹⁴ O clima teria facilitado a adaptação para o europeu criar uma “nova civilização”, marcada pela urbanização, estabelecendo áreas bem distintas entre o campo e a cidade, ideologicamente antagônicas, mas complementares econômica e sociologicamente.

Entidades assistenciais internacionais foram contactadas para auxiliar na divulgação da proposta imigrantista. A União Suíça de Caridade teve autorização para encaminhar vinte mil famílias de agricultores para o Brasil, grande parte destinada ao Paraná. Não vieram, desta feita, deslocados de guerra, mas:

elementos desejosos de trabalhar e produzir, trazendo máquinas e ferramentas, animais e sementes, capital e uma grande vontade de fazer do Brasil a sua nova pátria. Pode-se dizer que o Paraná, dada a sua projeção no cenário econômico do Brasil, é a célula nacional que mais atração exerce sobre imigrantes que demandam trabalho neste lado do Atlântico.⁹⁵

A importância demográfica e social atribuída ao estrangeiro, que além de colaborar para o povoamento do território introduziu costumes e técnicas inovadoras na cultura paranaense a qual soube adaptar-se, foi visível nas comemorações do centenário. Nos discursos proferidos pelas autoridades, foram constantes as referências à influência na culinária, no ordenamento das casas e na forma como o imigrante conseguiu inserir-se na sociedade. Por sua vez, os representantes das nacionalidades, que fizeram do Paraná sua nova pátria, decidiram participar das festividades para homenagear a terra que os acolheu e seus antepassados. Uma das sugestões de Newton Carneiro, presidente da Comissão do Centenário, foi para que, de todas as partes do Estado, esses representantes ofertassem coleções de livros sobre suas etnias para a Biblioteca Pública do Paraná, cuja sede definitiva

⁹⁴ Id.

⁹⁵ Ibid, p.105.

estava em construção, no centro de Curitiba. A presença desse grupo, nos desfiles realizados na Rua 15 de Novembro, exibindo trajes característicos das etnias que representavam, foi um dos pontos altos do acontecimento.⁹⁶

Com base nas reflexões feitas até o momento, é possível perceber alguns elementos que se transformariam na tônica das comemorações do centenário do Paraná: a presença dos imigrantes como elemento importante na composição da população paranaense, quando consideramos que o papel dos europeus restringiu-se à colonização do entorno da capital, para onde se destinava sua produção agrícola.

A ênfase de “Um Brasil diferente” recai sobre os imigrantes e, em especial, sobre aqueles que se fixaram no espaço urbano. Assim como em “Paraná vivo”, a obra privilegia a ação dos alemães no processo de assimilação e influência em Curitiba. Ao descrever a composição do homem paranaense, destaca que: “o homem paranaense é jurídica e sociologicamente o homem que nasce no Paraná, mas o homem que nasce no Paraná é, do ponto de vista étnico, profundamente internacional”.⁹⁷

Assim como define o habitante do Paraná, o autor, ao final de seu livro, dedica-se a definir o que seria o Paraná, no momento do centenário:

Assim é o Paraná. Território que, do ponto de vista sociológico, acrescentou ao Brasil uma nova dimensão, a de uma civilização original construída com pedaços de todas as outras. Sem escravidão, sem negro, sem português e sem índio, dir-se-ia que a sua definição humana não é brasileira. Inimigo dos gestos espetaculares e das expansões temperamentais, despojada de adornos, sua história é a de uma construção modesta e sólida e tão profundamente brasileira que pôde, sem alardes, impor o predomínio de uma idéia nacional a tantas culturas antagônicas. E que pôde, sobretudo, numa experiência magnífica, harmonizá-las entre si, num exemplo de fraternidades humanas a que não ascendeu à própria Europa, de onde elas provieram. Assim é o Paraná. Terra que substituiu o sempre estéril heroísmo dos guerreiros pelo humilde e produtivo heroísmo do trabalho quotidiano e que agora entre perturbada e feliz, se descobre a si mesma e começa, enfim, a se compreender.⁹⁸

⁹⁶ Wilson Martins relaciona os grandes grupos étnicos responsáveis por esse novo Paraná. Em maior número, estariam os poloneses, até a chegada dos japoneses, que passaram a formar o maior grupo de estrangeiros residentes no Estado, seguidos pelos ucranianos, alemães, italianos. O autor também versa sobre os descendentes que os imigrantes tiveram e o número de pessoas que preservavam em seus lares, a língua materna.

⁹⁷ Ibid, p.172.

⁹⁸ MARTINS. op. cit., p.446.

As abordagens das obras de Linhares e Martins, portanto, procuravam referenciar o Paraná como uma civilização original, formada por indivíduos de várias partes do Brasil e do mundo que, com seu trabalho dignificaram o Estado. Referenciadas para estudos sociológicos sobre o Paraná, elas foram reeditadas, por ocasião dos 150 anos do Estado. A leitura de suas páginas, na medida em que promove e valoriza a força do imigrante, procura justificar a ênfase que sempre se atribuiu a essa parcela da população.

É notável como, das obras aqui mencionadas, não há referência à história antes da fundação da Província. Era como se o Paraná só existisse a partir de 1853, ignorando todo o processo evolutivo de seu desenvolvimento e povoamento anterior a esse período. É como se um apagamento, ou no mínimo um descaso em relação ao início da história regional tivesse se produzido. Esse desenvolvimento, na opinião dos autores, teria sido impulsionado pelos imigrantes. Tanto “Paraná vivo”, como “Um Brasil diferente” visavam a reforçar o papel dos imigrantes no progresso do Paraná, e que suas obras foram incentivadas pela administração Munhoz da Rocha.

Os estudos sobre o desenvolvimento do Estado não se restringiram a essas obras, não obstante tais publicações representarem os grandes expoentes editoriais produzidos para o centenário do Paraná. Em 1952, repórteres de renome nacional, como Rubem Braga e Arnaldo Horta, foram contratados pelo governador do Paraná para relatar suas apreciações sobre o território. Percorrendo as principais regiões do interior, acompanhando Munhoz da Rocha, flagraram uma nova terra, com novas cidades.

O resultado desse trabalho foi o livro “Dois repórteres no Paraná”, também editado para os festejos do Centenário. A relevância do livro fica por conta de ter sido elaborado por paulistas que chegaram ao Paraná em um “moderno” avião em uma viagem de apenas uma hora. Eram indícios de uma nova era, envolta em elementos da modernidade, para o Estado, registrada pelos dois repórteres. Entre elas, a expansão da população do interior, que modificou a fisionomia do homem paranaense e a expansão da capital que, aos poucos, assumia ares cosmopolitas.⁹⁹

Paralelamente a estas publicações, dentro do quadro editorial das comemorações, se destacaram outras obras. Diversos intelectuais foram contratados para elaborar estudos sobre aspectos geológicos, paleontológicos, etnográficos, históricos e biográficos da história regional paranaense. Era o poder público buscando apoio na intelectualidade, utilizada como

⁹⁹ BRAGA, Rubem & D'HORTA, Arnaldo Pedroso. **Dois repórteres no Paraná**. 2. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.

instrumento para impulsionar a dinâmica cultural ao longo do processo comemorativo: obras de Geologia, Geomorfologia e Geografia, Física, foram designadas ao dr. Reinhard Maack, do setor de estudos paleontológicos do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas do Paraná.

Coube ao Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, o encargo de elaborar a “História do Paraná”. Documentos históricos, considerados do maior interesse, foram fotocopiados do Arquivo Histórico de São Paulo. Dentre eles, a lei de 29 de agosto de 1853, que criou a Província do Paraná. Um especialista do Arquivo Histórico Colonial de Lisboa foi trazido para orientar e organizar essa coleta de documentos. Percebemos assim que, se de um lado, as comemorações encaminharam-se para o futuro, o retorno às origens e o surgimento do Paraná também estavam presentes, naquele momento.

Para a concretização dessas publicações e de marcos comemorativos que assinalassem o centenário do Paraná, o governo formou comissões compostas por profissionais liberais, intelectuais, políticos e funcionários estaduais. As principais comissões foram: “Comissão de Comemorações do Centenário do Paraná,” presidida pelo então Secretário de Educação e Cultura, Newton Carneiro, que exerceu a função até agosto de 1953, quando foi substituído por Brasil Pinheiro Machado. Membro de tradicional família paranaense, industrial, fazendeiro, em temas paranaenses e brasileiros, Newton Carneiro ao enfocar assuntos paranaenses e brasileiros teve a colaboração do escritor Valfrido Piloto. Para projetar as comemorações, ambos representavam a intelectualidade local e de renome no Paraná. É no mínimo curiosa a substituição de Carneiro por Brasil Pinheiro Machado. Fora Machado que, nos anos 1930, escrevera um cético artigo, manifestando a falta de expressividade e de identidade do Paraná. A essa comissão coube a tarefa de organizar as comemorações populares e de recepcionar as visitas oficiais nacionais e estrangeiras; e a Comissão Especial de Obras do Centenário (CEOC), incumbida da construção de edifícios públicos, como monumentos do centenário. Era presidida pelo engenheiro Elato Silva. O sentido atribuído a esses marcos arquitetônicos é o que trataremos a seguir.

4.3 A “arquitetura monumental” como marco simbólico do centenário do Paraná

Ao ser empossado governador, em 1951, Bento Munhoz da Rocha Netto procurou pôr em prática seu projeto de construir marcos simbólicos que destacassem o Paraná na posteridade. Para tanto, obteve apoio de várias instâncias do poder público, incentivado pelo otimismo da economia paranaense, em razão do grande volume da produção cafeeira. Em

maio de 1952, a Comissão de Finanças da Câmara Federal aprovou um crédito de vinte milhões de cruzeiros para a construção de um edifício ou outra obra, como ajuda pública nacional às comemorações regionais. Exaltando o progresso implantado no Paraná, então “o mais jovem Estado da Federação”, o auxílio financeiro era um indício da ascensão sócio-econômica vivenciada pela antiga província.¹⁰⁰

Simultaneamente, Curitiba, como capital do Estado, sofria uma transformação urbana: “Nunca antes Curitiba construía tantas obras, em tão pouco tempo e nem tão grandes. Curitiba poluiu-se e adornou-se com edifícios cada vez mais altos e grandiloqüentes, edifícios que eram vistos como um mostruário da exuberância econômica da cidade”.¹⁰¹ Anúncios de prédios de escritórios e de habitação tornaram-se rotina nos jornais e revistas da época. A imagem da cidade estava se alterando em busca do progresso.

Esse momento favorável para a expansão da construção civil corroborava com o clima de euforia que dominava o cenário da capital, coincidindo com a proximidade dos festejos do centenário do Paraná. Imbuído desse espírito desenvolvimentista, Munhoz da Rocha desejava que as obras executadas para celebrar o acontecimento fossem monumentais em seus traços e dimensões, expressando a grandeza do Paraná. Nos discursos que proferia, o governador aludia à necessidade de se fazerem obras em grande escala, afastando a mediocridade e a timidez dos pequenos feitos. E arrematava: “À nossa geração cabe este papel, cabe essa missão de realizar, de planejar para o futuro”.¹⁰² Os espigões, que passaram a povoar a região central, eram vistos como uma vitrine da riqueza econômica da cidade e, por que não dizer, do próprio Estado. Para ornar a capital com tais construções, entretanto, muitos casarões antigos tiveram que ser demolidos, em um momento em que o sentido de preservação do patrimônio não era prioridade das políticas públicas.

Mais que uma alteração da arquitetura estava ocorrendo uma mudança de visão da sociedade. Os imóveis modernistas simbolizariam o ingresso do Paraná no rol dos estados progressistas do país. Dessa forma, Curitiba, como capital, deveria apresentar este momento de transição na paisagem urbana.

Nas décadas anteriores, a arquitetura já se sobressaía na paisagem urbana de Curitiba. Durante o Estado Novo, conceitos como funcionalidade, eficiência e economia foram aplicados na arquitetura de obras públicas de todo o país. Linhas geometrizes

¹⁰⁰ DIÁRIO DA TARDE. Curitiba, 19 de maio de 1952, p.6.

¹⁰¹ DUDEQUE, op. cit., p.158.

¹⁰² O CRUZEIRO. **Paraná brotinho de cem anos**. v.26, n.14, 16/01/1954.

passaram a caracterizar os edifícios escolares da época e um projeto nacional de padronização arquitetônica foi posto em prática nos prédios que compunham o então Departamento de Correios e Telégrafos. Curitiba teve construída sua sede dos Correios, em 1934, dentro das concepções propostas por arquitetos cariocas, contratados para idealizarem os projetos. Em suas criações, os prédios se concentravam estrategicamente nas esquinas e se caracterizavam por acessos independentes entre si, segundo uma hierarquia funcional. Amplos salões de atendimento ao público, executados com grandes vãos e despidos de ornamentos, localizavam-se no interior da obra.¹⁰³

Sobre essa questão da apropriação do espaço urbano com fins ideológicos, o historiador Marcelo Sutil considera os edifícios públicos erguidos durante o Estado Novo, como signos do poder emergente. A ambição era de afirmação do regime constituído por meio de linhas e curvas que se não eram monumentais em suas dimensões, pudessem ser, ao menos, em sua caracterização.”¹⁰⁴ No caso do Paraná, nos governos de Manoel Ribas e de Moysés Lupion, a arquitetura oficial procurou exaltar a forma monumental. Contudo, para algumas obras públicas, como postos de saúde, mantiveram uma arquitetura neocolonial, que desde a década de 1920, era implantada no espaço urbano. O padrão de arquitetura neocolonial persistiu no governo Munhoz da Rocha, em construções menores e, principalmente, no interior do Paraná. Para as obras do Centenário, a arquitetura moderna era considerada a mais condizente com o sentido de prosperidade atribuído ao estado.

A arquitetura moderna tornar-se-ia a linguagem escolhida pelo poder público para materializar a imagem de um Estado moderno a partir dos anos 1930. Para o arquiteto Carlos Alberto F. Martins, estudioso da influência da arquitetura no discurso moderno no Brasil, nesse período:

As relações entre arquitetura moderna, nacionalismo e estado no Brasil, evidentemente sofreram inevitáveis alterações decorrentes das transformações na orientação política econômica e cultural, implicando em modificações em nível da formulação do ideário arquitetônico que, ora enfatiza o aspecto propriamente modernizador, ora apresenta-se como desenvolvimentista, mas sempre referindo-se a uma genérica, porém constante, perspectiva nacionalista.¹⁰⁵

¹⁰³ SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil**, 1900-1990. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999, p. 66-71.

¹⁰⁴ SUTIL, Marcelo Saldanha. **Beirais e platibandas**: a arquitetura de Curitiba na primeira metade do século XX. p.143.

O mote nacionalista, principalmente, no pós-guerra, é considerado por Martins como resposta a distintos problemas da sociedade, como a necessidade de afirmação da independência política e econômica perante a vocação imperialista das potências internacionais; a necessidade de unificar um território e uma população extremamente marcada pela tradição regionalista culturalmente; e a construção de uma identidade nacional para evitar uma possível ameaça à coesão social interna em razão do “caráter pluriético” da composição trabalhadora urbana e também agrária. A idéia era, portanto, forjar uma imagem do país que desse sentido ao Brasil moderno.¹⁰⁶ Uma das prioridades do governo de Getúlio Vargas seria eleger, como meta, a construção de “palácios” para sediar órgãos públicos durante sua administração, conforme já mencionamos, ao destacarmos os prédios públicos construídos durante o Estado Novo.

Paralelamente às construções que sediariam órgãos públicos, a Curitiba moderna dos anos 1940 e 1950, de avenidas largas e praças arborizadas, via surgirem moderníssimos arranha-céus.¹⁰⁷ E para incentivar novas construções, na mesma proporção que crescia o número de prédios, crescia a propaganda que associava a explosão imobiliária ao desenvolvimento urbano. Desse modo, os edifícios seriam indícios da ampliação e modernização da capital: “O progresso urbano da cidade, no entanto, está flagrante aos olhos que a viram antes.... A cidade cresceu, adquiriu ares de pequena metrópole, e mesmo nesses anos terríveis da guerra, com a crise de materiais de construção, teve um surto extraordinário de edificações”.¹⁰⁸

A administração Munhoz da Rocha (1951-1955) daria prosseguimento à ênfase na arquitetura como símbolo de poder. Grande parte dos intelectuais da época considera essa sua gestão, como produtora de idéias, conferindo ao Paraná sua primeira identidade e inserindo-o no contexto nacional. Ao idealizar uma capital político-administrativa, o governador buscou atrair “olhares notadamente dos paranaenses”,¹⁰⁹ consolidando Curitiba como capital e como centro de decisões do Estado, com a construção do Centro Cívico.

¹⁰⁵ MARTINS, Carlos Alberto F. . Arquitetura e Estado no Brasil. Elementos para uma investigação sobre a contribuição do discurso moderno no Brasil: a obra de Lúcio Costa – 1924/ 1952. Dissertação - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP. p. 88.

¹⁰⁶ SUTIL, op. cit., p.120-121.

¹⁰⁷ Em 1940, destacavam-se como modernos os edifícios Nossa Senhora da Luz, à Praça Tiradentes, e o Edifício Marumbi, na Praça Santos Andrade.

¹⁰⁸ VIDA PRINCESINA. Curitiba, jan/ fev 1946, n.42, p. 4.

A proposta de um pólo administrativo já fora prevista no Plano de Urbanização de Curitiba, elaborado nos anos 1940, pelo urbanista francês Alfred Agache, conhecido como Plano Agache. Nessa ocasião, o Centro Cívico definia-se como um elemento funcional da maior importância, o “centro de comando da capital”.

Obedecendo a sugestão do urbanista, o local escolhido para o complexo arquitetônico ficava no final da Avenida Cândido de Abreu, em uma área de Curitiba pouco povoada. Afora a economia do erário público gerada pela desapropriação desse amplo terreno, com poucos imóveis a serem demolidos, essas edificações ofereceriam maior eficiência e agilidade administrativa, dada a proximidade dos diversos órgãos estaduais.

Além de tudo, o Centro Cívico também traria o aformoseamento para aquela parte da cidade. Uma ampla praça projetada para sediar os prédios foi concebida para as comemorações de grandes datas cívicas e paradas militares, tornando-a o logradouro público de maior projeção da cidade.

O arquiteto Leonardo Tossiaki Oba, em seu trabalho sobre os marcos urbanos no processo de construção da identidade de Curitiba, refere-se à influência do Plano Agache no processo de modernização da capital:

Desejava-se dar à cidade a configuração de uma capital moderna com um zoneamento pré-determinado, infra-estrutura sanitária e um sistema viário capaz de enfrentar os novos desafios da urbanização com a presença dominante do automóvel.(...) Este período é marcado também pela introdução do Movimento Moderno em Arquitetura, proporcionado sobretudo pelas obras do Centenário de Emancipação Política do Paraná. (...) A identidade que se procurava construir se balisava pelas referências que agora provinham das cidades americanas. Uma cidade contendo centros funcionais especializados e interligados por um sistema viário eficiente e que poderia crescer indefinidamente.¹¹⁰

Além do Centro Cívico, das obras mais expressivas que tratamos neste capítulo, elevadas à condição monumental, também se incluem a Biblioteca Pública do Paraná e o Teatro Guaíra. A arquiteta Josilena Gonçalves, ao analisar as edificações propostas para o centenário, ressalta a simbologia que elas representam. Abordando essas construções como monumentos do centenário, ela destaca sua função: “Os monumentos são marcos, pelos quais os homens criaram símbolos para os seus ideais, finalidades e atos. Destinam-se a eternizar a

¹⁰⁹ INSTITUTO DE PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, op. cit., 134.

¹¹⁰ OBA, Leonardo Tossiaki. **Os marcos urbanos e a construção das cidades**: a identidade de Curitiba. São Paulo – Tese - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. 1998. p.2.

época em que nasceram e representam um patrimônio para as gerações vindouras, formando um elo de ligação entre o passado e o futuro”.¹¹¹

E, ainda que a idéia de monumento esteja associada à idéia de perenização de determinado acontecimento da história, Antonio César de Almeida Santos destaca o sentido de ruptura e de descontinuidade que envolve esses objetos, amparando-se nas colocações do antropólogo Marc Augé. Segundo Augé: “O monumento, como indica a etimologia latina da palavra, pretende ser a expressão tangível da permanência ou, pelo menos, da duração. ... Estranhamente, uma série de rupturas e descontinuidade no espaço é que representa a continuidade do tempo”.¹¹²

Entendendo a própria cidade como um monumento, Almeida Santos nos remete às reflexões do medievalista Jacques Le Goff sobre a leitura de um monumento como um documento, um texto em que é possível interpretar os processos de sua produção. Desse modo, o espaço urbano abrigaria um repertório de monumentos, de tempos variados. Eles “são as inscrições produzidas por atos de governantes, monumentos que se constituem em documentos de uma história oficial.”¹¹³

Na concepção de Munhoz da Rocha, as obras destinavam-se ao futuro, e deveriam se tornar referência para a população. Essa questão nos suscita indagarmos a ação memorável dos monumentos, que, na maioria das vezes, são direcionados pelo poder público para eternizar seus feitos. Sobre isso, reforçamos a importância que os monumentos têm na estruturação de nossa memória e na sua inserção na memória da coletividade da qual fazemos parte, assunto esse, há muito destacado pelos intelectuais que estudam a noção de memória.

Os monumentos, incluídos por Nora no rol dos “lugares de memória”, podem ser considerados um dos suportes mais nítidos e compartilhados da memória coletiva. O passado se faz então presente pelos objetos, que servem para intermediar as lembranças desse passado. Eles permitem que nos reconheçamos neles e nos aproximemos, das gerações anteriores. Eles também atuam na relação entre a memória e a identidade social.

Para o sociólogo Michael Pollak, os monumentos são lugares de apoio da memória e podem consistir em lugares de comemoração.¹¹⁴ Seguindo esse raciocínio, a arquitetura do

¹¹¹ SERT, J., LÉGER, F., GIEDON, S. Nove pontos sobre monumentalidade. Uma necessidade humana, apud: GIEDON, S. **Arquitetura e Comunidade**. Lisboa, LB –Livros do Bsil, s/d, p.42.

¹¹² AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994, p.58. apud SANTOS, A. C. A., op. cit., p.63.

¹¹³ Ibid, p.63.

centenário sacraliza um momento da história regional, na medida em que, ainda que tenha se limitado à capital, procurou formar uma identidade para o Paraná, não mais vinculada à busca de heróis e da tradição, mas aberta às influências de outros povos.

A arquitetura, portanto, serviria como instrumento de afirmação dessa identidade e um dos espaços utilizados para esse tipo de arquitetura seria o Centro Cívico.¹¹⁵ Em seu projeto, a relação entre os edifícios,¹¹⁶ concebida como parte de uma ampla urbanização, transparece no trabalho dos arquitetos modernos, que passaram a levar em conta, em suas obras, o contexto urbano. Entendemos que com a delimitação de áreas no anel central da capital para ocupá-las com edifícios públicos, o governo pretendia materializar a unidade política e administrativa do Paraná, e consolidar Curitiba como centro político e de decisões do Estado.¹¹⁷

A organização espacial do Centro Cívico também era indicativa da monumentalidade desejada: o conjunto arquitetônico estaria articulado na estrutura urbana por meio de uma avenida monumental, com várias pistas, ligando esse núcleo administrativo com o Setor Histórico de Curitiba à Praça Tiradentes. Uma relação espacial e temporal se estabeleceu entre estes dois conjuntos arquitetônicos: moderno e antigo, futuro e passado estavam representados nesses espaços.

Nesse sentido, as obras modernistas, das quais se sobressai o Centro Cívico, representam marcos referenciais de Curitiba e da ação do poder público. Ostentado como o “Maior Centro Cívico da América do Sul”, que somente encontraria semelhança com o de Washington, nos Estados Unidos, o Centro Cívico era a expressão da arquitetura contemporânea e, para aceitação nacional, foi planejado por arquitetos renomados, em geral cariocas ou estabelecidos na capital brasileira. A escolha dos profissionais seguiu o exemplo de São Paulo, que também organizava as comemorações do seu quarto centenário, a ser celebrado em janeiro de 1954.¹¹⁸ Observamos aqui a necessidade de se ter um respaldo dos grandes centros políticos e econômicos do país para a organização do evento dos cem anos do Paraná.

¹¹⁴ POLLAK, op. cit., p.202.

¹¹⁵ KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. **Os rituais do tombamento e a escrita da História**. Curitiba: Editora da UFPR, 2000, p.136.

¹¹⁶ O complexo do Centro Cívico foi dividido em quatro partes: Palácio do Governo e residência do governador; Palácio das Secretarias de Estado, Recebedoria e pagadoria; conjunto do Legislativo formado pelo edifício das Secretarias da Assembléia Legislativa, pelo Plenário da Assembléia e pelo edifício das Comissões especiais; conjunto judiciário, composto pelo Palácio da Justiça, pelo Tribunal do Júri e pelo Tribunal Eleitoral.

¹¹⁸ DUDEQUE. op. cit., p.169.

Sendo assim, a autoria do projeto coube ao arquiteto paranaense, radicado na capital carioca, David Xavier Azambuja e sua equipe, formada pelos cariocas Olavo Redig de Campos e Flávio Amílcar Régis do Nascimento e o quintanista de arquitetura Sérgio Roberto Santos Rodrigues. Ao lado de Azambuja, cada profissional foi responsável pelo projeto de um dos conjuntos arquitetônicos do Centro Cívico.

O engenheiro curitibano Elato Silva, que presidiu a C.E.O.C., também teria influenciado a concepção da obra, ao apresentar a Munhoz da Rocha o estudo que realizara para o governo de São Paulo, em 1942, para a construção e concentração de prédios públicos em uma mesma área.¹¹⁹

Os planos começaram a ser concretizados ao longo de 1951 e 1952. Em 19 de dezembro do ano seguinte, nas comemorações do centenário, as obras encontravam-se ainda inacabadas. Contudo, grande parte das propostas iniciais foi alterada. A equipe inicial fora desfeita e novos profissionais contratados introduziram nelas modificações.¹²⁰

A forte geada ocorrida em 1953, repercutindo na quebra da safra de café, reduziu a arrecadação estadual e selou o destino do Centro Cívico naquele momento. Críticas às obras inconclusas e irregularidades financeiras desgastaram politicamente o governo de Munhoz da Rocha. Com isso, somente as construções em andamento prosseguiram. O Palácio Iguaçu, sede administrativa do Poder Executivo estadual, viria a ser inaugurado em 1954, durante as comemorações dos 101 anos do Paraná. O restante das obras do Centro Cívico se arrastaria por cerca de vinte anos.

Não obstante o grande atraso para a sua conclusão, o Centro Cívico é referência não somente para estudos arquitetônicos, mas também para aqueles que procuram entender o sentimento de modernidade que tomou conta de Curitiba, nos anos 1950. A historiadora Ana Maria Burmester aborda o Centro Cívico da capital sob esse viés, e considera-o como: “...a grande obra simbólica do período, reforçando a idéia de um Paraná grande, rico e centralizado administrativa e politicamente. Atualiza nesse sentido a emancipação política da Comarca, cujo centenário será comemorado com orgulho”.¹²¹

Na prática, no entanto, os benefícios advindos com o Centro Cívico não atingiram sua plenitude. Ele povoou uma área da cidade; economizou gastos orçamentários com

¹¹⁹ GONÇALVES. op. cit., p.91.

¹²⁰ Para conhecimento dos detalhes das alterações arquitetônicas, ver dissertação de Josilena Gonçalves, referenciada neste trabalho.

¹²¹ BURMESTER, Ana Maria. A modernidade paranaense nos anos 1950, alguns aspectos. **Modernidade e arquitetura de Curitiba**: contexto e preservação, p. 8. (Trabalho não publicado)

locações de imóveis para abrigar os órgãos estaduais; utilizou os poucos prédios públicos para abrigar grupos escolares. Em que pese o esforço do governo estadual para edificar um Paraná grandioso, a construção do Centro Cívico não teria modificado o comportamento dos paranaenses. Os gastos com a obra afetaram as verbas destinadas para a abertura de estradas. Os habitantes do norte e do sudoeste do Estado continuaram a se sentir paulistas e gaúchos, e passaram a criticar o excesso de zelo com a capital. Esta ganhou com a chegada de trabalhadores especializados, vindos de outras regiões do Brasil e com a introdução de novos mecanismos na construção civil.

Certos intelectuais, no entanto, viam na transformação urbana de Curitiba, algo além de fachadas lisas e imponentes das construções modernistas. Para a historiadora paranaense Cecília Maria Westphalen que, em 1953, publicou “Pequena história do Paraná”, ao referir-se à construção do Centro Cívico, comentou que esta seria o que de maior se teria feito no setor administrativo no Paraná.¹²²

Além do Centro Cívico, a atenção dirigida ao devir do Paraná, também se estendeu a outros projetos monumentais do centenário, novamente privilegiando a arquitetura moderna, conforme já colocamos. Enquanto o Centro Cívico asseguraria força política e administrativa, ao Estado, como sede desse poder, os prédios da Biblioteca Pública do Paraná e do Teatro Guaíra creditariam um lastro cultural ao Paraná.

A referência à construção da sede da Biblioteca está presente nas primeiras comunicações do governador à Assembléia Legislativa, destacando a necessidade da criação de uma Biblioteca Central do Estado. Embora, no início dos anos 1950, o Paraná prosperasse economicamente, a cultura encontrava-se em situação precária, haja vista a Biblioteca Pública que se encontrava abandonada. Sem sede própria, a instituição, fundada na segunda metade do Oitocentos, contava com 25.000 volumes armazenados em um improvisado depósito.¹²³

O professor Ernani Costa Straube, que estudou a trajetória cultural e administrativa da instituição, relata as diversas leis e decretos que definiram as atribuições da biblioteca, as contratações de um corpo especializado técnico, bem como um levantamento acerca de seu acervo.¹²⁴

¹²² WESTPHALEN, Cecília Maria. **Pequena história do Paraná**. São Paulo, Melhoramentos, 1953, p. 87.

¹²³ MENSAGEM apresentada à Assembléia Legislativa do Estado pelo Senhor Munhoz da Rocha Netto, Governador do Paraná, 1951, p.115.

¹²⁴ COSTA, Ernani Costa. **Biblioteca Pública do Paraná: sua história**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2006.

Nesse momento, ao governador interessava organizar o acervo da biblioteca, bem como a adoção de um plano de ordenamento desse material, que seguisse as modernas técnicas de acondicionamento. A Biblioteca do Paraná planejava estabelecer acordos com o curso de Biblioteconomia da Universidade do Paraná e com a Aliança Francesa que forneceria publicações francesas para ampliação do acervo bibliográfico paranaense.

Sobre esse propósito, percebemos que, assim como a arquitetura procurava estar em consonância com os avanços da época, havia a preocupação em satisfazer as necessidades da cultura regional.¹²⁵ Para isso, Munhoz da Rocha teve que estadualizar um acervo municipal e promulgar uma lei, criando a Biblioteca Pública do Paraná, haja vista que a biblioteca oficial que havia até então, tornara-se municipal, perdendo assim a identidade de órgão do Estado. A construção da sede definitiva da Biblioteca Pública do Paraná permitiria a centralização de toda a cultura produzida pelos paranaenses, materializando a sua história. Nas palavras de Dudeque: “mais que uma construção, a Biblioteca tornaria real a existência da História do Paraná, seria um sulco comum para a “paranidade”, que extinguiria os tormentos que afligiam os paranistas há três décadas, inserindo o Estado nos fluxos culturais do Brasil e do mundo”.¹²⁶

No final da década de 1940, o arquiteto curitibano Romeu Paulo da Costa venceu um concurso público promovido pelo Município para construir a biblioteca. O projeto, entretanto, não foi posto em prática, mas veio a se concretizar anos depois, em vistas às comemorações do centenário de emancipação do Estado. Relembrando que o convite para participar do concurso partiu do engenheiro Elato Silva, a quem conhecera em trabalhos anteriores, Romeu da Costa comenta, em entrevista recente, sobre a dificuldade em idealizar um prédio para abrigar a biblioteca, do qual se tinham apenas noções elementares de seu funcionamento: “A idéia que se tinha era a de que uma biblioteca era uma porção de armários e livros”.¹²⁷ Daí, a importância da colaboração de profissionais de outras partes do país no ordenamento de seu acervo, visto que o curso de Biblioteconomia da Universidade Federal fora recém-criado.

Para a construção da sede da biblioteca, foi escolhido um lugar no centro da cidade, em uma área pertencente ao Estado. Os imóveis que existiam no terreno, então ocupados pelo

¹²⁵ Pretendia-se promover a cultura no interior do Estado por meio de um intercâmbio bibliotecário com coleções ambulantes, biblioteca infantil, biblioteca especializada para atender os estudantes universitários, biblioteca popular para os leigos. Também seriam criadas seções de arquivo, filmoteca, discoteca. Para aprender a gerenciar esse material, técnicos do Paraná seriam enviados para instituições do Rio de Janeiro e de São Paulo.

¹²⁶ DUDEQUE, op. cit., p. 164.

¹²⁷ COSTA, Romeu Paulo da. Entrevista concedida a Marcelo Saldanha Sutil. Curitiba, 06 jun. 2004.

quartel do Corpo de Bombeiros e pelo antigo Teatro São Teodoro, tiveram que ser demolidos para o início das obras.

O trabalho árduo dos operários para erguer o prédio, em oito meses, transformou a região que passou a contar com o movimento frenético de tratores e de caminhões transportando material para a obra. O tempo exíguo para realizá-la fez também com que os projetistas e desenhistas trabalhassem em ritmo acelerado. Entretanto, apesar de todo o empenho dos profissionais, o prédio não foi concluído a tempo para as comemorações. Para incluí-lo nas festividades, na noite de 17 de dezembro de 1953, inaugurou-se uma exposição de livros ofertados à Biblioteca pelas etnias germânica, polonesa, japonesa, italiana, sírio-libanesa e ucraniana. No dia 20 daquele ano, inaugurou-se uma placa em bronze como homenagem dos poloneses com a entrega simbólica dos livros oferecidos pelos seus representantes.¹²⁸ Percebemos, nesse ato, a tentativa do governo de unir o avanço do Paraná, à participação dos imigrantes.

A inauguração efetiva do prédio aconteceria somente em 19 de dezembro do ano seguinte, e contou com a presença de João Café Filho, então presidente da República. Na oportunidade, diversos monumentos localizados no interior da biblioteca foram descerrados. A colaboração dos imigrantes e de seus descendentes foi motivo de destaque.¹²⁹

Desde então, o edifício tornou-se um marco histórico e arquitetônico na paisagem urbana, uma referência cultural para a cidade de Curitiba. Como arquivo centralizador da história do Estado, ele representa o fim de uma tradição de memória. Ele é a expressão do “tempo dos lugares”, testemunha de uma outra era. Seguindo o raciocínio de Nora, sobre a necessidade de se manter “lugares de memória”, é preciso criar arquivos, pois não há mais memória espontânea. O arquivo, portanto, é o resíduo voluntário e organizado de uma memória perdida.¹³⁰

Outro exemplo de arquitetura monumental, o Teatro Guaíra, considerado símbolo do desenvolvimento da capital paranaense, também previsto para ser inaugurado no centenário

¹²⁸ COSTA, op. cit., p.110.

¹²⁹ Juntamente com a placa inaugurativa, foram ofertados o busto de Camões e do cientista Hideo Nogueski, doado pela etnia japonesa. No hall de entrada do edifício, foi colocado um bronze, contendo as figuras em relevo de Frederic Chopin, Marie Curie, Nicolau Copérnico e H. Sienkiewicz, encimadas pelo brasão da Polônia, com placa de bronze e com a inscrição: “A ciência e a arte polonesa em homenagem ao Paraná – 19.12.1953”. Também foi inaugurado outro bronze, retratando Dante Alighieri com a placa: “La Camera de Comercio di Carrara al governo Del Paraná”. O grupo germânico doou um bronze do poeta Ernesto Niemeyer. COSTA, op. cit., p.110.

¹³⁰ NORA. **Entre memória e história...**, op. cit., p.13.

do Paraná, foi inaugurado em sua completude somente em 1974. O início da construção remonta ao início dos anos 1950. Decorrente dos festejos do centenário, a exemplo da Biblioteca Pública e do Centro Cívico, a obra do Teatro estabelece um contraste com o também imponente edifício da Universidade Federal do Paraná, localizado no outro extremo da Praça Santos Andrade. Com isso, podemos considerar que a construção do Teatro teve forte apelo simbólico, na medida em que refletia o progresso da urbe que, com as suas dimensões monumentais e sua arquitetura inovadora, veio consolidar o espaço destinado à cultura, satisfazendo um antigo desejo da sociedade, que carecia de um teatro oficial para receber grandes grupos teatrais.¹³¹

A reivindicação popular encontrou eco em 1948, quando o Estado lançou concurso público para apresentação de projetos de execução do prédio. A escolha recaiu sobre os modelos mais conservadores. A questão persistiu até o começo da década de 1950, quando Munhoz da Rocha decidiu investir no projeto de Rubens Meister, interessado em contribuir para a realização de obras arrojadas para o centenário. Essa atitude do governador causou grande polêmica entre alguns intelectuais da época, que se posicionavam contrários ao estilo moderno do projeto. David Carneiro Filho, defendendo uma construção de arquitetura neocolonial, emitiu um enfático parecer, criticando o projeto moderno do Guaíra.¹³²

A construção do teatro sofreu, no entanto, reveses inesperados. O pequeno auditório foi inaugurado, juntamente com a Biblioteca, em 19 de dezembro de 1954. A escassez de recursos arrastou os trabalhos por mais de uma década. Enquanto isso, eram feitos serviços de manutenção.¹³³

Eis aí um sentido que podemos atribuir às propostas de Munhoz da Rocha para as comemorações do centenário. Diferentemente dos paranistas de outrora, que elegeram como símbolos do Paraná um conjunto de elementos representativos da flora, da geografia, da literatura e da mitologia regionais, o governador imaginou concentrar na arquitetura moderna a unificação do Estado e sua simbologia.¹³⁴ Unificação essa, que ainda estava por acontecer,

¹³¹ O antigo Teatro Guaíra, que antes era denominado “Teatro São Teodoro” ocupava o espaço onde hoje erguem-se os prédios da Biblioteca Pública do Paraná e de uma agência bancária.

¹³² DUDEQUE, op. cit., p.409.

¹³³ Ao final dos anos 1960, a liberação de uma verba significativa possibilitou a continuidade dos trabalhos, que se desenrolaram acelerados. Um incêndio, em abril de 1970, quase pôs fim à construção do Guaíra. Quatro anos depois, o teatro pôde ser finalmente inaugurado. Na fachada, um painel em homenagem à arte de representar, idealizado pelo artista Poty Lazzarotto, completava a edificação.

¹³⁴ DUDEQUE. op. cit., p.163.

haja vista que os habitantes do norte, do oeste e do sudoeste do Paraná, em sua maioria migrantes paulistas e gaúchos, não admitiam Curitiba como sua capital.

Além do que, algumas cidades, como é o caso de Londrina, estavam mais próximas de São Paulo, com quem mantinham relações comerciais, do que da capital do Estado. As maiores facilidades de acesso a São Paulo também contribuiriam para essa situação.¹³⁵ Essas questões eram levadas em consideração em casos emergenciais, como problemas de doenças, ou quando o assunto era o acesso escolar para os filhos. Como esclarece Dudeque: “Curitiba era lembrada como capital apenas quando surgia alguma questão legal sobre as terras ou para amaldiçoar os impostos. Tal sentimento valia para quase todo o norte do Estado e aumentava com a chegada de mais levas de migrantes de outras regiões do país para o eldorado cafeeiro.”¹³⁶ O Paraná, portanto, na idéia de Munhoz da Rocha, deveria investir em estradas e rodovias de modo que elas convergissem para Curitiba, na tentativa de legitimar o sentido de capital que ostentava, título este que, desde o seu recebimento, foi motivo de controvérsias com os demais paranaenses.

Podemos considerar que as construções do Centenário demonstram a tentativa de o Poder Executivo equiparar o Paraná aos grandes centros urbanos do país, daí a ambição pela monumentalidade. Essa intenção memorável que esteve presente na retórica oficial do Estado, durante a organização e o desenrolar das comemorações do centenário, nos remetem à ressalva de Lucrécia D’Alessio Ferrara. Segundo a arquiteta, ao referir-se à cidade memorável, deve-se ter em mente que os elementos memoráveis da cidade não nos são dados, mas criados, e a cidade memorável não existe por si só, necessita ser construída.¹³⁷ Essa memorialística do passado, utilizando-nos da expressão colocada por Ferrara, autorizada pela lembrança oficial, são instrumentos eficazes para se fabricar uma memória histórica. Tornam-se parte de um passado institucionalizado, que se reconfigura por meio das solenidades, das personagens, dos lugares distinguidos pelo acontecimento. Integrada a essa idéia, estaria Curitiba que, para o centenário, se tornara um “lugar de memória”.

¹³⁵ Dudeque cita a ferrovia com seus entroncamentos, que permitia várias formas de viagem a São Paulo, enquanto que para Curitiba, o caminho da estrada de ferro era muito longo e sinuoso. Da mesma forma, transitar pelo sistema viário, seria infinitamente mais penoso para quem se dirigia à capital do Paraná, que deveria utilizar a Estrada do Cerne, intransitável em dias de chuva. Ibid, p. 167.

¹³⁶ Id.

¹³⁷ FERRARA, op. cit., p. 147.

4.4 Exposição Internacional do Café e Grande Feira de Curitiba: uma apoteose ao café

Eleger uma razão central para as comemorações centenárias, que conferisse visibilidade nacional e internacional ao Paraná, teria sido um dos motivos que incentivaram Munhoz da Rocha a idealizar e a realizar um congresso mundial e uma Exposição Internacional do café, além de uma feira de produtos fabricados em Curitiba. Acreditava o governador do Estado que, associando as comemorações a um dos principais produtos de exportação do país, estaria notabilizando o Estado.

Valendo-se da imprensa, Munhoz da Rocha argumentava a respeito da internacionalidade do acontecimento:

Sentíamos, porém, que as iniciativas vinham tendo um sentido regional e que para projetar o Paraná fora das fronteiras nacionais, fazia-se necessário uma empreitada de interesse geral e fundamentada na realidade econômica que hoje enfrentamos. Por essa razão, decidimos promover um congresso mundial do café, que será o segundo a realizar-se com esse caráter, e que debaterá todos os problemas atinentes à economia da rubiácea.¹³⁸

A tradição de organizar exposições para apresentar um ou mais produtos elaborados ou cultivados por uma determinada região remonta a meados do século XIX. Dentro dessa proposta, tiveram início as “exposições universais” – grandes exibições de produtos e mercadorias geradas pelo desenvolvimento das indústrias na Europa.¹³⁹ Nessas ocasiões, procuravam-se divulgar os avanços técnicos e o progresso de uma região ou de um país.

Segundo a historiadora Sandra J. Pesavento, que estuda o tema enquanto espetáculos de modernidade, esses espaços sintetizavam e exteriorizavam a modernidade dos “novos tempos” e serviam como uma vitrine de exibição de inventos e mercadorias.¹⁴⁰ O historiador Francisco Foot Hardman, que também analisa a questão da modernidade, descreve as “exposições universais” como feiras anuais, onde “máquinas, inventos, mercadorias de vários países industrializados, eram expostas cada ano em uma parte do mundo”.¹⁴¹ A primeira delas, ocorreu em Londres, em 1851, atraindo outros países nos anos seguintes. Eventos dessa

¹³⁸ A DIVULGAÇÃO. Curitiba: Velox Propagadora, 7 ago. 1952, p.4.

¹³⁹ CARNEIRO, op. cit., p.21.

¹⁴⁰ PESAVENTO, Sandra J. **Exposições universais: espetáculos da modernidade do século XIX**. São Paulo; HUCITEC, 1987, p.14.

¹⁴¹ HARDMAN, Francisco Foot. **Trem fantasma: a modernidade na selva**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1988.

magnitude ultrapassavam as meras transações comerciais. Eles apresentavam-se como manifestações internacionais, reunindo países industrializados, países recém independentes e territórios coloniais.¹⁴²

O Paraná já vinha participando de exposições internacionais, desde meados do século XIX, expondo então o seu maior produto, a erva-mate e o pinheiro também, na tentativa de conquistar outros mercados. Das exposições nacionais, o Paraná participou da exposição do Rio de Janeiro, em 1908. No catálogo elaborado para o evento, estavam incluídos recursos naturais e industriais incluindo, materiais de marcenaria, artigos para pesca e navegação também faziam parte dos produtos a serem expostos.

O planejamento da exposição do café, a cargo da Comissão das Comemorações do Centenário do Paraná, teria o mesmo objetivo das grandes exposições universais. Levando em conta as exposições como acontecimentos relevantes para a afirmação de uma identidade, seja regional, nacional ou internacional, e como espaços expressivos para a apresentação do desenvolvimento de uma “nação” ou “região”, é que podemos entender a Exposição do Café. Curitiba havia sediado uma exposição em homenagem ao Paraná, quando o Estado comemorou seu cinquentenário, em 19 de dezembro de 1903. O local escolhido foi a Praça Eufrásio Correia, que recebera os primeiros melhoramentos em razão da exposição.¹⁴³ O evento também pretendia promover a preparação oficial da representação de produtos para a Exposição Universal de Saint-Louis, nos Estados Unidos, e inventariar as riquezas naturais, industriais e artísticas paranaenses.

No início do século XX, era a erva-mate o produto que impulsionava o desenvolvimento do Estado e entusiasmava intelectuais e governantes a propagarem o seu progresso. Uma notícia publicada pelo jornal “A República,” de 1903, indicava a finalidade da exposição:

As exposições tendem hoje a tornar-se universais, e, mais ainda, permanentes. Dos produtos expostos nesta Capital a 19 de Dezembro, uns seguirão caminho do estrangeiro, onde, não para confrontos, mas para prova da nossa capacidade, nos firmaremos como força que age, independentemente já em várias esferas de concurso estranho; outros aqui permanecerão, atestando

¹⁴² BARBUY, Heloisa. O Brasil vai a Paris em 1889: um lugar na exposição Universal. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo: N. Série, v.4, p.211, jan./dez. 1996.

¹⁴³ A Praça Eufrásio Correia, atualmente está localizada entre dois marcos arquitetônicos, a antiga estação ferroviária e o prédio ocupado pela Câmara Municipal. Até 1903 a área da praça resumia-se a um descampado. Para a exposição, ela foi revestida com pedregulhos, cercada e embelezada. Promovido pela Sociedade Estadual de Agricultura, o evento reuniu representantes de diversos municípios do Estado, que trouxeram os mais variados produtos para a exposição.

a nossa útil influência na prosperidade nacional, até que bem patente fique aos olhos do país que o Paraná de hoje é um mundo novo, capaz de honrar a coletividade brasileira em qualquer manifestação prática e intelectual de sua atividade.¹⁴⁴

Um dos organizadores do evento, Otávio do Amaral, soube resumir o significado das exposições, significado esse atemporal, pois também pode ser aplicado a outras exposições de outras épocas. Diz Amaral:

As exposições são o relógio do progresso: registram o adiantamento do mundo; estimulam a energia, a iniciativa e a inteligência dos povos, acelerando a marcha do engenho humano, penetram nos lares; concorrem para tornar mais ampla e mais fácil a vida diária do povo; fornecem mananciais ubérrimos à investigação dos homens estudiosos; e não há exposição, grande ou pequena, que não traga um contingente qualquer ao progresso.¹⁴⁵

Da exposição, restaram vestígios: medalhas, fotografias, registros escritos, que hoje integram a história do Paraná. Esses objetos, ao serem manipulados pelo historiador, evidenciam que a necessidade de memória é uma necessidade da história, ainda que transformada.¹⁴⁶

Com o decorrer do tempo, o Paraná continuou participando e organizando exposições, em geral, promovendo o poder vigente. Na década de 1940, aconteceram as “Grandes Exposições de Curitiba” na Praça Rui Barbosa. A primeira, aberta em 19 de abril de 1942, data de aniversário de Getúlio Vargas, também comemorava o décimo aniversário da administração do interventor Manoel Ribas. Concebida nos padrões modernos, apresentava “um vasto conjunto de amostras e principalmente informações estatísticas do progresso do Estado em todos os rumos de nossa atividade administrativa”.¹⁴⁷ Pavilhões e pórtico de entrada expressavam a monumentalidade exigida pela arquitetura da época. Decorando o ambiente, o pinheiro do Paraná, apareceu estilizado no mastro metálico em que era hasteada a Bandeira Nacional.¹⁴⁸ No ano seguinte, realizou-se na mesma praça, a exposição alusiva ao

¹⁴⁴ A REPÚBLICA. Curitiba, 17 out. 1903, v.18, n. 234, p. 1.

¹⁴⁵ A EXPOSIÇÃO do cinquentenário. Curitiba, Impressora paranaense, 1905, p. 71.

¹⁴⁶ NORA, op.cit., p.14.

¹⁴⁷ MARTINS, Romário. Histórico das principais exposições no Paraná. **Expansão Econômica**. Curitiba, 1942, v. 7, n. 70/71, p.31.

¹⁴⁸ Ibid, p. 25.

250º aniversário de fundação de Curitiba. Países de diversos continentes também participaram do evento, patrocinado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Durante o Estado Novo, se tentou promover uma aproximação entre o poder público e o trabalhador. As comemorações oficiais consistiam em uma das estratégias utilizadas pelo Estado Novo para aproximar-se da população e assim procurar legitimar sua autoridade. É a idéia do “tempo festivo”, em que os rituais eram momentos de expressão de poder. No caso do Paraná, Manoel Ribas soube utilizar-se dessas encenações para firmar-se no governo, no qual permaneceu por treze anos. As Grandes Exposições, realizadas na capital, enquanto era interventor, representavam oportunidades privilegiadas para a ritualização da figura pública de Manoel Ribas.

No Paraná dos anos 1950, percebemos como o café tornou-se o mote primordial das comemorações, e movimentou a exportação do produto. Fabricantes de implementos agrícolas, de adubos, de vasilhames, ou seja, de uma infinidade de mercadorias industriais e comerciais, provavelmente, se interessariam pela Exposição e pelas transações que poderiam efetuar durante o evento. Discussões sobre os problemas inerentes ao cultivo da planta representavam uma tentativa de fomentar debates em torno do café.

Uma das estratégias empregadas por Munhoz da Rocha para o sucesso do empreendimento foi cercar-se de pessoas e técnicos renomados, do Paraná e de outras localidades do país. É dessa forma que podemos entender o apoio solicitado ao então governador de São Paulo, Lucas Nogueira Garcez, uma vez que a capital paulista estava em vias de comemorar quatrocentos anos, em janeiro de 1954, e haveria a possibilidade de se fazer um entrosamento entre os dois festejos. Ao afamado diplomata Sebastião Sampaio foi entregue a direção do evento.¹⁴⁹ J. L. Fróes Arantes, técnico que atuara em diversas exposições e feiras pelo país, foi contratado para administrar as atividades dos vários setores da Exposição do Café e da Feira de Curitiba.¹⁵⁰

Onze pavilhões foram projetados em estilo moderno pelo arquiteto David Azambuja, no Bairro Tarumã, em uma área adquirida pelo governo estadual do Jockey Clube do Paraná, em 1952.¹⁵¹ Com a exposição, a região pôde contar com importante via de acesso, a Avenida

¹⁴⁹ Diplomata de carreira, aposentado, Sampaio ocupara diversos cargos no exterior, como o de embaixador do Brasil no México e no Equador, além de ser o fundador do Conselho Federal do Comércio Exterior e profundo conhecedor da cafeicultura.

¹⁵⁰ REVISTA DA GUAÍRA. Curitiba, out. 1953, p. 67-69.

¹⁵¹ Com o término da exposição, em março de 1954, e o caráter transitório atribuído aos seus pavilhões, Flora Munhoz, esposa de Bento, mobilizou-se para transformar o terreno e as construções remanescentes, na

Victor Ferreira do Amaral, construída especialmente para o acontecimento, fazendo a ligação até a BR-2, atual BR-116.

A arquiteta Josilena Gonçalves preocupou-se em detalhar minuciosamente o aspecto monumental dos pavilhões e suas técnicas construtivas. Desse material arquitetônico, destacamos o monumento escolhido como símbolo da exposição: um elemento de base cilíndrica de concreto que sustentava uma estrutura metálica, sobre a qual foi colocada uma forma oval de concreto. Podemos considerar, nesse caso, o encontro entre a modernidade, expressa na arquitetura da exposição, e o motor que a impulsionava, o café. Esse monumento foi reproduzido em diversos objetos comemorativos da exposição, como, por exemplo, nas medalhas cunhadas especialmente para o evento.

A Administração Federal dos Correios e Telégrafos confeccionou selos comemorativos, para a Exposição Internacional do Café e da reprodução de retratos do primeiro presidente da Província, Zacarias de Góes e Vasconcelos e do governador do Centenário, Munhoz da Rocha.¹⁵²

FIGURA 11- MEDALHAS ALUSIVAS À EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL DO CAFÉ



Note-se a reprodução dos pavilhões construídos em estilo modernista para o evento. Na medalha da direita, aparece o monumento símbolo da exposição, de base cilíndrica que sustentava uma estrutura

“Cidade dos Meninos”, uma casa de assistência aos menores carentes. Rubens Meister foi chamado para estudar as adaptações necessárias. A escola foi inaugurada em 1955 e ocupada por meninos de Campo Comprido. A gestão seguinte, de Moysés Lupion (1956-1961), contudo, acabou por dissolver o educandário. Em 1958, foi construído o Colégio Militar do Paraná, e reordenados os antigos pavilhões da exposição. O Ginásio de Desportos do Tarumã também permanece como referencial do acontecimento. Embora, se pretendesse concluí-lo a tempo das comemorações de 1953, para ocupá-lo com competições esportivas, sua finalização foi adiada por alguns anos.

¹⁵² A DIVULGAÇÃO. Curitiba: Velox Propagadora, ago 1953, v.6, p.23.

metálica, sobre a qual foi colocada uma forma oval de concreto. FOTÓGRAFO: Fernando Augusto.
FONTE: Acervo do Museu Paranaense

A organização do certame coube ao artista Poty Lazzarotto, auxiliar da comissão das Comemorações do Centenário. Na exposição, o expectador teria toda sorte de informações acerca do produto, desde a história do café, os cuidados no plantio, informações sobre os negócios de importação e exportação, máquinas agrícolas utilizadas em seu cultivo. Um dos pavilhões era reservado somente para a degustação da bebida, servida segundo os mais variados hábitos regionais.

A internacionalidade aplicada à exposição teria garantido a adesão de países de vários continentes, que negociavam o café com o Brasil.¹⁵³ Também seriam convidadas para a exposição, grandes firmas importadoras americanas e representantes das máquinas utilizadas no beneficiamento do café. Simultaneamente à atração de estrangeiros ao Paraná, a presença do elemento nacional também era suscitada. Sobre esse assunto, em entrevista à imprensa, o embaixador Sampaio comentou: “Queremos que a Exposição do Café seja uma parada de brasilidade e para isto realizaremos solenidades que reunirão no Paraná, representações de todos os municípios cafeeiros do Brasil”.¹⁵⁴ Para reforçar a anuência nacional, o principal stand do certame abrigaria bandeiras de todos os Estados produtores de café.

A tentativa de Munhoz da Rocha e dos demais envolvidos na preparação da Exposição do café procurava consolidar o Paraná como centro de produção cafeeira e, com isso, promover o avanço econômico do Estado. Dentro da idéia de projetá-lo nacionalmente como um território promissor, estava o elemento humano a quem se poderia conceder o tributo do progresso que ora se vivenciava. Valores como o trabalho agrícola e a participação do homem paranaense, no desenvolvimento de sua região e do país, eram simbolizados pelo café.

A exposição também abrigaria a Grande Feira de Curitiba, na qual estariam expostos produtos dos setores comerciais e industriais da capital. Não foi sem propósito que o local escolhido foi o Tarumã para sediar o evento. Provavelmente havia o interesse do governo em atrair investidores para a região que, após o evento, passou a ser valorizada.

¹⁵³ Horácio Cintra Leite, então delegado do Brasil no Bureau Pan-Americano de Café de Nova York e Presidente do Conselho Executivo desse órgão, comunicou aos organizadores da exposição, a participação de membros dos cerca de doze países produtores de café na América Latina.

¹⁵⁴ A DIVULGAÇÃO. Curitiba: out. 1952. p. 14-15.

Ao enfatizar a sua produção, seja agrícola, industrial ou cultural, cada região ressalta sua especificidade e características que lhe são inerentes. Na exposição do café, por exemplo, podemos buscar alguns desses elementos. A história estadual seria heroicizada pelo homem paranaense que labutava na terra. No brasão do Paraná, a figura do ceifador que ara a terra, circundado por ramos de mate e de pinho, então os principais produtos cultivados, exprimia a aptidão agrícola do Estado. Esse brasão foi esculpido pelo artista Leopoldo Haar¹⁵⁵, especialmente para figurar na Exposição. Nesse caso, embora o governo quisesse deixar impresso o café como elemento representativo do Paraná, a erva-mate e o pinho permaneciam como símbolos estaduais, como atesta o brasão estadual até os dias de hoje.

A apoteose ao café era perfeitamente justificável naquele momento. A fotografia de Getúlio Vargas e Munhoz da Rocha, ambos saboreando a bebida, foi veiculada em meios de comunicação, como na revista “Ilustração Brasileira,” que destacou a imagem na edição comemorativa do Centenário do Paraná, em dezembro de 1953. Ao relatar a saga dos desbravadores do norte do Estado, onde estava a terra fértil para o cultivo do café, os organizadores da revista demonstram a intenção de incluir as cidades do interior naquele momento memorativo.

Ao longo das páginas da revista, artigos ostentando manchetes como “Norte do Paraná: esse assombro de riqueza e de progresso!”, de autoria de Barbosa Pupo, procuravam delinear o impulso dado à economia cafeeira por meio de movimentos migratórios vindos de outros estados. Fazendeiros paulistas e mineiros, que se aventuraram nas terras do sertão paranaense, são referenciados como os “verdadeiros descobridores do Norte do Paraná, em cujas terras roxas fertilíssimas, abriram fazendas e plantaram a árvore dadivosa do café”.¹⁵⁶ Ao discorrer sobre o desenvolvimento da região, o plano de colonização implantado por Companhias de terras, a fundação de vários centros urbanos e o aumento demográfico, Pupo credita à “Cafelândia” paranaense o incremento do interior do Paraná.

O I Congresso Mundial do Café realizou-se em Curitiba, entre 14 a 21 de janeiro de 1954. Participaram trinta e quatro delegações estrangeiras, representantes dos maiores

¹⁵⁵ O polonês Leopoldo Haar chegou ao Brasil em 1946, e foi trabalhar como paginador na Revista do Globo, em Porto Alegre. Posteriormente, abriu um estúdio fotográfico, no Paraná, junto com seu irmão Zigmund. Em 1950, em São Paulo, empregou-se em agências publicitárias. No ano seguinte, lecionou no Instituto de Arte Contemporânea do MASP e ingressou no “Grupo Ruptura,” considerado o primeiro movimento organizado de arte concreta da capital paulista. Projetou várias vitrines e estandes para a Exposição do Café, no 1º Centenário do Paraná, em 1953. Faleceu em São Paulo, um ano mais tarde.

¹⁵⁶ BARBOSA PUPO. Norte do Paraná: esse assombro de riqueza e de progresso! **Ilustração Brasileira...**, op. cit, p.101.

produtores e importadores de café que, durante esse período, visitaram plantações do norte do Paraná e o Porto de Paranaguá.

A exposição e todo seu aparato administrativo tiveram como base os lucros com a economia cafeeira, vindos do norte do Paraná. Nessa parte do Estado, entretanto, ignoravam-se as veleidades propagadas pelo Centenário na capital. Ali, imperavam as disputas de terras e a desagregação social, em uma terra despreparada para receber a numerosa mão-de-obra que se instalava na região.

4.5 Comemorando o Centenário do Paraná

As grandes celebrações, como procuramos demonstrar até o momento, transformam-se em ocasiões em que o poder constituído se utiliza para preservar determinados episódios da história nacional, ou, no caso de que estamos tratando, momentos da história regional. Constatamos que as festividades tiveram início em 29 de agosto de 1953, quando se rememorou a Lei nº 704, que converteu a 5ª Comarca de São Paulo em Província do Paraná. Hasteamento de bandeiras em praça pública, discursos, celebrações religiosas, inauguração de placas, marcaram o dia 29 de agosto daquele ano. Observamos que as placas comemorativas inauguradas na oportunidade denunciam mudanças em suas concepções. Não obstante persistissem placas com motivos alusivos ao movimento paranista, como o mate e o pinho, algumas já se apresentavam com superfícies lisas e despojadas de ornamentos, mais condizente com o estilo moderno da arquitetura que estava tentando firmar-se no Paraná.

A principal homenagem aconteceu no prédio então ocupado pela Assembléia Legislativa, hoje sede da Câmara Municipal de Curitiba, que foi ornamentada com símbolos estaduais, esculturas e placas (em bronze), alusivas à data. Uma placa comemorativa reproduzindo os debates parlamentares pela criação da Província do Paraná, de autoria do escultor Leonardo Lima, foi fixada no gabinete do presidente da Assembléia. Ali Munhoz da Rocha deu início à série de discursos que viriam consolidar as comemorações do centenário do Paraná, como um dos grandes acontecimentos da história estadual no século XX.

A tônica da festividade ficava evidente desde o início, quando, em seu pronunciamento, o governador sugeria: “O dia 29 de agosto nos deve ser ainda mais grato que o 19 de dezembro, porque representa o dia da nossa vitória”.¹⁵⁷ É, portanto, com a intenção de

¹⁵⁷ O CENTENÁRIO da Lei Imperial n. 704 de 29-8-53, que criou a Província do Paraná. **Ilustração Brasileira...**, op. cit., p. 92.

celebrar o “dia da vitória” que foi organizada a programação alusiva ao dia 29 de agosto de 1953. Em seu discurso, é possível encontrar indícios dos temas que norteariam as comemorações da emancipação política alguns meses mais tarde. Conclamando a sua geração a dar ao “território paranaense” o seu significado, a fala de Munhoz da Rocha está repleta de elogios à força do torrão natal. Aludindo às levas de migrantes que adentravam o Estado, exaltava: “... só há pouco a Nação descobriu o Paraná e toda a sua plenitude, e está ajudando a sua expansão, está auxiliando a sua afirmação definitiva com as correntes que para aqui convergem como para um mundo novo, do pioneirismo irresistível”.¹⁵⁸

Nas palavras do governador, era como se o Paraná iniciasse uma nova fase que o consagraria em nível nacional, uma indicação de que a crise identitária paranaense deixa de ser provinciana e pretende ser pensada em relação ao Brasil como um todo. De fato, as referências à aceitação nacional são frequentes nesse seu primeiro discurso comemorativo. A expansão econômica advinda com a cultura do café estaria colocando o Paraná em posição de vanguarda no país. Munhoz da Rocha também destaca a assimilação dos europeus ao núcleo populacional brasileiro, incrementada pelo Paraná, bem como a participação do Estado na consolidação das fronteiras territoriais brasileiras, ameaçadas pelos países vizinhos.

O convite a Getúlio Vargas, então presidente da República, para presidir os festejos do dia 19 de dezembro demonstra a ênfase que se quis imprimir às comemorações. A chegada da autoridade máxima brasileira, um dia antes, movimentou Curitiba e arredores, indicando à população que algo singular acontecia na capital. A presença de Vargas serviria para endossar as manifestações de júbilo que governantes e a imprensa da época construíram em torno do Estado e de seu “futuro glorioso”.

Um dos primeiros compromissos do presidente, ainda no dia 18, foi uma homenagem ao primeiro Presidente da Província do Paraná, Zacarias de Góes e Vasconcelos. A solenidade, na praça que tem o nome do estadista – Praça Zacarias – no centro da capital, ocorreu junto ao monumento feito em sua honra.¹⁵⁹ Em torno dele, foi reproduzido um mapa do Paraná, com flores contendo sua divisão administrativa. Nessa divisão, um olhar mais atento poderia observar o oeste paranaense ainda por ser povoado, uma das ambições do governador Munhoz da Rocha. Ao pé do monumento, Vargas e representantes do Exército, da Marinha e do Estado da Bahia, de onde era natural Zacarias de Vasconcelos, depositaram

¹⁵⁸ Id.

¹⁵⁹ O monumento foi executado pelo artista Roberto Lacombe e colocado na praça, em 19 de dezembro de 1915, quando o Paraná festejou sessenta e dois anos de emancipação.

coroas de flores, num gesto simbólico.¹⁶⁰ Novamente percebemos a tentativa de conciliar o passado do Paraná (homenagem a Zacarias), com o momento de euforia que o estado vivenciava (mapa do Paraná e o avanço do povoamento).

FIGURA 12 - MONUMENTO A ZACARIAS DE VASCONCELOS



Monumento ornamentado com o mapa do Paraná e seus municípios. FONTE: Revista Ilustração Brasileira, 1953 pertencente ao acervo da Casa da Memória/ DPC/FCC

Ocorreu ainda, nesse dia, um grande desfile de escolares, escoteiros, com a participação de diversas etnias.¹⁶¹ Ao final da tarde, inaugurou-se o edifício novo do Grupo Escolar Tiradentes, ao lado da Praça 19 de Dezembro e uma das obras projetadas pela CEOC para o Centenário. À noite, um “festival artístico” e um baile na Sociedade Rio Branco foram promovidos pela etnia germânica. Uma recepção oficial do Centenário, no Clube Curitibano, e oferecida pelo Governo do Estado às autoridades e à sociedade paranaense selou o dia.

Uma série de inaugurações e de espetáculos assinalou as comemorações que se estenderam até o final do mês. Dentre os eventos, destacamos a entrega solene, aos paranaenses, do “Monumento do Centenário”, um imenso obelisco, encimado por um escudo

¹⁶⁰ ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA..., op. cit., p.199.

¹⁶¹ A concentração dos integrantes do desfile partiu da Rua Barão do Serro Azul e Avenida João Gualberto para a Avenida João Pessoa, hoje Luís Xavier.

do Paraná em baixo-relevo, localizado na praça, que há muito homenageava a data histórica, que ora se rememorava – Praça 19 de Dezembro – a Praça do Centenário. De autoria do artista curitibano Erbo Stenzel¹⁶² e do paulista radicado no Rio de Janeiro, Humberto Cozzo¹⁶³, a obra, arrojada para a época, atendia aos anseios do governador Munhoz da Rocha, expressando monumentalidade no alto de seus quarenta metros.¹⁶⁴

Os monumentos da praça foram planejados por Stenzel. Em abril de 1953 já havia assinado o contrato para o começo da obra. Antes disso, porém, o escultor teve que convencer Munhoz da Rocha a alterar sua concepção sobre o “Monumento do Centenário de Curitiba”. Embora não aplicada, a proposta do governador é reveladora na medida em que fornece indícios de suas intenções. Era sua intenção: ordenar no Centro Cívico um conjunto de vinte e uma estátuas com configuração humana, as quais representariam os estados brasileiros, tendo à frente a estátua de um jovem, dando um passo adiante das demais, significando o Paraná. Esses monumentos fariam parte de um grupo maior projetado para o Centro Cívico, que incluiria um obelisco e um espelho d’água, à direita do Palácio Iguaçu, sede do governo estadual, e uma escultura representando a Justiça, que ficaria em frente ao Tribunal de Justiça.

Analisando essas propostas, a professora paranaense Cassiana Lícia de Lacerda, autora de diversos textos, enfocando a Praça 19 e seus monumentos, ressalta que Stenzel teria levantado diversas questões conceituais que inviabilizariam o projeto. O artista chegou a propor outros projetos a Munhoz da Rocha, como o de colocar somente a estátua referente ao Paraná, em frente ao Palácio do governo, o que não foi aceito. Para Lacerda:

o fato é que o monumento teria seu simbolismo comprometido, bem como o caráter majestoso dos monumentos ficaria reduzido, caso fossem inseridos na praça do Centro Cívico. Também a sua idéia de situar os monumentos no meio da Rua Cândido de Abreu fora rejeitada. Certamente aquela rua não é um largo boulevard de Haussmann, e a interferência criada pela inserção dos monumentos no centro daquela rua traria transtornos no espaço urbano, além de prejuízos de escala.¹⁶⁵

¹⁶² Erbo Stenzel nasceu em Curitiba, em 17 de dezembro de 1911 e morreu nessa mesma cidade em 1980. Estudou com o artista Lange de Morretes, que fazia parte do grupo paranista juntamente com João Turin. Por influência de Turin, dedicou-se à escultura. Faleceu em 1980.

¹⁶³ Formado pelo Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, Humberto Cozzo, à época do Centenário do Paraná era um artista renomado que realizara diversas obras postas em espaços públicos, como o monumento a José de Alencar, em Fortaleza. Faleceu em São Paulo, em 1981, aos 81 anos de idade.

¹⁶⁴ Há controvérsias quanto à autoria desse monumento. Alguns estudiosos atribuem a obra ao escultor Franz Hohenhe, pois Cozzo teria feito apenas o brasão do Paraná.

¹⁶⁵ LACERDA, Cassiana Lícia de. A praça e seus símbolos II. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 28 fev. 2003.

Ao mencionar a instalação das estátuas na Avenida Cândido de Abreu, Lacerda se refere à idéia de Stenzel em colocá-las no meio da avenida, em uma espécie de canteiro central. A solução encontrada, com a anuência do governador, foi transformar o espaço da Praça 19 de Dezembro para abrigar esses monumentos.¹⁶⁶

Embora também estivessem previstos outros monumentos para a inauguração do logradouro, somente o obelisco foi concluído a tempo. O imprevisto da inauguração, as críticas a não conclusão do conjunto escultórico repercutiram na imprensa. O jornal Gazeta do Povo, de 18 de dezembro de 1953, assim se manifestou: “Ali, em frente ao Passeio Público, onde deveria ser encontrado, pelos visitantes, o Monumento do centenário, aquele caixote enorme, em forma de obelisco, rodeado por uma confusão de lama, gramado e pedras soltas.” As obras inacabadas demorariam dois anos para serem finalizadas, e gerariam muita polêmica entre os artistas e a população, quando inseridas na praça.¹⁶⁷

Além do obelisco, fora projetado um painel na forma de biombo, voltado para o logradouro, em baixo-relevo, em granito, retratando várias cenas alusivas aos então considerados ciclos econômicos do Estado (extrativismo, colonização, ciclo do trigo, da erva-mate, do café), e destacando o processo de ocupação do Estado por índios, bandeirantes, trabalhadores em geral. Na última cena do painel, vê-se a imagem do símbolo de toda a pujança que então se comemorava, sacas de café empilhadas indicando a abundância do produto.

FIGURA 13 - PAINEL DE ERBO STENZEL E HUMBERTO COZZO

¹⁶⁶ Até então na área da Praça 19 de Dezembro, funcionara um mercado municipal e a Escola Alemã. No início dos anos de 1940, com a reurbanização da cidade prevista no Plano Agache, a qual incluía a criação de um Centro Cívico no final da Avenida Cândido de Abreu e o alargamento da Barão do Serro Azul, a escola foi demolida.

¹⁶⁷ A participação de Cozzo, entretanto, não se limitou à execução das obras. Em consulta às correspondências mantidas entre Cozzo e Stenzel, no período de 1953 e 1955, período esse, em que foram concretizadas todas as peças decorativas do logradouro, é possível perceber a interferência de Cozzo no resultado final dos objetos.



O painel retrata os ciclos econômicos do Paraná. FONTE: Acervo da Casa da Memória/DPC/FCC

No verso do baixo-relevo foi confeccionado outro painel, de autoria de Poty Lazzarotto, em azulejo, representando a evolução política do Estado. A socióloga Sônia Maria Lourenço, estudiosa da produção artística de Poty, descreve minuciosamente as sete cenas que compõem a obra, e destaca que, por ser o primeiro mural criado para Curitiba, o autor preocupou-se em estabelecer uma narrativa dos acontecimentos que se desenrolaram na região, culminando com a instalação da província, pelo presidente Zacarias.¹⁶⁸

Podemos considerar que a memória reproduzida nos painéis nos remete às origens e ao trabalho do povo paranaense. Dos temas tratados, destaca-se o café, naquele momento, a maior riqueza do Estado.

Dessa forma, sua simbologia se reforça, se considerarmos que ela foi encomendada para ser parte integrante do conjunto de monumentos da praça, ao lado da estátua do homem nu que, por sua vez, estaria simbolizando um novo Paraná. Enquanto os painéis retratavam a história da formação e evolução do estado, abordando a questão da emancipação, que afinal era o que se estava comemorando naquele momento, e os diversos ciclos econômicos que teriam feito o Paraná prosperar, a estátua do homem nu e o obelisco fariam a alusão ao moderno, às vistas para o progresso. Com efeito, a estátua simbolizava o Paraná,

¹⁶⁸ Nas cenas descritas por Lourenço, aparecem: 1ª cena: garimpeiros explorando o cascalho dos rios com suas bateias; 2ª cena: jesuítas catequizando os índios; 3ª cena: bandeirante a cavalo; 4ª cena: reunião entre cinco homens e a figura de um índio entre eles. Seria o início da exploração do território paranaense. Ao fundo, aparecem pinheiros e homens transportando uma tora de pinheiro. Mais ao fundo, uma igreja e quatro casas representando o início da formação de Curitiba; 5ª cena: tropeirismo; 6ª cena: alusão à navegação fluvial; 7ª cena: a instalação da província. Na cena, há a alusão ao imigrante trabalhador: mulheres com lenço na cabeça e vestido longo, homem com chapéu na mão e segurando uma foice. LOURENÇO, Sônia Maria. **Imagens da cidade na obra monumental de Poty**. Curitiba, 1999, Universidade Federal do Paraná, Departamento de Ciências Sociais, p.93-96. Monografia.

independente da Província de São Paulo, dando um passo à frente (como se estivesse na vanguarda dos demais estados) e, simbolicamente voltada para o oeste, considerado o Eldorado paranaense.¹⁶⁹

FIGURA 14 - PAINEL DE POTY LAZZAROTTO



O painel simbolizando o desenvolvimento político paranaense. FONTE: Acervo da Casa da Memória/DPC/FCC

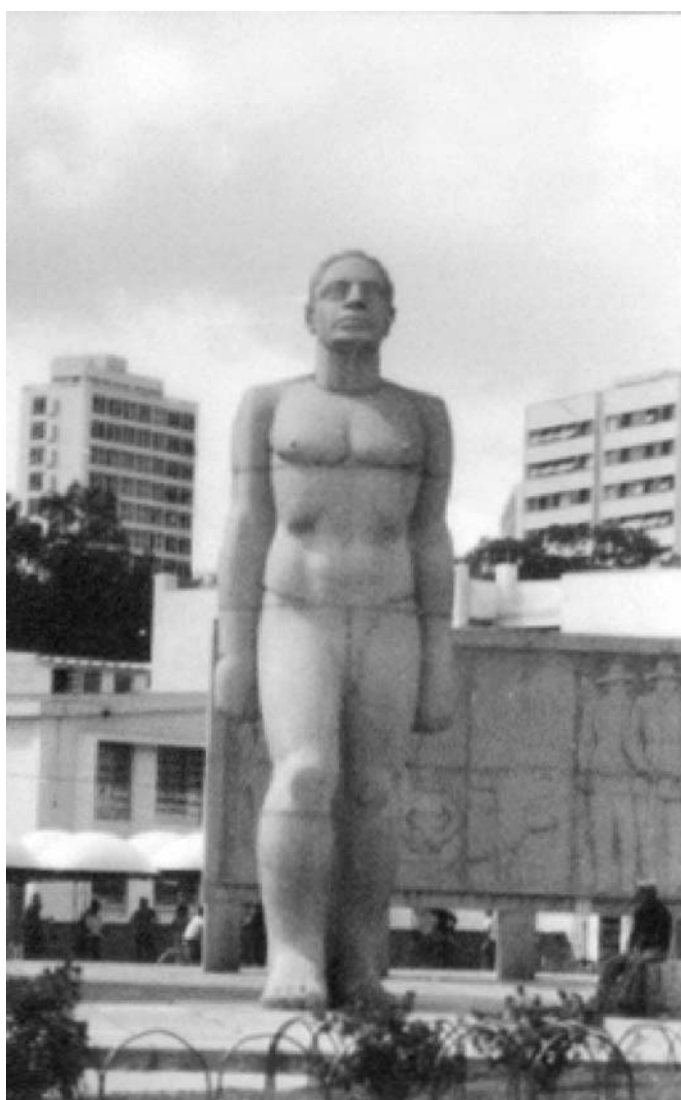
Com esses painéis, emblematicamente unidos, estaria reproduzida a memória sobre a ocupação e o gerenciamento administrativo da ocupação do Paraná. Compondo o conjunto de monumentos da praça, havia ainda uma controvertida estátua de 8m: o “homem nu”.

Esse monumento não foi bem aceito pela população e por parte da intelectualidade local, que se manifestava pelos jornais, acompanhada por manchetes contestadoras e preconceituosas, exigindo a retirada da estátua da praça.¹⁷⁰ Das muitas críticas recebidas, a

¹⁶⁹ A instalação do homem nu na praça exigiu o trabalho de cinco homens e foi supervisionada pelo mestre-de-obras Erick Wissen. Ele conta que cada um dos blocos de pedra em que se esculpíram as pernas, o tronco e a cabeça da estátua foi trazido do Rio de Janeiro em um caminhão que vinha pela antiga Estrada da Ribeira.

mais enfática foi a de que a obra havia sido feita por um artista que não era da terra, referindo-se a Cozzo, o qual teria retratado um homem de traços negros, criando assim uma “absurda interpretação do homem do Paraná do século XX”.¹⁷¹

FIGURA 15 - ESTÁTUA DO HOMEM NU



Na Praça 19 de Dezembro, em Curitiba, estátua do homem nu. FONTE: Acervo da Casa da Memória/DPC/FCC

¹⁷⁰ BAHLS, Aparecida Vaz da Silva. Símbolos e monumentos: as comemorações de emancipação política do Paraná nos logradouros de Curitiba. **Revista Publicatio**, Ponta Grossa: UEPG, 2006, p.18, v.14, n.1.

¹⁷¹ LACERDA, Cassiana Lícia de. A praça e seus símbolos III. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 8 mar. 2003.

Figuras proeminentes da capital manifestavam seu desprezo pelo “homem nu”. Para o historiador David Carneiro, “a obra não representava coisa nenhuma e muito menos o homem do Paraná, dolococéfalo, louro e belo”. Lacerda comenta a posição do professor Oswaldo Piloto que dizia considerar o homem deformado e que quando passava pela praça, fechava os olhos.¹⁷² As censuras de Carneiro e de Piloto refletem a incompatibilidade entre o pensamento de alguns intelectuais que defendiam uma historiografia tradicional paranaense, quanto à identidade que se pretendia transmitir, arraigada na visão idílica que se tinha do Paraná com a chegada dos europeus, mas que naquele início dos anos 1950, havia sofrido mudanças com as constantes levadas de migrantes que vinham de outros estados para o Paraná, em busca de fortuna, animados com o ouro verde.

Procurando apaziguar os ânimos, o escritor Jofre Gineste, no jornal O Dia, defendeu o monumento, comentando que as opiniões que ouvira eram superficiais. Censurando a fala intolerante de David Carneiro, diz que para agradar o professor, se teria que pôr na praça uma foto de um louro belo e critica o seu julgamento, que é igual aquele que pensa que “arte é imitação da natureza conforme pensa todo positivista”.¹⁷³ Gineste também cita a opinião do fotógrafo João Baptista Groff que, apesar de considerar a obra um Frankenstein, alega ser partidário da liberdade do artista e, mesmo não concordando com a representação que fora feita do homem paranaense, considera que seria aceita para outros fins.¹⁷⁴

Semelhante polêmica envolveu a estátua da mulher nua, de autoria de Stenzel e de Cozzo, que hoje também se encontra na Praça 19 de Dezembro, embora não tenha sido projetada para esse espaço. Por questões ligadas à moralidade, a escultura, significando a Justiça e executada para ficar em frente ao Tribunal de Justiça, no Centro Cívico, foi colocada na praça, equivocadamente, em 1972.¹⁷⁵

FIGURA 16 – ESTÁTUA DA MULHER NUA

¹⁷² LACERDA. A praça e seus símbolos III. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 8 mar. 2003.

¹⁷³ Id.

¹⁷⁴ Id.

¹⁷⁵ Essa atitude da Prefeitura foi muito criticada por Stenzel. Segundo o artista, a figura da mulher não tem perspectiva em relação à do homem. Quando muito, ela deveria estar em um plano mais elevado que o da estátua masculina.



Simbolizando a Justiça, a estátua foi instalada equivocadamente na Praça 19 de Dezembro, em 1972. Fotografia de 2003. FONTE: Acervo da Casa da Memória/DPC/FCC

Sabe-se, pela correspondência mantida entre Cozzo e Stenzel, durante a execução dos monumentos, que o papel do primeiro foi além de mero executor das obras, interferindo em suas concepções. Não obstante, Stenzel teria tomado para si as críticas às estátuas. Nesse sentido, a troca de cartas entre os artistas, mantida de abril de 1953 a janeiro de 1955, constitui-se em importante fonte de pesquisa. Cassiana Lacerda, analisando esse material, destaca que Cozzo, a partir das propostas de Stenzel, apresentou novas idéias e soluções para os monumentos, adaptando-os aos cortes de verbas, interferindo na disposição das estátuas e suprimindo figuras do painel em baixo-relevo.¹⁷⁶

Antes mesmo da assinatura do contrato, em 7 de abril de 1953, os artistas já trabalhavam na concepção dos monumentos. Na carta que escreveu a Stenzel, em 28 de março daquele ano, Cozzo comunicava haver recebido sua carta que relatava a conversa com o historiador Loureiro Fernandes, que teria lhe passado os temas da história do Paraná a serem abordados no painel em baixo-relevo e no de azulejos.

Demonstrando sua participação na elaboração da obra, o artista paulista informava que havia modelado uma figura de 50 cm de altura e terminado os orçamentos de corte e transporte do granito das pedreiras de Petrópolis. Ao referir-se aos croquis que fez de algumas figuras do baixo-relevo, obedecendo às sugestões de Stenzel, comentou que iria levá-los quando fosse à Curitiba para que pudesse compará-los um com o outro.

Ao que parece, entretanto, nesse ínterim entre a escrita da carta e seu envio, Cozzo recebeu os croquis de seu colega, sendo que, ao final da correspondência, colocou um adendo sobre sua apreciação do material. Escreveu ele: “gostei da idéia geral, no desenvolvimento

¹⁷⁶ LACERDA, Cassiana Lícia de. A praça e seus símbolos I. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 22 fev. 2003.

geral, devemos, entretanto, tirar um pouco o caráter pictórico, tornando-o mais escultural, imprimindo um vigor às figuras, com caráter mais moderno.”¹⁷⁷

O “vigor” das obras, comentado por Cozzo, seria uma característica atribuída aos monumentos e uma extensão das características modernas das obras arquitetônicas monumentais projetadas para o Centenário. Em que pese a celeuma que envolveu os seus monumentos, a Praça 19 de Dezembro pode ser referenciada como um espaço de comemoração, levando em conta sua representatividade para o centenário do Paraná e, nesse sentido, um lugar voltado para celebrar o devir. A poucas quadras dali, inversamente, localizamos a Praça Tiradentes, de onde partiu o desenvolvimento de Curitiba e que hoje integra o Setor Histórico da mesma. Em seu espaço e nas imediações, abrigam-se diversos monumentos associados à fundação da cidade, como o Pelourinho e o marco comemorativo do 250º aniversário de Curitiba.

Dessa forma, se analisarmos o significado espacial e temporal dessas duas praças, podemos entender que a Tiradentes se apresenta como um lugar em que se pode reconhecer:

diferentes temporalidades que, inscritas em sua paisagem, propõem um sentido de continuidade. Já a Praça Dezenove de Dezembro, celebrando a Emancipação Política do Paraná, significa um momento de ruptura, de inauguração de um novo tempo, quando os poderes públicos estavam inscrevendo no espaço da cidade as realizações e as potencialidades da economia paranaense dos anos 50.¹⁷⁸

Retornando à polêmica em torno dos monumentos da Praça 19 de Dezembro, é certo que ela passou ao longe de Getúlio Vargas, pois os monumentos em questão foram instalados no logradouro somente dois anos após as comemorações do centenário. Para o presidente, além da inauguração do obelisco e de outros eventos de que participou, os desfiles cívicos na Rua 15 de Novembro devem ter ficado em sua lembrança.

Em sua breve estada em Curitiba, pôde apreciar a mobilização de autoridades e populares para homenagear o Paraná, por meio de desfiles, espetáculos variados de grupos étnicos, de estudantes da capital e do interior, de festejos folclóricos, exposições.

¹⁷⁷ COZZO, Humberto. Carta enviada a Erbo Stenzel em 28 mar. 1953.

¹⁷⁸ SANTOS. Op. cit., p.69.

FIGURA 17 - DESFILE NA RUA 15 DE NOVEMBRO EM COMEMORAÇÃO AO CENTENÁRIO DO PARANÁ



A participação dos representantes dos imigrantes, no evento, vem reforçar a importância atribuída a esse grupo, no desenvolvimento do Paraná. FONTE: Revista Ilustração Brasileira. Dezembro de 1953. Acervo da Casa da Memória/DPC/FCC

Ao contrário das inúmeras críticas quanto ao caráter elitista que teriam assumido as comemorações do centenário, no início dos preparativos para a grande festa, Munhoz da Rocha se pronunciou a favor de que o acontecimento se constituísse em um ato eminentemente popular. Em vista disso, programaram-se na capital e no interior festivais, prédios esportivos, apresentações folclóricas e teatrais, enfim, uma série de festejos que despertassem nos paranaenses o orgulho pela “obra opulenta,” realizada em apenas um século, uma dádiva para a Nação, dizia ele.”¹⁷⁹ É com esse intuito que, em setembro de 1953, realizaram-se as olimpíadas estudantis, conclamando escolas de todo o Paraná a participarem do evento alusivo ao centenário.

O governo colaborou para a promoção de instituições culturais, com o auxílio financeiro destinado ao Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense; a criação da Casa Rocha Pombo, em Morretes, para perpetuar a memória do historiador e escritor; a criação de um parque estadual em Ponta Grossa, nas terras de “Vila Velha” e “Lagoa Dourada”; a transformação do Santuário de Nossa Senhora do Rocio, de Paranaguá, em monumento histórico.¹⁸⁰

¹⁷⁹ A DIVULGAÇÃO. Ago, 1953 p. 20-23.

¹⁸⁰ KUNHAVALIK, op. cit., p. 212.

Embora o apoio da população ao governo de Munhoz da Rocha não tenha sido unânime, se levarmos em consideração as críticas severas de alguns jornais de Curitiba, questionando os gastos excessivos com as obras, ou o caráter elitista que a comemoração teria atingido, podemos considerar que as comemorações do centenário do Paraná representaram um acontecimento ímpar para a sociedade da capital: transformou Curitiba em um “lugar de memória” naquele momento. Mais do que um acontecimento para o Estado do Paraná, o centenário referendou sua capital.

Desse evento memorável hoje restam uma infinidade de *souvenirs*, que integram o acervo de museus e demais instituições responsáveis pela preservação da memória da cidade.

FIGURA 18 - XÍCARA COMEMORATIVA DO CENTENÁRIO DO PARANÁ



AUTOR: Fernando Augusto. FONTE: Acervo do Museu Paranaense

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como procuramos definir no início deste trabalho, pretendemos estabelecer uma discussão entre a memória e a identidade, a partir de uma reflexão sobre as tentativas de construção identitária percebidas em diversos momentos da historiografia paranaense, e que acabaram por se refletir nas comemorações do Centenário do Estado.

A preocupação constante com a imagem do Paraná está presente desde a criação da Província. No final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, políticos e intelectuais estavam absorvidos principalmente em destacar o Paraná e definir suas especificidades físicas, topográficas e culturais. Essa visão tradicional estava voltada para o passado e buscava valorizar as origens do território paranaense.

O político e intelectual Bento Munhoz da Rocha Netto propôs uma nova identidade para o Paraná. Na celebração dos cem anos do Estado, suas pretensões estavam voltadas para incluí-lo em um projeto de modernidade, internacionalizando o Paraná ao promovê-lo cosmopolita, moderno, aberto para as influências externas.

Uma das estratégias definidas por Munhoz da Rocha para alcançar seu intento, sem, contudo, perder o apoio dos intelectuais que defendiam a idéia de um Paraná tradicional, foi incentivar publicações que versassem sobre a sua evolução histórica. A Ilustração Brasileira é um exemplo de sua tentativa de conciliação entre as duas visões do Paraná: na mesma revista o leitor toma ciência sobre a criação da Província, aspectos do desenvolvimento da capital, o movimento paranista, bem como fica a par das grandes obras arquitetônicas projetadas para comemorar a aniversário do Estado, os monumentos inaugurados, desfiles e demais eventos que assinalaram a data de 19 de dezembro de 1953 para a posteridade. Notícias sobre o progresso das cidades do interior e seu desenvolvimento agrícola procuravam integrar o território.

O governador também incentivou a publicação de duas obras cujo mote é a participação dos imigrantes no progresso do Paraná. Em “Paraná vivo”, por exemplo, Temístocles Linhares procura desmistificar que somente a cultura luso-brasileira poderia atribuir uma identidade à cultura paranaense. Caberia aos imigrantes e seus descendentes dignificarem o Paraná por meio de seu labor. Linhares também faz uma crítica contundente aos paranistas, da década de 1920, que fizeram do pinheiro apenas uma figura decorativa, ao destacar que, trinta anos depois, o pinheiro estaria efetivamente se tornando um símbolo do Estado, dada a sua importância na economia, por meio da exportação da madeira.

Wilson Martins, em sua obra, “Um Brasil diferente” também trata de um Paraná que atravessava um momento de transição. Em sua opinião, na década de 1950, o primeiro segmento da formação social e histórica, ou seja, assim como Linhares, o escritor considerava que a cultura do imigrante estava suplantando a cultura luso-brasileira.

As análises desses dois autores foram concebidas para o Centenário estadual, e logo após sua celebração, o que demonstra a aceitação de Munhoz da Rocha dessa nova visão sobre o Paraná. Embora primasse por estabelecer um consenso entre os intelectuais mais conservadores que defendiam o Paraná apegado à tradição, e aqueles que consideravam essa idéia ultrapassada, o então governador deixou indicações sobre sua opinião. A arquitetura constituiu em uma das principais formas de materializar seu pensamento.

O planejamento de marcos arquitetônicos monumentais, seguindo o estilo construtivo em voga na época, a arquitetura modernista, representou uma tentativa de concretizar o nascimento de um Paraná moderno. Embora nenhuma das obras tenha sido concluída, em 1953, seu significado simbólico foi suficiente para desenvolver uma sensação de euforia na população pelo progresso da cidade. A vinda de personalidades nacionais, como o presidente Vargas, colaborou para a criação desse tipo de sentimento. Todas essas estratégias de Munhoz da Rocha procuravam tornar Curitiba memorável, elegendo marcos para a posteridade, como ele próprio comentou em seus pronunciamentos. Dos monumentos planejados, uns dos mais polêmicos encontram-se na Praça 19 de Dezembro.

Esse logradouro público se reveste de importância, em nossa análise, na medida em que congrega dois tempos distintos: o tempo do Paraná tradicional, representado pelos painéis de Stenzel e Cozzo, e de Poty, que reproduzem a história regional com base nas orientações do historiador Loureiro Fernandes, membro do Instituto Histórico Paranaense; e o tempo do Paraná moderno simbolizado pela monumentalidade do obelisco e pela estátua do homem nu. Em que pese a dimensão que se quis imprimir a esses acontecimentos, e à condição de Curitiba como cidade avançada, ela continuava a conviver com situações que contradiziam essa idéia. É o caso do imprevisto da inauguração do obelisco, quando toda sorte de entulhos foi deixada na praça, fato que repercutiu negativamente na imprensa.

O passado estava sendo ritualizado em prol do momento de contentamento que se procurava incutir nos paranaenses. Essa atitude, entretanto, não foi bem aceita pela sociedade, que discutia sobre a representação do homem paranaense. Segundo eles, os traços negróides da estátua não se identificavam com o imigrante, considerado o efetivo colonizador do Estado.

Novamente o centro das comemorações convergiu para o europeu e seus descendentes que haviam se estabelecido, sobretudo, em Curitiba e seu entorno, mas apontados como responsáveis pelo desenvolvimento do Paraná, por meio de seu trabalho. Essa idéia é reforçada quando percebemos que a figura do imigrante está presente em diversos momentos das comemorações do Centenário – além das publicações de Linhares e de Martins, eles participaram dos desfiles da Rua 15 de Novembro, celebraram 1953 em suas sociedades beneficentes. Doaram livros para a Biblioteca Pública, inaugurada um ano mais tarde, quando também foi entregue à população o Palácio Iguaçu. Na ocasião, moças vestidas com trajes típicos ofereceram às autoridades, produtos hortifrutigranjeiros cultivados por suas respectivas etnias.

Avaliando os momentos anteriores às festividades de 1953, a começar pela conquista da autonomia política, podemos considerar que a formação tardia da Província, em relação às demais, tenha justificado a sua necessidade de afirmação no cenário do país. O fato é que, enquanto o Paraná procurava definir-se como unidade autônoma, tendo que encarar os inúmeros problemas de infra-estrutura que estavam por resolver, em meados do Oitocentos, outras províncias, há muito existentes, já estavam consolidadas economicamente, como era o caso de São Paulo. Aliás, a referência à província paulista pode ser encontrada em diversos escritos produzidos pelos historiadores paranaenses, ora criticando a não aceitação de seus habitantes pelo desmembramento do Paraná de São Paulo, ora denunciando a desconfortável referência ao Paraná como somente um “local de passagem”. Talvez refletindo sobre essas questões possamos considerar um “certo complexo de inferioridade” do Estado em relação aos demais estados do Brasil. É interessante levarmos em conta, nesse sentido, que mesmo para a organização das comemorações do centenário, o governador Munhoz da Rocha tenha solicitado o apoio do governador de São Paulo, Lucas Garcez, para realizar, em consonância com o centenário do Paraná, em dezembro de 1953, as festividades do 4º centenário de São Paulo, comemoradas em janeiro do ano seguinte.

Com efeito, a ambição de forjar uma identidade própria ao Paraná teria motivado intelectuais e membros dos grupos dominantes da política local a se mobilizarem no sentido de produzirem uma história baseada na eleição de mitos e elementos singulares da região. Desse movimento articulado, resultou o Paranismo. Entretanto, a participação do grupo letrado do Paraná foi omissa nas questões de definição de fronteiras, como no Contestado e na formação do Território do Iguaçu.

Consideramos que, após a análise dos momentos referenciados neste trabalho, o processo de construção e de reconstrução de um discurso identitário paranaense, representa

antes de tudo, um trabalho de opção e de manipulação da história e da memória, realizado pelos agentes envolvidos nessa produção, especialmente pelos intelectuais da época, que atuavam como mediadores dessa produção, conforme referencia Renato Ortiz.

Desse grupo, destacamos a figura de Munhoz da Rocha, intelectual e político, e mentor da tentativa de construção de um “novo Paraná”, como ele mesmo qualificou as mudanças que estavam acontecendo no Estado, às vésperas de celebrar seus cem anos. A memória que se queria perpetuar estava baseada nos ideais de modernidade e de progresso, valorizando o trabalho dos europeus, que se tinha em mente em perpetuar, em 1953. Daí decorre a exigência de monumentalidade feita pelo governador aos seus técnicos incumbidos em realizar as obras a serem inauguradas em dezembro daquele ano. Sob esses preceitos, procurava-se consolidar definitivamente Curitiba, como centro político-administrativo do Paraná, algo que se procurava firmar desde sua eleição como capital do Estado.

Entretanto, concomitantemente à imagem progressista que se queria implementar à capital, representada sobretudo pelas construções de arquitetura moderna projetadas, também houve um retorno às origens e às tradições paranaenses. Esse fato é perceptível, por exemplo, nos painéis instalados na Praça 19 de Dezembro. Poty representou a emancipação do Paraná. Erbo e Cozzo, reproduziram em pedra, os ciclos econômicos do Paraná. Unidos ao homem nu e ao gigantesco obelisco, eles associam o passado e o presente em um único lugar. Um passado que precisa ser regularmente atualizado para a preservação da memória.

Uma das iniciativas, nesse sentido, está sendo atualmente promovida pelo governo do Estado, que vem realizando estudos para efetuar o tombamento da região do Centro Cívico e da Praça 19 de Dezembro. Como comenta Jeudy, o objetivo da conservação patrimonial é manter a ordem simbólica das sociedades modernas. Dessa forma, na atualidade, a identidade e a memória, associadas ao patrimônio, representam noções essenciais para evitar a desestruturação de nossa memória histórica. Tornar Curitiba memorável, ou melhor, um “lugar de memória” representou uma das premissas de seus principais administradores.

Assim, a tese que defendo é a de que as comemorações do Centenário do Paraná representaram um momento de ruptura com as inúmeras tentativas de forjar uma identidade para o Estado, que privilegiavam o passado da região, suas raízes e formação. Com a direção de Munhoz da Rocha foram planejados marcos memorativos que procuravam expressar uma identidade para o Paraná, baseada em preceitos de modernidade. Nesse sentido, os monumentos exerceriam uma importante função de perpetuar para as gerações vindouras tal visão “progressista” do Estado.

FONTES

AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagem pelo sul do Brasil no ano de 1858**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1953.

A DIVULGAÇÃO: Intercâmbio Cultural Econômico Financeiro. Curitiba: Velox Propagadora, set./out. 1952.

_____. Curitiba: Velox Propagadora, 7 ago. 1952.

_____. Curitiba: Velox Propagadora, out. 1952.

_____. Curitiba: Velox Propagadora, v. 6, ago. 1953.

_____. Curitiba: Velox Propagadora, ago. 1953.

A EXPOSIÇÃO do cincoentenário. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1905.

A REPÚBLICA. Curitiba, v. 18, n. 234, 17 out. 1903.

BRAGA, Rubem; D'HORTA, Arnaldo Pedroso. **Dois repórteres no Paraná**. 2. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001. (Brasil Diferente).

BRANCO, Joaquim. **Sugestão ao Paraná**. São Paulo: Diário Oficial, 1919.

CÂNDIDO, João. **Gomes Carneiro e o cerco da Lapa**. Curitiba: [s.n.], 1928.

COZZO, Humberto. **Carta para Erbo Stenzel**. [S.l.] , 28 mar. 1953.

CRUZ, Demétrio Acácio Fernandes da. **Apontamentos históricos, topográficos e descritivos da cidade de Paranaguá**. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário do Rio de Janeiro, 1863. (Biblioteca Brasileira).

CUNHA, Euclides da. **Os sertões: a campanha de Canudos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1984.

DIÁRIO DA TARDE. Curitiba, 28 jun. 1912.

FARIA, Octavio de. Paraná, imagem do Brasil. **Revista Joaquim**, Curitiba, v.1, n.7, p. 17, dez. 1946.

GAZETA DO POVO. Curitiba, out. 1928.

ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA: edição comemorativa do centenário do Paraná. Rio de Janeiro, v. 44, n. 224, p. 2, dez. 1953.

ILLUSTRAÇÃO PARANAENSE. Curitiba, J. B. Groff, mar. 1930.

LINHARES, Temístocles. **História econômica do mate**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

_____. **Paraná vivo: um retrato sem retoques.** Curitiba: Imprensa Oficial, 2000. (Brasil Diferente).

MACHADO, Brasil Pinheiro. **Brasil Pinheiro Machado:** depoimento [out. 1979]. [S.l.], 1979.

_____. Instantâneos paranaenses. In: **A Ordem.** Rio de Janeiro, 1930.

MARTINS, Romário. **O brasão de armas do Paraná e os seus símbolos.** Curitiba: Arquivo Público do Paraná, Caixa 10. Datilografado.

_____. **Curitiba de outrora e de hoje.** Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 1922.

_____. **História do Paraná.** Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.(Farol do Saber).

_____. Histórico das principais exposições no Paraná. **Expansão Econômica,** Curitiba, v. 7, n. 70/71, p.31, 1942

_____. **Paraná antigo e moderno.** Curitiba: Livraria Econômica, 1900.

MARTINS, Wilson. **A invenção do Paraná:** estudo sobre a presidência Zacarias de Góes e Vasconcellos. Curitiba: Imprensa Oficial, 1999. (Brasil diferente)

_____. **Um Brasil diferente:** ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989. (Estudos Brasileiros, 16. Coleção Coroa Vermelha).

_____. Paranística. **A Divulgação,** Curitiba, p. 91, fev./mar. 1946.

PANORAMA. Curitiba, v.32, n.322, p.50, nov. 1982.

PARANÁ brotinho de cem anos. **O Cruzeiro,** Rio de Janeiro, v.26, n.14, 1954.

PARANÁ. Assembléia Legislativa do Estado. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 4ª Sessão Ordinária da 2ª Legislatura pelo Senhor Bento Munhoz da Rocha Netto governador do Paraná.** Curitiba, 1954.

_____. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 2ª Legislatura pelo senhor Bento Munhoz da Rocha Netto, governador do Paraná.** Curitiba, 1953.

_____. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado pelo Senhor Munhoz da Rocha Munhoz da Rocha Netto, Governador do Paraná.** Curitiba, 1951.

_____. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da Sessão Legislativa Ordinária de 1956 pelo senhor Moysés Lupion governador do Paraná.** Curitiba, 1956.

_____. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 3ª Sessão Ordinária de 2ª Legislatura pelo Senhor Munhoz da Rocha Netto, Governador do Paraná.** Curitiba, 1953.

_____. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da Sessão Legislativa Ordinária de 1958 pelo senhor Moysés Lupion governador do Paraná.** Curitiba, 1958.

PARANÁ. Assembléia Legislativa Provincial. **Relatório do Presidente da Província do Paraná, o conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial, em 15 de Julho de 1854.** Curitiba: Typ. Paranaense, 1854.

_____. **Relatório do presidente da Província João José Pedrosa, à Assembléia Provincial.** Curitiba: Tip. Perseverança, 1881.

PARANÁ. Governo do Estado. **Lei estadual nº 2.182 de 15 de março de 1923.** Curitiba, Diário Oficial do Estado do Paraná, v. 10, n. 3.658, p.1, 20 mar. 1923.

PARANÁ. Província. **Lei nº 29, de 21 de março de 1855.** Curitiba, 1855.

REVISTA DA GUAÍRA. Curitiba, out. 1953.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem pela comarca de Curitiba.** Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1995. (Farol do Saber).

SANTOS, Nestor Vítor dos. **A terra do futuro:** impressões do Paraná. 2. ed. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 1996. (Farol do Saber)

SILVA, C. Accordo Paraná-Santa Catarina, o Contestado diante das carabinas. Curitiba: Globo, 1920.

WESTPHALEN, Cecília Maria. **Pequena história do Paraná.** São Paulo: Melhoramentos, 1953.

REFERÊNCIAS

- AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994.
- BAHLS, Aparecida Vaz da Silva. **Obras de arte em logradouros públicos II**: Praça Santos Andrade. Curitiba: Casa Erbo Stenzel, 2001.
- _____. Símbolos e monumentos: as comemorações de emancipação política do Paraná nos logradouros de Curitiba. **Revista Publicatio**, Ponta Grossa, v.14, n.1, p. 7-20, 2006.
- BALHANA, Altiva Pilatti. Política imigratória do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.12, p. 65-80, maio/jun. 1969.
- BARBUY, Heloisa. O Brasil vai a Paris em 1889: um lugar na exposição Universal. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v.4, p.211, jan./dez. 1996.
- BEGA, Maria Tarcisa Silva. **Sonho e invenção do Paraná**: geração simbolista e a construção de identidade regional. 2001. Tese - Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2001.
- BELOTO, Divonzir Lopes. **A criação da Província do Paraná**: a emancipação conservadora. 1990. Dissertação - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1990.
- BENATTI, Antonio Paulo. **O centro e as margens**: boemia e prostituição na “capital mundial do café” 1930. 1996. Dissertação - Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 1996.
- BONI, Maria Ignês Mancini de. **O espetáculo visto do alto**: vigilância e punição em Curitiba, 1890-1920. 1985. Tese - Universidade de São Paulo, São Paulo. 1985.
- BREFE, Ana Cláudia Fonseca. Pierre Nora: da história do presente aos lugares de memória - uma trajetória intelectual. **História: Questões & Debates**. Curitiba, v. 13, n. 24, p.112, 1996.
- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967. v.4.
- BUENO, Wilma de Lara. **Curitiba, uma cidade bem-amanhecida**: vivência e trabalho das mulheres polonesas no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. 1996. Dissertação - Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 1996.
- BURMESTER, Ana Maria. A modernidade paranaense nos anos 1950, alguns aspectos. In: _____. **Modernidade e arquitetura de Curitiba**: contexto e preservação. Não publicado.
- BURMESTER, Ana Maria; PAZ, Francisco Moraes; MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. O Paranismo em questão: o pensamento de Wilson Martins e Temístocles Linhares na década de 50. In: **República em migalhas**: história regional e local. São Paulo : Marco Zero, 1990.
- BURKE, Peter. **A revolução francesa da historiografia**: a Escola dos Annales, 1929-1989.

São Paulo: EDUSP, 1991

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas:** o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe. **Questões para a história do presente.** Tradução de Ilka Stern Cohen. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade : Editora UNESP, 2001

CLETO, Josephat Porto Lona. O Estado das Missões e sua efêmera existência. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, v.30, p.67, 1978.

COLATUSSO, Denise Eurich. **Imigrantes alemães na hierarquia de status da sociedade luso-brasileira:** Curitiba, 1869 a 1889. 2004. Dissertação - Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2004.

COSTA, Ernani Costa. **Biblioteca Pública do Paraná:** sua história. Curitiba: Imprensa Oficial, 2006.

COSTA, Romeu Paulo da. **Romeu Paulo da Costa:** depoimento [06 jun. 2004]. Entrevistador: Marcelo Saldanha Sutil. Curitiba, 2004.

DALFRÉ, Liz Andréa. **Outras narrativas da nacionalidade:** o movimento do Contestado. 2004. Curitiba: Universidade Federal do Paraná. 2004.
<http://www.poshistoria.ufpr.br/bancoteses.htm>. Acesso: 5 abr. 2008.

DICIONÁRIO histórico-biográfico do Paraná. Curitiba: Chain/Banco do Estado do Paraná, 1991.

DOSSE, François. **A história à prova do tempo:** da história em migalhas ao resgate do sentido. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

_____. **História e ciências sociais.** Tradução de Fernanda Abreu. Bauru, SP: Edusc, 2004.

DOUSTDAR, Neda Mohtadi. **Imigração polonesa:** raízes históricas de um preconceito. 1990. 157 p. Dissertação - Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 1990.

DUDEQUE, Irã José Taborda. **Espiraís de madeira:** uma história da arquitetura de Curitiba. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 2001.

EDER, Klaus. Identidades coletivas e mobilização de identidades. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.18, n.53, p.5, 2003. Disponível em:
<www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n53/18075.pdf> . Acesso em 17 jul. 2007.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** 10. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

FERRARA, Lucrécia D'Alessio. **Os significados urbanos.** São Paulo: Ed. da Universidade

de São Paulo/ Fapesp, 2000.

FERREIRA, Vicente. Posseiros, grileiros e jagunços: personagens da década de 50. **Panorama**, Curitiba, v.26, n.240, p.21, set. 1976.

FONTES para a história do Paraná: cronistas séculos XIX e XX. Curitiba: SEEC, 1990.

GOMES, Angela de Castro. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v.4, p.517.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HARDMAN, Francisco Foot. **Trem fantasma: a modernidade na selva**. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

HARTOG, François. Tempo e história: como escrever a história da França hoje? **História social**, Campinas: SP, n.3, p.135, 1996.

HESSEL, Mariano. Na senda dos pioneiros. **Anais da comunidade brasileiro-polonesa**, Curitiba, v.1, p. 95, 1970.

HISTÓRIA do Paraná. Formação territorial. O Paraná mutilado. Os três anos do Território Federal do Iguaçu. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 24 nov. 2003, p.3. Suplemento.

HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). **A invenção das tradições**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO - Fundação Édison Vieira. **O Paraná reinventado: política e governo**. Curitiba, 1989.

ITAIPU BINACIONAL. **A Empresa: histórico**. Disponível em: < www.itaipu.gov.br > . Acesso em: 17 jul. 2007.

JEUDY, Henry-Pierre. **Espelho das cidades**. Tradução de Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

_____. **Memórias do social**. Tradução de Márcia Cavalcanti. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. **Os rituais do tombamento e a escrita da História**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2000.

KRÜGER, Nivaldo. **Sudoeste do Paraná: história de bravura, trabalho e fé**. Curitiba: Posigraf, 2004.

KUNHAVALIK, José Pedro. Bento Munhoz da Rocha Neto: trajetória política e gestão no governo do Paraná. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **A construção do Paraná moderno: políticos e política no Governo do Paraná de 1930 a 1980**. Curitiba: SETI, 2004.

LACERDA, Cassiana Lícia de. A praça e seus símbolos I. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 22 fev. 2003.

_____. A praça e seus símbolos III. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 8 mar. 2003.

LEMO, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 2000. (Primeiros passos).

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. Campinas: Papirus, 1986.

LOPES, Ana Yara D. Paulino. **Pioneiros do capital: a colonização do norte do Paraná**. 1982. Dissertação - Departamento de Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

LOURENÇO, Sônia Maria. **Imagens da cidade na obra monumental de Poty**. 1999. Monografia - Universidade Federal do Paraná, Departamento de Ciências Sociais, Curitiba, 1999.

LUZ, Américo Machado. O Norte Pioneiro: um pouco de sua história. **Boletim do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Paraná**, v.17, p.98-111, 1973.

MAGALHÃES FILHO, Francisco. Evolução histórica da economia paranaense. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v.28, p.42-43, jan./fev. 1972.

MAGALHÃES, Marion Brepohl de. **Paraná: política e governo**. Curitiba: SEED, 2001. (História do Paraná; textos introdutórios).

MARTINS, Carlos Alberto F. **Arquitetura e Estado no Brasil: elementos para uma investigação sobre a contribuição do discurso moderno no Brasil - a obra de Lúcio Costa - 1924/ 1952**. Dissertação - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP.

MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: _____. **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v.4.

MERCER, Kobena. Welcome to the jungle. In: RUTHERFORD, J. (Org.). **Identity**. Londres: Lawrence and Wishart, 1990.

NADALIN, Sérgio Odilon. **Paraná: ocupação do território, população e migrações**. Curitiba: SEED, 2001.

NASCIMENTO, Noel. **A revolução brasileira e lutas sociais no Paraná**. Curitiba: Beija-Flor, 1983.

NEUNDORF, Alexandre. **A questão de limites e a construção identitária paranaense**. 2006. Monografia - Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2006.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 12, 1993.

_____. **Les lieux de mémoire**. Paris: Gallimard, 1993. v.1, t. 3.

_____. La ruée vers le passé. **Magazine littéraire**. La passion des idées. Paris. 1966–1996.

OBA, Leonardo Tossiaki. **Os marcos urbanos e a construção das cidades**: a identidade de Curitiba. 1998. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. 1998.

OLIVEIRA, Dennison de. **Curitiba e o mito da cidade modelo**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2000.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Notas sobre a política paranaense no período de 1930 a 1945. In: _____. (Org.). **A construção do Paraná moderno**: políticos e política no Governo do Paraná de 1930 a 1980. Curitiba: SETI, 2004.

_____. **O silêncio dos vencedores**; genealogia, classe dominante e estado no Paraná. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

ORLANDI, Eni P. Vão surgindo sentidos. _____. (Org.). **Discurso fundador**: a formação do país e a construção da identidade nacional. 3. ed. Campinas: Pontes, 2003.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PAZ, Francisco M. **Na poética da História**: a realização da utopia nacional oitocentista. Curitiba: Ed. da UFPR, 1996.

PENA, Eduardo Spiller. **O jogo da face**: a astúcia escrava frente aos senhores e a lei na Curitiba provincial. 1990. Dissertação - Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 1990.

PEREIRA, Luis Fernando. **Paranismo**: o Paraná inventado, cultura e imaginário no Paraná da I República. 2. ed. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. **Semeando iras rumo ao progresso**: ordenamento jurídico e econômico da Sociedade Paranaense, 1829-1889. Curitiba: Ed. da UFR, 1996.

PESAVENTO, Sandra J. **Exposições universais**: espetáculos da modernidade do século XIX. São Paulo: HUCITEC, 1987.

PILOTTO, Osvaldo. A criação da Província do Paraná. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, v.43, p.15, 1986.

PLAISANT, Alcebíades Cezar. **Scenário paranaense**: descrição geográfica, política e histórica do Estado do Paraná. Curitiba: Typ. d' A Republica, 1908.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v.5,

n.10, p.200 – 215, 1992.

PRÉCOMA, Larissa. **As políticas públicas para a educação no Paraná, no governo de Manoel Ribas 1932-1945**. Disponível em: www.utp.br/.../AS%20POL%CDTICAS%20P%DABLICAS%20PARA%20A%20EDUCA%C7%C3O%20NO%20PARAN%C1....doc > Acesso: 17 jul. 2007.

QUEIROZ, Maurício Vinhas. **Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja no contestado**. São Paulo: Ática, 1981.

ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **Discurso pronunciado pelo transcurso do jubileu de prata do Círculo de Estudos Bandeirantes**. Curitiba, 1954. Edição especial comemorativa do 25º aniversário de fundação do Círculo de Estudos Bandeirantes .

_____. A significação do Paraná. In: **O PARANÁ: ensaios**. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 1995. (Farol do Saber).

ROCHA POMBO, José Francisco da. **Para a história: notas sobre a invasão federalista no Estado do Paraná**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1980. p.38.

SANTOS, Antonio César de Almeida. **Memórias e cidade; depoimentos e transformação urbana de Curitiba 1930-1990**. 2. ed. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. Por uma nova leitura da revolução: pensar a revolução fora da revolução. In: WESTPHALEN, Cecília M. (Org.) **Revolução Federalista**. Curitiba: Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, 1997.

_____. **Vida material/ vida econômica**. Curitiba: SEED, 2001.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Sobre a autonomia das novas identidades coletivas: alguns problemas teóricos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, out. 1998, v.13, n.38.

SÊGA, Rafael Augustus. **Tempos belicosos: a Revolução Federalista no Paraná e a rearticulação da vida político-administrativa do Estado 1889-1907**. Curitiba: Aos Quatro Ventos/CEFET-PR, 2005.

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil: 1900-1990**. 2. ed. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1999.

SENA, Davis Ribeiro de. 1894: Paraná em chamas. **Boletim do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná**, Curitiba, v.50, p.61, 1999.

SERRA, Elpídio. **Processos de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná**. 1991. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas da UNESP, Rio Claro. 1991.

_____. A nacionalização do Alto Paraná e o relatório da Comissão Federal. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 23 jul. 1931.

SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração”/ comemoração: as utilizações sociais da

memória. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.22, nº 44, p.425, 2002.

_____. O fenômeno das comemorações como objeto de análise histórica. **Revista Espaço Plural**, CEPEDAL/ Unioeste, v. 3, nº 7, p.19, mar. 2001.

STRAUBE, Ernani Costa. **Símbolos do Paraná**: evolução histórica – 1853 a 1984. Curitiba: Imprensa Oficial, 1987.

_____. **Símbolos - Brasil, Paraná e Curitiba**: histórico e legislação. Curitiba, 2002. (Estante Paranista).

SUTIL, Marcelo Saldanha. **Beirais e platibandas**: a arquitetura de Curitiba na primeira metade do século XX. 2003. Tese - Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2003.

SZESZ, Christiane Marques. **A invenção do Paraná**: o discurso regional e a definição das fronteiras cartográficas - 1889-1920. 1997. Dissertação - Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 1997.

SZVARÇA, Décio Roberto. **O forjador**: ruínas de um mito - Romário Martins, 1893-1944. 2. ed. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2004.

THIESSE, Anne-Marie. **A criação das identidades nacionais**. Lisboa: Temas e Debates, 1999.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro; ANDREAZZA, Maria Luiza. **Cultura e educação no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. Parandade ou paranismo? A construção de uma identidade regional. **Revista da SBPH**, Curitiba, n.13, p.65, 1997.

VASCONCELOS, Lúcia Torres de Moraes. **Calçadas de Curitiba**: preservar é preciso. Curitiba: Ed.do autor, 2006.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. 10. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

_____. **Norte velho, Norte pioneiro**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1987.

_____. Os ádvenas e os paranistas na obra de Romário Martins. Anais do colóquio de estudos regionais, comemorativo do I Centenário de Romário Martins. **Boletim do Departamento de História**. Curitiba, p.119, 1974.

_____. **Paraná, Sudoeste**: ocupação e colonização. Curitiba: Lítero-Técnica, 1985.

_____. **Universidade do mate**: História da UFPR. Curitiba: APUFPR, 1983.

WERNER, Waldemar. Estrada de Ferro Paranaguá-Curitiba - 100 anos - Ferrovia e ferroviários - Memórias. In: **Uma viagem de 100 anos**: 1885-1985 - Ferrovia Paranaguá-Curitiba. Curitiba, 1985.

WESTPHALEN, Cecília M. et al. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. **Boletim da Universidade Federal do Paraná**, Curitiba, n.7, p.1-52, 1968.